UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

A (DES)CONSTRUÇÃO DA DICOTOMIA RURAL-URBANO NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

CELBO ANTONIO DA FONSECA ROSAS

Uberlândia – MG
2010

CELBO ANTONIO DA FONSECA ROSAS

A (DES)CONSTRUÇÃO DA DICOTOMIA RURAL-URBANO NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

Tese de Doutorado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de **Doutor em Geografia.**

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

Uberlândia – MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R789d Rosas, Celbo Antonio da Fonseca, 1977-
A (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista. / Celbo Antonio da Fonseca Rosas. - 2010.
246 f. : il.

Orientador: João Cleps Júnior.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia rural - São Paulo - Teses. 2. São Paulo (SP) - População rural - Aspectos sociais - Teses. 3. Políticas públicas - Zona rural - Teses. 4. Desenvolvimento rural - Noroeste Paulista - Teses. I. Cleps Júnior, João, 1962-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.373

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

CELBO ANTONIO DA FONSECA ROSAS

A (DES)CONSTRUÇÃO DA DICOTOMIA RURAL-URBANO NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

Banca Examinadora

_____
Prof. Dr. João Cleps Júnior – IG/UFU

_____
Prof. Dra. Beatriz Ribeiro Soares – IG/UFU

_____
Prof. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes – UFG/Catalão – GO

_____
Prof. Dra. Ana Rute do Vale – UNIFAL/Alfenas – MG

_____
Prof. Dra. Geisa Daise Gumieiro Cleps – IG/UFU

Data: 04/02/2010

Resultado: APROVADO

Dedico esse trabalho aos meus pais, Celbo da Fonseca Rosas Sobrinho e Mercedes Marques Francovitz da Fonseca Rosas; e à minha esposa e companheira, Danielle Cristine Ramos da Fonseca Rosas. A nobreza de seu apoio para a minha formação durante os estágios de nossa vida foi imprescindível para a jornada até esse momento. Não tenho palavras para dizer o quanto vocês foram, são e serão muito importantes em meu caminhar.

AGRADECIMENTOS

Para que este trabalho pudesse ser realizado, muitas pessoas e entidades contribuíram para sua construção, direta ou indiretamente. É claro que muitas não serão lembradas aqui devido ao espaço e ao tempo, mas desde já menciono os mais sinceros agradecimentos àqueles que não constam nesta lista, mas que contribuíram para sua execução. De forma particular, reitero os agradecimentos a(o):

Danielle, minha eterna e amada companheira, que me apoiou e incentivou nos longos dias de angústia, tristeza, alegria e trabalho, e me amparou em todos os meus passos durante esta jornada. Só você sabe o que passei, pois esteve sempre ao meu lado. Meu infindável amor;

Celbo e Mercedes, meus pais, que dedicaram suas vidas à minha, cobrando, incentivando, querendo sempre o meu melhor. Meus sinceros agradecimentos e votos de amor por tudo o que vocês são. Obrigado;

João Cleps Júnior, meu orientador, que através de suas argumentações me ensinou a repensar diversos momentos de minha trajetória acadêmica, assim como influenciou decisivamente nos impasses teóricos e metodológicos na elaboração dessa tese. Obrigado pela paciência e sapiência durante esses anos;

UFU, pela grande instituição que é, sendo formada pelos diversos funcionários de setores distintos, desde a biblioteca, passando pela secretaria da pós-graduação em Geografia, e os pesquisadores do Lagea (Laboratório de Geografia Agrária);

FUNEC, pela confiança do trabalho prestado enquanto redigia este trabalho durante estes anos, e aos professores do curso de Gestão Ambiental, Turismo, Administração, Ciências Biológicas e Serviço Social, principalmente;

Casa da agricultura de Santa Fé do Sul, em nome do Fernando, que me atendeu nas principais dúvidas e questionamentos a respeito da realidade dos moradores do meio rural no Extremo Noroeste Paulista, e funcionários do IBGE de Santa Fé do Sul;

Moradores do meio rural do Extremo Noroeste Paulista, por nos atender tão bem em suas residências em horário de trabalho, e mostrar a importância em viver no espaço em que se gosta;

Professores do curso de Doutorado, principalmente João Cleps Júnior, Carlos Rodrigues Brandão, Vera Lúcia Salazar Pessoa, e Beatriz Ribeiro Soares, que através de suas sugestões e observações, contribuíram para este trabalho;

Professores companheiros da FUNEC, que por muitas vezes debateram temas pertinentes à tese, dentre eles: Luiz Bitante Fernandes (sociólogo), Sandro Alves Corrêa (biólogo), José Estevão Duran (administrador, contador e proprietário rural), dentre outros, além daqueles que sempre entenderam meus afastamentos e sempre acreditaram em meu trabalho, nesta e em outras instituições, como a prof. Dra. Anesia Sodré Coelho (educadora) e prof. Dra. Maria Celia Guilhem Mazote (literária);

Natal Bíscaro Neto, historiador, meu companheiro, pelas oportunidades de debate ao longo dos anos, e pela sua sabedoria em repassar a experiência vivida no campo; Márcio Fernando Magosso, biólogo e futuro engenheiro ambiental, pelo sonho de sempre querer alcançar algo a mais, e ser um verdadeiro amigo, assim como o Agnaldo Nogueira Turina, físico, que surgiu como uma grata amizade nos últimos anos, deixando transparecer sua sabedoria em nossos debates;

Companheiro e amigos: Alessandro (Xandó) e Sandra, Ízula, Andréa de Paula, Leandro (Snake), Sedeval Nardoque, Adriano, Fernandinho, Edinho, Gil, coordenadores de curso da FUNEC, companheiros de pós-graduação em geografia, pedagogia e gestão ambiental;

Todas as escolas em que trabalho, pela paciência em compreender minhas ausências durante esses anos, e meus parentes que viviam me incentivando, principalmente: Toninho e Cristina, Ana e Milton, Carmo, Mariza, José Tarcisio e Edna, e ao meu afilhado Leonardo, assim como a todos os primos;

Todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente par a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo a análise da relação entre o rural e o urbano nos 5 municípios denominados Extremo Noroeste Paulista, através da verificação da relação dicotômica entre os dois espaços, no contexto das territorialidades expressas entre os lugares, das políticas públicas que permeiam as relações sociais, assim como a expressão cultural do homem do campo, alterada em decorrência da penetração de técnicas e tecnologias nesse meio, além do avanço de atividades monocultoras. Para se alcançar tais objetivos, foi realizada pesquisa de campo dividida em duas etapas: a aplicação e análise de fotografias na região, priorizando a investigação pelas/nas paisagens locais; e a realização de um roteiro de entrevista em 70 estabelecimentos, verificando as condições econômicas, estruturais, sociais e culturais dos moradores do meio rural, pois são estes os que mais sofrem com as constantes modificações do meio urbano, assim como do avanço do capital no campo. O estudo revelou que a relação entre o rural e o urbano no Extremo Noroeste Paulista, referenciado por pequenos municípios (em área e em população), possui relação forte entre os dois espaços, porém, devido a idade avançada dos moradores do meio rural, sua identidade com o campo tende a se enfraquecer, principalmente devido ao avanço da cultura canavieira. As ações do poder público sobre o local são insatisfatórias, pois tratam de implantar políticas públicas verticalizadas, desconsiderando as ações e reivindicações dos principais envolvidos neste sistema, os produtores rurais, que cada vez mais procuram alternativas às dificuldades encontradas para a realização de suas atividades agrícolas, desenvolvendo a pluriatividade e o trabalho *part-time*.

Palavras-chave: Relação rural-urbano; agricultura; territorialidades; ruralidades; políticas públicas; Noroeste Paulista

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the relationship between rural and urban in the North West Paulista, by checking the dichotomous relationship between the two spaces in the context of territoriality expressed between places, public policies that permeate social relations, as well as cultural expression of the peasant, as amended as a result of penetration of techniques and technologies in this environment, besides the increase of activities monocultures. To achieve these goals was conducted field research in two steps: the application and analysis of photographs in the region, giving priority to the research / the local landscapes and the performance of a structured interview in 70 establishments, noting the economic, structural, social and cultural rights of residents of rural areas, because they are the most adversely affected by constant changes of the urban environment, as well as the advancement of capital in the field. The study showed that the relationship between rural and urban in the North West Paulista, referenced by small towns (in area and population), has strong relationship between the two areas, however, due to advanced age of the residents of rural areas, their identity with the field tends to decrease, mainly due to the advancement of sugar cane. The actions of the public on the site are unsatisfactory, since they are vertical implement public policies, ignoring the actions and demands of key players in this system, farmers who are increasingly looking to alternatives to difficulties encountered in carrying out their agricultural activities developing a multi-activity and work part-time.

Keywords: Value for rural-urban; agriculture; territoriality; ruralidades; public policies; North West Paulista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do Extremo Noroeste Paulista..... 23

Figura 2 Igreja Localizada no bairro rural do Bonito, em Santa Fé do Sul – SP... 31

Figura 3 Residência urbana de trabalhador rural no município de Santa Fé do Sul..... 45

Figura 4 Local rural de confecção e venda de artesanatos em Santa Fé do Sul..... 46

Figura 5 Atividade hidropônica em área urbana de Santa Fé do Sul..... 52

Figura 6 Horta em área urbana em Santa Clara d'Oeste..... 52

Figura 7 Construção de loteamento urbano fechado em área periférica da cidade de Santa Fé do Sul..... 54

Figura 8 Visão panorâmica dos ranchos no município de Santa Fé do Sul..... 95

Figura 9 Associação dos produtores de Leite do Bacuri, em Santa Fé do Sul..... 160

Figura 10 Igreja localizada no bairro rural da Estiva, no município de Santa Fé do Sul..... 188

Figura 11 Igreja localizada no bairro rural do Bacuri, no município de Santa Fé do Sul..... 189

Figura 12 Residência rural localizada no município de Santa Clara d'Oeste..... 197

Figura 13 Residência rural localizada no município de Santana da Ponte Pensa.... 197

Figura 14 Residência rural localizada no município de Santa Fé do Sul..... 198

Figura 15 Residência rural localizada no município de Santa Rita d'Oeste..... 198

Figura 16 Residência rural localizada no município de Rubineia..... 198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Auxílio municipal para o homem do campo..... 29
Tabela 2 Oportunidade de arrendar suas terras..... 29
Tabela 3 Participação de eventos religiosos..... 30
Tabela 4 Energia elétrica residencial..... 39
Tabela 5 Tipo de destinação do esgoto..... 39
Tabela 6 Grau de dependência com a cidade..... 43
Tabela 7 Relação de utilização de produtos oriundos da cidade..... 44
Tabela 8 Produção agrícola no ENP..... 45
Tabela 9 Produção de artesanato no ENP..... 47
Tabela 10 Fabricação de doces caseiros no ENP..... 47
Tabela 11 Evolução da população rural e urbana no Extremo Noroeste Paulista (1970-2007)..... 48
Tabela 12 Atividades exercidas pelos moradores no meio rural..... 61
Tabela 13 Exploração do turismo no ENP..... 75
Tabela 14 Perfil migratório das famílias no ENP..... 103
Tabela 15 Aquisição de terras no ENP..... 103
Tabela 16 Tempo de aquisição das terras no ENP..... 104
Tabela 17 Idade do entrevistado do ENP..... 104
Tabela 18 Área total dos municípios do Extremo Noroeste Paulista (Km^2) – 1960 a 1996..... 109
Tabela 19 Produto Interno Bruto do ENP – 2004..... 115
Tabela 20 Utilização de crédito rural no ENP..... 116
Tabela 21 Utilização de assistência técnica no ENP..... 116
Tabela 22 Escolaridade dos entrevistados no ENP..... 117
Tabela 23 Área dos estabelecimentos no ENP..... 122
Tabela 24 Pessoal ocupado no ENP..... 122
Tabela 25 Presença de televisão no estabelecimento rural..... 122
Tabela 26 Presença de antena parabólica no estabelecimento rural..... 123
Tabela 27 Beneficiados com o PROAGROSSUL no município de Santa Fé do Sul – SP (2002 a 2008)..... 135
Tabela 28 Mudas distribuídas pelo viveiro municipal de Santa Fé do Sul..... 138
Tabela 29 Quantidade de produtos beneficiados pelo PEMH – (2002 a 2008)..... 139

Tabela 30 Beneficiados pelo Pronaf em Santa Fé do Sul..... 155
Tabela 31 Beneficiados pelo Pronaf em Santa Clara d'Oeste..... 155
Tabela 32 Beneficiados pelo Pronaf em Santana da Ponte Pensa..... 155
Tabela 33 Beneficiados pelo Pronaf em Santa Rita d'Oeste..... 156
Tabela 34 Beneficiados pelo Pronaf em Rubineia..... 156
Tabela 35 Participação em cooperativas no ENP..... 160
Tabela 36 Densidade demográfica do Extremo Noroeste Paulista – 2007..... 174
Tabela 37 Posse de telefones no estabelecimento rural no ENP..... 186
Tabela 38 Posse de computador no estabelecimento rural no ENP..... 186
Tabela 39 Posse de aparelho de DVD no estabelecimento rural no ENP..... 186
Tabela 40 Mudança do rural para o urbano..... 187
Tabela 41 Venda do estabelecimento rural..... 187
Tabela 42 Motivo do nome do estabelecimento..... 189
Tabela 43 Utilização de insumos no ENP..... 190
Tabela 44 Utilização de TV por assinatura no ENP..... 190
Tabela 45 Destino da renda das famílias no ENP..... 191
Tabela 46 Acesso à água nos estabelecimentos do ENP..... 191
Tabela 47 Quantidade de cômodos nos estabelecimentos rurais do ENP..... 196

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
CAIC	Companhia Agrícola de Imigração e Colonização
CAIs	Complexos Agroindustriais
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CE	Comunidade Europeia
CFCE	Conselho Federal do Comercio Exterior
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERSOL	Cooperativa Agroindustrial de Santa Fé do Sul
CTEF	Conselho Técnico de Economia e Finanças
D_1	Primeira Demanda
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENP	Extremo Noroeste Paulista
EUA	Estados Unidos da América
FEHIDRO	Fundo Estadual de Preservação dos Recursos Hídricos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAL	Grupos de Ação Local
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comercio
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural
LEADER	Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
OCDE	Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PEMH	Programa Estadual de Micro-bacias Hidrográficas

PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROAGROSSUL	Programa de Incentivo à Agropecuária de Santa Fé do Sul
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência para o Desenvolvimento do Sul
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 17

2 O RURAL E O URBANO COMO ESPAÇOS DIALÉTICOS NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA..... 22

2.1 Aspectos iniciais de um debate sobre o rural e urbano no Extremo Noroeste Paulista..... 22

2.2 Do espaço rural à natureza rural do espaço..... 33

2.3 A natureza como palco das ações humanas..... 37

2.4 Espaços rural e urbano: buscando novas interpretações..... 42

2.5 O rural e o urbano como espaços delimitados na atualidade..... 57

2.6 As dificuldades da atividade agrícola na atualidade e a busca por novas alternativas: a modernização conservadora do espaço rural e o papel do Estado... 62

2.7 A dicotomia rural-urbano: homogeneidade ou heterogeneidade?..... 70

2.8 Para uma análise metodológica da relação rural x urbano: perspectivas e escalas... 74

2.9 Considerações sobre políticas para o desenvolvimento territorial rural..... 79

2.10 A perspectiva da urbanização do rural: o *continuum*..... 81

2.11 A pluriatividade como alternativa à crise agropecuária..... 85

2.12 Alguns apontamentos para o rural contemporâneo..... 91

3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL COMO MECANISMO IMPULSIONADOR DAS RELAÇÕES E REPRODUÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA..... 99

3.1 Apontamentos gerais do desenvolvimentismo no Brasil, e a conjuntura do Extremo Noroeste Paulista..... 99

3.2 Caracterização dos municípios do Extremo Noroeste Paulista..... 114

3.3 A paisagem do Extremo Noroeste Paulista e a relação entre o rural e o urbano..... 117

3.4 Território e novas territorialidades geográficas: um caminho em direção ao desenvolvimento territorial rural..... 123

3.5 Apontamentos iniciais para o desenvolvimento territorial rural 127

3.6 Projetos de desenvolvimento rural no Extremo Noroeste Paulista..... 133

3.7 Em busca de uma (re)definição do desenvolvimento territorial rural 140

3.8 Indicativos para o desenvolvimento territorial rural..... 147
3.9 Capital Social: direcionando o desenvolvimento territorial rural..... 157
3.10 Território: uma análise geográfica e contextualização temática..... 161
3.11 O território como base de relações sociais..... 162
3.12 Por uma (in)definição do território: a continuação de um debate..... 165
3.13 A perspectiva territorial do rural..... 171
3.14 O território como base para a definição do rural..... 173

4 MUNDO RURAL E GEOGRAFIA CULTURAL NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA: DIFERENTES ABORDAGENS..... 177
4.1 Modo de vida rural: buscando uma interpretação na relação com o urbano..... 182
4.2 A influência da modernidade na identidade rural no ENP..... 193
4.3 Fatores endógenos e exógenos às transformações no meio rural 199

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 209
REFERÊNCIAS..... 215
ANEXO..... 239

1.INTRODUÇÃO

Estudar o meio rural e urbano no Brasil significa reestruturar a forma de refletir da sociedade. Pensar tais espaços é conhecer a história de cada lugar, compreendendo e vivendo suas relações e evolução ao longo dos tempos. O modo de vida nesses espaços compreende a forma que as famílias se expressam no dia-a-dia, buscando sua reprodução contínua, diante de tantas dificuldades inerentes, principalmente, ao meio rural no Brasil. O rural e o urbano no Extremo Noroeste Paulista (ENP), de acordo com a Figura 1, são expressões de dimensões visionárias da sociedade, num mundo onde o capital e a diversidade econômica são características, e o consumismo do modo de produção capitalista dificulta algumas decisões em minimizar os impactos do uso irregular do espaço.

As transformações que ocorreram com o homem o fizeram recriar seus espaços de vida de acordo com suas necessidades. Os espaços se configuram como territórios de expressão do viver e do (re)produzir. Tais expressões foram referenciadas em espaços produzidos de maneira distinta, embora fosse parte de um mesmo contexto. O rural e o urbano são expressões dessa reprodução humana no espaço, e mesmo possuindo suas especificidades, eles não podem ser destituídos e segmentados, uma vez que são decorrentes de um mesmo processo de formação, mas que hoje são utilizados de formas distintas, tanto entre eles, como no seu interior.

A relevância dessa temática consiste nas constantes transformações que ocorreram e ocorrem no meio rural e urbano no ENP, e por tais ocorrências se divergirem parcialmente de alguns pressupostos teóricos verificados na literatura, como será demonstrado no decorrer dos capítulos. O modo de vida rural típico, embora influenciado em parte pelo avanço técnico-científico-informacional, não representou uma reformulação e dicotomização entre o rural e o urbano, hipótese esta que norteou o trabalho.

A discussão e as diversas teorias sobre a dicotomia rural-urbano foram abordadas visando a demonstração da realidade existente no Estado de São Paulo, mais exatamente em seu extremo noroeste, na Micro-região geográfica de Jales, composta e dividida geograficamente em cinco municípios[1], colonizados pela Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC), que adquiriu e colocou à venda as terras em lotes de no máximo 70ha, inicialmente, desde o final da década de 1940. Mesmo que este

[1] Consideram-se os cinco municípios denominados de Extremo Noroeste Paulista, conforme demonstra a Figura 1, por ter sua colonização arraigada pela Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC): Santa Fé do Sul, Santa Clara D´Oeste, Santa Rita D`Oeste, Santana da Ponte Pensa e Rubineia.

empreendimento se caracterizasse como vendas de pequenos lotes rurais, o caráter empreendedor superava a questão social, pois tais lotes eram comercializados com a media de lucro superior a 150%. Tal especificação é reforçada pela principal atividade econômica vinculada ao campo, que foi o café, base de formação e estruturação do setor econômico dos moradores dos municípios, entre os anos de 1946 e 1948, quando foi fundada a cidade de Santa Fé do Sul, que até 1964, possuía os outros quatro municípios do Extremo Noroeste Paulista (ENP), quando foram emancipados e considerados também municípios independentes politicamente, pois economicamente, havia dependência do comercio, serviços, transportes, entre outros, que se mantém até a atualidade.

É nesse contexto que se analisou a dicotomia do (entre) rural e urbano no ENP, onde o capital não penetrou no campo com o mesmo caráter que as lavouras monocultoras expressam tal influência, mas que o caráter de desenvolvimento não atuou de maneira eficaz, principalmente através de ações do poder público, assim como dos governos estadual e federal.

Ressalta-se, ainda, o caráter de diferenciação entre os conceitos a serem utilizados neste trabalho, como: a) o campo e a cidade; b) o rural e o urbano; c) os espaços rural e urbano; e d) a ruralidade e a urbanidade. Com relação aos procedimentos metodológicos, far-se-á algumas considerações sobre tais diferenciações a serem utilizadas na tese, mas ressalta-se que tais ideias podem mudar de acordo com a corrente teórica utilizada e seus referidos autores.

Desde o processo de ocupação da região, o meio rural teve papel fundamental na constituição das forças que atuam diretamente nas decisões regionais, promovendo uma maior integração desses espaços. Porém, a dinâmica territorial e espacial embutidas na paisagem, revelou diversas transformações na forma de produzir, de pensar e viver dos moradores do meio rural.

A proposta desta tese é a realização de uma análise de como essas mudanças ocorreram nesse espaço, sobretudo o rural e sua relação com o urbano, constituído por pequenas concentrações urbanas até a atualidade (menos de 30.000 habitantes, considerando a população residente e a temporária), e dividido por pequenos estabelecimentos rurais em sua maioria, e historicamente com uma população muito ligada a esse meio.

Dentro desta análise, verificou-se a tese dualista da utilização desigual dos espaços urbano e rural no Extremo Noroeste Paulista, e reconheceu-se a multiplicidade de funções encravadas nas relações entre campo e cidade, nas escalas envolvidas, na dimensão espacial e histórica, para se criar políticas de desenvolvimento territorial, uma vez que se

subentende que os dois espectros são passíveis de existência somente em correlação com o outro, ou seja, embora existam diferenças na utilização e construção dos espaços, só é possível alcançar uma unidade analítica e produtiva quando se obtém uma relação de trocas (em diversos níveis) entre tais espaços, mesmo que, muitas vezes, tais relações sejam totalmente exploratórias e se transformem ao longo do tempo, de acordo com as diferentes realidades e necessidades, ou visão e vivência dos moradores dos referidos locais.

No caso do referido espaço geográfico, a característica de sua ocupação e construção, são determinantes para um atributo único, marcado por pessoas específicas, num contexto que, embora se assemelhe a outros, é único, e se encontra estagnado ou em vias de estagnação, considerando até mesmo o avanço do capital neste meio.

Diante do exposto, o objetivo geral dessa tese é compreender e analisar o contexto diferenciado da relação dualista entre o rural e o urbano no Extremo Noroeste Paulista, no contexto da constante tendência à estagnação e depreciação territorial verificada neste lugar, a partir de uma visão pautada na paisagem, mais especificamente no uso e desuso dos espaços rural e urbano, e no contexto cultural de seus habitantes, que estão fadados à gradativa diminuição da memória e de seus hábitos, como será demonstrado através de pesquisa de campo para análise da paisagem e do modo de vida das pessoas, ou seja, seus padrões culturais. Desta forma, acredita-se que os fatores internos (cultura) e externos (políticas e uso de objetos) às famílias rurais são imprescindíveis para a compreensão da relação existente historicamente entre o rural e o urbano.

Para se alcançar tais objetivos, foi necessária análise de diversas bibliografias que tratam da temática, evidenciando o rural e o urbano em diversos lugares e escalas, assim como a compreensão de políticas de desenvolvimento territorial no contexto da paisagem, e sua relação com os padrões e hábitos culturais dos moradores do meio rural. Foram também coletados dados de origem secundária do IBGE, como a produção agrícola, população, área, entre outros que caracterizam a região, como a ocupação e uso do solo.

Para melhor elucidar tais evidências, houve a aplicação de um roteiro de entrevistas[2] em 70 estabelecimentos rurais de maneira aleatória, e em bairros rurais diferentes em cada município, sendo aplicados da seguinte forma: 22 em Santa Fé do Sul; 12 em Rubineia; 12 em Santa Clara d'Oeste; 12 em Santa Rita d'Oeste e 12 em Santana da Ponte Pensa. O município de Santa Fé do Sul teve maior quantidade de entrevistados devido ao seu tamanho, superior aos demais. Além dessas entrevistas, registrou-se a paisagem dos lugares

[2] O roteiro de entrevista se encontra em anexo.

através do uso de fotografias, que formalizam e expressam a forma regional de demonstrar o espaço, visualizando o seu uso.

Dessa forma, dividiu-se o trabalho de campo *in loco* em duas etapas, sendo que a primeira ocorreu a partir da paisagem, do visível, dos bens materiais e do uso dos objetos sob os espaços, através do registro fotográfico das áreas de transição entre o rural e o urbano, da verificação das atividades agrícolas no meio urbano e atividades não-agrícolas no meio rural, além da infraestrutura e caracterização do contexto do uso do espaço.

Na segunda etapa foi realizada pesquisa de campo com os moradores do meio rural sobre suas características e padrões culturais, sua memória, além da verificação de suas atividades econômicas, que são realizadas nos dois espaços (rural e urbano), além da volta do homem da cidade ao campo, e da busca de revalorização do verde, das relações ambientais no meio urbano, numa recriação de padrões rurais no urbano, e influência dos padrões urbanos no rural.

Os resultados do trabalho de campo não foram inseridos em um capítulo específico, mas discutidos durante todo o trabalho, com o objetivo de inserir a pesquisa prática juntamente com as análises teóricas, uma vez que se subentende que as duas esferas têm que caminhar juntas para a elucidação do uso dos recursos e características da referida região, algumas vezes corroborando e outras invalidando aquela teoria para esta região específica.

Para se elucidar tais etapas objetivadas nesse trabalho, foram feitas subdivisões da tese em capítulos, sendo que no primeiro capítulo, realizou-se uma análise geral dos principais problemas e teorias sobre a relação entre o meio rural e urbano, o uso diferenciado dos espaços na Europa, no Brasil e no Extremo Noroeste Paulista, principalmente, através de conceitos como a pluriatividade, *continuum*, trabalho *part-time*, e as diferenças e pontos em comum sobre as contínuas discussões entre o rural e o urbano.

No segundo capítulo, foram discutidos os conceitos de paisagem e território, que são base para a análise do uso e construção do espaço urbano e principalmente o rural, por meio de políticas públicas voltada para a área rural, além de projetos desenvolvimentistas no setor, numa área considerada deprimida e estagnada economicamente e até mesmo socialmente, dependendo da forma que se analisa. Foram realizadas também análises dos projetos municipais de desenvolvimento rural, verificação de dados secundários, e pesquisa *in-loco* do uso e construção do espaço com a utilização de fotos do rural e entrevistas, do urbano e da transição (fronteira) variável entre os dois espaços.

Já no terceiro capítulo, a análise ocorreu no patamar das relações e dos padrões culturais na contemporaneidade, no contexto da globalização e na permanência da memória individual e coletiva dos padrões rurais nos diferentes espaços, assim como a movimentação dos moradores do meio urbano no espaço rural, e suas características típicas e padrões oriundos do consumismo capitalista. Neste capítulo, foram analisados os resultados das entrevistas junto aos moradores do meio rural, no sentido de verificar a permanência e reprodução dos padrões culturais típicos de cada espaço, mas que aos poucos, vai perdendo seu lugar para práticas oriundas, principalmente, do meio urbano, através da tecnologia e do mundo globalizado.

Os diferentes espaços são repletos de dinamismo e diferencialidades. Dessa maneira, é inegável e irrevogável realizar uma análise generalista entre a dicotomia rural-urbano; campo-cidade; ou agrícola-urbano, pois as especificidades dos locais, juntamente com a característica de suas populações e o grau de influência externa, dirigem e caracterizam a formação regional e suas (in)confluências com os espaços vizinhos.

2. O RURAL E O URBANO COMO ESPAÇOS DIALÉTICOS NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

2.1 Aspectos iniciais de um debate sobre o rural e o urbano no Extremo Noroeste Paulista

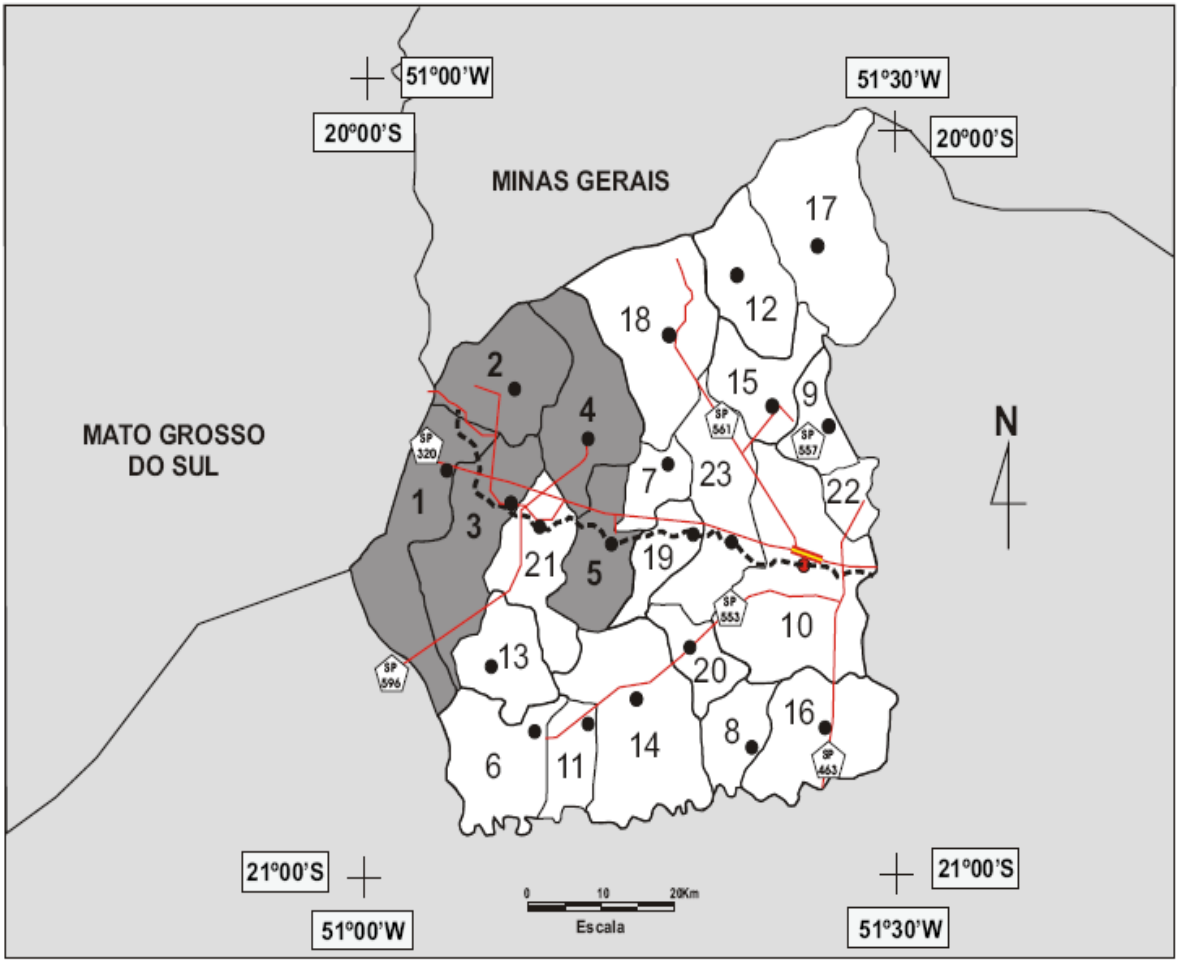
O Extremo Noroeste Paulista (Figura 1) é uma região constituída desde sua ocupação por pequenos estabelecimentos rurais, possuindo sua economia pautada na produção de café, até meados da década de 1980, conforme analisado em Rosas (2002), e entrado em decadência a partir desse momento, utilizando-se de uma mescla de atividades produtivas, denominada policultura e também atividades ligadas à pluriatividade. Em outros aspectos, os trabalhadores e as famílias rurais passaram a se adaptar à realidade de escassez produtiva agrícola e de créditos, assim como o baixo valor dos produtos.

De acordo com Bagli (2006, p. 49),

> Desde o século XVIII, a problemática das cidades já provocava descontentamento nas pessoas que nela residiam. Se outrora apenas qualidades lhe eram atribuídas, associações pejorativas tornaram-se inevitáveis: barulho, sujeira, doenças, perversidade. Novas associações também surgiram para o campo, contrapondo a realidade citadina: tranqüilidade, sossego, paz. Tais associações não diluem a dicotomia campo – cidade, ampliam-na. As novas associações dilataram os contrastes, criando novos mitos.

Essa dicotomia teve início com a divisão social e territorial do trabalho. As cidades, frutos dessa divisão, surgiram a partir de comunidades agrárias. “O ambiente urbano é, portanto, resultado de aglomerações localizadas em ambientes naturais transformados, e que para a sua sobrevivência e desenvolvimento necessitam dos recursos do ambiente natural.” (PHILIPPI Jr; ROMÉRO; BRUNA, 2004, p. 3). Segundo Mamigonian (1996, p. 204-5)

> Diferentemente do que imaginam os funcionalistas (Durkheim), as relações cidade-campo não são simplesmente complementações de atividades, elas são geradas por desigualdades latentes e geram por seu turno novas desigualdades e conflitos de interesses. As cidades exploram os campos, retirando-lhes parte de suas produções a pretexto de proteção ou outra razão qualquer.



Desenhista: Anderson Antonio da Silva

Fonte: IBGE/2002 Org. Celbo A.F. Rosas

Identificação dos Municípios

1. Rubinéia
2. Santa Clara d'Oeste
3. Santa Fé do Sul
4. Santa Rita d'Oeste
5. Santana da Ponte Pensa
6. Aparecida d'Oeste
7. Aspásia
8. Dirce Reis
9. Dolcinópolis
10. Jales
11. Marinópolis
12. Mesópolis
13. Nova Canaã Paulista
14. Palmeira d'Oeste
15. Paranapuã
16. Pontalinda
17. Populina
18. Santa Albertina
19. Santa Salete
20. São Francisco
21. Três Fronteiras
22. Vitória Brasil
23. Urânia

Legenda

- SEDE DE COMARCA
- Sede de Município
- Limite Municipal
- Municípios Pesquisados - Extremo Noroeste Paulista
- Autopista
- Pista Simples
- Ferrovia

Localização no Estado de São Paulo

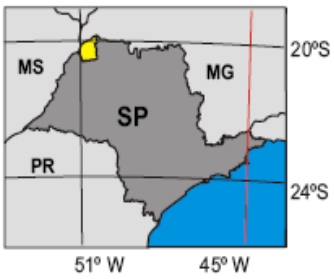


FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

Tais diferenças ocorrem com intensidades distintas, de acordo com o tempo e o espaço. No Brasil, as mudanças no meio rural tiveram maior significado em meados do século XX, trazendo mais elementos para o debate que se pretende tratar neste trabalho. De acordo com Brose (2001, p. 14), o meio rural é composto por diversos elementos que se transformaram,

> [...] da qual a agricultura é apenas um dos elementos constituintes. Ele é composto por fatores sociais (educação, religião, lazer, etc.), fatores econômicos (fontes de renda não-agrícola como o turismo, comércio, manufaturas, etc.), fatores políticos e outros setores diversificados, que compõe aquilo que convencionamos chamar de meio rural.

Enfatiza-se que tais transformações modificam a noção de rural e urbano, em caráter social, cultural e econômico, rearranjando a noção dicotômica que permeava até meados do século XX (CARNEIRO, 1999a; 1999b). Neste aspecto, a "[...] delimitação de fronteiras entre a cidade e o campo, a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais, se torna cada vez mais difícil". (FIALHO, 2000, p. 9).

Para Moreira (2007, p. 94), "[...] durante séculos a paisagem rural foi o quadro típico da arrumação geográfica das sociedades." Se for considerado em relação às áreas totais, atualmente, tal paisagem também é predominante. Porém, a mudança gradativa da divisão de trabalho ocorreu e se acentuou devido à evolução das técnicas, estabelecendo novas mobilidades às pessoas, que começam a criar e migrar para as cidades, alterando os vazios e acrescentando aos espaços novos significados. "A cultura rural, então, recua em todos os cantos diante do avanço da cultura urbana. E o próprio campo se torna urbano com o tempo." (MOREIRA, 2007, p. 95).

Tal avanço da cidade sobre o campo tende a se enfraquecer, diminuir e até mesmo cessar com o tempo, devido à saturação imobiliária e a renda da terra, à diminuição gradativa da taxa de natalidade, aos preços abusivos praticados em áreas de transição, além da legislação[3] que rege o meio ambiente na atualidade, que proibe, pelo menos através de medidas legais, a utilização de áreas de proteção permanente, como matas ciliares, reservas naturais, além da degradação do solo devido ao seu uso irregular.

Nota-se que rural e urbano fazem parte de um mesmo espaço, produzidos e utilizados de maneira diferente. A necessidade de que as pessoas têm em se aglomerar para facilitar seu sustento e segurança, recriaram o meio típico rural num processo de urbanização,

[3] A resolução CONAMA 369/2007, classifica algumas áreas como de interesse público, como as citadas neste.

com fatores explícitos que caracterizam um lugar como urbano, que são a infraestrutura, a facilidade de relações entre as pessoas, como o comercio, as informações, a caracterização de um padrão cultural típico de uma sociedade muitas vezes consumista, e a atividade de domesticação e extrativismo fora do local onde as pessoas se abrigavam em seus habitats, como ocas, tendas e casebres construídos por diferentes componentes, caracterizando seu padrão cultural.

O urbano se formou a partir do rural, e criou tal separação, dicotomia e função. O antagonismo de um mesmo espaço só pode ser percebido no entendimento do que é, e qual a relação deste com o homem e com outros espaços. Tal explicação será mais trabalhada no contexto do território, base das relações humanas. Essa separação é aparente e real ao mesmo tempo. Aparente, pois não há prospectos de sobrevivência de pessoas em áreas urbanas, sem a presença de áreas rurais, não sendo verdade o processo inverso. Real, pois apresenta formas de uso do espaço distintas, porém, complementares, mas diversos até mesmo no sentido de valorização dos lugares, já que o meio urbano é, atualmente, mais bem valorizado que o rural.

A construção do meio urbano e as aglomerações de pessoas no meio rural, mesmo sem se tornar urbano legalmente ou não, fazem com que suas culturas se aflorem através do sentido imaterial, subjetivo, composto por ideias, hábitos, vontades e costumes, e principalmente na representação de seus objetos materiais, como suas casas, seus alimentos, utensílios, ferramentas, representando as necessidades e evolução cultural de uma comunidade.

Embora haja necessidade para os municípios da demarcação de uma fronteira entre o urbano e o rural, para facilitar sua prática administrativa e regulamentação de impostos, é evidente que esta necessita de uma revitalização conceitual, a partir das características do uso dos espaços enquanto territórios e dos padrões culturais de cada indivíduo ou família.

Mas é claro que essas mudanças não ocorrem de maneira homogênea no espaço. Salienta-se que tal perspectiva só poderá ocorrer em relação a uma inserção do ENP no meio técnico-científico-informacional evidenciado por Santos (1988, 1999, 2000), e consequentemente por seus moradores, principalmente do meio rural, já que são estes os que menos têm acesso ao avanço tecnológico, por vários motivos que se propõe a serem analisados, dentre eles a perspectiva do desenvolvimento rural e características culturais como fatores fundamentais para a compreensão desses espaços.

Diante dessa perspectiva, é certo que o espaço urbano oferece diversas oportunidades ao morador da área rural, como educação, saúde, trabalho, lazer, entre outros. Porém, tais oportunidades não são comuns a todos, considerando as oportunidades, o conhecimento e, em especial, os aspectos econômicos de acesso a eles, assim como o atendimento e o preconceito, além do inchaço do sistema de infraestrutura de saúde e educação, principalmente. Por outro lado, os moradores das cidades, essencialmente das grandes metrópoles, vêem no meio rural, um subterfúgio de descanso, harmonia e tranqüilidade à velocidade da vida urbana, ou seja, um lugar de tempo lento.

Nos espaços construídos e formados com uma baixa concentração populacional, como no Extremo Noroeste Paulista, as fronteiras dos lugares acabam sendo diferenciadas pela ocupação, pelas especificidades do lugar, determinando as características deste espaço. Neste caso, os sujeitos sociais transformam o espaço que muitas vezes se confundem, principalmente nas atribuições de suas funções, mesmo não tendo ainda uma relação com o capital especulativo agrário, já que a monocultura da cana-de-açúcar começa a se inserir nas adjacências regionais. Diferentemente das metrópoles, os pequenos municípios possuem maior vínculo entre o rural e o urbano, já que atividades relacionadas conjuntamente aos dois espaços são comuns e complementares, em muitos casos.

De acordo com Brunet et al. (1992), rural é tudo aquilo que pertence ao campo, incluindo o que é agrícola e não-agrícola. Para os mesmos autores, a ruralidade pode ser definida como tudo aquilo que se relaciona à vida rural, como as condições materiais e morais da existência das populações rurais. Entende-se que a ruralidade se caracteriza como certo tipo de relações de produção entre a população e seu meio. Portanto, o espaço rural, que também é um espaço construído, é uma forma de organização social, baseada em cadeias de produção, e que não pode ser compreendida isoladamente, sem a presença de espaços urbanos, transformados através da própria natureza.

Já para Galvão (1987, p. 10),

> o espaço agrário identifica-se por peculiaridades de organização, geradas não apenas pelas atividades produtivas nele exercidas num determinado momento, mas também por efeito de ações externas a ele, anteriores àquelas mesmas atividades e consubstanciadas na natureza socialmente transformada pelo homem, e co-participante dessa transformação. Articulando-se assim ao urbano por laços que corporificam os mais diversos tipos de funções entre os dois espaços, o agrário não perde sua identidade nem se esvazia de conteúdo próprio que constitue (sic!) objeto específico de atenção da geografia agrária.

Tais análises serão efetuadas a partir do espaço rural do ENP, conceituados por Ortega (2008) como território deprimido, de acordo com suas características de colonização tardia e direcionada, além de demasiada importância na construção do espaço, evidenciando os moradores desse meio. A depreciação deste espaço ocorre pela falta de desenvolvimento e inserção industrial, pelo esquecimento de grande parte do oeste paulista em vista às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, além da falta de investimentos em material humano e resgate da memória e cultura local. Por outro lado, há a valorização do homem, de suas atividades produtivas, de suas culturas e de sua história.

Segundo Galvão (1995, p. 102), tal espaço "[...] não pode ser plenamente apreendido em si mesmo nem por si mesmo – desvinculado do contexto histórico em que se insere", pois poderá ser esvaziado do conteúdo social, e dos objetos que auxiliaram ao homem à sua construção. Ainda para Galvão (1995, p. 103), o "[...] entendimento de sua organização e dinâmica deve ser buscado fora de seus próprios limites, ou seja, nas relações com a cidade, e por meio dela com os vários vetores da economia e da sociedade". Vale ressaltar que não se pode considerar o meio rural apenas como sinônimo de agricultura, tampouco o meio urbano como um espaço totalmente não-agrícola. "Portanto, aquela ideia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido" (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 4), principalmente em regiões como o ENP, onde muitas vezes o meio urbano possui mais características de rural do que o próprio rural, guardadas suas devidas particularidades, além da relação intrínseca entre os dois espaços.

A crítica à razão dualista (OLIVEIRA, 2003) pode ser diversa no que concerne ao modo de vida das famílias rurais, já que as relações e políticas externas contribuem e influenciam sua formação e escolha produtiva, assim como a diversidade de pensamentos e ideologias daqueles que vivem na velocidade das grandes cidades brasileiras, e poucos conhecem ou mantém contato com o meio rural, além de que quando as pessoas migram para as cidades, acabam imediatamente ou ao longo do tempo, considerando sua adaptação às condições impostas por ela, e perdem suas raízes rurais (CASTRO, 1979). Mas é claro que esta afirmação depende muito da função e das características cognitivas de cada pessoa, e da influência e do tamanho da ação que as cidades provocam no homem do campo.

Na França, por exemplo, as discussões sobre a ruralidade abarcam "desde a problemática social da gestão do espaço e da reprodução das famílias de agricultores, aos aspectos relacionados à viabilidade econômica e produtiva dos negócios e transações comerciais" (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 3), além da preservação dos patrimônios

históricos e culturais e da utilização e preservação dos recursos naturais. Convém ressaltar que no estudo geográfico do espaço, é necessário conhecer diversas realidades, porém, tais localidades são diferentes e territorialmente construídas e analisadas sob ângulos distintos, tornando-se sem fundamento a análise no Brasil das características constantes na Europa como um todo, que será apresentado posteriormente.

Entende-se que a visão de Galvão (1995, p. 103, grifo do autor) a este respeito é essencial para compreender as mudanças atuais na relação entre campo e cidade.

> Forjadas em suas origens pela divisão social e territorial do trabalho imanente à produção de excedentes agrícolas, e moldadas em sua história por processos sociais e econômicos de "calibragem" entre produção e consumo, no campo e na cidade, mudam hoje, em sua estrutura e formato, as relações campo-cidade, engolfadas pelo processo globalizante e acelerado da urbanização.

Para analisar os refluxos do processo de construção do espaço neste local, dever-se-á proceder com diversas análises que individualizam e/ou separam o rural e o urbano. Dentre as diversas linhas teóricas, existem aquelas que afirmam que o espaço rural se encontra fadado ao desaparecimento, sendo incorporado pelo avanço do processo de urbanização (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Nesta perspectiva, a dicotomia cidade-campo já se encontra ultrapassada, uma vez que a ruralidade seria parte de um ultrapassado segmento anterior, que seria sucumbido pelo avanço iminente da urbanização. Um exemplo deste ocorrido está na Holanda, onde apenas alguns espaços verdes ao redor da metrópole se confundem com a cidade. Entretanto, nota-se que mesmo tendendo à homogeneização, as especificidades são a maior evidência encontrada no Brasil, já que os modos de vida dos moradores do meio rural estão permeados pelo modo de vida urbano, porem com padrões característicos de seu modo de vida e de produção.

Diante dessa alusão, seria muito melhor e mais contrastante, em alguns países, salientar os problemas referentes ao desenvolvimento desigual entre regiões rurais, do que entre a dicotomia rural-urbano. Como exemplo, as regiões rurais do Brasil no sertão nordestino, do Centro-Oeste e do próprio Sudeste e Sul, e a evidência do rural na China, como estrategia de controle social e econômico.

O rural no ENP possui, ainda hoje, relações típicas familiares, como um todo, no entanto vai perdendo sua identidade quando se inicia o avanço de atividades monocultoras, como a cana-de-açúcar, ou quando os filhos dos produtores se esvaem do campo à procura de oportunidades distintas no meio urbano, e até mesmo na falta de confiança que estes possuem em relação à ação do poder público municipal e sua tentativa de

criar projetos de desenvolvimento territorial rural, como se observa na Tabela 1. Verifica-se que apesar da maioria das pessoas conhecerem algum programa municipal voltado ao homem do campo (47%), a maioria não se utiliza diretamente desses auxílios, pois indiretamente, vários programas os afetam, como a melhoria de estradas, leis de proibição contra aqueles que jogam lixo em lotes vazios ou desabitados, entre outros.

Tabela 1 – Auxílio municipal para o homem do campo

O senhor tem conhecimento de algum programa municipal para auxílio do homem do campo?	Quantidade	Percentual (%)
Sim, mas não utilizo	33	47
Sim, e utilizo	22	31
Não	15	22
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Como a atividade canavieira vem crescendo muito ao redor dos municípios do ENP, em alguns casos há uma intensa penetração nesses espaços. Tais fatos ocorrem pela facilidade do arrendamento e pela falta de capital e oportunidades para investimento entre os produtores, preferindo se mudarem para a cidade e arrendarem suas terras para o grande capital. Mas percebe-se que não são todos que possuem essa mentalidade, pois acreditam que sua terra perderá valor, e não querem destruí-la, já que nasceram e construíram suas histórias nestes lugares, porém, se houver uma boa oferta no arrendamento, a maioria se entrega ao avanço da lavoura canavieira (42%), como se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Oportunidade de arrendar suas terras

O senhor arrendaria suas terras para a lavoura canavieira?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	17	24
Não	24	34
Depende da oferta	29	42
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Porém, a fé dessas famílias permanece constante e se deixa transparecer nas festas típicas (folia de Reis no início do ano) e nas igrejas e casamentos localizados e realizados nos bairros rurais, como demonstra a Figura 2. Neste lugar ocorrem diversas manifestações culturais, não por incentivo do poder público, mas por iniciativa dos próprios moradores desse bairro (Bonito), uma vez que tais festas são a expressão cultural e territorial dessa comunidade, como se verifica na Tabela 3, pois tais eventos são apresentações de seus

costumes, tradições, construídas historicamente e herdada através da prática por várias gerações.

Tabela 3 – Participação de eventos religiosos

Sua família participa de eventos religiosos no meio rural?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	45	64
Não	6	9
Sim, mas na cidade	5	7
Na cidade e no campo	14	20
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

A participação em eventos religiosos é imprescindível para a reprodução da fé dessas pessoas, num mundo considerado por elas mais difícil, mas que elas lutam por não abandoná-lo, verifica-se que a maioria das famílias entrevistadas participam desse tipo de evento, tanto no campo como na cidade, em busca de um subterfúgio para as dificuldades encontradas em seu dia-a-dia, mas que constroem sua identidade e caracterizam o homem do campo do ENP.

Considerando algumas áreas rurais integradas com o setor industrial no Brasil, observa-se que ocorre uma mudança significativa do rural, com o uso das técnicas, difundidas pelo processo de globalização, através de áreas como as comunicações, juntamente com o emprego da tecnologia no propósito agrícola. Porém, essas mudanças possuem caráter excludente e segmentado, já que essa vinculação não ocorre em todo território, mas em apenas naqueles cujo espaço foi adquirido pelo poder do capital. “Cria-se, praticamente, um mundo rural sem misterios onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível.” (SANTOS, 1999, p. 242).

Figura 2: Igreja localizada no bairro rural do Bonito, em Santa Fé do Sul (SP) – 2008.
Autor: Rosas (2008).

Isso fica mais evidenciado por Sachs (1995), quando argumenta que o século XX não pode ser considerado o século da urbanização, pois as dificuldades de integração de milhares de refugiados e trabalhadores desarticulados economicamente e politicamente vivem em um campo desintegrado e desagregado, não pertencendo nem ao meio rural, nem tampouco ao urbano. Neste contexto mundial, baseado em guerras, Sachs (1995, grifo nosso) denomina o processo de urbanização como "desruralização", principalmente em países como o Brasil, uma vez que o processo migratório para as cidades, conhecido como êxodo rural, não significa que estes consigam sua integração no meio urbano, ficando mais uma vez, marginalizados.

A análise do Extremo Noroeste Paulista foi inicialmente pautada pela paisagem geográfica, perpassando pelo território e na análise de políticas de desenvolvimento territorial rural, até desembocar no espaço geográfico, no qual se insere, inclusive, o padrão cultural dos atores. Inicia-se com a paisagem, pois esta incorpora inovações e se transforma a qualquer tempo, mas principalmente, por possuir um caráter palimpsesto, que retem características e formas do passado, expondo de maneira sobreposta, ou lado a lado, o velho e o novo determinados pelo presente, direcionados pela ação social, que é base de transformação do espaço geográfico, juntamente com o território, local onde as

transformações ocorrem. Para Moreira (2007, p. 116), “analisar espacialmente o fenômeno implica antes descrevê-lo na paisagem e a seguir analisá-lo em termos de território, a fim de compreender-se o mundo como espaço.”

Desse imbricado histórico, a relação entre o campo e a cidade se caracterizam através do sistema de produção, interligados por cadeias e redes de serviço, constituindo uma teia entre a indústria, o meio urbano e, essencialmente, o meio rural, que em determinadas regiões do Brasil, formaria um grande elo de interligações e interdependências do urbano em relação ao rural.

O impacto dos avanços tecnológicos na produção agropecuária em algumas áreas pode intensificar o desemprego no campo, sendo aplicável através de tecnologias criadas na cidade, mesmo que difundidas pela utilização no campo, buscando modificar a dinâmica do espaço geográfico (do campo e da cidade). No campo, a reestruturação econômica e produtiva trazida pelo processo de globalização fez com que houvesse uma abertura dos mercados, de forma a acelerar as trocas e relações comerciais, intensificando a competitividade, com base em cadeias agroalimentares que comandam a produção e o comercio atacadista em nível global, restringindo-se a algumas regiões produtoras, e até mesmo países. (SCHENEIDER, 2003b).

Juntamente com o exposto, o avanço em pesquisas de biotecnologias, faz com que apareçam contestações diversas ao padrão técnico dominante, principalmente dos expropriados do setor produtivo, como o acesso a tais recursos, ou o resultado futuro à saúde humana do uso de organismos geneticamente modificados. As mudanças no processo de produção pós-fordista diminuem ou extinguem as diferenças setoriais e da produção territorial do trabalho. Dessa forma, o rural deixa de ser o lugar da produção agrícola, surgindo com ênfase diversas formas de complementação de renda e atividades não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1999), considerando as diferenças regionais.

Ocorre dessa forma, uma modificação nas relações entre o poder público e as sociedades rurais, aumentando as parcerias e diminuindo a centralização de decisões. Além disso, os problemas ambientais passam a ser enfocados de maneira diferenciada, e, com isso, os recursos poderão ser utilizados como mercadoria e principalmente vantagem econômica, através da obtenção de créditos e fundos de investimento. Essas mudanças são efeitos diretos de uma reestruturação e mudanças ocorridas no Brasil, principalmente a partir de meados da década de 1990, que poderiam ser alongadas analiticamente, mas que diante do necessário para a proposta deste trabalho, são suficientes para calcar expectativas e subsidiar explicações.

Tem-se o campo e a cidade, cada um com suas especificidades, uma construção social do espaço, dentro de uma mesma lógica de produção, mas com interesses diversos no que tange as suas singularidades. Esses dois conceitos são frutos de diferentes conteúdos, bases formadas através do modo de vida e das oportunidades, que são o rural e o urbano. A junção dos conteúdos aos referidos espaços, são configurados como espaço rural e espaço urbano, de acordo com seus respectivos sistemas de objetos e ações (SANTOS, 1999). Isso define que, tanto no campo, quanto na cidade, pode haver características rurais ou urbanas, e isso se reflete no modo de vida das pessoas, e no conjunto sistemático de objetos e ações desenvolvidas por elas.

Embora cada espaço possua seus valores, hábitos, práticas e comportamentos específicos, estes são produzidos e reproduzidos por pessoas, de maneira harmoniosa ou na maioria das vezes, conflituosa, podendo ser representadas em espaços diversos, como um homem ou o conjunto desses em uma cidade, ou pessoas habituadas à vida da cidade, com suas prerrogativas urbanas, vivendo no espaço rural.

A expressão e materialização desse conjunto de relações do rural e do urbano, cada qual em seu determinado espaço, são consideradas ruralidades e urbanidades, porém, essa lógica acaba transcendendo os “limites” do campo e da cidade, podendo ocorrer urbanidades no campo e ruralidades na cidade, o que fica mais evidente em pequenos municípios, como os que compõe o ENP.

A conjunção de fatores (i)lógicos do capital sob os espaços do campo e da cidade, é resultado de diversos interesses que, apesar de considerar as peculiaridades de cada espaço, não vêem diferenciação entre os mesmos, uma vez que a lógica do capital busca atribuir valores e redirecionar sua mais-valia de acordo com a lógica do capital, pela minimização de custos, ou seja, mesmo com suas características, o capital não escolhe o campo ou a cidade para realizar seus ganhos de valores, apenas os caracteriza conforme seus interesses. Nesse sentido, é necessário compreender e analisar a formação desses espaços, sua natureza e estrutura, principalmente na ênfase desse trabalho, o meio rural.

2.2 Do espaço natural rural à natureza rural do espaço

O pensamento humano é fundamental à vida, pois essa é uma das diferenciações entre as especies, juntamente com a arte de transformar os objetos que os rodeiam para buscar sua sobrevivência e adequação ao espaço vivido. Sua adaptação ao meio o faz aflorar em diferentes metamorfoses, em diversas situações inesperadas provindas de

entes com o poder de transformação social e natural. Com essa característica, o ser humano efetuou uma grande façanha, de acordo com Moscovici (1975), pois foi a especie que mais progrediu na cadeia dos seres, ocupando uma posição privilegiada. Essa é a direção que se julga natural no processo evolutivo do ser humano, e neste sentido, é notório que a transição do homem do campo para a cidade seja considerada comum e normal, já que as cidades são uma das mais belas modificações do espaço pelo homem visando facilitar sua sobrevivência.

"O homem é um primata diferente e não uma variante domesticada da biologia dos primatas; as diferenças entre homens e aquelas que os separam dos outros animais são sociais, mas também genéticas." (MOSCOVICI, 1975, p. 26).

Os homens primitivos (final do Plistoceno e Holoceno) trouxeram gradativamente inovações ao próprio homem, para facilitar sua vida. Essas se caracterizariam, ao longo do tempo, como características culturais, sociais e, posteriormente, econômicas e políticas. Tal aspecto acaba sendo definido por pouca quantidade de homens, beneficiando alguns espaços e setores produtivos em função de seus interesses, e assim contribui para a reprodução das forças e relações capitalistas de produção. Para realizar tais mudanças, havia a necessidade da utilização dos objetos que estavam na natureza, e através de sua inteligência, transformá-los em decorrência de suas necessidades. Observam-se duas principais linhas de análise: o pensamento, e a ação sobre os objetos no espaço (SANTOS, 1999).

Para ocorrer um aprimoramento do pensamento, é essencial conhecer novas adversidades (ou diversidades) para formular reflexões. A vida cotidiana se encarrega de oferecer subsídios à construção de inúmeras ideias, pois o novo sempre traz indagações e perturbações a serem desvendadas, além do receio inicial. Muitas vezes, tais construções são realizadas no inconsciente, em sua relação com o meio em que vivem, e na relação com outras pessoas, que possuem experiências diferenciadas[4].

A explosão demográfica transcorreu-se com extrema rapidez durante o século XX. Iniciaram-se inúmeras transformações na natureza, criando técnicas sobre objetos até então sem utilidade para o homem. Essa atitude só foi possível em decorrência dos recursos existentes. Tais recursos "oferecidos" pela natureza propiciaram uma estrutura de crescimento e uma busca por prosperidade, fazendo da experimentação um método de transformar os recursos em benefício próprio (SANTOS, 1988).

---

[4] Mesmo que o homem seja único, e todos iguais em sua forma estrutural (de acordo com a filosofia de Parmênides), cada um possui uma vivência diferenciada, decorrente do espaço em que vive, e a relação com outras pessoas. Entende-se que as transformações são constantes, tanto do homem quanto do espaço em que se vive, e consequentemente suas relações com outros homens. Tais mudanças podem ser imperceptíveis ou totalmente avassaladoras, levando a uma adaptação do homem (modificado) ao espaço que o rodeia. (de acordo com Heráclito, século VI a.C.). (MANNION, 2005).

As dinâmicas e as transformações que ocorrem no mundo desde que o homem começou a alterá-lo, utilizando os objetos e reutilizando-os através de técnicas de produção (ação transformadora sobre os objetos), mantiveram ritmos diferenciados ao longo da história. Apesar do homem ser muito jovem em relação ao planeta terra, a sua ação sobre os objetos naturais foi intensa e rápida. Uma das primeiras atividades que mais se modificaram no decorrer desse processo foi a agricultura, que passou de rudimentar e de subsistência à moderna e comercial, porém, nestes últimos, com um caráter excludente e comandado pela inserção tecnológica no campo (ABRAMOVAY, 2000b). Outro aspecto foi a criação de complexos e conglomerados populacionais, conhecido como cidades.

O poder de adaptação do homem ao meio e às condições existentes neste, demonstram que as dificuldades reais para a maioria das pessoas não são capazes de declinar a base populacional, pois se uma determinada atividade não estiver sendo capaz de suprir as necessidades de sobrevivência, certamente haverá caminhos alternativos a serem seguidos, adaptando-se às condições existentes. Mesmo com essa consideração, não se acredita na teoria de Adam Smith de que nunca faltarão recursos na terra, pois o homem é capaz de se adaptar a qualquer situação, desde que não seja de total destruição. Mas não fica aqui uma evidência para se chegar até esse momento de total desespero, pois o intuito de antecipação aos problemas deve prevalecer.

Contudo, não basta apenas sobreviver, pois o homem sempre possui o desejo de buscar algo além do necessário à sobrevivência. Essa característica, típica da cultura ocidental, demonstra a natureza humana de obter sempre mais, para conseguir viver cada vez melhor. Com os traços substanciados e influenciados pelo capitalismo e sua ideologia, fica evidente que o homem não está satisfeito em apenas sobreviver, mas em manter e ampliar seus recursos para uma vida digna, definida culturalmente como meta numa sociedade urbanizada onde o capital determina o ritmo do crescimento e do poder das/entre as pessoas. “Dominar é a questão, ser o senhor do destino, manipular por meio da técnica o amanhã, esse é o sonho do homem contemporâneo” (CAMARGO, 2005, p. 30). Porém, essa visão sobre a natureza que advém do caráter ocidental, demonstra que

> Dentro da lógica da acumulação do capital, ver a natureza como um conjunto de objetos que não possui criatividade, sendo reversíveis, imutáveis e inertes, corrobora com a ideologia de que a natureza é uma fonte inesgotável de recursos. Essa visão garante o lucro e a permanência de uma parcela da humanidade, que adquire e consome bens e recursos, embriagada pela ilusão do poder e da ganância. (CAMARGO, 2005, p. 28).

Dessa maneira, a atividade agrícola, que desde os primórdios ofereceu recursos capazes de suprir as necessidades humanas, tornou-se segmentada. Esta segmentação levou a uma maior dificuldade de produção por grande parte dos agricultores e, consequentemente, num período posterior, a partir da segunda metade do século XX, de estagnação, não sendo capaz de suprir as necessidades das famílias que vivem no/do rural. Apenas alguns setores conseguiram se adaptar conforme exigências da estrutura capitalista. Estes possuem condições construídas capazes de produzir em larga escala, além de agregar valor à matéria-prima.

A adaptabilidade humana daqueles que vivem no rural, para conseguirem sua sobrevivência neste meio, fez com que fossem criadas formas alternativas às atividades decorrentes da tradicional agricultura no espaço rural, na contemporaneidade, além da própria exclusão ocorrida pela própria redescoberta do meio rural pelo capital, mas que em seu bojo é inerente ao espaço rural e urbano.

Esse caráter fica evidenciado ainda mais quando as interferências do Estado no meio rural não ocorrem de maneira a beneficiar os produtores mais descapitalizados, uma vez que o próprio Estado está sob domínio das elites econômicas, traçando metas de intervenção através de políticas macroeconômicas e setoriais em detrimento da maioria da população (HESPANHOL, 1999). Estas características se encontram presentes em diversas regiões do país, inclusive na produção do espaço do Extremo Noroeste Paulista, onde apesar do processo de ocupação ocorrer sob o prisma da CAIC, consubstanciado em pequenos estabelecimentos rurais, tal ação se procedeu sob o mais claro caráter capitalista, buscando auferir lucro constantemente à empresa colonizadora.

As mudanças causadas na natureza para a retirada de materias-primas e objetos de transformação foi o ponto de partida para a separação entre o rural e o urbano, mesmo considerando que o urbano seja uma natureza transformada. De acordo com Camargo (2005), o problema não está somente na degradação e no uso dos recursos naturais, mas na forma como o homem trata essa utilização, já que se a natureza for pensada de forma isolada e inesgotável, o homem nunca saberá as verdadeiras possibilidades existentes nela. A análise direcionada sobre a dicotomia rural e urbano é, portanto, advinda de sua visão, e não realmente de sua própria utilização, já que o avanço técnico não delimita fronteiras, nem as necessidades humanas possuem uma cela intransponível.

Tudo o que é urbano foi um dia rural, mas nem tudo o que é rural, será um dia urbano, dada a dimensão espacial e o crescimento populacional. Contudo, o avanço do processo de urbanização tem modificado muito o espaço rural em diversas partes do país e do

mundo, principalmente aquelas onde a inserção do capital se faz em maior ênfase, e também próximos aos centros metropolitanos.

"Assim, mais do que o fato de a humanidade ser urbana vivemos como se devêssemos ser urbanizados." (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 181). O caráter capitalista de modernidade traz o urbano como sinônimo de progresso, fazendo com que o modo de vida rural seja sinônimo de atraso, de arcaísmo. Nesse sentido, a (i)lógica cultural e material imposta pela mídia faz com que as pessoas necessitem modificar seu modo de vida e busquem moradia em centros urbanos, pautadas no caráter industrial. Porém, apesar da permanência desse caráter ideológico capitalista urbano-industrial, de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), em 2001 havia 53% da população mundial vivendo em áreas rurais. Isso não significa que tais pessoas representem totalmente o caráter arcaico, pois o capital se aproveita do rural para recriar suas condições, principalmente com o uso de recursos visando a exploração da terra e do trabalhador, através da tecnologia implementada no campo.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2006) afirma que o processo que se firma não é de urbanização, mas de desruralização, já que as pessoas que se dirigem aos grandes centros urbanos vivem em situações de miseria e submissão econômica, marginalização, expropriação e falta de oportunidades para o trabalho, de modo a criar e recriar áreas de favelas, de moradias periféricas sujeitas às ações das intempéries, de falta de infraestrutura educacional, aumentando os índices de violência e tráfico de drogas. Portanto, essas pessoas não estão se urbanizando, mas se desruralizando, já que não vivem os padrões da urbanização (água, esgoto, energia elétrica, asfalto, telefone, televisão, entre outros), e criam uma nova fronteira entre o urbano e o rural, denominadas regiões deprimidas ou estagnadas, não sendo considerada urbana nem rural, mas uma nova área de subterfúgio de marginalizados do meio urbano e principalmente do rural. Essas transformações ocorrem em um palco específico, a natureza, um espaço construído historicamente, moldado de acordo com os interesses das sociedades de cada época e de cada lugar.

2.3 A natureza como palco das ações humanas

Nota-se que o desenvolvimento rural local é um fator proeminente na consolidação de ações práticas no território. Apesar de haver um fortalecimento de um setor de produtores devido à tecnologia aplicada, levando a uma (re)capacitação profissionalizante, ocorre um desmantelamento do trabalho humano, já que o dogma da exploração familiar constituída pela propriedade e o trabalho familiar, vai se desfazendo, dando lugar ao

empresário rural, o que faz surgir uma agricultura sem agricultores (MORMONT, 1994), onde o homem e sua atividade se separam cada vez mais da natureza, por meio da utilização de técnicas bastante avançadas para as sociedades locais.

Com essa consideração, a primeira presença do homem em um lugar é um fator novo perante a diversificação da natureza, pois modifica seu ritmo, atribuindo valor às coisas. Num primeiro momento dessa intervenção, quando as próteses descritas por Marx (1983) ainda não são desenvolvidas, o homem é criador, porém subordinado. Entretanto quando as inovações técnicas vão surgindo rapidamente, o homem vê seu poder de intervenção aumentado, ampliando a diversificação da natureza, transformando-a e criando valores, mas sem precedentes de que esse avanço seria prejudicial.

De acordo com Moreira (1993, p. 2-3), existem quatro fases históricas na concepção de natureza pela Geografia. A primeira é denominada de "[...] o modo empírico mais puro e simples", que é um tanto tradicional e possui mais longa duração, pois permite compreender a natureza através dos sentidos, descritiva, de forma fragmentária, pautada naquilo que se vê e apoiado pelas leis da matemática.

A segunda é "[...] o modo paradialético dos anos 1950", criada pelos franceses no período pós-guerra, que admite a existência de forças contrárias que regem a natureza, como os movimentos endógenos e exógenos que moldam o relevo terrestre.

"O modo superimírico dos anos 1970" é a terceira fase argumentada pelo autor. O modelo apresentado na segunda fase foi interrompido nas décadas de 1960-70 pelo advento da Geografia Quantitativo-Sistêmica, que deu o caráter de um modelo matemático meramente formado por um conjunto de objetos, com várias variáveis.

Já a quarta fase é denominada como "o modo ecológico em curso", que faz com que a natureza seja mais entendida no âmbito holístico e da biologia do que da física, como se fosse um corpo vivo. Porém, ressalta-se que as análises começam a tomar um corpo reducionista somente na dimensão da biologia.

Essas fases são reflexos da dinamização do que se entende por natureza atualmente, tanto baseada na divisão do trabalho, na filosofia, na relação entre objetos e ações, nas atuais necessidades dos homens em se utilizar dos recursos para sobrevivência e no desastre que este ocasiona para a natureza em maior escala, e nas atividades desenvolvidas nesta natureza, como a urbana e a rural.

A agricultura teve seu ritmo produtivo alterado conforme o avanço técnico-científico-informacional, de modo a proporcionar melhoramentos em todas as etapas produtivas, desde mudanças genéticas de especies, até o plantio, com insumos capazes de

proteger as plantas contra diversas pragas, aumentando a produtividade num menor espaço e tempo. Houve também melhorias consideráveis na qualidade de vida com o uso da energia, água encanada, fogão a gás, forno elétrico, agentes de saúde, campanhas de vacinação, educação, informação, comunicação, fossa, entre outros, como se observa nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Energia elétrica residencial

Possui energia elétrica residencial?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	70	100
Não	0	0

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 5 – Tipo de destinação para o esgoto

Tipo de destinação para o esgoto	Quantidade	Percentual (%)
Fossa	52	74
Esgoto encanado	12	17
Esgoto a céu aberto	6	9
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Mesmo com 100% de residências possuindo energia elétrica, observa-se que sua infraestrutura ainda não é totalmente a idealizada. Existem ainda 9% dos estabelecimentos rurais que não utilizam fossa asséptica ou possui esgoto encanado para destinação dos resíduos orgânicos. Verifica-se que a maneira de se utilizar os recursos ocorre pelo caráter de vincular a natureza ao morador rural, pois em 74% há utilização de fossa. Apesar da distância física existente entre os estabelecimentos rurais e a área urbana, onde o acesso a esses recursos são mais comuns na maioria das cidades do estado de São Paulo, a natureza oferece os recursos para que o homem, mesmo que de forma pouco técnica sobre a utilização e disposição de resíduos, possa se utilizar de tais mecanismos naturais, sem degradar demasiadamente o meio em que vive.

Já para Marx (1983), o homem possui um corpo orgânico, que são seus próprios membros, sua própria estrutura, e por outro lado, possui um corpo inorgânico, que é a natureza, onde as técnicas são verdadeiras próteses humanas, pois a sobrevivência humana depende da continuidade da natureza. Quando esta é destruída, o homem estará se auto-destruindo, já que depende da natureza para continuar a perpetuação da vida. Consequentemente, o homem também é natureza.

Apesar de considerar que a questão ecológica não era um “problema” na contemporaneidade marxiana, “[...] ele estava cônscio do impacto ecológico da economia capitalista [...]” (CAPRA, 1982, p. 199). Isso porque todo o avanço da agricultura capitalista é o progresso na arte de explorar tanto o trabalhador como o solo, ou seja, o homem, através das técnicas, utilizando dos recursos disponíveis, e o processo de urbanização, após a Revolução Industrial inglesa, ocasionou um elevado crescimento populacional e urbano, reduzindo o trabalho braçal, decaindo na qualidade de vida dos trabalhadores.

Mas isso não significa que apenas no modo de produção capitalista existe um impacto ecológico significativo, uma vez que nas sociedades socialistas esse impacto é reduzido apenas pelo fato de haver um menor consumismo num primeiro momento, fato de tendência ascendente. (CAPRA, 1982).

> Natureza e sociedade não se excluem mutuamente. A primeira nos abrange, como resultado de nossa intervenção. A segunda existe em toda a parte: não surgiu com o homem, e nada leva a supor que irá morrer conosco. O homem situa-se na confluência da estrutura e do movimento de ambas: biológico, por ser social, social por ser biológico, não é o produto específico nem de uma nem de outra. (MOSCOVICI, 1975, p. 27).

Porém, essa relação de separação entre homem e natureza se estreita quando o modo de produção vigente incentiva e proporciona o individualismo. “Assim, o nascimento do individualismo, com a individualização dos atos, dos interesses e das relações humanas, deu vigoroso impulso à oposição entre sociedade e natureza.” (MOSCOVICI, 1975, p. 9).

Essa natureza sempre foi um produto, um objeto para o homem, pois a utilização de seus recursos destinava-se à existência e sobrevivência humana. “A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição.” (DEAN, 1996, p. 23). Este momento se consolida ainda mais quando ocorre o avanço das técnicas de produção, já que o homem se distancia da natureza, mesmo se utilizando de seus recursos.

Na perspectiva de utilização da natureza para fins agropecuários, Baptista (1997) e Alaustuey, (1993) enfatizam que o uso da tecnologia no setor agrícola, pautado na garantia da segurança alimentar, acabou por marcar a crise da atividade agrícola na Europa. A modernização da agricultura levou a um colapso da concepção de ruralidade, pois a atividade era tida simbólica e tradicionalmente como base alimentar para a sobrevivência humana, mantendo uma relação de reciprocidade com a natureza, levando em consideração que o grande produtor é o que mais causa impactos ambientais. Porém, com o processo de

modernização das atividades ligadas à agricultura, esta ganha uma conotação igualitária a qualquer outra atividade profissional, e a ruralidade tradicional passa a se encontrar definitivamente em crise, perdendo sua identidade[5].

Portanto, a questão discutida por estes autores, são as transformações que estão ocorrendo através das técnicas (SANTOS, 1999), vêm transformando decisivamente o campo, o que diminui as distâncias do urbano com o rural, atribuindo a este último, pela sociedade urbana, funções que ultrapassam o agrícola, como o lazer, o turismo, a preservação ambiental, além de atividades econômicas exercidas em pequenas empresas domésticas.

Apesar de esses autores pautarem suas análises no contexto europeu, várias de suas abordagens teóricas servem como base para uma averiguação no contexto brasileiro, porém, sujeito à refutação empírica, uma vez que o processo de formação dos territórios são completamente diferenciados, mas com pontos que podem ser considerados em comum, eventualmente. Por este motivo, o aproveitamento da construção teórica utilizada pelos que analisam a realidade europeia, serve como base para averiguação no Brasil e outros países na América Latina dos pontos em comum destas elucubrações, de acordo com o tema proposto e analisado, porém, não podem ser considerados semelhantes ou iguais em sua essência.

Os pontos que podem ser considerados em comum, partem da característica do desenvolvimento capitalista da agricultura, pois este se baseia em premissas que são semelhantes nos dois continentes, como a transformação da agricultura com base no avanço das técnicas, sendo que elas se interagem econômica, social, cultural, politicamente em contextos diferentes, mas sempre sobre a lógica do capital produtivo. Essa tendência é confirmada pela Revolução Verde, e a conseqüente capitalização do meio rural, através da industrialização, modernização e constituição dos CAIs, o que no Brasil ocorreu em meados do século XX, algumas décadas depois de ocorrido nos países europeus.

Neste sentido, e em contraposição às análises realizadas até o momento, Lefébvre (1999b) chama atenção para a dinâmica pautada na história do processo do capitalismo que surge na escala urbana, mesmo quando se refere ao processo de modernização do campo, no qual a sociedade se caracteriza pela dominação e apropriação da produção advinda do meio rural. Para o autor, o tecido urbano, ao se expandir em áreas periféricas, acaba consumindo os resíduos da vida agrária no encontro do rural com o urbano.

É nesse contexto que o entendimento do urbano é tomado como um processo em expansão, portanto, tempo e espaço, determinados por um conjunto de relações

[5] A ruralidade tradicional é, segundo Alaustuey (1993), a expressão de uma identidade básica entre natureza e agricultura.

que se imbricam nas áreas mescladas, e naquelas cujos mercados fazem parte dos produtos elaborados nas duas esferas. Na perspectiva de Lefébvre (1999b), a dicotomia rural-urbano está posta na construção da sociedade urbana, sendo que esta cria e recria as diferenças, expressando-as no rural, através da lógica de mercado elaborado no urbano.

O rural é penetrado pelas relações de mercado típicas das áreas urbanas, como descrito também em Figueroa (1997), denominando o rural como mais um ramo de atividades em que o capital se insere e realiza suas reproduções. É, portanto, a partir das relações de mudança advinda do meio urbano, que o rural se transforma, através de relações que o consome pelos caminhos mercadológicos presentes no urbano, sendo necessário buscar novas interpretações e denominações no mundo contemporâneo, sem desconsiderar o processo de formação desses territórios, que será discutido no capítulo 3.

2.4 Espaços rural e urbano: buscando novas interpretações

Quando se busca compreender, interpretar e analisar as características e relações dos/nos/entre os espaços rural e urbano observa-se a existência de diversas vertentes, construídas historicamente, e pautadas em flancos distintos ou agrupados. Dentre outras, pode-se analisar as características do rural e do urbano na paisagem, nas relações sociais, culturais, de vivência, de uso do solo, econômicas, só para citar algumas, em tais espaços, e na relação entre eles. Numa análise dos itens separadamente, possui-se mais facilidade na compreensão, porém, minimiza-se a constituição da realidade na esfera analítica, comprometendo um pressuposto de maior abrangência.

Tais perspectivas são mais evidentes na observação inicial da paisagem na área de transição entre o rural e o urbano, que no ENP são bem marcantes e visíveis, enquanto delimitação física. Primeiramente, numa abordagem visual, o rural e o urbano se distinguem em diversos aspectos, como a impermeabilização do solo para diversos fins, como a pavimentação, a construção civil no urbano, e a maior presença de áreas naturais, atividades agropecuárias, menor quantidade de pessoas nas áreas rurais. Não se pode criar uma dicotomia considerando que as áreas urbanas já possuíram características rurais, e que a aglomeração de pessoas ocorreu gradativamente, e se tornou uma característica marcante da modernidade capitalista ocidental, e que a formação do espaço urbano ocorreu sobre o espaço rural ao longo dos tempos.

Neste aspecto, nota-se o crescimento das áreas urbanas em direção às rurais, na maioria das cidades onde há um maior investimento do setor público em áreas urbanas,

ocasionando maior demanda de imóveis, o que, consequentemente, provoca a supervalorização dos estabelecimentos rurais que se encontram nas adjacências das cidades, como ocorre no município de Santa Fé do Sul. Porém, tal crescimento nunca abrangerá todas as áreas rurais, pois a necessidade de alimentos e a diminuição da taxa de natalidade desacelerarão tal expansão. Além desse aspecto, ocorre a busca por reservas de valor através de estabelecimentos rurais na fronteira do rural e urbano oficial e a construção de residências para venda, em regiões prósperas economicamente, ou seja, onde há perspectivas de crescimento das atividades urbanas, em decorrência de investimentos em diversos setores, tanto urbanos como rurais, isso porque no ENP, há uma elevação do crescimento demográfico devido a instalação de usinas sucroalcooleiras na região, sendo Santa Fé do Sul, cidade base, dormitório para esses trabalhadores, além de novos condomínios que são construídos no seu entorno.

Já sobre as relações sociais é evidente que a maior concentração demográfica em áreas urbanas vai proceder mais relações na sociedade, isto é, haverá maior comercio, reprodução do capital, mobilidade de pessoas e interesses. Tais interesses advêm da lógica do capital em alguns espaços, ou de reprodução e sobrevivência em outros, como ocorre na maioria do ENP. As relações são frutos de diversos aspectos culturais, ligados a lógica da família rural, às relações comerciais e as políticas públicas que direta ou indiretamente afetam essas pessoas. Mesmo com esse grau de interligação, observa-se uma ligação entre o rural e o urbano, principalmente no tocante aos recursos oferecidos nas cidades, como o supermercado, como demonstrado nas Figuras 6 e 7.

Tabela 6 – Relação do homem do campo com a cidade

Qual o seu grau de dependência com a cidade?	Quantidade	Percentual (%)
Total dependência	7	10
Vou frequentemente à cidade	23	33
Vou à cidade quando preciso	35	50
Dificilmente vou à cidade	5	7
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 7 – Relação de utilização de produtos oriundos da cidade

Sua família se alimenta de seus produtos?	Quantidade	Percentual (%)
Totalmente	4	6
Parcialmente	60	86
Não se alimenta	6	8
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Nota-se que a relação do homem do campo com a cidade não é totalmente de dependência. Quando perguntado na Tabela 6, qual a dependência com a cidade, desde produtos em geral, até os principais serviços, a maioria dos entrevistados (50%) se utilizam dos serviços que apenas são oferecidos na cidade, principalmente Santa Fé do Sul, e não vêem a necessidade de estar sempre em contato com o centro urbano. Tais pessoas compram o que necessitam para sobreviver, e voltam para suas casas, mantendo vínculo de necessidade com o meio urbano, principalmente quando se observa a Tabela 7, onde a maioria das pessoas se alimenta parcialmente de seus produtos (86%), pois acham mais conveniente comprar dos supermercados das cidades, pela praticidade.

Muito se observa no ENP, pessoas que trabalham no meio rural e vivem no meio urbano, e em suas residências, deixam até mesmo tratores estacionados nas garagens, como se observa na Figura 3. Isso revela a falta de infraestrutura existente no rural, e a proximidade das áreas de trabalho das pessoas que “dormem” na cidade e trabalham no rural. Isso elucida ainda mais as poucas diferenças entre os dois espaços, principalmente em suas relações no ENP, pois a relação, apesar de ocorrer através da necessidade, é muito evidente.

Figura 3: Residência urbana de trabalhador rural em Santa Fé do Sul (SP) – 2008.
Autor: Rosas (2008).

Essa relação evidencia a economia dos setores, pois mesmo considerando o avanço das lavouras de monocultura da cana-de-açúcar, há o predomínio de famílias que vivem de atividades ligadas ao meio rural, como demonstra a Tabela 8, apesar de se observar o crescimento da quantidade de pessoas que vivem economicamente de atividades exercidas no meio urbano, observa-se um aumento das compras de estabelecimentos rurais para atividades secundárias às exercidas pelos proprietários na cidade, como o plantio de mudas nativas e de reflorestamento para venda posterior, ou até mesmo, simplesmente, para obter tranqüilidade, inexistente no ritmo inquieto das cidades, que no caso do ENP, se restringe a Santa Fé do Sul, com maior movimento do que nos outros 4 municípios analisados.

Tabela 8 – Produção agrícola no ENP

Produção Agrícola	Área Total de produção dos estabelecimentos (ha)
Café	46
Feijão	3
Milho	16
Laranja	32
Manga	14
Cana-de-açúcar	59
Uva	6

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tal perspectiva demonstra uma dependência, em certos aspectos, das atividades agrícolas, mas que, de acordo com as entrevistas, possui cada vez menor importância, na maioria dos casos, criando novas ruralidades. De acordo com Schneider e Blume (2004), o debate sobre a ruralidade pode ser dividido em quatro perspectivas distintas, mas que se relacionam e não são dicotômicas.

A primeira visão está relacionada aos aspectos demográficos e econômicos, e seus estudos estariam interligados numa análise separando a dinâmica social do espaço rural dos processos produtivos e econômicos, assim como a prática agrícola. Os principais estudos que se baseiam nessa perspectiva foram realizados por Graziano da Silva (1999) e outros pesquisadores ligados ao "Projeto Rurbano", enfatizando suas análises nas características dos novos mercados de trabalho rural agrícola e não-agrícola, vislumbrando seus impactos sobre as gerações de renda familiares e sobre as economias locais.

Esse fato ocorreria devido à redução da população economicamente ativa ocupada na agricultura e em contrapartida, o aumento das pessoas e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas. Estes fatos decorrem de teorias que não pretendem explicar o rural como apenas atividades ligadas à agricultura, além da importância da pluriatividade, especialmente com relação às famílias rurais, como se observa na Figura 4, e nas Tabelas 9 e 10.

Figura 4: Local de confecção e venda de artesanatos em Santa Fé do Sul (área rural) (SP) - 2008.
Autor: Rosas (2008).

A fabricação de produtos artesanais (39%) e doces caseiros (34%) para venda demonstram cada vez mais a necessidade das famílias se adaptarem às novas realidades, e assim requer a pluriatividade como maneira de aumentar a renda, o que vem ocorrendo gradativamente. Diferentemente da atividade agrícola, na produção de artesanato e doces, normalmente é a mulher quem exerce a função, e auxilia o homem no ganho de renda familiar, reescrevendo suas novas funcionalidades no meio rural. De acordo com as categorias de análise proposta por Santos (1988), a análise da paisagem passa pela avaliação de sua forma, função, estrutura e processo. Visto isso, a Figura 4 se transformou ao longo do tempo, tendo sua forma adequada às novas funções, pois antes de se tornar um local propício à prática de artesanato, esta estrutura era uma escola rural, e se transformou ao longo do processo político, em uma paisagem transformada, que representa algumas das novas funções do meio rural no ENP, e observado nas Tabelas 9 e 10.

Tabela 9 – Produção de artesanato no ENP.

Há produção de artesanato pela sua família? (de barro, cestas, roupas, chapéus de palha etc)	Quantidade	Percentual (%)
Sim	27	39
Não	43	61
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 10 – Fabricação de doces caseiros no ENP.

Há fabricação de doces caseiros para a venda?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	24	34
Não	46	66
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

A segunda perspectiva se concentra nas análises das ruralidades voltadas aos aspectos sociológicos e etnográficos, buscando uma compreensão das relações voltadas à construção e redefinição das identidades sociais, culturais e do modo de vida. Ainda para Schneider e Blume (2004), essa perspectiva pode ser evidenciada principalmente nos trabalhos de Wanderley (1997; 2000; 2001) e Carneiro (1997; 1998; 1998a; 2003; 2005), que exprime que o modo de vida encontrado nos pequenos municípios brasileiros evidenciaria a especificidade da ruralidade brasileira, como é o caso dos municípios do Extremo Noroeste Paulista. De acordo com os dados oficiais do IBGE, observa-se na Tabela 11 a evolução da população rural e urbana no ENP.

Tabela 11 – Evolução da população rural e urbana do Extremo Noroeste Paulista (1970 – 2007)

Ano	Santa Fé do Sul		Santa Rita d'Oeste		Santana da Ponte Pensa		Santa Clara d'Oeste		Rubineia	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1970	13013	3973	1217	5343	684	3217	1041	2872	1797	3079
	76,6%	23,4%	18,5%	81,5%	17,5%	82,5%	26,6%	73,4%	36,8%	63,2%
1980	17214	3156	1458	2775	881	1925	1188	1460	1195	1224
	84,5%	15,5%	34,4%	65,6%	31,4%	68,6%	44,9%	55,1%	49,4%	50,6%
1991	20707	2403	1681	1806	1067	1298	1438	1059	1306	930
	89,6%	10,4%	48,2%	51,8%	45,1%	54,9%	57,6%	42,4%	58,4%	41,6%
1996	23903	1718	1610	1300	1064	931	1516	838	1673	813
	93,3%	6,7%	55,3%	44,7%	53,3%	46,7%	64,4%	35,6%	67,3%	32,7%
2000	24911	1601	1554	1141	1106	788	1464	659	1916	699
	93,9%	6,1%	57,7%	42,3%	58,4%	41,6%	68,9%	31,1%	73,2%	26,8%
2007	26472	1221	1675	818	1105	549	1524	557	2102	444
	96,3%	3,7%	67,2%	32,8%	66,8%	33,2%	73,2%	26,8%	82,6%	17,4%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contagem Populacional.
Org.: ROSAS, 2009.

Nota-se que as pessoas que vivem no meio rural têm decrescido desde 1970 em todos os municípios sem exceção, porém, o que mais se destaca com relação à quantidade de pessoas é Santa Fé do Sul, já que os demais, apesar de serem considerados municípios, possuem pequena concentração populacional e oferecem poucas oportunidades aos seus moradores e, no contexto proposto por Wanderley (2001), apenas Santa Fé do Sul seria considerado centro urbano, já que os demais municípios teriam a ruralidade expressa em seu modo de vida, considerando a constante redução populacional no meio rural e o pequeno crescimento da população urbana.

Ainda para Wanderley (2001), a análise do IBGE sobre a constatação de que todo pequeno município teria uma área urbana, baseado em criterios administrativos, na prática isso não ocorre, e esses municípios não funcionam como centros urbanos, pois a inserção de tecnologia na agricultura e o processo de modernização comandado pela sociedade pós-industrial na cultura e nos modos de vida das pessoas, as pequenas localidades mantêm traços de suas especificidades rurais, distintas do modo de vida urbano de cidades maiores, como ocorre no ENP, exceto em Santa Fé do Sul que, mesmo possuindo peculiaridade ímpar no meio rural, é considerado centro urbano do ENP, por apresentar opções de serviços e diversas características existentes principalmente no meio urbano, como transações financeiras através de diversos bancos, comercio ativo em grande quantidade, escolas municipais e estaduais, faculdade, supermercados de medio porte, tratamento de 100% do esgoto e da água, ruas pavimentadas, trânsito de veículos automotores, doze postos

de combustível, sete hotéis, aproximadamente doze restaurantes, supermercados, comercio atuante e significativo, dentre outros. Essa oferta faz com que o município sirva como base econômica para todos os outros do ENP.

Para a autora, estudar a ruralidade significa compreender as relações dos modos de vida das coletividades locais, sendo que as características do modo de vida rural estariam ligadas às formas de produção, caracterizado pela precariedade e vulnerabilidade das cidades, como a falta de infraestrutura, pela cultura, e pela resistência aos mecanismos desagregadores que essa população estaria constantemente se confrontando (WANDERLEY, 2001).

Dessa maneira, os pequenos municípios (com menos de 20.000 habitantes), seriam a expressão e a projeção da ruralidade no Brasil, e sendo a maioria se encontra em grande parte do território do país, diferentemente do que indicam as estatísticas oficiais. Entende-se esse fato como o que mais se aproxima da realidade, principalmente no que concerne às características encontradas no ENP.

Porém, surge aqui uma diferencialidade na análise de Wanderley (2001), que considera a ruralidade a partir do modo de vida rural em relação à precariedade das cidades, pois mesmo considerando que os municípios de Santa Clara d'Oeste, Rubineia, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa tenham tal precariedade, devido à proximidade, todos os moradores destes se remontam em direção à Santa Fé do Sul como município que oferece suporte para os moradores daqueles, através de uma rede interurbana, e que ainda não tenha todas as ofertas e serviços para suprir as necessidades dos moradores, principalmente do meio rural, Santa Fé do Sul serve como pólo regional, o que poderia desconfigurar alguns aspectos da ruralidade dos primeiros municípios, como proposto por Wanderley (2001).

Deve-se considerar que além dos municípios do ENP que procuram em Santa Fé do Sul sua vertente produtiva e de serviços, outros vizinhos também vêem neste um pólo regional, como Três Fronteiras e Nova Canaã Paulista (Figura 1).

Coloca-se, portanto, uma complementação à análise da ruralidade proposta por Wanderley (2001), já que se observa a necessidade do estudo e da compreensão dos modos de vida das comunidades e coletividades locais, a partir da relação com a forma de produção da cidade, num aspecto geográfico, tais relações com territórios vizinhos e poderes que não estão diretamente ligados ao município analisado, sendo necessário remeter a análise em um contexto regional, onde as relações dos moradores do meio rural se encontram muitas vezes mais interligados com outros municípios do que com aquele em que se está inserido, relevando as políticas públicas em âmbito estatal e federal.

Uma terceira perspectiva ocorre com base nas dimensões atuais sobre a preocupação com a preservação ambiental e a sustentabilidade, de maneira a inserir no debate as formas de utilização dos recursos naturais e dos aspectos ligados ao meio. A relevância dessa visão está relacionada a diversas perspectivas, que vão desde a legislação, a tomada de consciência e a forma com que os moradores do meio rural aceitam ou não prerrogativas oriundas do meio urbano, já que o uso do solo, a erosão, o assoreamento e a contaminação das águas assim como seu uso, além da utilização dos recursos florestais, passam necessariamente pelo meio rural.

Essa perspectiva engloba diversas interpretações, podendo citar autores como Guivant (1994) e Ferreira e Ferreira (2002) como referências, mas não como únicos, já que esta temática de uma nova caracterização do rural com bases na preocupação com os recursos naturais e a visionária sustentabilidade é expressão encontrada com ênfase nesse novo milênio.

A quarta vertente de análise se encontra na crítica tecida aos aspectos normativos da ruralidade, mais precisamente, no Brasil, voltada ao IBGE. No país, os criterios políticos e administrativos são a base para a definição da área rural e urbana pelo poder público local, voltada para a área física e de crescimento das moradias e loteamentos ao entorno do urbano.

O autor que mais analisou essa questão foi Veiga (2003), partindo do princípio de que a taxa de urbanização informada pelo IBGE no ano 2000, foi de 81,2%, sugerindo que o Brasil é menos urbano do que se calcula, fato esse oriundo do Decreto Lei Oficial nº 311, de 1938. Para isso, o autor propõe uma diferenciação do rural com o urbano baseado na densidade demográfica e no patamar populacional como alternativa, utilizando-se assim de criterios territoriais, baseando-se nas propostas da OCDE.

Nessa perspectiva, a análise do rural com o urbano não podem ser efetuadas de maneira antagônica, como ocorre nos debates baseados no *continuum* ou da dicotomia rural-urbano, mas sim com caráter dialético, de complementaridade, onde as importâncias dos espaços são diferentes, assim como o próprio espaço, mas importantes igualmente para as sociedades.

Ainda para Veiga (2003), o novo criterio de avaliação entre o rural e o urbano deve partir de uma análise com o enfoque territorial, já que os ambientes rurais e urbanos se diferenciam a partir do uso desses territórios pela ação antrópica, de acordo com o grau de artificialização desses espaços. Tal artificialização dos ecossistemas seria o ponto de

partida para uma nova abordagem na definição do rural, observando o grau de ação antrópica sobre os recursos naturais através da densidade demográfica.

Porém, ressalta-se que a utilização dos recursos naturais pelo homem nem sempre é baseada em densidades populacionais elevadas, uma vez que a agricultura de monocultura latifundiária, assim como a exploração mineral, não são necessariamente concentrações populacionais, mas exploram veementemente tais recursos, às vezes muito mais do que quando ocorrem elevadas concentrações demográficas. Diferentemente do que expõe Veiga (2003), observa-se que o que vale, portanto, não é a concentração de pessoas no território, mas o caráter, a intensidade e a abrangência do uso da natureza pelas pessoas e/ou empresas (que são compostas por pessoas, mas que tem nas máquinas, sua maior margem de renda). Os homens não podem ser analisados somente por quantificações, principalmente quando são retomadas análises de outras realidades, como a europeia.

Já para Hespanhol (2006), existem três segmentos de pensamento, diferentes das abordagens, mas complementares e anacrônicas, que representam diversas correntes de interpretação do espaço rural em relação ao urbano. A primeira considera a dicotomia campo-cidade; a segunda defende o fim do rural e a terceira exprime a existência de diversas ruralidades associadas aos universos culturais e econômicos distintos.

A tese que direciona a análise da dicotomia campo-cidade está baseada no separatismo de funções estabelecidas ao meio rural e ao urbano. Às cidades, caberia o papel de manter as indústrias e a prestação de serviços às pessoas nelas residentes, ou seja, os setores secundário e terciário seriam apenas restritos às cidades. Já ao meio rural, estaria submetido o papel da produção agropecuária do setor primário, subsidiando a alimentação dos moradores das cidades. Porém, na atualidade, esta função dos espaços não são mais totalmente reais, uma vez que existem diversas indústrias e funções não-agrícola no meio rural, e atividades agrícolas no meio urbano no ENP, como pode ser observado nas Figuras 5 e 6. Essa é uma forma de pluriatividade rural no meio urbano, já que os responsáveis pelas hortas não exercem apenas essa atividade.

Esta visão esteve muito presente no Brasil até a década de 1980, depois da consolidação da modernização da agricultura, mas ainda permanece em alguns setores, direcionando ao espaço rural, a incumbência da produção agrícola para exportação e para a alimentação dos moradores das cidades, além da própria subsistência do campo. O que vale ressaltar, nesse contexto, é a característica da produção existente e direcionada a cada espaço.

A segunda linha de pensamento, ainda de acordo com Hespanhol (2006), condiz sobre a relação rural-urbano estar baseada no avanço do capitalismo no campo,

levando uma maior tecnificação desse espaço e consequentemente uma urbanização ou características urbanas nos espaços rurais, o que levaria uma atrofização ou mais radicalmente um desaparecimento do rural em detrimento do urbano.

Figura 5: Atividade hidropônica em área urbana de Santa Fé do Sul (SP) - 2008.
Autor: Rosas (2008).

Figura 6: Horta em área urbana em Santa Clara d'Oeste (SP) - 2008.
Autor: Rosas (2008).

Moreira (2007, p. 95) salienta que

> Três fases se distinguem nesse processo que torna o mundo inteiro uma civilização urbana: na primeira, a cidade se separa do campo; na segunda, a cidade se torna o grande pólo da concentração populacional; por fim, na terceira, a cidade invade e urbaniza o campo com sua cultura.

Tal argumentação se pauta na existência do fim do isolamento entre cidade e campo, através de um *continnum* rural-urbano, onde as características, modo de vida, influências econômicas são repassadas do urbano para o rural, transformando-o e levando a uma perda constante das características do rural, devido à imposição das características urbanas em diversos planos, até mesmo em áreas mais marginalizadas do espaço rural. (WANDERLEY, 1997; 2001). Nota-se que essa teoria não pode ser aplicada à realidade do ENP, já que suas características não são evidentes para tal continuidade na perspectiva apresentada, embora sejam inegável que ocorram avanços do urbano no rural, em decorrência dos loteamentos nas periferias das cidades, mais notoriamente em Santa Fé do Sul, e Rubineia devido a presença de ranchos (moradia secundária e de descanso), que são consideradas áreas urbanas, desde sua infraestrutura, até o seu uso, sendo descontínua do núcleo urbano.

Para Graziano da Silva (1999), o campo adquire novas características e funções, que surgem com o objetivo de atender a crescente demanda de consumo. Porém, esse novo rural não é apenas visado através de atividades não-agrícolas, mas de uma relação baseada no avanço capitalista em todos os setores de atividades, levando a uma adaptação e uma crescente demanda de consumo pelas cidades, como a criação de plantas, animais exóticos, peixes, minhocas, entre outros, caracterizando e vislumbrando atividades pluriativas nestas famílias rurais.

Esta ideia é repassada também por Medina (2004), quando se refere que a tecnologia é o fator principal que leva a uma uniformização da sociedade e do espaço rural, seguindo os padrões do meio urbano, ou seja, todos os espaços são afetados pela globalização tecnológica, econômica e cultural. Seria a tendência à homogeneização dos lugares, mas que, de acordo com Santos (1999), nunca chegaria a acontecer, pelo contrário, os lugares se tornariam cada vez mais específicos.

De acordo com Alves (2001), o fenômeno de urbanização do campo é mais evidente nos países desenvolvidos, e que no Brasil, ocorre um processo em medias e parte de grandes cidades de ruralização do urbano, principalmente nos locais onde se instalam pessoas provindas de um processo migratório em busca de emprego e consequentemente melhores

condições de vida. Porém, nota-se que a ruralização do urbano ocorre em pequenas cidades, como é o caso dos municípios do extremo noroeste paulista. Esta vertente é também defendida por Zabotto e Oliveira (2004), onde incluem que esta mistura entre culturas e necessidades ocorre principalmente nas áreas periféricas das cidades, local onde se assentam os migrantes do meio rural, o que também, para o caso do ENP, não é totalmente verdade, pois as áreas de fronteira das cidades se encontram em expansão, sendo construídos loteamentos urbanos, priorizando moradores com maior poder econômico, como se observa na Figura 7, principalmente em Santa Fé do Sul, já que nos outros municípios, devido ao tamanho das áreas urbanas, há pouca diferenciação daqueles que vivem nas áreas de fronteira ou nas áreas centrais, em virtude da facilidade de locomoção.

Figura 7 – Construção de loteamento urbano fechado em área periférica da cidade de Santa Fé do Sul (SP) - 2008.
Autor: Rosas (2008).

A terceira linha de pensamento apontada por Hespanhol (2006) considera que, embora existam diversas implicações sobre o rural, há a permanência de áreas com características próprias e com grau de inserção à dinâmica econômica diferenciada, conforme processo de desenvolvimento histórico de cada lugar, gerando diferentes ruralidades e territorialidades nestas regiões.

De acordo com Carneiro (1997, 1998, 1998a), apesar de haver uma maior comunicação entre o rural e o urbano, em decorrência dos valores atribuídos a cada lugar, as fronteiras entre estes espaços passam a se tornar mais imprecisas, mas longe de se homogeneizar, pois cada qual continua com suas especificidades, de acordo com a região e com o processo de ocupação sócio-econômica e relações externas de cada lugar.

Nesse sentido, Santos (1988; 2000) manifesta que o processo de globalização não homogeneíza os lugares, mas os tornam mais específicos. Já para Boxberger e Klimenta (1999, p. 165), no sentido do mercado e das informações, enfatizam que

> A globalização não promoveu a diversidade, mas uma economia do tipo 'Madonna', com os mesmos padrões, na qual os mesmos bens de consumo, informação e comunicação são produzidos e vendidos segundo uma mesma lógica de mercado e de publicidade.

Mas a ideia de especificidade dos lugares e de revitalização particularizada é estendida a Saraceno (1994), Marques (2005), Tavares (2005), Ferrão (2000), entre outros.

Fica claro que o padrão de desenvolvimento territorial adotado leva a uma maior inter-relação entre o rural e o urbano, dependendo da região e das características indicadas em cada um desses espaços, porém, os lugares passam a se tornarem mais específicos e únicos (SANTOS, 2000), restaurando padrões de produção e criando condições alternativas à crise da agricultura (ou diminuição dos lucros) provinda, sobretudo, a partir do fortalecimento do movimento de modernização do campo, e a consequente marginalização de produtores rurais com menores condições de produção.

No caso do Extremo Noroeste Paulista, embora as condições de produção sejam tipicamente familiares, e a dependência com os padrões impostos pela cidade não sejam intensificados por relações econômicas, a receptividade dos moradores do campo aos padrões de consumo e necessidade da cidade, leva em consideração, também, o dinamismo e as oportunidades geradas no urbano, caracterizando especificamente tal imbricamento.

Acredita-se, nesta tese, que as perspectivas de análises do meio rural estão subjugadas e interligadas, uma vez que tais separações servem apenas para estudos baseados em diferentes perspectivas e visões, porém, os acontecimentos vão ocorrendo empiricamente sem depender de análises diversas sobre o tema. Considera-se importante que haja uma integração das análises baseada nas diversas perspectivas apresentadas, para que se consiga a compreensão da dinâmica do rural brasileiro, caracterizando-o como novo, não por apresentar especificidades diferentes às passadas, como seria comum que acontecesse, mas apenas como

um novo cronológico, no sentido de mudanças realizadas no processo de construção desse espaço, que possui lógicas diversas e interesses de usos distintos.

As técnicas são um dos principais elementos na reestruturação produtiva, o que aumenta a divisão social e territorial do trabalho. Há uma remodelação do território, e uma reorganização dos sistemas rurais e urbanos. Embora o padrão tecnológico influa nas características dos espaços, há regiões e padrões considerados arcaicos que se misturam e convivem lado a lado com tal avanço, principalmente em áreas onde a agricultura familiar, juntamente com as dificuldades produtivas, são mais afloradas, como no Extremo Noroeste Paulista.

O espaço geográfico deverá ser o ponto de partida dessa análise, pois engloba todos os setores citados, num emaranhado de teias e relações, passando pela dinâmica social do espaço rural dos processos produtivos e econômicos, assim como a prática agrícola, que mesmo subordinada ao capital, ainda é evidente em muitas regiões do país, inclusive no Extremo Noroeste Paulista.

A partir dessa conjuntura, as análises das ruralidades voltadas aos aspectos sociológicos e etnográficos, buscando uma compreensão das relações voltadas à construção e redefinição das identidades sociais, culturais e do modo de vida, são a base da compreensão da formulação dos conceitos de produção e reprodução familiar, pois são as pessoas que dão vida e direcionam a utilização do rural, além de exprimir o modo de vida encontrado nos pequenos municípios brasileiros, evidenciando a especificidade da ruralidade brasileira, como é o caso dos municípios do ENP, passando desde a exploração do capital em regiões onde prevalece a monocultura, até em lugares onde os pequenos estabelecimentos rurais são predominantes.

Juntamente com essa visão interpessoal e sócioeconômica, deve-se lembrar que o rural é base dos recursos utilizados para a vida humana, entendendo o rural como correlato à natureza, aos aspectos ambientais. Portanto, a perspectiva ambiental sobre a preocupação com a preservação ambiental e a sustentabilidade, é indispensável numa análise em um local específico sobre a vida humana na terra.

Evidencia-se que o caráter de análise da relação dicotômica entre o rural e o urbano só podem ser compreendido considerando as três vertentes apresentadas, juntamente com a questão normativa da ruralidade, sendo o que se propõe a realizar no Extremo Noroeste Paulista, tornando necessário compreender sua delimitação e (des)articulação na atualidade.

2.5 O rural e o urbano como espaços delimitados na atualidade

O processo de urbanização fez com que o homem cada vez mais se utilizasse da natureza para sobreviver. O processo de urbanização ocorre, de acordo com Capel (1975), associando-se o nível de desenvolvimento da cidade em relação ao território onde esta se localiza. Esse padrão de definição se modifica em diferentes países, tornando-se impreciso. No Brasil, o padrão adotado de classificação administrativa (IBGE) é criticado por Blume (2004), por não fazer uso de criterios combinados, ou seja, a avaliação ocorre somente por intermedio da localização geográfica administrativa, que foi criado pelo Decreto-Lei 311/1938, pois anterior a esta data, Queiroz (1979) afirma que o rural era concebido no Brasil como tudo aquilo que fazia parte do interior do país, na porção oeste, e somente se modificou através do Decreto-Lei que permanece até a atualidade.

Como salientado, outra crítica também é realizada por Veiga (2003), embora passível de considerações, quando enfatiza que o Brasil é o único país no mundo a considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), quaisquer que sejam suas características. O autor afirma ainda que de um total de 5.507 sedes de município existentes no Brasil em 2000 (em 2007, existiam 5.564), "[...] havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade" (p. 32). Como forma de contornar essa situação, propõe como alternativa a classificação de municípios rurais aqueles que possuem menos de 80 hab/km^2, incluindo a maioria dos localizados no extremo noroeste paulista, o que de acordo com essa proposta, somente Santa Fé do Sul poderia ser considerado urbano[6].

Embora simplista, essa classificação traz à tona problemas reais de entendimento da fronteira do urbano com o rural no Brasil, onde as dificuldades e a precariedade nos municípios com essas proporções são evidentes. Porém, deve-se considerar que cada caso deverá ser analisado especificamente, pois em alguns aspectos, municípios pequenos possuem poucas ligações com o rural, e em contrapartida, municípios maiores são essencialmente rurais, baseados em pequenos estabelecimentos rurais, ou através do uso de tecnologia e da concentração fundiária, com lucro no agronegócio, como é o caso das áreas de fronteiras e de expansão da cultura da soja no Centro-Oeste e algumas áreas do Norte do país. Essa tendência será analisada mais claramente no Capítulo II.

---

[6] No Capítulo II, essa proposta será resgatada e rediscutida, com o acréscimo de ideias, onde Santa Fé do Sul seria considerado por Veiga (2003) como município rurbano.

Dessa forma, de acordo com Wanderley (2000), todas as sedes, povoados ou vilas foram transformadas em cidades, cabendo aos prefeitos a delimitação do perímetro urbano municipal. Tal fato levou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a criar suas delimitações com base neste decreto. Os municípios do Extremo Noroeste Paulista fazem parte desse contexto, e com uma estrutura fundiária bem distribuída até o momento, apresentam novas dificuldades em dividir e delimitar as fronteiras baseadas apenas nos limites administrativos. Porém, deve-se lembrar que as fronteiras entre o rural e o urbano são flexíveis ao longo do tempo e de seu uso, podendo se expandir ou se retrair, e modificar suas funções e formas de acordo com as necessidades dos homens.

É neste sentido, que as necessidades humanas vão transformando o meio em que se vive, buscando formas de sobrevivência, subsistência e, posteriormente, no modo de produção capitalista, o lucro.

Depois do processo de formação e consolidação das cidades, passando de vilas à rápida expansão urbana, o espaço de transição entre o urbano e o rural passou a ser pesquisado e analisado em busca de uma delimitação, uma fronteira. Tal espaço, ainda sem identidade específica do rural ou do urbano, mas com um emaranhado de características, passou a ser denominado “periurbano” por autores como España (1991), FAO (1999), Pereira (2000), Iaquinta e Drescher (2002), Monteiro (2002), Vale (2005), só para citar.

Para se alcançar a compreensão das diferenciações e rugosidades do espaço (SANTOS, 1988) para a reprodução e permanência no meio rural, é necessário que as famílias rurais busquem alternativas às dificuldades encontradas no contexto atual do meio rural no Brasil e em várias partes do mundo, já que o motor da sociedade se consubstancia no eixo urbano-industrial, e as atividades que favorecem o capital são os únicos interesses reais para alavancar a economia, mas sem a preocupação em solucionar problemas sócioestruturais provocados pelo próprio capital em expandir de maneira seletiva sobre o território, causando e agravando a desigualdade sócioespacial e excluindo os moradores do espaço rural em seu próprio espaço, e em relação ao avanço da denominada modernidade.

O rural se diferencia do urbano por diversas características, porém, os pontos de relação dialética são vários, dado o tamanho do rural e suas diferencialidades. Para Veiga (2002), o rural se destaca cada vez mais pelo o que se opõe ao artificialismo das cidades, como a relação com o ar puro, o silêncio, as paisagens naturais, a água limpa, o contato com animais silvestres.

Uma vez que o meio urbano se destaca pela produção secundária e terciária de transformação industrial e de serviços em geral no rural está presente a extração de

materia-prima, a agropecuária, algumas atividades não-agrícolas, as atividades surgidas como o turismo e o lazer, além da preservação ambiental, formando um circuito de produtos. De acordo com Galvão (1995, p. 105), nota-se que essa relação, mesmo distinta e tendenciosamente homogeneizadora, torna os espaços mais específicos e interligados.

> A esses circuitos entrecruzados de produtos, pessoas, relações de trabalho, a que se mesclam aspirações, sonhos de crescimento e utopias, somam-se fluxos ambivalentes de capital, projetos, ideologias e mitos, tornando ainda mais complexas e interativas as relações campo-cidade, que fundem o agrário e o urbano, sem contudo configurarem ou comprometerem sua identidade e seus problemas.

Já do ponto de vista sociológico de Zimerman et al. (1981), a principal diferença entre os espaços urbano e rural seriam aquelas relacionadas às individualidades dos indivíduos, já que o meio rural serviria para as atividades agrícolas, e o meio urbano para outras atividades, e que o primeiro estaria subordinado às ações provindas das cidades, devido ao poderio econômico dos mesmos.

Além disso, o rural se destaca, de acordo com Kageyama (1998), Kayser e Brun (1993), Wanderley (1997), dentre outros, pela baixa densidade populacional em relação ao meio urbano (entretanto, em algumas cidades e vilas essa caracterização nem sempre é verdadeira), o que leva a criação de uma baixa edificação, fazendo com que o meio "natural vegetativo" predomine, mesmo considerando o atual desmatamento em curso. Dessa forma, a predominância econômica marcante e típica, embora haja a presença dos CAIs, é relativa ao agropastoreio, sendo que a identidade dos habitantes está relacionada com o lugar e pequenas coletividades, caracterizando assim uma cultura e um modo de vida específico, principalmente no que concerne às famílias rurais com herança campesina, criando um ritmo de vida (tempo) e prática diferenciado daqueles que vivem nas cidades, principalmente nas maiores.

Outra característica marcante é a relação entre as pessoas, pois no meio rural existe uma maior inter-relação pessoal, o que gera neste espaço uma menor diferenciação socioeconômica entre seus moradores, exceto à chegada dos CAIs, que (re)criam novas relações com a imposição do capital e da modernização da agricultura, voltada para as grandes companhias e empreendimentos (VALE, 2005).

Não se pode pensar no fim do rural, mas numa recriação desse espaço, pois as transformações e a construção do território nunca são iguais ou se encerram, pois o homem sempre busca sua recriação e fortalecimento no meio.

> Assim, essa recriação, essas representações do universo rural, e sua nova reconfiguração, não deveriam ser pensadas como sinais de seu fim, ou de sua descaracterização em função das pressões do universo urbano, mas talvez como elementos importantes na sua vitalidade, em uma relação dialética com aquilo que representaria seu algoz exterminador. (PAULINO, 2000, p. 8).

Como observado, várias características permanecem, com mudanças pouco significativas, e outras com modificações mais drásticas. A intervenção antrópica do caráter "natural" dado ao meio rural se esvai nas condições impostas pela agricultura, principalmente aquela baseada na modernização, ou seja, na utilização de máquinas e insumos em geral. Todavia, ainda existe uma maior presença de características "naturais" no meio rural do que na cidade, fato que atualmente atrai investidores e principalmente os moradores citadinos de grandes centros urbanos, e até mesmo para se utilizar de uma segunda moradia, mas somente para quem possui capacidade econômica para tal.

Vários são os motivos que atualmente faz com que o morador do meio rural saia de seu legado ou procure alternativas ao seu trabalho, como o uso da tecnologia, a dificuldade de acesso ao crédito, além das oportunidades surgidas nas cidades. De acordo com Veiga (2003), nos países desenvolvidos da Europa, os trabalhadores rurais estão mais vinculados a atividades complementares à agropecuária, tornando-se cada vez mais pluriativos (exerce mais de uma atividade, agrícola ou não, em tempo parcial ou não) e multifuncionais, pois sem uma tecnificação adequada, fica difícil competir com as grandes empresas do setor. Essa é a realidade exposta por Siqueira e Osório (2001), do novo mundo do consumo, onde este seria a expressão de uma nova territorialidade, que extrapola e cria novas concepções e "necessidades" impostas às pessoas, levando a uma maior individualização (MARQUES, 2002), sobretudo nas áreas próximas aos grandes centros urbanos.

Tal fato também ocorre no Brasil, embora com especificidades diferentes, já que agora não existe apenas um espaço rural, mas "espaços rurais" (TEIXEIRA; LAGES, 1997), dada a grande diferenciação de influência da modernização no campo brasileiro. A correlação de atividades agropecuárias e as não-agrícolas fazem da família rural uma unidade pluriativa, como enfatiza Schneider (2001), onde esta trabalha cada vez menos dentro de seu estabelecimento. Para Carlos (2004), a pluriatividade teria o papel de rearticular a relação entre cidade e campo, já que as relações de trabalho ganham novo caráter e redefinem a contradição entre cidade e campo.

De acordo com Mattei (1997, p. 3), a pluriatividade é entendida como

> [...] a combinação, numa mesma pessoa, do duplo caráter, ou seja, o trabalhador com estatuto de empregado e de trabalhador por conta própria ao mesmo tempo - pode se configurar de duas formas básicas: através de um mercado de trabalho que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário em outras atividades (industriais, têxtil, serviços, etc.); através da combinação de atividades tipicamente urbanas com a administração/gerenciamento da propriedade.

Carneiro (1997) ressalta que a pluriatividade é uma prática antiga, e que ressurge com um novo significado no Brasil em decorrência das dificuldades e da crise que assola as famílias rurais. Embora muito criticado, é esse contexto que Graziano da Silva (1999) sugere o termo "novo rural brasileiro". Ora, a prática antiga da pluriatividade é apenas reproduzida na atualidade brasileira, conforme as necessidades de reprodução das famílias rurais, sendo elas pluriativas não somente no campo, mas mesclando atividades rurais e não rurais, no meio rural ou no urbano, conforme suas conquistas materiais e ambições. É muito comum no ENP, um trabalhador do meio urbano comprar terras no meio rural, para ampliação de sua renda, ou criar um refúgio das dificuldades vividas com o estresse da vida urbana, de acordo com seu padrão cultural. Ou pelo contrário, trabalhadores rurais que trabalham no meio urbano, obtendo renda nos dois espaços, como se observa na Tabela 12.

Tabela 12 – Atividades exercidas pelos moradores do meio rural

Sempre exerceu atividade no meio rural?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	29	41
Não (já trabalhou na cidade)	20	29
Trabalho de pedreiro	4	6
Faço "bicos"	10	14
Trabalho em empresa na cidade	7	10
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Embora ainda seja maior o número de pessoas que sempre trabalharam no meio rural, aquelas que moram atualmente no campo e já trabalharam na cidade é grande (20 pessoas), considerando também aqueles que moram no campo e trabalham na cidade, fazendo diversas atividades no campo e na cidade, além de pedreiro e o trabalho em empresas. Isso demonstra realmente que a pluriatividade passa a ser prática efetiva da relação campo-cidade, e que a tendência daqueles que lutam para sobreviver no campo tendem a procurar alternativas às atividades agrícolas, como demonstrado.

Nestes termos, Marques (2002) e Carneiro (1997) propõem que a atual característica de produção contida no meio rural brasileiro, onde há cada vez mais pessoas se dirigindo às cidades, e as unidades de produção familiar são dirigidas não pela família como

um todo, mas por um ou dois representantes, faz com que estes moradores do campo sejam "contaminados" pela cultura urbana, levando a um desprezo da cultura camponesa, popular, perdendo suas características históricas.

De acordo com Schneider (2003c), até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram usados como sinônimos pelos cientistas sociais, sendo que a única distinção era feita pela origem dos conceitos, sendo o primeiro utilizado pelos analistas de língua inglesa, e o segundo, pelos de língua francesa.

Desse modo, há inúmeros confrontos de ideias no que se refere ao termo pluriatividade, e para Schneider (2003c), a ligação com as famílias rurais, faz com que os objetos de compreensão se interajam entre os elementos externos, como o mercado de trabalho não-agrícola, é definida como uma prática que depende das decisões individuais ou da família. É evidente também, que a prática de inúmeras tarefas não é recente, porém, com as transformações ocorridas no cenário rural mundial, as estrategias de reprodução se alteraram. Vale ressaltar ainda, para as pessoas que vivem no meio urbano e que possuem inúmeras atividades de geração de renda, não são denominadas pluriativas. Este é um fator que poderá elucidar mais debates acerca do conceito.

Porém, de acordo com Costa (2002), tanto o campo quanto a cidade estão em relação constante, e que diversas decisões tomadas em qualquer um desses espaços, podem afetar o outro, além de se considerar o aspecto ambiental, já que as transformações ocorridas no campo afetam diretamente o ritmo de vida nas cidades, essencialmente se evidenciarmos a principal atividade, mas não única, exercida no meio rural, a agricultura, que passa por diversos problemas, principalmente quando se trata de pequenos produtores rurais descapitalizados, dentre outros.

2.6 As dificuldades da atividade agrícola na atualidade e a busca por novas alternativas: a modernização conservadora do espaço rural e o papel do Estado

A relação de sobrevivência e adaptabilidade das famílias rurais seja ela no aspecto cultural-simbólico, econômico-material, inter-relação com as atividades e necessidades dos espaços denominados urbanos, são bases para a compreensão da inserção e da relação num contexto gerido pela sociedade urbano-industrial, marcante no Brasil desde a década de 1930, e na Europa desde o terceiro quarto do século XIX.

No contexto europeu, a temática relacionada à baixa produtividade agrícola, dimensionada pelas condições sociais adversas, são características dicotômicas que envolvem principalmente a parte sul deste continente, em relação ao norte. No Brasil, além de envolver a diferenciação regional, existem ainda políticas agrícolas voltadas aos interesses de grandes produtores rurais, exportadores de monoculturas, "essenciais" ao fortalecimento do PIB brasileiro, além do poder público municipal, que tem interesses em criar novos espaços urbanos como continuidade no meio rural[7], em busca da arrecadação de mais tributos.

Destacam-se, inicialmente, dois pontos para averiguação no contexto europeu. Primeiramente, podem-se centrar os esforços de compreensão da realidade baseado na identificação e análise das mudanças que estão ocorrendo no espaço rural, verificando uma tendência ao desmantelamento da dicotomia urbano-rural, tão presente até o momento, principalmente no sul da Europa. Essa prerrogativa tem ocorrido sob o foco das economias local e regional, centrando *in loco* as transformações ocorridas nas bases sociais e materiais das famílias rurais.

Já na América Latina, Sepúlveda; Rodriguez; Echeverri (2003) elencam as seguintes transformações ocorridas no meio rural recentemente, dentre as quais se destacam: a) o aumento das atividades rurais não-agrícolas, analisadas por Graziano da Silva (1999); b) o aumento da integração entre os espaços urbano e rural; c) a busca pela sustentabilidade ambiental; d) transformações na institucionalidade rural; e) o surgimento e a relevância de novos atores sociais; f) aumento com a preocupação com a qualidade dos produtos; e g) a busca por novas tecnologias a serem utilizadas no meio rural.

Outro ponto a ser considerado, são as transformações na organização interna das unidades de produção, sob a perspectiva da pluriatividade familiar, considerando aspectos culturais de adaptação às condições existentes, e utilização dos objetos próximos às ações consideradas como essenciais à reprodução das relações da existência familiar.

Todas as mudanças inseridas numa construção histórica de (não)evolução do capitalismo devem ser analisadas num contexto de um desenvolvimento desigual, conforme sugere Smith (1988). Tais relações não podem ser percebidas em uma vertente de análise isolada e fechada, pois a dinâmica e o movimento são constantes, alterando a forma

---

[7] Segundo a definição oficial do que é rural no Brasil: "rural é tudo aquilo que não é urbano" (sic!) (RUA, 2005, p. 21). O IBGE se utiliza apenas de critérios de **localização** para a definição das áreas e populações rurais e urbanas dos municípios, não levando em consideração, por exemplo, "o modo de vida da população" (FERREIRA, 2005, p. 11) e suas relações entre si e com a população urbana. Para as prefeituras, é interessante a ampliação de "espaços urbanos" visando uma maior arrecadação de tributos (RUA, 2005). Baseado nessa demarcação do IBGE das áreas urbana e rural, não se está levando em consideração a expansão urbana nem a dinâmica rural e agrícola. Portanto, os espaços das relações do/no urbano e rural são maiores ou menores do que se imagina, dependendo das características de cada lugar.

dos objetos, e levando a uma reestruturação e adaptação das pessoas à nova configuração territorial expressa no momento. De acordo com Rua (2005, p. 2)

> O capitalismo recria um rural, capaz de, participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re)construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os rebatimentos territoriais derivados desse processo.

A vivência das pessoas, sua identidade, sua produção, são afetadas por relações externas, oriundas de relações capitalistas expressas localmente, e derivada de influências e decisões impostas globalmente. Esse processo determina o surgimento de novas territorialidades, resultado da interação urbano-rural, num movimento direcionado pelo interesse do capital, que influencia e determina o ritmo de transformações e adaptação das famílias rurais em seu meio.

Tais transformações vêm ocorrendo no Brasil, especificamente, a partir do momento em que o espaço rural começou a receber influências da tecnologia, modificando a estrutura de produção e social, a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980.

O espaço rural sempre se transformou e se transformará. O que se denota destas modificações, são os interesses do capital em se utilizar desse espaço para dar continuidade e aumentar a extração de lucro num espaço ainda inexplorado pelo capital, ou representar politicamente os interesses representados pela oligarquia rural. Portanto, é inevitável que o meio rural sofra interferências da utilização de tecnologias para a melhoria da produção agrícola, e de aspectos relacionados à agregação de valores a produtos de diversos segmentos oriundos ou trabalhados no meio rural. E em contrapartida, essa segmentação criada pelo capital, faz com que diversas famílias sigam para atividades alternativas e à subsistência, para assegurar sua reprodução neste segmento.

A aceleração do processo de divisão do trabalho entre cidade e campo (RUA, 2005), que teve início com a Revolução Industrial, criou uma nova organização do espaço rural, tanto social quanto economicamente, além da importância destinada a cada espaço no que consiste à tomada de decisões e importância econômica. No Brasil, a urbanização se tornou "[...] generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização." (SANTOS, 2005, p. 6).

A autosuficiência da produção agropecuária passou a sofrer influência do uso de máquinas, implementos e insumos químicos, devido à expansão capitalista no campo.

As cidades passaram, portanto, a serem centros de decisões e econômicos, e tiveram sua importância ampliada decorrente da inserção industrial em seu meio, e o mundo rural perdeu sua centralidade, modificando os aspectos sociais, econômicos e simbólicos. (FERRÃO, 2000; SANTOS, 2005; SZMRECSANYI, 1990).

Após a abolição da escravatura (1888), e o posterior fortalecimento das indústrias nas cidades (década de 1930), se iniciou o processo de êxodo rural e o campo se tornou sinônimo de abandono e arcaísmo (HESPANHOL, 2006). As indústrias emergentes passaram a ser símbolos de novas oportunidades de trabalho e de status, ficando o meio rural fadado a representar apenas a produção para aqueles que vivem nas cidades. O eixo econômico-social passava a ser urbano-industrial.

No Brasil, apesar dessas transformações ocorrerem posteriormente, por volta de fins do século XIX e início do século XX, teve os mesmos impactos daqueles ocorridos na Europa, porém, com outras características. De acordo com MARTINS (1986), a partir do enfraquecimento da atividade cafeeira no final da década de 1920, as indústrias começaram a despontar, devido ao investimento de capital no setor, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir de 1930, quando o café entrou em declínio por causa de diversas crises no setor econômico no Brasil e no exterior, a maioria das atenções e de capitais passou a ser repassada para o setor industrial, criando uma imensa divisa entre o agrário-exportador, característica da economia brasileira até o referido período, e o urbano-industrial. Tais transformações modificaram radicalmente as relações econômicas, administrativas, políticas e, acima de tudo, sociais (ROSAS, 2002).

Embora as indústrias tenham se desenvolvido desde o final do século XIX, e várias transformações tenham ocorrido neste período, foi a partir da década de 1950 que as indústrias ganharam maior importância e expressividade no cenário nacional, em decorrência da ação do Estado desenvolvimentista a partir de 1930, antes de entrar em crise. (SZMERECSÁNYI, 1990).

Para Bielschowsky (2000), a crise do modelo desenvolvimentista teve algumas características básicas, entre 1961 e o golpe militar de 1964, com forte instabilidade política, financeira, e declínio nas taxas de crescimento. A inflação açoitava o quadro conjuntural, juntamente com a crise do balanço de pagamentos, além de questões relacionadas às reformas sociais e agrárias. Contudo, a aristocracia rural realizava pactos com a burguesia urbano-industrial para desacelerar as reivindicações de reforma agrária e sustentar suas posses.

Nesse período desenvolvimentista, o meio rural passava como um produto do capitalismo para os governantes e principalmente para os aristocratas e os burgueses, pois as principais políticas para o setor neste período, de acordo com Delgado (2005), o papel da agropecuária no contexto do desenvolvimento econômico era a liberação de mão-de-obra para as indústrias, a segurança alimentar interna, a geração de materia-prima para as necessidades das indústrias, produzir para exportação em grande quantidade e a transferência de renda para o crescimento do setor urbano. Vale ressaltar que o caráter dessas exigências atribuídas ao meio rural, foi em sua maioria atendida de maneira a auxiliar o crescimento urbano, em decorrência de uma elite capitalista que comandava as decisões no país.

Com a estruturação e avanço do processo de urbanização no Brasil, ocorre uma reestruturação do campo, com a inserção de máquinas e insumos industriais, criando um processo denominado de industrialização do campo, ocorrido durante as décadas de 1950 e 60. Para Saquet (1996, p. 39), "A modernização da agricultura no Brasil se dá a partir da articulação Estado X capital, sob o comando dos capitais industrial e financeiro."

Segundo Muller (1989), o processo de integração da indústria com a agricultura ocorre em três momentos distintos. O primeiro momento ocorre lentamente ainda sob o domínio do complexo cafeeiro, em 1870 e se estende até a década de 1920/30. Neste período, há uma inserção de indústrias leves de transporte e materiais e utensílios para a produção agrícola, como enxadas e arados para tração animal.

Ainda para Muller (1989), o segundo período se inicia justamente na transição demarcada pela crise da cafeicultura no cenário nacional e mundial, e vai até 1955/60. Este período ficou marcado pela inserção de maquinário pesado nas indústrias da região sudeste brasileira, e em contrapartida, gerava reflexos de expansão para o setor rural. É neste contexto que se inicia na década de 1950, de acordo com Delgado (1985), o processo de modernização do meio rural, o que mais tarde vai ser considerado por Graziano da Silva (1999) como modernização conservadora, por não modificar as bases agrárias, ou seja, uma inserção de tecnologia no campo sem a realização de reforma agrária.

Tal modernização teve início com o processo de importações de máquinas agrícolas e insumos químicos. Neste momento, cresce a dependência dos trabalhadores e moradores do meio rural com as cidades. Fica claro que até mesmo o Estado aumenta este vínculo com o meio rural, pois era necessário criar toda uma estrutura para fomentar as exportações brasileiras e consolidar o mercado interno de alimentos que crescia com rapidez nas cidades.

Já no final da década de 1950, tem início o processo de industrialização do campo, com substituição de importações, pois ocorre uma internalização dos setores produtores de insumos químicos e de equipamentos e máquinas para a agricultura. A relação entre o campo e a cidade se estreita ainda mais, pois além de se utilizar dos objetos produzidos nas cidades, existe também a relação de trabalhadores que, com uma maior infraestrutura, poderiam morar nas cidades e trabalhar no campo. (ROSAS, 2000).

O terceiro momento enfatizado por Muller (1989), é concretizado pela integração de capitais intersetoriais, formando uma relação a montante e a jusante da agricultura, com uma complexidade que interligou diretamente os espaços rural e urbano. Esta relação ficou ainda mais forte em decorrência do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965 e, apesar de ser seletivo, alavancou a estruturação dessa união intersetorial. "Esta politização sustenta-se no fato de o Estado planejar a agricultura para o lucro, assim, uma forte regularização das leis de mercado na agricultura e na economia em geral" (MÜLLER, 1989, p. 42).

O governo do período autoritário de 1964 teve a incumbência de transformação do campo. Para que ocorresse o desenvolvimento geral da economia brasileira, era necessário que o campo fosse reestruturado[8].

> Os interesses, portanto, que norteiam a intervenção não são gerados internamente e, consequentemente, promovem ganhos muito maiores no espaço urbano do que no rural. Não que isso significasse uma ruptura campo-cidade, apenas que os setores urbano-industriais haviam assumido a direção do processo de desenvolvimento político-econômico do país e estavam requerendo uma participação diferenciada nos resultados. (GONÇALVES NETO, 2000, p. 223).

É no final da década de 1960, que se tem início a formação de um novo marco no campo brasileiro, que é a constituição dos CAIs, que se subentende com uma articulação entre setores ligados a montante da agricultura, como a produção de máquinas e equipamentos para agricultura, assim como o posterior processo de transformação a jusante da materia-prima em produto com valor agregado para comercialização (CLEPS JÚNIOR, 1998).

Com a articulação dos CAIs, os produtores rurais que conseguiram se modernizar, auxiliados pelo crédito rural seletivo, aumentaram seu vínculo de dependência

[8] Depois de concretizado o Golpe Militar, foi criado, através de diversas reivindicações, um instrumento para que o Poder Público realizasse a reforma agrária, o Estatuto da Terra. O plano era conceder terras aos pequenos produtores rurais, e transformar grandes latifúndios em empresas rurais. Com a "Revolução Verde", muitos latifúndios se transformaram em empresas, se modernizando e se beneficiando, em detrimentos das famílias que viviam em pequenos estabelecimentos, ou não possuíam a posse da terra.

com as cidades, por diversos fatores, como a mão-de-obra especializada, assistência técnica, comercio direcionado e *commodities*, capital financeiro, além das máquinas e equipamentos especializadas com tecnologia de ponta, e os insumos químicos utilizados nas lavouras. Com a consolidação dos CAIs, ocorre uma profunda fusão entre o campo e a cidade, no sentido econômico e de forças produtivas, reordenando a divisão territorial do trabalho, de acordo com os interesses do capital. (MOREIRA, 2005).

> O complexo agroindustrial se transforma num dos elementos centrais no processo de acumulação de capital na medida em que permite a expansão da produção agrícola, tanto para o mercado interno quanto para o externo, que incrementa a massa de sobretrabalho gerada na agricultura; gerar um novo campo de valorização do capital, de insumos e produtos industriais ligados à agricultura; o incremento de divisas necessárias para a expansão do atual modelo econômico, além de colonizá-las através do suprimento das necessidades do mercado interno. (SORJ, 1986, p. 12).

Essa tecnificação e necessidade de menos mão-de-obra, expropriou ainda mais o trabalhador do campo e agravou a exclusão social, sendo que a cidade não foi capaz de absorver todos trabalhadores, dando margem e fortalecendo diversos movimentos sociais urbanos e rurais, direcionados para uma reforma agrária urgente, além de criar nichos periféricos dentro das maiores áreas urbanizadas.

Além dos problemas de cunho social gerados pelo processo de modernização da agricultura, que modificou consubstancialmente o meio rural naquele momento, pode-se considerar que houve um movimento de direção contrária, porém direcionada para um mesmo foco. Apesar de o meio rural estar sofrendo uma reestruturação e se tornar mais independente, seu vínculo com o urbano aumentou em decorrência da maior utilização de técnicas produtivas, como as máquinas e a dependência das pesquisas, entre outros.

Toda essa relação trouxe dificuldades sociais e, com a continuidade na utilização desses recursos tecnológicos, os problemas ambientais começaram a se despontar com verdadeiro agravamento na produção agrícola. Tais agravamentos foram instituídos devido ao uso contínuo e sem precedentes de agrotóxicos, máquinas, desmatamento, entre diversos outros oriundos de segmentos provindos desses principais.

Para Santos (2005), o avanço capitalista no meio rural, que leva desenvolvimento em algumas regiões em detrimento de outras, torna-as marginalizadas e intensifica a divisão de trabalho nestes espaços, sendo fator determinante para a compreensão de uma maior ou menor relação entre o rural e o urbano, uma vez que as dependências entre

ambos são realizadas, entre outros fatores de desenvolvimento, através dos interesses econômicos provindos pelo avanço do capital tanto no espaço rural como no urbano.

Dessa maneira, a década de 1980 é marcada pelo início da consolidação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999), principalmente no meio urbano. Essa consolidação técnica refletiu diretamente em diversos espaços rurais, diminuindo as arestas dicotômicas em alguns lugares, e aumentando significativamente os problemas de outras regiões, onde as famílias rurais não foram capazes de se modernizar.

Além de o padrão técnico começar a se consolidar, no início desta década ocorrem diversos problemas fiscais com o Estado, agravando quaisquer possibilidades de manutenção de créditos rurais a juros baixos ou até mesmo negativos. O Estado passou então a incidir sobre as dificuldades fiscais da crise macroeconômica até o final desta década, promovendo políticas públicas de caráter emergencial, com perspectivas de melhorias em curto prazo. (CLEPS JÚNIOR, 1998).

Apesar dos problemas surgidos principalmente após o término do regime militar, as modernas empresas rurais mantiveram seu crescimento produtivo em direção ao oeste brasileiro, sendo que esta dinamização fez com que todas as famílias rurais que estavam em seu caminho, fossem sucumbidas pelo avanço territorial provindo da dinamização produtiva buscada para ampliação da área produtiva, principalmente através da soja.

Já na década de 1990, houve um processo de reestruturação do crédito agrícola fundamentado no governo de Fernando Henrique Cardoso, denominado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, onde diversas categorias de trabalhadores rurais com até dois contratados, poderiam ter acesso ao crédito rural (HESPANHOL, 2000).

Foi neste sentido que o desenvolvimento territorial passou a fazer parte das políticas voltadas ao meio rural no Brasil, buscando um maior dinamismo territorial e descentralização, valorizando, pelo menos em tese, áreas marginalizadas pelo capital.

Tem início um processo inverso ao ocorrido até a década de 1980 no Brasil conhecido como êxodo rural. Segundo Anjos (2005), a estruturação do meio rural, com o avanço educacional, de saúde, de melhores condições de saneamento e infraestrutura, vias de transportes adequados, entre diversos outros, criaram condições para que as famílias rurais passassem a permanecer em seu meio, ou até mesmo aqueles que procuravam melhores condições nas cidades, retornarem para o campo, em busca de atividades ligadas à agricultura, e alternativas produtivas através do trabalho *part-time* e da pluriatividade, criando assim, o que se denomina atualmente como “novas ruralidades”, devido a todos os elementos que

movimentam tais espaços na atualidade, sem contar ainda com a questão das moradias secundárias e a preocupação ambiental em curso.

Porém, ainda de acordo com Anjos (2005), a população do meio rural se encontra cada vez mais envelhecida e masculinizada, pois os jovens buscam o estudo nas áreas urbanizadas, e na maioria das vezes, não retornam ao seu nicho de origem, e as mulheres conseguem uma melhor inserção no mercado de trabalho citadino do que os homens.

Mesmo com essa reestruturação do meio rural, as dificuldades da atividade agrícola são imensas, além do que a mecanização de produtos leva o homem do campo a se identificar ainda mais com as características de vida urbana, mesmo mantendo suas tradições, que raramente estão sendo passadas para a próxima geração, estando fadado a uma drástica diminuição nos próximos dez ou vinte anos, sem considerar que o movimento de retorno ao meio rural possa continuar ou se acentuar. Isso expressa, por muitos segmentos, uma maior relação dicotômica entre o rural e urbano, que podem ser considerados espaços homogêneos, ou neste caso, heterogêneo, conforme as dificuldades apresentadas anteriormente.

2.7 A dicotomia rural-urbano: homogeneidade ou heterogeneidade?

Para Smith (1988), enfatizando uma expressão marxista, a separação do campo e da cidade é o fundamento lógico e histórico da divisão social do trabalho. Tal divisão não se origina com o capitalismo, mas é herdado pelo capitalismo em sua origem. A separação final destes espaços ocorrerá com a libertação total dos camponeses com a terra, não produzindo seus próprios meios de subsistência. Dessa forma, a separação entre cidade e campo é um produto da divisão social do trabalho, e também um fundamento para a divisão do trabalho, pois determina as condições específicas para cada produtor da cidade e do campo para conseguirem sua sobrevivência.

Atualmente, ocorre uma maior urbanização do campo, como argumenta Smith (1988), diferentemente da ruralização das cidades, como ocorria na antiguidade. Mesmo com essa consideração teórica, o que se observa nos municípios que fazem parte do Extremo Noroeste Paulista, mesmo sem dados estatísticos que comprovem tal afirmação, mas com a observação *in loco*, é a presença da atividade agrícola no espaço urbano, como pode se observar nas figuras 5 e 6, com a existência de hortas e pequenas atividades de policultura nos fundos de quintais, para complemento de renda e, muitas vezes, servindo como principal atividade econômica das famílias, como demonstrado anteriormente.

Porém, este processo de antítese derivado do dualismo ideológico da natureza contra a sociedade, voga o fim dessa afirmação, pois

> [...] o capitalismo cava sua própria cova. Na medida em que o desenvolvimento capitalista nivela a dicotomia cidade-campo e, desse modo, destrói o fundamento de sua própria história econômica, ele prepara o caminho não somente para sua própria derrota mas também para o desenvolvimento de uma história econômica completamente nova, construída sobre um novo fundamento. O movimento dessa antítese resume muito adequadamente a história econômica da sociedade. (SMITH, 1988, p. 165).

A geografia, a sociologia e a economia rural clássica muito se utilizam da abordagem referente à dicotomia urbano-rural, evidenciada por Marx. Tal antítese se caracteriza pelo avanço da modernidade nas cidades representado pela dicotomia indústria – agricultura, e a manutenção do campo arcaico em vários espaços e diversidades produtivas. Tal relação possui uma importância maior quando direcionado à divisão (territorial) do trabalho, caracterizada pela alienação, pela propriedade privada da terra e priorização de determinadas regiões e segmentos produtivos.

> A indústria moderna atual na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classes no campo são, assim, equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência. (MARX, 2003, p. 570)

Esse processo leva a uma formação de um conglomerado capaz de unir a indústria e a agricultura, intenso na atualidade, e transformam as relações sociais tanto do campo quanto da cidade, mostrando as utilidades desses dois espaços, sua importância para o capital, e a relação entre as sociedades que vivem e trabalham em cada um deles. A tendência em aplicar na economia de um país na área rural com intensidade, como é o caso dos Estados Unidos, acelera a destruição da natureza por parte do avanço produtivo inconsequente.

Marx caracteriza uma relação entre os segmentos do urbano e rural, porém, de forma dicotômica, mas fornecendo indicativos de que ocorram futuras mudanças neste sistema. Dessa forma, “[...] a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades”. (MARX, 1983, p. 89).

A tendência histórica recente reforça a tese de que a inclinação estrutural dessa relação dicotômica tende a ser criticada e refutada, pois os aspectos reais de dinamismo

da sociedade têm reforçado essa crítica. Nessa perspectiva, algumas áreas agrícolas tradicionais ganham dinamismo na Europa, principalmente pela ação do Estado em oferecer subsídios aos produtores rurais (SARACENO, 1994). Na América Latina e principalmente no Brasil, a tendência de esvaziamento do campo vem sendo substituída por uma contraimigração em diversas regiões, no qual o padrão migratório tradicional campo-cidade está cedendo lugar à volta ao campo, principalmente a partir da década de 1980 (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Tais mudanças ocorrem devido a fatores estruturais que determinam o esvaziamento das cidades, ditadas pelo nível sócioeducacional, como dificuldades de trabalho, moradia, impostos, educação, que seria base para a sobrevivência do homem, além da procura por tranquilidade longe dos grandes centros densamente urbanizados.

Essa tendência coloca em contradição a dicotomia urbano-rural, uma vez que as relações entre os espaços se estreitam ainda mais no meio técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2001), já que o avanço no sistema organizacional aufere ganhos às pequenas e medias empresas, possibilitando sua inserção no mercado, e mantendo muitas vezes a sobrevivência dos pequenos produtores rurais que, mesmo trabalhando com perspectivas desligadas diretamente do trabalho agrícola, permanecem em seu meio natural, e não raras vezes trabalha na agricultura como forma de complemento de renda. (LEFEBVRE, 1999b).

De acordo com Ortega (2008, p. 85, grifo do autor),

> A dicotomia urbano-rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham no Europa do século XVII e não propriamente um corte geográfico. Em decorrência dessa visão, o urbano passou a ser identificado com o novo, com o progresso capitalista das fábricas, e o rural – ou a "classe dos proprietários rurais" -, com a velha ordem social vigente e com o atraso, no sentido de que procuravam impedir o avanço das forças sociais, como por exemplo, na famosa disputa pela revogação das leis que limitavam a importação de cereais pela Inglaterra até meados do século XIX.

Essa abordagem gera símbolos no meio urbano, como ocorre no Brasil, através das obras de Monteiro Lobato (onde seu personagem Jeca Tatu era visto como homem do campo, símbolo do atraso), e Sérgio Buarque de Holanda, que possui este viés em suas obras, dentre outras.

A abordagem de Rua (2005) aponta uma dicotomia entre o rural e o urbano baseado no modelo de modernização, urbanização e industrialização, no qual o padrão de acumulação de capital se restringe às áreas urbanizadas, gerando riquezas, fortalecendo a economia, ofertando empregos para uma massa de reserva de mão-de-obra que se estende, via

de regra, a partir da migração campo-cidade. Já o campo se tornaria inicialmente alvo de esvaziamento migratório, sem interesses econômicos e onde centenas de milhares de famílias estariam desaparecendo, pelas dificuldades encontradas na produção agrícola, decorrentes do direcionamento dado pelos agentes financeiros e econômicos. Porém, um aspecto a se ressaltar, é o que Rua (2005) denomina "urbanidades no rural", devido a maior influência do meio urbano com seus interesses sobre o meio rural, ficando à mercê do capital urbano-industrial.

O referido autor chama a atenção para a fragilidade e a falta de direcionamento das políticas oficiais voltadas para o setor agrário no Brasil, pois o rural tem sido percebido apenas como agrícola, no qual o direcionamento à exportação se torna claro e evidente, beneficiando uma categoria de produtores rurais, enquanto que a agricultura destinada ao mercado interno fica sem bases para fortalecimento da produção. As famílias rurais produtoras são consideradas incapazes de acompanhar o avanço técnico e produtivo dos grandes empresários rurais exportadores de materias-primas, tanto por motivos educacionais, quanto por econômicos, e por oportunidades, decorrentes da exclusão.

Já para Santos (2005), o direcionamento analítico é baseado com uma nova utilização da expressão região. Dessa forma, o espaço brasileiro não é mais formado por regiões rurais e por regiões urbanas, mas sim por regiões agrícolas e regiões urbanas.

> Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais. Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios, dentro da aglomeração ou em suas proximidades, com atividades agrícolas frequentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. [...] Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas a demandas urbanas. (SANTOS, 2005, p. 73-4).

Segundo Santos (2005), as análises devem ser tomadas de acordo com as características de cada região dentro de um país. Levando-se em consideração a existência de regiões mais desenvolvidas dentro do país, com maior influência dos recursos técnicos-científicos, e por outro lado as regiões mais deprimidas, as demandas são diferenciadas e as exigências em cada espaço são distintas, devido a existência ou não de renda, de uma consolidação da modernização agrícola, dentre outros. Neste último aspecto, quando as regiões possuem estrutura precária, as relações mais tradicionais da dicotomia rural-urbano

ficam mais evidenciadas, como é o caso do Extremo Noroeste Paulista. Embora a precariedade não seja tão evidente, não há um dinamismo agropecuário baseado no grande capital.

Fato é que, mesmo considerando tais anacronismos e análises diferenciadas entre o rural e o urbano, principalmente no cerne do capitalismo industrial brasileiro, é certo que não se pode direcionar uma política pública pautada nessas diferenciações e restrições, pois "[...] o fato é que a manutenção dessa visão dicotômica leva a um anacronismo e dificulta a análise dos processos de desenvolvimento recentes de territórios, particularmente aqueles de perfil rural." (ORTEGA, 2008, p. 85), como é o caso do ENP. Isso porque é necessário criar mecanismos de análise e atuação nos espaços, principalmente considerando que tais espaços são diferentes e consequentemente, suas perspectivas de análise também deverão ser, de acordo com as especificidades de cada lugar.

2.8 Para uma análise metodológica da relação rural e urbano: perspectivas e escalas

Existem diversas abordagens para se iniciar uma análise *in loco* sobre a contextualização e o entendimento da relação entre o rural e o urbano. A dinâmica existente tanto no campo quanto na cidade, nunca poderá ser verificada apenas por si mesma, ou seja, numa perspectiva única e sem relação com a influência do outro espaço e suas perspectivas.

Vale ressaltar que o intuito é apresentar algumas visões sobre o assunto, e que muitos outros estão disponíveis na literatura, e delimitar a abordagem escolhida para a realização da pesquisa de campo, assim como debate teórico sobre o assunto abordado. Salienta-se também que os casos analisados são ímpares, e inseridos em um espaço num determinado momento, e que as abordagens generalistas apresentadas deverão ser consideradas de acordo com o contexto local a ser discutido.

Conforme apresentado anteriormente, no contexto brasileiro, o social e o econômico são fundamentais para a compreensão da busca por uma nova abordagem, assim como a visão territorial e ecológica, sem esquecer-se da própria sociedade, que cria e recria esses espaços.

Baseado em perspectivas observadas no contexto europeu no limiar do século XX, Saraceno (1994) propõe uma análise a partir de uma *abordagem regional* (grifo nosso), notando os espaços em que estão inseridos cada ator social, direcionando principalmente a economia local como foco de análise. É relevante tal apontamento, pois há relações existentes entre a família e seus costumes com o local e suas particularidades. O local

é mais material e palpável do que o regional, o estadual ou o federal, por isso a identidade social local é forte e sua influência é considerada importância para a sobrevivência do trabalhador.

O ponto de partida seria a análise e a compreensão do dinamismo das economias locais das regiões mais deprimidas, para que se possa explicar as mudanças significativas que têm sido impostas em âmbito local e regional sobre o rural e o urbano, para poder se compreender a tendência apresentada de transformações nas áreas rurais (SARACENO, 1994)[9]. Tal explicação e análise são seguidas sob o mesmo prisma sugerido por Santos (2005), ao propor a existência de regiões desenvolvidas e regiões deprimidas. Porém, é "[...] impossível que uma área rural se desenvolva sem que se torne automaticamente não-rural." (SARACENO, 1994a, p. 468).

Essa proposta pode ser adotada para explicar as dinâmicas que vêm ocorrendo tanto nas áreas rurais quanto urbanas, enfatizando a importância das diversas relações que ocorrem com as micro, pequenas e medias empresas locais, com outras regiões, e até mesmo países, além de uma industrialização familiar do meio rural, como o que ocorre, mesmo que inicialmente, no Extremo Noroeste Paulista, como já demonstrado no tocante ao artesanato e doces caseiros, como o se observa na Tabela 13, onde 11 famílias recebem turistas em seus estabelecimentos, demonstrando o dia-a-dia da vida no campo, além de pesque-pague, existente em 1 estabelecimento visitado, iniciando um lampejo empreendedor em tais moradores, caracterizando também uma forma de pluriatividade. Ressalta-se que tais atividades ainda não possuem estrutura adequada, nem volume suficiente de visitantes que possam atender a demanda e um retorno financeiro desejável às famílias rurais.

Tabela 13 – Exploração do turismo no ENP.

Sua família explora o turismo rural?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	11	16
Não	59	84
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Uma possibilidade de análise surge no contexto de que as economias rurais estão sempre interligadas às cidades, pois este é o ponto de partida de implementos e utensílios (D_1), e o destino final dos produtos gerados pela atividade agrícola. A combinação

[9] Salienta-se que esta autora analisa as mudanças que ocorrem na Europa, principalmente no sul deste continente, entre a década de 1990 e os anos 2000.

da cidade e de seu entorno é um contexto adequado para a compreensão da dinâmica de uma economia rural. (FIGUEROA, 1997). Essa análise é interessante na medida em que toma componentes dos dois conjuntos, ainda que se utilize apenas de atividades econômicas voltadas para a agricultura, desconsiderando também as áreas mais distantes do entorno das cidades.

É interessante ressaltar que, além das transações de mercado que ocorrem na economia regional, também operam outras relações cuja base não é o mercado, principalmente nas áreas rurais dessas regiões. São estas o tradicionalismo, o parentesco, a reciprocidade, a confiança, que estão consubstanciadas na cultura local dessas famílias, ou seja, na identidade local, na cultura popular local.

Num cenário cuja economia regional se concentra nas cidades, com visões de mercado pautadas em transações e num contexto urbano, a tendência é que as relações pessoais e culturais se tornem cada vez mais impessoais e individualistas, podendo extrapolar para o meio rural, influenciando e transformando também tais relações no campo. Tal impessoalidade advém da ganância trazida pelo modo capitalista de pensar e viver o mundo, modificando os valores construídos durante diversas gerações. Essa tendência pode ser sobreposta através de práticas cooperativistas e assistencialistas, por meio de intervenção externa à realidade apresentada, através, por exemplo, do poder público.

Neste sentido, Santos (2005, p. 75) sugere a existência de um Brasil urbano e de um Brasil agrícola, "[...] em que o criterio de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural." Essa escala de análise generalizada aponta para regiões onde as influências e dependências são necessárias para os dois espaços, e que é impossível compreender as particularidades dessas regiões sem o entendimento do nível de tecnificação regional e suas relações entre o urbano e o rural.

Devido à experiência histórica das indústrias domiciliares, que atualmente estão inseridas em zonas rurais de países europeus como Inglaterra e Itália, autores como Mingione e Pugliese (1982) e Pugliese (1991) discutem o exaurimento da dicotomia rural-urbano, substanciando suas análises na penetração do urbano-industrial no meio rural tradicional, levando a uma gradativa eliminação do mesmo. O principal ponto dessa análise é a tendência da atividade agrícola se tornar cada vez mais uma ocupação *part-time* (atividades agrícolas em tempo parcial), sendo que no tempo restante, o trabalhador realizaria atividades fora da agricultura para complemento de renda, como trabalhos manuais em indústrias, na construção civil, entre outras, interligando os setores rural e urbano, devido à adaptabilidade

do homem às condições adversas. “Actualmente, nota-se cada vez mais que uma só pessoa conjuga vários papéis, que há uma pluri-actividade” (MINGIONE; PUGLIESE, 1982, p. 96).

As famílias rurais buscam cada vez mais uma liberdade de trabalho, não porque elas queiram isso naturalmente, mas pelo fato de que os empregadores e as oportunidades se modificaram, sendo muito maior o uso da força de trabalho, e muito menor o retorno do valor para essa mão-de-obra, além da necessidade de especialização devido ao avanço tecnológico, abrindo espaço para novas áreas de trabalho. “Pela primeira vez desde há dezenas de anos, surgem na economia sinais de dois fenômenos novos e imprevistos: um decréscimo gradual do emprego total e uma subida do emprego por conta própria” (MINGIONE; PUGLIESE, 1982, p. 94).

Fica claro que a atividade *part-time*, no contexto utilizado, nada mais é do que uma pluriatividade, que deve ser analisada numa perspectiva de transformações de necessidades e articulação entre os setores de produção num contexto territorial, já que há uma migração pendular de atividades e de gastos entre os dois meios, porém, num contexto dialético de trocas, relações, formando-se até mesmo em redes locais e regionais. Deve-se investigar a ótica de desenvolvimento em nível da economia local e regional, pois é onde ocorrem os fenômenos analisados. No ENP, o trabalho *part-time* está vinculado às atividades rurais e/ou urbanas como complemento de renda, já que há trabalho desenvolvido em atividades ligadas ao meio rural, que não são essencialmente ou necessariamente agrícolas, ou em alguns casos, repete-se o trabalho agrícola em outro estabelecimento rural, como por exemplo, a colheita de frutas na safra.

A análise de Pugliese (1991), apesar de considerar a dinâmica das economias locais e regionais, está pautada num processo de construção histórica da expansão industrial capitalista, criando uma nova divisão do trabalho em diversos setores, impactando especificamente o trabalho agrícola em duas vertentes.

Primeiramente, a partir do momento em que essas novas relações de trabalho se desenham no cenário europeu, no contexto da crise do fordismo, ocorre uma aproximação dessa estrutura de trabalho à estrutura tipicamente agrícola, manual e rudimentar, ou seja, há uma reestruturação também no rural daquilo que começa a se consolidar no urbano. Como exemplos, Pugliese (1991) indica a causalidade, o emprego *part-time*, e o trabalho autônomo.

Apesar de inegável que tenha ocorrido tal influência e uma conseqüente reestruturação na organização da estrutura de trabalho no campo, a análise de Pugliese (1991) surge num contexto que homogeneíza o processo de estruturação do trabalho no rural, sem se

atentar para fenômenos essenciais à produção, reprodução e modo de vida das famílias rurais. Neste caso, a análise de Cardoso (1998, p. 43) sobre tal circunstância é relevante, pois "[...] ao não questionar o conteúdo desta 'homogeneização' do mercado de trabalho, leva a uma negação da dicotomia rural-urbana", deixando resíduos analíticos importantes fora do contexto averiguado pela autora.

Esta relação se evidencia no processo de modernização das atividades desenvolvidas na agricultura que, por outro lado, explicitaria um caráter desenvolvimentista, ou seja, estas novas perspectivas estariam penetrando no campo em decorrência da necessidade de maior produtividade e consequente menor dependência da força de trabalho, típicos de uma estrutura capitalista de produção e inovação tecnológica. A característica apresentada pelo trabalho *part-time*, permite a terceirização do trabalho agrícola, juntamente com a contratação de serviços diversos voltados à agricultura, como a mecanização e a tecnificação. Para Pugliese (1991), um aspecto positivo do processo de flexibilização das atividades agrícolas apresentadas desde meados do século XX, e necessárias para o desenvolvimento e competitividade dos produtores rurais. Porém, salienta-se que tais avanços são restritos a alguns tipos de produtores e voltados a um tipo de cultura específica, principalmente em países como o Brasil.

Este é um aspecto de destaque em Pugliese (1991), já que o processo leva consequentemente, a um esvaziamento do campo, acentuando o êxodo rural já existente, considerando o predomínio crescente do setor urbano-industrial e de serviços, principalmente como mão-de-obra temporária em serviços de baixa qualificação profissional.

Esta característica acaba sendo fundamentada num contexto de tendência à homogeneização, como contextualiza Mormont (1994) no caso europeu, enfatizando ainda que esse processo leva a uma perda de identidade e especificidade da atividade agrícola, tamanha influência de setores oriundos do meio urbano e industrial, incentivando de alguma forma as atividades não-agrícolas.

Acredita-se, porém, que este processo de invasão tecnológica no rural não poderia ser desconsiderado, já que os avanços em pesquisas mostraram a eficiência produtiva da inserção do padrão técnico-científico-informacional em todos os setores produtivos, o que naturalmente segregaria o trabalhador em decorrência do aumento da produtividade em menor tempo e espaço, mas possibilitaria a chegada de tal tecnologia aos produtores mais descapitalizados. Um exemplo clássico, no Brasil, é a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com pesquisas em sementes, insumos e diversos tipos de melhoramentos genéticos, servindo aos produtores rurais. Para elucidar tais práticas no

Brasil, vale ressaltar como a intervenção de políticas ocorre na Europa, visando o desenvolvimento territorial.

2.9 Considerações sobre políticas europeias para o desenvolvimento territorial rural

Para Mormont (1994), o processo de modernização da agricultura na Europa, desde o período pós-guerra, teve como base a Política Agrícola Comum (PAC)[10], que tinha por finalidade a entrada de novas tecnologias no campo, mas com subsídios estatais na proteção dos mercados, levando a uma equalização de renda entre os trabalhadores do campo e de outras classes sociais. A PAC se sustentava, principalmente, sob os pilares da segurança alimentar e da exploração familiar, o que garantia sua legitimidade não somente com os diretamente afetados, mas com toda a sociedade que, indiretamente, sob forma do consumo, sentiria os pontos positivos do sistema (TOLOSANA; PERSIVA, 1992).

A década de 1960 marcou um ápice no desenvolvimento e produção baseados na PAC. Porém, sua iminente crise que se iniciou no final desta mesma década foi desenhada a partir do modelo de produção aos favorecidos pela PAC, ou seja, a produção em grande escala e crescente se contrapôs a tal política, que possuía como meta justamente a maior distribuição de oportunidades e preços de mercado. A modernização acelerada da agricultura, impulsionadas pela PAC, resultaram em rupturas das tradições familiares que viviam somente de atividades agrícolas, dando espaço à tecnificação e atividades díspares daquelas tradicionalmente praticadas no rural, além do apontado por Pugliese (1991), como a tendência do trabalho *part-time*.

De acordo com Abramovay (1999, p. 10)

> [...] as políticas produtivistas levadas adiante pela PAC com a intenção explícita de promover um êxodo agrícola acelerado (visto como condição de aumento da renda setorial tanto por Bruxelas como pelas organizações profissionais), não tinham alcançado este objetivo [nas duas primeiras décadas de sua implantação]. Já a partir de 1975 começam a aparecer medidas que visam, ao contrário, manter parte da população no campo, mas não necessariamente vinculada a um desempenho produtivo exemplar. A reforma de 1992 adere explicitamente a este objetivo e

[10] A Política Agrícola Comum (PAC) é composta por um conjunto de normas e mecanismos que regulam a produção, as trocas e o processamento dos produtos agrícolas na União Europeia (UE) atual, com uma incidência cada vez maior no desenvolvimento rural. A PAC foi gestada em 1957, no tratado de Roma, e definida em 1958, e entrou em vigor em 1962. Dentre seus objetivos, destacam-se: "incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra; Assegurar, deste modo, um nível de vida eqüitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; Estabilizar os mercados; Garantir a segurança dos abastecimentos; Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores". (ARAÚJO JÚNIOR, 2002, p. 196)

> durante as discussões em torno do GATT[11] eram freqüentes as declarações de Jacques Delors insistindo que a Europa prezava um meio rural povoado e que as políticas agrícolas tinham que contemplar esta aspiração.

Em 1992, para tentar diminuir a crise existente entre o setor agrícola e o resto da sociedade, foi realizada uma reforma da PAC em três setores, como enfatiza Abramovay (1999, p. 4-5):

> [...] em primeiro lugar, é cada vez menor o valor que se atribui à produção de alimentos e de produtos agrícolas, sobretudo dos gêneros indiferenciados que entram nos circuitos de comercialização como "commodities"; em segundo lugar, vai diminuindo também a importância dos agricultores não só na sociedade, mas no próprio meio rural, onde são franca minoria, em todos os países desenvolvidos; e em terceiro lugar, novas atividades e novos mercados são formados no espaço rural: não só turismo, serviços, local de moradia e residências secundárias, mas também produtos de qualidade correspondentes a mercados segmentados.

Embora a PAC tenha sido mais positiva para os grandes proprietários rurais na Europa, houve, a partir do final da década de 1950, grandes preocupações com a consistência de produtores menos eficientes, levando-se em consideração o mínimo de inquietação com a questão social. Em virtude do posterior êxito da PAC, foi possível sustentar e aumentar o crescimento da pluriatividade nas pequenas comunidades, uma vez que a ação do Estado, neste caso, nas diferentes fases do programa, diminuiu a ação devastadora do capitalismo no campo, fazendo crescer o número de beneficiários dessa ação (OECD, 1998).

Porém, o principal agente na luta por melhores condições sociais, que é o programa de subsídios governamentais, também é o responsável por inúmeras ações danosas ao ambiente. O produtor rural normalmente ateia fogo em suas plantações para receber o benefício do governo antes mesmo de esperar a safra, que dependendo do caso, pode ser de 9 anos (no caso dos sobreiros, árvore que tem em sua casca a materia-prima para as cortiças em Portugal, por exemplo). Para o produtor, é muito mais vantajoso receber o subsídio do governo sobre um total estimado a ser produzido, como forma de seguro, do que esperar todo este tempo para receber sobre seu rendimento, destruindo ano após ano o solo e a vegetação vizinha, além de ser uma prática ilícita.

Outro programa baseado no desenvolvimento territorial rural local e regional na Europa é a Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), que advém das definições lançadas pela OCDE e pela União Europeia (UE) no

---

[11] *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, criado em 1947, com a assinatura de 23 países, inclusive o Brasil. Atualmente, se tornou uma Organização Mundial do Comércio (OMC).

final da década de 1980 sobre o meio rural. Considera-se que neste contexto existem vários conjuntos de atividades diversas como a agricultura, o artesanato, a pequena e media indústria, o comercio e serviços entre outras, estando presentes tanto em pequenos e medios povoados, como em áreas densamente cultivadas. Para haver um desenvolvimento territorial satisfatório, seria necessário investir em outros aspectos como a educação, o ambiente, a saúde, a habitação, os serviços públicos e acessibilidades à capacidade de empreendimento, a liderança e inovação, tendo como objetivo a penetração desses empreendimentos em novos mercados, com uma visão de medio e longo prazo.

Com a perspectiva de ser uma estrategia inovadora de desenvolvimento rural, o programa de iniciativa comunitária LEADER I foi lançado pela Comunidade Europeia (CE) em 1990, e tinha como objetivo principal melhorar as possibilidades de desenvolvimento das áreas rurais, apoiando diretamente as iniciativas coletivas e individuais de desenvolvimento empreendidas pelas comunidades locais (LEADER MAGAZINE, 1992).

O que diferencia o programa LEADER, é o caráter de ação territorial local, onde os Grupos de Ação Local (GAL) terão maiores possibilidades de gestão com parceiros institucionais, econômicos e sociais, analisando as necessidades de cada setor em um espaço específico. A ação é baseada na aplicação de verbas em zonas previamente definidas e caracterizadas, primordialmente em regiões menos desenvolvidas em Portugal. O programa LEADER I apoiou 20 GALs. Já o LEADER II chegou a atender 48 GALs, o que corresponde a 89% da superfície do território de Portugal, abrangendo cerca de 35% da população do país.

O contexto europeu leva em consideração aspectos comuns à realidade econômica e física do continente, sendo que no Brasil tais projetos servem como pontos a se estudar e adequar, de acordo com as características e realidade do país. O problema da América Latina de êxodo rural, e a criação de uma macroencefalia urbana, onde aglomerados de pessoas sem nenhuma ou com poucas condições de serviço se abrigam, traz uma nova nomemclatura no contexto teórico, baseado no avanço de tecnologias e agrovilas, além do crescimento físico das cidades, denominado *continuum*[12].

2.10 A perspectiva da urbanização do rural: o *continuum*

A ideia apresentada do *continuum* se refere a uma "urbanização do rural", e tem sua linha teórica baseada, em diferentes considerações, como em Lefebvre (1986, 1999a,

[12] Atualmente, este conceito tem sido utilizado para caracterizar espaços em que a ruralidade e a urbanidade estariam misturados, onde elementos dos dois estilos de vida poderiam ser encontrados. (FERREIRA, 2005).

1999b, 2001), Santos (1993), Ianni (1996), Graziano da Silva (1999), entre outros, tanto no contexto europeu para o primeiro autor, quanto no brasileiro para os demais citados. Ressalta-se que nas obras analisadas os referidos autores interpretam um extrapolar do urbano sobre o rural, porém, cada qual possui sua característica e pormenores na maneira de realizar esta análise.

Baseando-se nessa prerrogativa, Rua (2005) apresenta uma proposta direcionada a uma "urbanização do rural", que pode ser relacionada diretamente à ideia de *continuum*, onde ocorre uma urbanização contínua e de segmento do território de maneiras distintas, e que a tendência para esses autores é o desaparecimento gradativo do rural, pela sobreposição do urbano em seu espaço.

Vale ressaltar que a tendência ao se encontrar manchas urbanas no espaço rural, e que o modo de vida e a infraestrutura familiar tenham cada vez mais objetos provindos do urbano, tenha um caráter advindo da globalização capitalista mercadológica, onde tais produtos têm alcance inimaginável até a expansão da esfera econômica, de *marketing* e do próprio modo de vida urbano passado à população rural. Porém, ressalta-se que a diminuição do crescimento vegetativo e o avanço tecnológico não promoverão totalmente tal avanço do urbano sobre o rural como argumentado nessa prerrogativa.

Numa análise de caráter geográfico, Castells (1975) argumenta que o rural e o urbano são pólos opostos de um mesmo *continuum*, mas que na essência das relações, todos os traços do rural estão voltados para o urbano, como numa evidência em que o urbano possui mais pontos positivos numa comparação com o rural, ou atividades que influenciam e de certa forma comandam as relações com o rural.

Já para Abramovay (2000b), numa visão que descarta as características particulares e especificidades de cada grupo social, considera que o *continuum* representa a perda das diferenças entre os modos de vida das sociedades, principalmente no tocante à organização social.

Para Rua (2005), existe uma segunda proposta analítica, denominada "urbanização no rural", no qual ocorre uma manutenção das especificidades do espaço rural, mesmo quando, em escalas diferentes, este é impactado pelo avanço do urbano.

Embora com análises completamente distintas, Carneiro (2003), Moreira (2003), Veiga (2001, 2004), Abramovay (2000, 2001), Schneider (2003) propõem uma visão onde a diversidade é o padrão das novas "urbanidades no rural". Porém, fica evidente que tal diversidade deve ser analisada em lugares diferentes e situações específicas, não podendo generalizar tal afirmação. O crescimento dos grandes centros urbanos é evidência da

urbanização do rural, mas em pequenos centros e vilas, o que se encontra é o contrário, uma ruralização do urbano. Entende-se que o rural e urbano são componentes de um mesmo espaço, utilizados de maneiras diferentes, e expressos em relações culturais e de poder, como será analisado no Capítulo III.

Dentro de uma junção nas análises propostas pelos autores supracitados, existe a possibilidade de convivência (CARNEIRO, 2003; MOREIRA, 2003), num mesmo espaço, da cultura urbana e rural, que são representações sociais alteradas, ressignificadas (MOREIRA, 2003).

Já para Veiga (2004) e Abramovay (2001), consubstanciados numa visão mais economicista, baseiam suas análises na classificação da OCDE[13]. Tais análises se baseiam na perspectiva territorial delimitada administrativamente, ou seja, os espaços nacionais. Essa tendência é utilizada também para o estudo do Brasil, onde os campos político-administrativos são mais enfatizados em relação a uma dimensão simbólica, cultural e natural.

É inegável que a concepção dos autores analisados para a abordagem territorial da dicotomia urbano-rural no contexto europeu seja relevante nos casos apresentados, porém, deve se tomar cuidado para a utilização de modelos descritos em países desenvolvidos nos subdesenvolvidos, dadas às diferenças estruturais, políticas, econômicas e territoriais encontradas (como em países latinos).

A crise da superprodução agrícola, aliada à ocupação da população em atividades industriais devido ao regime de trabalho *part-time*, tanto no campo como na cidade, além da atribuição de novos valores ao espaço rural, como o lazer, o turismo e o caráter de preservação ambiental servem de alerta para uma revisão teórica do que vem a ser o rural nesta paisagem contemporânea, sugerindo novas tendências pautadas no avanço do capitalismo neste espaço.

Os acontecimentos locais são frutos de relações extra-regionais, nacionais e globais, onde uma rede de diversas influências é capaz de modificar e criar especificidades regionais e locais, considerando ainda o caráter em que se encontram tais relações, que é o modo de produção capitalista, proeminentemente no meio técnico-científico-informacional atual (SANTOS, 1999).

Diante do exposto até o momento, não há fundamentos lógicos sobre o fim do rural ou da dicotomia rural-urbano e do debate sobre de que não existem fronteiras

[13] Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE).

definidas entre estes espaços. O que ocorre é um reajuste nas características do avanço do desenvolvimento capitalista, pautado nas novas técnicas, que adentraram no campo mundial proporcionando grandiosa produtividade, em detrimento da exclusão social, tecnológica, regional e produtiva, que faz parte do contexto do desenvolvimento capitalista e que, conforme análise marxista pode e deve entrar em declínio e estagnação, através de sua superação.

Mas o essencial seria a denominação de uma análise baseada na construção de uma *nova territorialidade* (grifo nosso), esclarecendo as especificidades dos lugares, sem desconsiderar as influências exercidas por fatores externos às localidades, como as políticas públicas, além da contingente inter-relação existente no/entre o urbano-rural, que pode ser diferenciada na inserção de técnicas na escala produtiva, mas que se modificou principalmente a partir da década de 1980, com novas preocupações advindas no urbano junto às famílias rurais.

O contexto de análise de Rua (2005) identifica as transformações baseadas numa "urbanidade no rural", pautado em ideias integradoras indicadas por Morin (2000), toma como base três aspectos: a) o território; b) a escala; e c) a hibridez do espaço.

Primeiramente, de acordo com Rua (2005), as "novas ruralidades" não são capazes e adequadas para explicar as mudanças que ocorrem no espaço rural, pois o urbano ainda é dominante nesta relação assimétrica entre rural e urbano, sendo que o maior enfoque teria que ser dado ao complexo urbano, e não ao meio rural, porque as mudanças que ocorrem no meio rural são majoritariamente de origem urbana, embora tenham se tornado híbridas, transformadas. Desta forma, não estaria correto falar de novas ruralidades, como exposto por Graziano da Silva (1999), já que este direcionamento analítico não prioriza o meio urbano, que se encontra mais marcadamente presente nesta discussão.

O segundo momento, direcionado por Rua (2005), incide sobre a diferenciação das escalas de análises. Existem duas escalas para se avaliar, uma que contempla o movimento amplo, ideológico do avanço do urbano dominando o espaço e recriando nele suas características, e outra mais restrita, que indica movimentos particulares, ocorridos localmente, mas baseados nas ações de caráter geral. São nesses movimentos locais que os problemas se expressam e surgem no contexto das dificuldades produtivas dos produtores rurais.

Um terceiro aspecto é denominado como sendo as "[...] múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes agentes sociais (e produzidas por eles),

juntamente com as diferentes escalaridades da ação, marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, fruto da interação entre o urbano e o rural.” (RUA, 2005, p. 23).

Dessa maneira, o verdadeiro sentido das “urbanidades no rural” pode ser encontrado em Friedman (2001), quando argumenta que nos espaços e identidades híbridas das famílias rurais, surge uma estrategia de reprodução e sobrevivência das dificuldades impostas pelo contexto geral, como as políticas para o setor rural.

O rural visto através da ideia de “urbanidades no rural” possui várias representações diferenciadas, que rearranjam este espaço como um “outro rural”, adotado pelo ponto de vista urbano, como um novo espaço para a circulação de capital, como mercadoria.

Neste sentido, o sistema capitalista se recria graças à lógica de expansão e mobilidade do capital, além da criação de condições estruturais construídas e organizadas que possam permitir uma maior acumulação de capital em diferentes setores. É a busca por uma constante reorganização geográfica. (HARVEY, 2000).

A urbanização do rural é inegável e irreversível, caracterizado pelo avanço de áreas de fronteira das cidades sujeitas à expansão em todo o mundo, e também no caso analisado do ENP, já que a especulação imobiliária, a construção de loteamentos urbanos e o crescimento populacional ocorrem sem primazias na região.

Porém, o avanço do urbano sobre o rural não ocorrerá para sempre em nenhum lugar do mundo, principalmente no atual ritmo, pois o controle de natalidade, a diminuição do crescimento vegetativo (até alcançar sua negatividade, como ocorre nos Países Baixos, por exemplo), a verticalização, a revalorização da natureza, apontam para uma estabilização do crescimento urbano, sendo que apenas a tecnologia penetrará em alguns pontos do meio rural, com intensidades diversas, de acordo com o modo de vida local, da inserção do capital no campo, e de fatores ligados a políticas de desenvolvimento rural.

Considerando todos esses fatores, o homem do campo que tem na agricultura familiar sua base para sobrevivência, procura novas formas para continuar sua reprodução, no cenário atual das condições políticas e econômicas no campo no Brasil, e tais perspectivas podem ser perpassadas pela pluriatividade.

2.11 A pluriatividade como alternativa à crise agropecuária

Toda abordagem que foi ressaltada até o momento, faz referência direta ou indiretamente ao processo de modernização do campo, e a consequente depreciação de áreas que não se inserem diretamente, e até o momento, nesse contexto, como é o caso do ENP.

Porém, o que se pretende com tais indagações, é a análise da realidade pautada em pontos que extrapolam o processo de modernização agrícola, e/ou que tenham sido (re)criados pelo referido. Esse caminho vai além do caráter economicista e territorial, embora estas vertentes não possam ser desmembradas ou descartadas num contexto abrangente de análise.

Tomando o traço cultural como características das famílias rurais para iniciar uma análise, chega-se num ponto em comum, que é a pluriatividade, ou seja, o caráter organizacional das famílias em se adaptar às novas condições impostas pelo meio, buscando a produção de alternativas e continuar sobrevivendo no meio rural, produzindo atividades para obtenção de renda além da agricultura.

De acordo com Schneider (2003, p. 91-2), a pluriatividade é um

> [...] fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias.

As dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias, organizadas ou não, às levam a procurar outras opções, já que a atividade agrícola passa a ter menor importância econômica, como observado no ENP, e demonstrado anteriormente.

Mas tal efeito não ocorre pela própria agricultura, mas pelas imposições que o mercado e os valores dos produtos possam representar para tais famílias que não possuem condições para aumentar sua produção. As políticas públicas direcionadas para a atividade agrícola não são capazes de abranger, principalmente, as famílias que possuem menos benfeitorias e menor produção, já que a intenção de tais políticas é o benefício de monoculturas para exportação, em elevadas quantidades e em regiões propícias à atividade.

Isso não significa, contudo, dizer que a pluriatividade é praticada apenas por famílias economicamente desfavorecidas. A obtenção de renda extra, motiva diversos setores produtivos, até mesmo aqueles que já possuem na atividade agrícola uma base para o sustento, além de auferir lucro com a atividade. Ressalta-se ainda que tais atividades, conforme Fuller (1984), não é algo recente, possuindo como debate o ano de 1975, argumentado as características dos trabalhos posteriores e anteriores a este período, o que coincide com o período de formação dos CAIs e consolidação da modernização da agricultura, com base na ação da agricultura e no pacote da Revolução Verde.

A característica do período anterior a 1975, para Fuller (1984), é a questão relacionada à viabilidade econômica da inserção de novas atividades no rural, além da agricultura, juntamente com o caráter instável da agricultura *part-time*[14], que estão interligadas diretamente às políticas voltadas para o setor da agricultura e do comercio dos produtos.

Já após a segunda metade da década de 1970, o caráter analítico passa por uma fixação do homem no campo, ou seja, as atividades que não fazem parte da agricultura servem impreterivelmente como alternativa ao produtor de angariar renda com mecanismos desligados diretamente da produção voltada à terra, servindo como subsídio e mecanismo de grande importância na reprodução e sobrevivência do produtor rural. É nessa circunstância que surge o termo pluriatividade.

Porém, não basta apenas analisar as famílias. Tem-se que tomar um direcionamento de quais contextos e prerrogativas são fundamentais para a compreensão do funcionamento familiar, que nada mais são do que aspectos subjetivos e históricos expressos nela. Analisar, portanto, aspectos ligados diretamente à estrutura familiar, processos internos, relações de trabalho e hierarquia, socialização, características culturais, identidades, são fundamentais para a compreensão e explicação das atividades realizadas dentro e fora da agricultura.

Mesmo considerando a diversidade no conceito de família do primórdio, em diferentes lugares, e a atual, movidas pelo sistema capitalista, Engels (1982, p. 30) afirma que "[...] ao passo que a família prossegue vivendo, o sistema de parentesco se fossiliza; e, enquanto estes continuam de pé pela força do costume, a família o ultrapassa." Esta análise também é comungada por antropólogos e cientistas sociais, que procuram enfocar, via de regra, muito mais as relações internas do que as condições do meio e do espaço, como Fuller (1984), Heatherington (1983), Marini e Pieroni (1987), citando alguns. Para estes, o ponto de partida para a análise da pluriatividade é a família rural e suas relações com o mercado de trabalho, que dentro de suas estrategias de reprodução, não são apenas agrícolas.

Segundo Rua (2005, p. 10), "[...] graças à pluriatividade, as funções familiares, ultrapassam e muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações". Nessa perspectiva, o referido autor salienta que a pluriatividade está associada a diversas "urbanidades no rural", transformando as características das famílias rurais. Essa é uma prática estratégica da família,

[14] A atividade *part-time* está associada principalmente aos pequenos produtores, já que estes procuram atividades fora de seu estabelecimento para agregar renda à família.

porém, com um caráter empreendedor e diversificado, buscando sua reprodução e a permanência no meio rural, pois esta estrategia advém da necessidade.

Pautado na unidade de análise da família rural, Buttel (1982) defende que as decisões tomadas no cerne das famílias recebem forte influência externa, das relações de mercado e da descentralização industrial. De acordo com o autor, o trabalho *part-time*, associado ao processo de descentralização industrial, traz novas possibilidades de trabalho à população rural, principalmente a de baixa renda. Para Cardoso (1998), esta análise possui caráter dualista, visto que separa os pequenos produtores (que conseguem sua reprodução e sobrevivência graças às atividades fora da unidade de produção, como as indústrias), dos grandes produtores, fadando aos medios o desaparecimento, graças ao processo de concentração e centralização de capital na agricultura.

Reis (1990) segue essa mesma linha, embora não possua uma visão dicotômica, pois analisa a pluriatividade como uma rede intersetorial de mudanças sociais, políticas e econômicas. Mantino (1995) considera que o meio externo às famílias é fundamental para o entendimento deste processo, pois a influência exercida pelo mercado de trabalho dispõe várias possibilidades de ocupação às famílias rurais, que são diferentes no tempo e no espaço. As possibilidades são dependentes das características internas dos membros das famílias, como o grau de escolaridade e prática em um determinado tipo de trabalho.

No novo mundo rural que se forma existe, segundo Moreira (2003), a tendência da criação de novas redes sociais e econômicas regionais, estaduais, nacionais e até mesmo transnacionais. Essas redes articuladas englobam diversos segmentos, como o produtivo, o tecnológico, a organização produtiva e fundiária, além do turismo rural, ecológico e cultural. No ENP, não somente dessas relações se consolidam o novo (velho) meio rural, mas também da articulação, dependência, conflitos entre os moradores desse meio, em relação aos do meio urbano e também do rural, porém, muito menos explícito do que os residentes no meio rural em áreas com tecnologia e grande investimento de capital.

Esse ponto é fundamental para o entendimento do processo de heterogeneização do espaço, na lógica de formações de novas territorialidades. Identificado por Santos (1988), o espaço híbrido é composto por um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Tais sistemas são essenciais para a compreensão dessa nova dinâmica territorial que se forma no meio rural.

As razões para se compreender o mundo atual, não estão somente no próprio mundo – que é um objeto acabado enquanto fim, mas em constante transformação, tanto em

aspectos considerados de ordem natural (física), quanto humana – mas na formação de uma visão sobre o espaço mundial, que é composto por diversas partes distintas e antagônicas. Por mais que se considere o mundo único, muitas das pessoas que o compõem não o vêem como tal, pela diferenciação dessas pessoas, enquanto modo de vida, cultura, mesmo considerando o mundo enquanto globalizado, há uma denominação numa corrente economicista como a formação de uma falsa "aldeia global".

As relações humanas são a base da formação social legal e econômica estabelecidas ao longo do tempo. Tais relações se modificaram e redirecionaram, pela própria vontade humana, em aspectos distintos.

A criação dos objetos e das coisas pelo homem levou a aspirações por novas descobertas, sendo essas feitas pelo e para a satisfação humana. A criação de um sistema de objetos e, por conseguinte, de ações sobre esses objetos, acabaram por demonstrar uma nova relação entre a criatura e a criação (SANTOS, 1999). Os objetos estão para os homens, e suas ações são realizadas para os objetos, ou seja, há uma "dominação" dos objetos sobre os homens, num primeiro instante, mas que posteriormente, fazem da criação um entrave para o desenvolvimento, ficando o homem à mercê dos objetos.

O sistema de objetos consiste em todos os elementos (coisas) que podem servir às necessidades do homem, utilizando-se das técnicas para modificá-los. Esse aspecto ganha longevidade quando perpassado de geração em geração, pois auxilia na formação da cultura do lugar. Essas transformações não ocorrem da mesma maneira através do tempo e nos espaços, uma vez que quanto maior as transformações e a dependência aos objetos, mais alienado se tornam os homens, ou seja, mais os objetos se apoderam do cotidiano (SANTOS, 1999), ocasionando uma busca pela cultura impositiva. Como exemplo, pode-se destacar a necessidade atual do agricultor em utilizar-se de máquinas e implementos para o aumento da produtividade para poder "competir" com seu produto no mercado, o que o torna, em certo aspecto, alienado perante o sistema que o cerca.

O sistema de ações é um processo dotado de propósitos. "A ação é próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. [...] As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições (SANTOS, 1999, p. 67)", uma vez que são organizadas por indivíduos. Essas ações têm por objetivo modificar os objetos através das técnicas, para sua utilização posterior.

Porém, há mudanças significativas no sistema de objetos ocasionados pelo avanço das técnicas e do meio científico informacional, que busca, imbricado ao sistema capitalista de produção, o aumento, a agregação de valores e a facilidade produtiva descrita

por Marx (1983), incrementando maior valor à mercadoria, auferindo mais lucro ao capitalista. Essas mudanças, materializadas em ações sobre os objetos através das técnicas, transfere valores diferenciados aos mesmos, transformando-os muitas vezes em objeto-ator, apoderando-se do cotidiano, alienando o trabalhador e até mesmo, inconscientemente, o capitalista.

Segundo Santos (1999, p. 171), atualmente,

> O objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. E é, também, informacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso – que é uma informação – e, de outro lado, funciona a partir de informações.

Dessa forma, passa-se a existir uma dupla representatividade dos objetos. Ao mesmo tempo em que eles expressam informação e funcionalidade, são movidos e pré-determinados por elas.

> Em nenhuma outra fase da história do mundo, os objetos foram criados, como hoje, para exercer uma precisa função predeterminada, um objetivo claramente estabelecido de antemão, mediante uma intencionalidade científica e tecnicamente produzida, que é o fundamento de sua eficácia. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. (SANTOS, 1999, p. 173).

Esse avanço programado é intencional e direcionado, ou seja, o objeto técnico não servirá a todas as pessoas, devido o sistema que o engloba. Além desse aspecto, ressalta-se ainda que a função do objeto, muitas vezes não é uma função "natural", e sim criada pelo homem para atender e impor novas necessidades.

Toda essa mudança no sistema de objetos não se desenvolveu sem pressupostos, sendo articulada graças e pelo sistema de ações que proporcionou tais mudanças, direcionadas a um objetivo específico.

A tomada de decisões envolve uma redescoberta da "ação racional", enquanto ação instrumental e prática, ou seja, as ações também são influenciadas pelo meio técnico-científico-informacional, facilitando e impulsionando tais ações para fins específicos, "[...] permitindo que, não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, as ações indicadas se dêem, distribuindo maior eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade, aos propósitos daqueles que as controlam" (SANTOS, 1999, p. 179).

Tais ações são, portanto, realizadas e pensadas em detrimento do capital, quando interligadas a objetos específicos, fazer avançar as técnicas para auferir maior valor ao

objeto. Nesse sentido, são ações tipicamente capitalistas, com coordenações muitas vezes invisíveis, levando o lugar ao sistema global.

Contudo, as ações são resultados de pensamentos, retóricas daqueles que as planejam. Da mesma maneira que existem movimentos de pensamentos ligados à ação do capital, há de se ressaltar o pensamento de contraposição, que indispõe de um sistema de objetos técnicos avançados, se comparado aos objetos capitalistas (tecnologia de ponta).

Dessa maneira, Santos e Silveira (2001, p. 101), salientam que os "[...] acréscimos de ciência, tecnologia e informação ao território são, ao mesmo tempo, produto e condição para o desenvolvimento de um trabalho material e de um trabalho intelectual, este tornado indispensável, já que antecede a produção". E este pensamento que ocorre nos moldes da produção capitalista, aliena, discrimina e se desenvolve desigualmente no espaço, privilegiando alguns produtores em detrimento de outros pouco capitalizados.

Como exemplo, destaca-se a diferenciação entre produtores rurais capacitados com tecnologia avançada, capazes de aumentar significativamente sua produtividade, em menor tempo, e aqueles que lutam até mesmo contra as ações do Estado, não possuindo base para competir e produzir em comparação aos primeiros. "Assim, a atuação do Estado visando corrigir as distorções geradas pelo processo de desenvolvimento é de extrema importância, embora [...] os governos dos países [...] têm pregado exatamente o contrário." (HESPANHOL, 1999, p. 21).

Nota-se que há uma interligação entre os pensamentos e as ações, sendo indissociáveis. Os objetos são coordenados e geridos pelo sistema de ações, fazendo muitas vezes que os próprios objetos se tornem primeiros sobre as ações. Essas ações sobre os objetos estão imbricadas com interesses diversos, desembocando em políticas para setores diferenciados. No caso do setor agrícola, o Estado teria o papel de coordenar tais ações para socializar e minimizar as contradições sociais, porém o que se apresenta não corresponde com tal função.

2.12 Alguns apontamentos para o rural contemporâneo

Com as transformações verificadas nos países avançados, e posteriormente nos em via de desenvolvimento, principalmente no que se refere ao avanço na utilização de técnicas no meio rural, há uma modificação dos paradigmas existentes sobre a maneira de lidar com este meio. No caso do Brasil, principalmente em áreas consideradas com baixo

desenvolvimento rural[15], como é o caso do Extremo Noroeste Paulista, a relação entre cidade e campo continua com fortes vínculos entre si, pois a característica regional, ligada às atividades rurais de subsistência ou de pequeno comercio, faz permanecer a ligação afetiva, cultural, econômica e comercial entre os meios, já que as indústrias ainda não se inseriram nesse meio, e a ideologia rural se torna forte nestas circunstâncias.

Fica evidente que transformações ocorreriam inevitavelmente ao longo da história, pois o avanço e o progresso humano para maior adaptabilidade e adequação nunca se estagnaria, podendo sim ocorrer mudanças rítmicas ao longo do percurso, e conforme políticas e disponibilidades locais e mundiais.

A noção de adaptação do homem ao meio e às condições nele expressas, segundo Moscovici (1975), levou a uma busca insaciável de novas oportunidades para se adequar à realidade refletida no espaço, o que no modo de produção capitalista, ficou evidenciada como expressão de uma desigualdade social, econômica, política, tecnológica, de acessos, entre outras, clara e visível em todos os meandros do planeta, e evidenciado ainda mais nas especificidades dos lugares.

Essas mudanças se acentuaram a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da segunda Guerra Mundial, quando diversas políticas internacionais e uma reformulação no quadro geopolítico internacional se perfizeram, surgindo um período denominado, a partir da doutrina Thruman (1947), de mundo Bipolar, onde duas grandes superpotências (EUA e URSS) determinavam as diretrizes econômicas e políticas mundiais até o início da década de 1990, quando se acentuou o colapso do socialismo mundial.

No campo do desenvolvimento territorial rural, embora muitas análises tendessem a aproximar e a confundir o rural com o urbano, a noção de pluriatividade, que tem como premissa as influências externas de diferentes contextos e escalas, possui na família rural a base analítica para uma auto reafirmação enquanto unidade e fortalecendo sua permanência no meio rural, pois a busca de alternativas à produção agrícola demonstra a contínua luta em permanecer em seu meio de origem. É necessário levar em consideração, metodologicamente falando, o local (região foco de análise), o tamanho do estabelecimento e os recursos dispostos pelo produtor para aplicação em novas tendências produtivas e,

[15] Neste caso, o conceito de desenvolvimento está ligado ao crescimento econômico e de produtividade agrícola, além da relação com a questão social, embora sua discussão tenha caráter mais amplo, mas que não se constitui objetivo deste trabalho.

principalmente, para o planejamento regional, além das imbricações de caráter macro existentes.

Muitos pesquisadores tentam amalgamar o desenvolvimento à urbanização, como se o meio rural não fosse capaz de se desenvolver sem se tornar não-rural, ou sem relação entre os dois meios, como argumenta Veiga (2001). Nestes moldes, a antítese histórica entre o rural e urbano tenderia certamente ao desaparecimento. Contudo, ainda para Veiga (2001), baseado em dados repassados pela OCDE, existem basicamente três tipos de países desenvolvidos sob o prisma da diferenciação entre rural e urbano; a) no primeiro, que reúne países com elevadas taxas de urbanização, estão o Reino Unido, a Alemanha, a Holanda e a Bélgica, considerando as elevadas concentrações populacionais e sua relação com o território.

Neste grupo, as regiões totalmente urbanas ocupam 30% do território, enquanto que as essencialmente rurais, menos de 20%, sendo que as intermediárias variam entre 30 e 50%[16]; b) no conjunto de países intermediários, se encontram a França, o Japão, Áustria e Suíça. Nestes, 50% a 70% do território pertencem a regiões essencialmente rurais, e cerca de 30% das regiões são relativamente rurais. Mesmo considerando que em países como o Japão e a Itália, as pessoas vivam em sua maioria em regiões essencialmente rurais, 70% dessas se encontram em *localidades* urbanas; c) no outro extremo, onde há o predomínio das regiões essencialmente rurais, estão os Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Irlanda, Suecia e Noruega. Neste último grupo, as regiões essencialmente rurais cobrem mais de 70% do território, sendo que as relativamente rurais ocupam menos de 20% da área.

Para se concretizar tal análise, é relevante a conjunção do meio natural, como as condicionantes: clima, geologia e tipo de solo, hidrologia, entre outros. Tais fatores, porém, não devem ser compreendidos como determinantes na configuração dos espaços analisados e contemplados pela OCDE, mas como fatores que auxiliam a formação dos pontos discutidos anteriormente.

Esse ponto é essencial para a continuação do debate proposto, onde a maioria das visões aponta para uma maior aproximação do rural e do urbano, e algumas propõem até mesmo a superação dessa dicotomia. Sem dúvida, conforme esclarecido anteriormente houve mudanças e transformações na relação entre esses espaços, porém, se destaca ainda a permanência de diversas especificidades, singularidades que determinam a

[16] De acordo com a tipologia da OCDE, áreas essencialmente rurais são aquelas com menos de 150 hab/km^2, e mais de 50% das localidades são rurais. As regiões relativamente rurais variam entre 15% e 50% das localidades rurais, e aquelas menores de 15% de localidades rurais, são consideradas “Essencialmente Urbanas”.

funcionalidade e subjetividade do rural, tanto para a sobrevivência e reprodução familiar quanto para inserção do capital neste espaço.

Para Queiroz (1969), nunca se apagará totalmente as diferenças entre o rural e o urbano. A autora se baseia principalmente na organização de trabalho diferenciado entre os dois espaços, além do comercio e serviços característicos de cada lugar, partindo da maneira que cada um se organiza. Ressalta-se que essa análise só poderá ocorrer de maneira dialética e em unidade, dada a dependência e relações estabelecidas entre os espaços e as pessoas, mas que se concorda nesse trabalho, dadas as características encontradas no ENP.

O maior problema dessa tendência à urbanização é a questão da segurança alimentar, já que é necessário a permanência de espaços rurais para a prática da atividade agrícola, mesmo em grande escala, considerando ainda a presença de atividades agrícolas no meio urbano, porém, em pequena escala.

Nessa perspectiva, Mendras (1969) argumenta que as relações de oposição entre cidade e campo são somente uma face da sociedade, pois todas essas pessoas que vivem nesses dois meios formam uma mesma sociedade e participam de um mesmo mercado econômico. Consideram-se novamente o espaço urbano e rural como sendo parte de um mesmo espaço, com utilizações e consequências distintas, mas complementares, sendo dialéticas e imbricadas.

A busca por novas áreas de atuação do capital prevê essa diferenciação, mesmo que de maneira administrativa e legalizada. As diferenciações são visíveis não somente no aspecto legal, como a incidência de menores impostos, fiscalização ambiental, menor valorização imobiliária, mas também há distinções na paisagem, na forma, função, estrutura e processo descritos por Santos (1998) desses espaços de múltiplas funcionalidades. Essa multiplicidade de elementos e utilização está sendo proposta para que ocorra numa sociedade capitalista industrial, a permanência do homem no meio rural, desabrochando sua identidade com o local e com seu estilo de vida.

A própria sociedade urbana aceita estas diferenciações, no tocante à produção agrícola e, atualmente, com a oferta de serviços ligados ao lazer e ao turismo rural, levantando novamente a identidade cultural local, além da construção de hotéis fazenda, residência secundária (ranchos às margens da represa do rio Paraná), típico do ENP, como se observa na Figura 8. Observa-se também a busca para morar longe do trânsito e da poluição, e da transformação do meio rural em um espaço de preservação ambiental. Esse caráter deve ser explicado na diferenciação do espaço rural em relação ao urbano, o que se perfaz não somente pela legalidade administrativa, mas também pela utilização, identidade e utilização do espaço.

Independentemente da visão adotada para se avaliar os diferentes territórios de atuação no rural, tomados pelo capital ou atrelados à permanência das famílias rurais neste contexto através de sua luta pela reprodução contínua, é evidente que a atual visão depende de uma estruturação analítica, já que essa transformação por que passa o meio rural não anula suas especificidades, apenas traz apontamentos e redirecionamentos na análise de sua funcionalidade e valorização, tomando como enfoque as características dessas transformações.

Figura 8: Visão panorâmica de ranchos no município de Santa Fé do Sul (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Tais direcionamentos não podem ser definidos e impostos do nível governamental para o familiar, ou seja, de cima para baixo, pois não há uma identificação das propostas realizadas pelo Estado ou Município pelos moradores das áreas rurais. O que pode ocorrer, é a busca de sugestões do poder público para uma conscientização das possibilidades de sobrevivência e aplicações em atividades a serem desenvolvidas no meio rural na atualidade.

A contemporaneidade mostra que o capital, a “commoditização” avança por áreas antes dominadas por vegetações nativas e por culturas de subsistência, dominadas por uma paisagem onde as famílias rurais eram predominantes. Esse avanço traz conseqüências e impactos sobre toda a sociedade, no trabalho, crenças, identidade, cultura. Esse fato transforma não somente o espaço físico, pelo aumento das cidades, avanço tecnológico, mas a

percepção das pessoas sobre o espaço, a adaptação às necessidades e dificuldades apresentadas.

O avanço do capitalismo transforma, portanto, não somente o homem da cidade, mas também o homem do meio rural. A própria constituição da industrialização do campo faz avançar este movimento de reconstrução de diretrizes, de atitudes, de consciência. A industrialização da agricultura apresentou abordagens a respeito do processo de trabalho no campo, das tecnologias utilizadas para produção, da flexibilidade do trabalho, bem como adaptação às novas tendências de produção, arrendamento, trabalho temporário trazido pela industrialização e percebido por todos os setores, em especial pelas famílias rurais. As relações de poder sob o aspecto da hegemonia do capital constituem polaridades nos espaços do urbano e do rural, que vem apresentando uma assimetria somente com o avanço das lógicas de acumulação capitalista no final do século XX.

De acordo com Barthez (1987), a pluriatividade buscada pelas famílias rurais rompe com as noções básicas comuns aos membros da família, pois a necessidade de buscar novas concepções e alternativas produtivas transforma as características familiares básicas existentes. Em alguns lugares, até mesmo as relações humanas se tornam mais impessoais, dada a influência do meio externo nas famílias. Mas lembra-se que os lugares são diferenciados, e que em alguns espaços, ocorre o processo inverso, onde a união entre famílias se sobrepõe à impessoalidade.

Porém, é necessário que se coloque a existência das famílias rurais nos parâmetros atuais, como possibilidade de análise, e não como única instância a ser debatida, questionada e analisada. A busca por novas definições se faz presente nos aspectos apresentados, sobretudo a respeito do rural. Historicamente, baseado numa análise capitalista, o meio rural sempre foi um resquício da evolução urbana. E nas condições apresentadas no momento, de reestruturação, modificação e novas realidades vividas neste espaço, alguns autores, como Saraceno (1994) e Baptista (1997) colocam em xeque a necessidade de se buscar uma delimitação do meio rural, e uma fronteira com o urbano, pois os espaços são mutuamente influenciados e muitas vezes se confundem.

Sob este aspecto, a análise do ponto de vista das famílias rurais, numa escala regional, seria a mais adequada para uma observação do que ocorre no meio rural, levando em consideração a escala de influência existente nesse meio regional, que transcende o lugar, passando a ter relações estaduais, nacionais e mundiais. Não cabe, portanto, analisar as famílias rurais desterritorializadas no ENP, pois a escala de influência, de vivência e as relações externas possuem forte componente de modificação nesta categoria de análise,

principalmente no que se baseiam as relações de poder locais e regionais, já que são onde tais famílias mantêm contato direto, e se sentem parte da dinâmica local e regional.

Vale lembrar que, baseados nas apreciações expostas até o momento, é que muitas vezes se perde o foco de análise, pois se esquece das relações sociais que são estabelecidas pelos grupos e se discute apenas as categorias campo-cidade por elas mesmas.

Logo, o que se encontra é um processo de mudanças constantes construído historicamente sob o ponto de vista dialético, e essa volubilidade dos objetos e das ações observadas nas sociedades, se encontra em constante movimento e compartilha de uma dinâmica de oposição e integração permanente em diversos níveis de escalas e setores, com atores diferenciados nos espaços de transformação.

Percebe-se, diante das análises e do exposto até o momento, que cada vez mais muitas famílias rurais não necessitam da agricultura para sua sobrevivência, e que isso está se tornando uma tendência na região, e que esta ocorre na maioria das vezes, sob o âmbito do capital em grande escala, ou através do capital social por meio de cooperativas e cooperações, ou incentivado pelo crescimento da demanda de determinados produtos que possam ser produzidos com eficácia.

Fica evidente a crescente demanda por alimentos pelos brasileiros, diante das dificuldades em se criar políticas adequadas de distribuição ou adequação econômica para o consumo social ou até mesmo para subsistência agropecuária. Nesse sentido, o campo passa por transformações constantes, como não poderia deixar de acontecer. Tais inconstâncias são decorrentes de relações provindas tanto das cidades, quanto do próprio espaço rural. As modificações ocorridas no modo de vida, de produção e reprodução familiar, trouxeram divergências nas análises da relação entre o campo e a cidade, por não se considerar situações diversas em lugares distintos.

A singularidade das famílias que vivem no meio rural, não são agora, somente típicas desse meio, já que muitos migram de alguma forma para as cidades, levando a elas, suas peculiaridades, modos de pensar e agir. A identificação da formação dessas particularidades é ditada por características internas e externas. Internas de sua própria cultura, hábitos, dificuldades, memória passada de geração em geração. Externas quando estão relacionadas a políticas setoriais, locais e estatais, influenciadas pela mídia e pelo capital, que busca uma revalorização do campo através de suas características peculiares, como o que ainda existe do meio ambiente, do silencio, do ar puro.

Embora existam diferenças entre esses dois espaços na atualidade, não existe forma de delimitá-los com exatidão, já que o conjunto de características do rural e do

urbano ultrapassa seus limites físicos e materiais, perpassando ao subjetivo, simbólico e cultural. Fato esse demonstrado pelas atividades tipicamente rurais exercidas nas cidades e atividades urbanas exercidas no campo.

A amplitude de espaço do campo é muito superior ao das cidades. Diante das circunstâncias, o campo pode se definhar para ele mesmo, em decorrência das ações urbanas, mas nem sempre para elas. Tal crise pode ocorrer pela destruição dos recursos da natureza e da má utilização dos objetos pelo homem, pelo capital e pelos interesses dominantes, intrínsecos da relação de poder, mas o campo todo não está fadado a virar cidade, dada a insustentabilidade dessa lógica, principalmente pela construção e reconstrução de novos espaços, seja pela segurança alimentar, seja pela própria manutenção da vida na terra.

Nota-se que, nessa perspectiva, conceitos teóricos como o fim do rural, são criados por certos geógrafos muito mais como forma de tentar marcar seu nome na história, como marketing pessoal ou modismo, do que realmente forma de explicação da realidade viva e dinâmica, onde os encontros e desencontros são constantes no cotidiano das pessoas, e estas, atores e produtores sociais, não se sentem parte dos conceitos e não os aceitam como verdade, considerando seu caráter explicativo.

Na realidade do ENP, por exemplo, não configura o caráter de fim do rural, e até mesmo do avanço do urbano sobre o rural, considerando seu desaparecimento. O que ocorre é um imbricamento de ações e relações entre os dois espaços numa continuidade de um mesmo espaço reproduzido pela sociedade e pelo interesse do pequeno investidor imobiliário, sendo que a ligação de dependência e convivência transforma a competitividade em cumplicidade, mesmo que essa muitas vezes possua caráter de disputa.

Com relação à diminuição da quantidade de moradores do meio rural, conforme demonstrado, fica o direcionamento do próprio envelhecimento de seus moradores que, quando vêm a óbito, repassam sua terra aos herdeiros diretos que, na maioria das vezes, nunca trabalharam nesse espaço, preferindo revender suas terras e investir em imóveis na cidade, ou aplicar em seus respectivos negócios. Porém, aqueles que comprarem tais terras, novamente farão parte do meio rural, total ou parcialmente, já que a renda dessas pessoas está vinculada diretamente aos dois espaços, com atividades complementares tanto no urbano como no rural, aumentando e reforçando a relação entre rural e urbano.

3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL COMO MECANISMO IMPULSIONADOR DAS RELAÇÕES E REPRODUÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA[17]

A verificação das caracterizações do rural e do urbano no ENP pode ser expressa em diversas visões e perspectivas. No caso da geografia, verificam-se primeiramente as configurações presentes na paisagem, para posteriormente averiguá-las em um determinado território, base para as ações de transformação do espaço em diferentes níveis sociais. Dessa forma, o território seria a base fundamental para a compreensão dos desenrolares geográficos apresentados na paisagem, uma vez que o território engloba diversos níveis de argumentações, sendo a parte mais palpável para quem vive e busca sua reprodução social.

A busca por melhores condições para se viver não dependem, muitas vezes, apenas das famílias que vivem no meio rural, mas de ações externas de políticas que visem o auxílio e a dinamização desse território, num contexto cultural formado ao longo de vários anos de vivência neste espaço, sendo considerado pela maioria como seu local de vida.

Neste aspecto, o objetivo deste capítulo é, a partir da compreensão do processo de desenvolvimento ocorrido no país, situar o ENP, norteando o significado de capital social, mostrando as dificuldades de sua implantação; analisar os diferentes significados que o conceito de território possui; mostrar o significado de desenvolvimento rural com ênfase no território e compreender a relação entre os direcionamentos de um desenvolvimento territorial no Extremo Noroeste Paulista e a relação dialética da categoria território num contexto de debate entre o rural e o urbano, como territórios diferentes, porém, com aspectos semelhantes e relações de dependência.

3.1 Apontamentos gerais do desenvolvimentismo no Brasil, e a conjuntura do Extremo Noroeste Paulista

A promoção de uma aceleração do processo de urbanização e industrialização na década de 1930, instalada no governo Vargas, assumiu uma posição desenvolvimentista nacionalista. Após a era Vargas, as políticas econômicas tiveram uma revisão e a adoção de cunho mais liberal, quando ocorreu uma diminuição da intervenção estatal na economia. (BRAGA, 1998). Neste momento, o Extremo Noroeste Paulista (ENP)

[17] Para compreender melhor a configuração histórica e características do ENP, ver a dissertação de ROSAS (2002).

acabava de passar por um processo de demarcação de terras devolutas (BÍSCARO NETO, 1993), iniciado em 1912 pelo Estado e compradas por um inglês, John Byng Paget, que adquiriu 77.440ha da área inicial de 503.360ha, antes pertencente a um fazendeiro (Patrício Lopes de Souza) que falecera em 1880, sem herdeiros que reivindicassem as terras naquela época, o foco das atenções se encontrava nas áreas de economia central, sendo o interior de São Paulo, principalmente a região marginal da divisa territorial, uma região ainda despovoada e sem perspectivas econômicas, mas inserida numa política de caráter liberal, que enfocava setores estratégicos da economia e de interesses políticos.

Com essa nova orientação, o Estado brasileiro teve um novo redirecionamento de suas preocupações e papéis no cenário econômico, principalmente ligado aos interesses provenientes do capital privado interno e externo. De acordo com Ianni (1971), a atuação do Estado nesse momento era contraditória, pois seguia uma orientação liberal e ao mesmo tempo atuava em benefício de grupos específicos detentores do capital, buscando promover o "desenvolvimento" urbano-industrial do país. Porém, tal desenvolvimento ocorria somente em áreas mais urbanizadas, longe das fronteiras agrícolas, como é o caso do ENP.

O planejamento começa a sofrer modificações a partir da implantação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-74), seguido pelos PND II (1975-79) e o PND III (1980-85), adotando um planejamento focado em desenvolvimento de regiões específicas do país, e a criação de órgãos voltados ao crescimento regional, como por exemplo, a criação da SUDENE, da SUDAM, do SUDESUL e da SUDECO.

Observa-se que o âmbito governista nacional repassava responsabilidades para o desenvolvimento regional, baseado na descentralização de poderes, voltados aos problemas encontrados especificamente em cada região do país.

Diante desse aspecto, existem na literatura, três fases que indicam o processo de formação de um projeto desenvolvimentista no país, explicitado por Bielschowsky (2000, p. 247-8), que são os períodos de "[...] 1930-44: origem do desenvolvimentismo; 1945-55: amadurecimento do desenvolvimentismo; e 1956-64: auge e crise do desenvolvimentismo (respectivamente, os períodos 1956-60 e 1961-64)."

No primeiro período, de 1930 a 1944, logo após o colapso da economia cafeeira no Brasil e do poder das oligarquias regionais, houve um intenso processo para a definição de uma estrategia geral de industrialização, que foi a base para a consolidação de tal período. Algumas companhias agrícolas de colonização e ferrovias têm sua formação decorrente desse período, como é o caso da CAIC, que colonizou o ENP. Ainda de acordo com Bielschowsky (2000, p. 250),

> Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50. [...] As questões de alcance nacional [...] conduziam a pensar nos problemas de longo prazo da economia e, com isso, na solução histórica da industrialização. [...] Em segundo lugar, e mais importante, o período é de 'origem' do desenvolvimentismo porque é o momento da história brasileira em que surgem, mais ou menos simultaneamente, quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista, que se sobrepõem e ultrapassam os limites do ideário industrialista anterior.

Esses aspectos ideológicos são compreendidos como a necessidade de implantação de um sistema industrial integrado, para a produção interna de insumos e bens de capital voltados à produção dos bens finais. Outro aspecto está vinculado à necessidade da aplicação da centralização dos recursos financeiros para a viabilização da acumulação industrial, baseados na noção de fortalecimento do papel do Estado em relação a sua ação como regulador dos interesses da sociedade, promovendo a unificação nacional. Esse quadro ganhou força em decorrência da própria crise mundial do capitalismo, e da desestruturação nacional em decorrência do mesmo, tendo o Estado papel importante na construção do desenvolvimento nacional de áreas periféricas e subdesenvolvidas, assim como do próprio Estado.

O último aspecto ideológico é o ganho de força do nacionalismo econômico, já que o sentimento anti-imperialista clássico adquire esta característica, intensificando as barreiras alfandegárias e o controle dos recursos naturais. Nesse sentido, a industrialização só seria viável com o apoio estatal, principalmente na participação de investimentos diretos na infraestrutura (transportes, mineração, energia, indústrias de base).

Nota-se que dois fatores básicos deram sustentação ao nascimento do projeto desenvolvimentista. De acordo com Bielschowsky (2000), o surto da industrialização, que aumentou significativamente os valores referentes à expansão industrial e o surgimento de diversas instituições de regulação e controle das atividades econômicas no país, formam a base do projeto de desenvolvimento. Como exemplo dos órgãos reguladores tem-se o Conselho Federal do Comercio Exterior (CFCE), de 1934, o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), de 1938, o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), de 1937, dentre outros.

Convém ressaltar que regiões do país que se encontrava em áreas de expansão da fronteira agrícola, não presenciavam diretamente as ações propostas para o desenvolvimento local e rural, a não ser o incentivo indireto às companhias agrícolas oriundas do capital cafeeiro e ferroviário, como a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização

(CAIC), que pleiteava comprar e dividir a área do ENP desde 1936, dois anos após sua criação.

O avanço da fronteira era assim reflexo dos investimentos governamentais nas indústrias, sendo necessária a ampliação de novas áreas produtivas e de mercado, desafogando os produtores rurais e criando mais cidades servidas pela ferrovia, para exportação, principalmente do café. Neste período de Estado Novo, a ideologia proposta por Vargas era o desbravamento do oeste, que incentivava o movimento demográfico em direção às fronteiras, visando o preenchimento econômico que existia nas áreas de transição do país.

De acordo com Borges (2000, p. 248), o governo via a conquista do oeste como uma "[...] panaceia do desenvolvimento do país e a principal bandeira ideológica da criação da unidade nacional em oposição ao particularismo regional." Dessa forma, o governo vislumbrava tal avanço por interesses diversos, como ocupação visando problemas geopolíticos e de segurança nacional em áreas mais afastadas, assim como a expansão do mercado e áreas com reservas naturais e fontes de recursos a serem explorados.

A fronteira representava um movimento de atração de pessoas, principalmente do meio rural, ocasionada pela expropriação do pequeno produtor pelo grande proprietário de terras. No ENP, a fronteira é uma área inicial de destino de agricultores excluídos, em busca de novos sonhos e oportunidades de trabalho rural e perspectivas da propriedade privada da terra. Porém, em alguns casos, o avanço da fronteira representava uma oportunidade de realocação das tensões sociais no campo, ou da própria criação dessas tensões, como o movimento do "arranca capim", ocorrido no ENP. Tal movimento ocorreu com imigrantes nordestinos que trabalhavam como arrendatários em uma fazenda da região, e não aceitaram a saída das terras nos prazos determinados, retirando todo capim plantado para as pastagens do fazendeiro.

Nesse momento, a contradição entre o urbano e o rural praticamente não existia no ENP, uma vez que no processo de formação das cidades, os espaços se confundiam, e eram construídos de maneira diferentes, através da impermeabilização do solo. As moradias, as vendas, igreja, locais de alimentação, eram construídos no meio rural, mas possuíam como objetivo a urbanização posterior daquele espaço. Percebe-se que a construção do espaço do ENP não vislumbrava tal dicotomia, nem era criado sob tal, já que no processo de construção, os espaços urbano e rural eram os mesmos, desde sua função até sua prerrogativa cultural, passando pela perspectiva da própria CAIC, de criar uma cidade para dar sustento ao loteamento.

As condições urbanas vão surgindo com o aumento das relações e funções exercidas nos espaços. Porém, ressalta-se que neste momento, todas as relações ocorriam num mesmo espaço, já que as "características urbanas" ainda não eram aparentes.

Embora a perspectiva do governo era a criação de municípios de fronteira com o intuito de manutenção da estrutura agrária concentrada, o ENP não apresentou, após a colonização realizada pela CAIC, uma concentração fundiária relevante, apesar de existirem alguns estabelecimentos rurais de elevada extensão.

Com relação ao perfil migratório dos colonos do ENP, observa-se que a maioria é proveniente de outras regiões do próprio estado de São Paulo, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas, embora muitos deles viessem de outros estados, como Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul, Goiás, e outros 20 entrevistados nasceram na própria região, como se observa na Tabela 14.

Tabela 14 – Perfil Migratório das famílias do ENP

Perfil migratório	Quantidade	Percentual (%)
Outras regiões de São Paulo	26	37
Outros Estados	24	34
Nasceu no ENP	20	29
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Além da procedência dos moradores da região na atualidade, a maioria vive na região a muito tempo, sendo que muitos deles participaram do processo de ocupação do ENP. Percebe-se, segundo a Tabela 15, que a compra foi a forma mais característica de aquisição das terras na região (69%), no entanto a herança também possui relevância, o que significa que os pais repassaram as terras aos filhos, e parte deles permaneceram vivendo neste mesmo estabelecimento, desde o processo de expansão da fronteira agrícola.

Tabela 15 – Aquisição das terras no ENP

Como adquiriu seu estabelecimento?	Quantidade	Percentual (%)
Compra	48	69
Herança	22	31
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

A Tabela 16 esclarece ainda mais tal perfil migratório, pois demonstra que a maioria dos entrevistados vive na região a mais de 20 anos (60%), e possui o estabelecimento desde sua aquisição, o que é corroborado pela Tabela 17, considerando a idade do

entrevistado, cuja maioria participou ou vivenciou como filho o processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola do ENP, que ocorreu durante o final da década de 1940 e toda a década de 1950.

Tabela 16 – Tempo de aquisição das terras no ENP

A quanto tempo possui o estabelecimento?	Quantidade	Percentual (%)
Até 9 anos	13	19
de 10 a 19 anos	15	21
de 20 a 29 anos	24	34
mais de 30 anos	18	26
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 17 – Idade do entrevistado do ENP

Idade do informante	Quantidade	Percentual (%)
até 19 anos	2	3
de 20 a 29 anos	5	7
de 30 a 39 anos	15	22
de 40 a 49 anos	26	37
mais de 50 anos	22	31
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Em geral, ainda para Borges (2000, p. 249), a expansão da fronteira agrícola favoreceu, por um lado, o "[...] aumento da produção de alimentos para atender a demanda da população urbana e, por outro, contribuiu para a reprodução do latifúndio e da agricultura tradicional [...]" em algumas regiões do país, como o Centro-Oeste. Já para o oeste de São Paulo, o aumento de atividades e a conglomeração de produtores rurais foram mais evidentes, já que os mesmos não produziam diretamente para o consumo urbano, mas para subsistência, e o café produzido servia para saldar suas dívidas com a CAIC, sendo revendidos e processados em torrefadoras locais ou regionais.

O segundo período proposto por Bielschowsky (2000) se encontra no pós-guerra (1945-55), marcado no início (até 1947) pelo liberalismo e pela resistência ao desenvolvimentismo, pois o mesmo se encontrava em um impasse ideológico entre o político e o econômico, típico da conjuntura da época. De acordo com Bielschowsky (2000, p. 269),

> Os temas econômicos mais debatidos no período foram o protecionismo, o planejamento e a intervenção estatal, a inflação e o balanço de pagamentos. Porém, todos possuíam denominadores comuns: do ponto de vista liberal, havia a questão da busca de normalização da economia de mercado no pós-guerra e, do ponto de vista desenvolvimentista, a da continuidade do processo de industrialização.

A estagnação agrícola era evidente no momento, uma vez que os interesses da aristocracia agrária se confundiam com a integração do capital industrial emergente. Esse período compreendido de 1945 a 47 ficou marcado na história como um momento crítico do desenvolvimentismo, mas que trouxe subsídios para o início de seu amadurecimento, que perdurou com rapidez até meados da década de 1950.

Nesse contexto, foi em 1946 que a CAIC comprou as terras da Gleba Paget, onde se localiza o ENP. Enquanto alguns segmentos menos favorecidos tinham dificuldades em alcançar benefícios ou almejar melhorias na qualidade de vida, o investimento da CAIC, mesmo com caráter totalmente mercantil, já que alcançavam até 150% de lucro, proporcionaria uma venda de pequenos lotes rurais a produtores oriundos de outras regiões do próprio estado de São Paulo e de Minas Gerais, inicialmente.

A partir de 1948, a preocupação do governo brasileiro era com a necessidade de ampliação de bens de produção na economia, com base numa reflexão sobre a problemática do planejamento econômico e da industrialização, uma vez que este é início de um período áureo da ideologia do nacionalismo econômico baseado no petróleo, que se procedeu até meados de 1952.

Surge nesse período, uma necessidade de se criar uma harmonia e equilíbrio entre a indústria, que encabeçava o crescimento econômico do país, e a agricultura, que era sacrificada pelos lucros provenientes das atividades industriais.

Nessa ocasião, os membros da CAIC fundam Santa Fé do Sul no dia 24 de junho de 1948, num momento em que sobrevalorizava o preço dos lotes, pois havia sido anunciado que a estrada de ferro chegaria ao ENP, sendo a cidade suporte à venda dos quase 30.000 alqueires[18] da área, em prestações de até quatro anos.

> Não por iniciativa da CAIC, mas com incentivo dela, foram fundadas, dentro do perímetro das terras vendidas pela empresa, as cidades de Santa Rita d'Oeste, Santa Clara d'Oeste, Santana da Ponte Pensa, Aspásia, Santa Salete e Rubinéia por iniciativas particulares ao longo de estradas construídas pela própria empresa loteadora. A intenção era tornar Santa Fé do Sul o centro da região e polarizador das cidades ao seu redor. (NARDOQUE, 2007, p. 102).

O avanço e a consolidação da fronteira seguiam como planejamento de crescimento ao setor desenvolvimentista, já que criava condições de futuros investimentos e perspectiva de crescimento econômico para a região, com o início da venda de lotes rurais aos produtores. A iniciativa da CAIC, por sua vez, foi procedente na atualidade, pois consta que

[18] Um alqueire paulista equivale a 24.200m^2.

realmente o município de Santa Fé do Sul passou a ser o polarizador das atividades referentes aos municípios existentes na região colonizada pela referida empresa.

O pagamento dos lotes pelos novos proprietários seria realizado através da produção agrícola, como o feijão, o arroz, o milho, e posteriormente, o café. Os lotes possuíam entre 7,26ha até 72,6ha, com uma media regional de 48,67ha. (ROSAS, 2002). Houve, por conseguinte, a permanência de pequenos lotes rurais, num processo de urbanização do rural que se apresentava no momento, mas que servia como base para a venda dos lotes, dentro de um projeto desenvolvimentista privado, já que o acesso à terra a preços e condições satisfatórias era raro naquela época.

Mas num contexto geral, foi a partir do final da década de 1950, no governo Juscelino Kubitschek, que o plano desenvolvimentista foi primordial na elaboração do Plano de Metas[19], atingindo seu auge. Um dos argumentos referentes à explicação do crescimento da economia ocorrida até 1961 foi denominado substituição de importações, tanto nas cidades como no campo, com a internalização do D_1, ou seja, insumos e máquinas utilizadas para a produção agrícola passaram a ser fabricadas no país, tendo início, segundo Delgado (1985), a modernização no campo. Tal crescimento ocorreu devido ao grande investimento em infraestrutura, como a construção de rodovias, de serviços de energia e nos segmentos fundamentais da indústria pesada.

De acordo com Müller (1989), o projeto de desenvolvimento do governo se baseava na denominada tríplice aliança, representada pela articulação entre capitais privados estrangeiros, nacionais e estatais.

O debate sobre a problemática da agropecuária no cenário nacional, que se iniciou a partir do final da década de 1950, tomando grande impulso no início da década de 1960, se reduzindo após o golpe de 1964 e retomado na década de 1970, é marcado principalmente, na perspectiva desenvolvimentista, por três correntes analíticas (GONÇALVES NETO, 1997). A primeira vê a agricultura como um entrave para o desenvolvimento econômico brasileiro; a segunda percebe uma funcionalidade da atividade para o desenvolvimento; e a terceira, já na década de 1970, procura superar a dicotomia rural/urbano e centrar sua análise na racionalidade do capital, que não diferencia o tipo de território para sua aplicação.

No início da década de 1960 até a implantação do regime militar, analisaram-se diferentes estrategias de desenvolvimento (SORJ, 1986), mas baseadas na

[19] O plano selecionou 5 áreas prioritárias: energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação, sendo que a maioria dos recursos financeiros foram destinados aos três primeiros setores.

defesa da indústria interna. Em termos das estruturas agrárias, um projeto tinha o caráter distributivista, buscando a eliminação de setores latifundiários mais atrasados, não comprometendo o setor agrário-exportador. Porém, essa não foi a prioridade do Estado nesse período. O setor rural brasileiro era, portanto, um entrave para o crescimento econômico que se pleiteava, ficando direcionado a alguns setores e grandes proprietários ou companhias, como a CAIC.

No contexto geral, a visão dualista da sociedade brasileira permanece baseados no argumento central de que

> [...] a arcaica estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, não permitia à agricultura responder à demanda urbano/industrial: com a produção calcada no monopólio da propriedade da terra, em mãos dos latifundiários, e nas relações de produção antiquadas vigentes, não se conseguiam ganhos de produtividade que respondessem às necessidades da indústria em expansão. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 53).

Sendo o meio rural considerado arcaico, o principal entrave era a não oferta de uma produção compatível com a demanda, fazendo com que os preços dos produtos agrícolas subissem mais que os produtos industriais, o que forçaria uma transferência de valores do setor industrial para o rural. Além disso, a permanência do modo arcaico de produção vigente no campo brasileiro, com práticas quase servis, além de afastar um maior consumo dos assalariados rurais, dificultava o desenvolvimento do setor industrial voltado para o campo, como o setor de máquinas e defensivos agrícolas, impossibilitando uma agricultura moderna. (FURTADO, 1964). Porém, essa visão centrava-se em algumas áreas do país, já que outras parcelas do território nacional não participavam diretamente desses prognósticos, caso do ENP.

A única forma, segundo Furtado (1964), seria a realização de uma reforma total e global no setor, iniciada pela reforma agrária, e a criação de obstáculos para o acesso da oligarquia rural ao poder, diminuindo seus privilegios. A permanência do monopólio da terra seria o principal entrave para o desenvolvimento da agricultura brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1979; SINGER, 1961; VALVERDE, 1980).

Rangel (2000) concorda com a necessidade e emergência de uma reforma agrária, sendo que a crise econômica ocorre pela superprodução de alguns bens agrícolas e a escassez de outros, as dificuldades com o comercio exterior, e com a superpopulação do campo, que causaria problemas de desemprego urbano. Tais relações poderiam ser

relacionadas com o coronelismo que direcionava as decisões e relações de poder naquele momento. Salientando as duas formas de soluções comportadas pela crise agrária

> a) mudança da estrutura agrária, com o fito de criar condições mais propícias para a expansão das atividades secundárias e terciárias do complexo rural, reduzindo assim o excedente médio de bens agrícolas levados ao mercado por cada família camponesa, o que permitiria aumentar o número de famílias do setor agrícola sem concomitante aumento da oferta de bens agrícolas e sem quebra, antes com elevação, do nível de vida das massas camponesas; b) incremento, alternativo ou concomitante, do comércio exterior e da procura urbana de mão-de-obra, com o objetivo de absorver a superprodução agrícola e a superprodução rural. (RANGEL, 2000, p. 73).

Para Delfim Netto, Pastore e Carvalho (1966), a agricultura brasileira possui uma serie de tarefas, dentre a liberação de mão-de-obra e a criação de mercado para a indústria, a implementação de exportações, o abastecimento alimentício das cidades, entre outras, como a importância do meio rural desde os primórdios da colonização como a formação de um sistema de transferência de ganhos da produtividade agrícola. Dessa forma, os autores crêem que a reforma agrária deveria ser realizada respeitando as diferenciações regionais e de maneira paulatina.

Na prática, a ação do regime militar que acabara de assumir o poder, era a orientação referente à crise econômica que se instaurava desde 1961, buscando uma maior centralização da reordenação do capital. “Dessa forma, as empresas industriais mais avançadas se fortaleceram, ao mesmo tempo que deprimem o nível salarial da classe operária [...]” (SORJ, 1986, p. 68), criando um novo ciclo de expansão econômica.

A agricultura se insere nesse padrão de desenvolvimento baseada nas orientações do capital, no qual prevê uma ampliação da produção para o mercado externo e interno, coordenadas pelo padrão de acumulação industrial, norteando-se através da evolução dos CAIs, de acordo com os interesses de grandes empresas estrangeiras.

A partir daí, o Estado tem na agricultura um setor de crescimento vertical, já que a linha de desenvolvimento encontra embasamento na inserção industrial no campo, mas sem que ocorresse uma substituição total no crescimento horizontal em direção ao interior do país, mas que a expansão da fronteira e dos CAIs passassem a se integrar crescentemente, como se deslumbrava no ENP.

Embora o padrão de desenvolvimento do setor rural do país se baseasse na modernização das forças produtivas, obtendo mais altos níveis de eficiência, havia diversos problemas sociais a serem avaliados pelo Estado, e que necessitavam de soluções. Nesse sentido, em 1964, o governo Castelo Branco promulga o Estatuto da Terra e a Emenda

Constitucional nº 10 que, de acordo com Sorj (1986), propicia o pagamento de indenizações com títulos da dívida pública e estabelece bases legais para a reforma agrária, além de tentar igualar questões trabalhistas entre os trabalhadores da cidade e do campo.

Neste período, como se observa na Tabela 18, ocorreu o desmembramento e a criação de 4 novos municípios no ENP a partir de Santa Fé do Sul, com a lei quinquenal nº 8.092 de 28 de fevereiro de 1964, formando os municípios de Rubineia, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa.

Tabela 18 - Área total dos municípios do Extremo Noroeste Paulista (Km^2) – 1960 a 1996

	1960	**1970**	**1980**	**1991**	**1996**
Santa Fé do Sul	1.171,0	170,0	170,0	208,9	208,9
Santa Rita d'Oeste	-	194,0	210,0	210,8	210,8
Santa Clara d'Oeste	-	216,0	159,0	183,9	183,9
Rubineia	-	246,0	204,0	235,0	235,0
Santana da Ponte Pensa	-	118,0	118,0	130,3	130,3

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991; Contagem populacional de 1996.

Essa fase, marcada por políticas agrícolas pontuais, como, por exemplo, na região nordeste, e a força política da aristocracia agrária latifundiária e até mesmo dos capitais industriais, não proporcionando uma maior viabilização da reforma agrária, encerra-se em 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), no qual o fortalecimento do poder executivo cria condições políticas para o enfraquecimento da aristocracia agrária.

Dessa forma, há um incentivo fiscal à compra de terras no país por empresas estrangeiras, fortalecendo e criando um novo nicho latifundiário, o do capital externo. Nesse sentido, o Estado passa cada vez mais a estimular, através de políticas públicas para o setor agrário, a expansão agrícola com o complexo agroindustrial, através do crédito rural.

O SNCR, criado em 1965, foi um dos principais instrumentos vinculados ao crescimento econômico, que estabelecia que os "[...] bancos particulares deveriam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito agrícola, ou canalizá-los junto ao Banco Central com juros de 7% ao ano." (SORJ, 1986, p. 86).

Apesar do grande crescimento do acesso ao crédito, salienta-se que sua distribuição não ocorreu de forma equitativa ou proporcional, já que o maior acesso creditício foi realizado pelos medios e grandes produtores rurais, e em regiões com maior produção, principalmente para exportação, uma vez que produtos como o feijão se constitui como um dos menos atingidos pelo crédito oficial. Isso ocorria principalmente pelas exigências e

garantias para o pagamento do crédito, e aqueles com poucas benfeitorias, terra ou produção agrícola, tinham menos condições de acesso.

Nesse sentido, a modernização agrícola foi incentivada pelos programas de crédito, já que muitas vezes, aproximadamente metade do custeio de máquinas e implementos advinha do crédito, desviado de suas funções originais.

A década de 1970 foi marcada por um novo debate sobre o desenvolvimento do campo brasileiro, pautado no crescente uso de tecnologias, dos defensivos e adubos, da assistência técnica, do êxodo rural, dentre outros. Todo esse aparato foi fruto de um processo de desenvolvimento urbano-industrial ocorrido a partir de meados da década de 1960, no período convencionado a se chamar "milagre brasileiro". Essa transformação do meio rural não ocorreu de maneira homogênea, nem alcançou todos os espaços e pessoas, mas serviu como base para uma discussão posterior e medidas baseadas no desenvolvimento econômico com fulcro na modernização da agricultura brasileira.

Um dos autores precursores na análise dessa vertente foi Paiva (1979), que argumenta que o otimismo dos países em desenvolvimento decorrente de teorias oriundas de países desenvolvidos, deveria ser aplicado com cautela, pois tais teorias tinham de ser encaradas como propostas de desenvolvimento de acordo com a realidade do Brasil, no caso, já que o setor agrícola era incapaz de ser um elemento dinâmico no processo de desenvolvimento rural.

A estrategia de desenvolvimento agrícola se baseava, portanto, na intensificação das pesquisas, proporcionando aos produtores acesso às novas técnicas pesquisadas, através de insumos, máquinas, sementes, plantios diversificados, no intuito de proporcionar um crescimento e dinamicidade na economia do meio rural.

Paiva (1979) estabelece medidas de políticas agrícolas para a continuidade do desenvolvimento econômico. Dentre elas, a melhoria dos serviços assistencialistas e de pesquisa, a criação de entraves fiscais para o acesso a tecnologias modernas, para que outras tecnologias alternativas pudessem ser popularizadas e difundidas, além do crescimento do comercio externo, criando o mecanismo do autocontrole.

Outros autores que debatem os projetos desenvolvimentistas para o meio rural na década de 1970 são Melo e Zockun (1977), que embora teçam sua análise baseada na necessidade de reformulações de políticas de exportação, não deixam de se preocupar com o abastecimento interno. Argumentam ainda que se a função da agricultura para o desenvolvimento é a geração de divisas, as exportações seriam uma resposta à crise do

balanço de pagamentos, sendo que o governo deveria criar políticas de incentivos às exportações, modificando as políticas cambiais e comerciais.

Desta forma, vê-se a criação em 1973 do Programa da Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), "[...] envolvendo o seguro que garantia apenas os recursos emprestados pelo sistema financeiro e não aqueles enterrados – literalmente – pelo produtor no esforço produtivo." (GONÇALVES NETO, 2000, p. 227). Outro composto criado na tentativa de desenvolvimento rural, através da necessidade de geração de novos produtos (cultivares, adubos, defensivos, tecnologias, entre outros), foi a EMBRAPA, em 1972, e também a fundação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1974. Diante de todo esse processo, o rural brasileiro, nesse período, se encontrava em déficit, o que demonstra o tamanho do custo dessa transformação.

Já Oliveira (2003) propõe uma análise diferenciada das anteriores, pois passa a discutir as condições para a realização do capital no interior da economia do país, procurando compreender não mais as oposições e dualidades, mas as possíveis interligações dos diferentes setores e atores sociais no cerne da economia do país. No que se refere à agricultura, o autor afirma que as exportações de produtos agrícolas possuem um papel importante na economia do país, pois asseguram condições para o crescimento do setor urbano-industrial através da acumulação de capitais. Dois aspectos são de extrema importância na teoria de Oliveira (2003, p. 47):

> Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoria a construção de um modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia.

Além de fornecer mão-de-obra e alimentos para as cidades, numa ligação direta e dialética, diferentemente da oposição criada anteriormente, o crescimento e conseqüente modernização do meio urbano, redefine algumas condições estruturais do meio rural, modificando e introduzindo novas relações de trabalho e produção, sem fazer com que desapareçam as formas antigas, viabilizando uma pequena agricultura comercial para o consumo externo e principalmente para o interno, promovido pelo proletariado rural. (OLIVEIRA, 2003). Tais características se assemelham ao ocorrido no ENP, onde a produção agropecuária do meio rural servia para abastecer a cidade que emergia, e as vilas ao seu redor,

sendo que tais atividades agropecuárias permanecem até a atualidade, embora a falta de apoio e crédito forcem a pluriatividade e até mesmo a saida do homem do campo.

Nesse mesmo sentido, mas com relação aos produtos oriundos do meio rural, o autor salienta que o crescimento urbano é uma contrapartida da desruralização do produto, ou seja, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas, maior será a taxa de crescimento urbano. Isso significa que quanto menor for a participação das atividades agrícolas no produto interno total, maior será o crescimento urbano. Nesse sentido, o crescimento urbano não seria causado apenas pelo crescimento industrial ou do setor secundário como um todo, segundo Oliveira (2003).

Com relação à característica do campo e das cidades no Brasil, o autor afirma que a distribuição da renda agrária, dadas as especificidades de sua colonização e formação histórico-cultural, onde predominam a concentração fundiária e as *plantations*, faz com que o campo seja tão ou mais desigual que o meio urbano-industrial. A soma da desigual distribuição no campo e nas cidades faria do Brasil um padrão global de distribuição desigual completa e acentuada, sendo que não há indícios de redução dessa característica, acentuada nas décadas de 1960 e 70.

Já para Martins (1975), o capitalismo cria e recria de uma só vez, as condições de sua expansão, incorporando áreas e pessoas às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, devido a não mercantilização dos fatores envolvidos, como o trabalho assalariado, redefinindo relações não-capitalistas, ou ampliando a desigualdade econômico-social.

Neste mesmo sentido, Silva (1981) inicia seus argumentos na discussão das relações entre o atraso da atividade agrícola e sua relação com o desenvolvimento econômico do país, realizado pelas indústrias. Nesse sentido, as relações capitalistas se encontram totalmente ligadas às relações pré-capitalistas de produção, ou seja, não há uma eliminação do "velho" pela chegada do "novo", mas sim uma coexistência das duas formas de produção, porém, subordinadas (in)diretamente pelo capital.

Após o período apresentado e na conformidade da desestruturação das contas externas do Brasil, depois do segundo choque dos preços do petróleo em 1979, inicia-se uma mudança de estrategia de crescimento agrícola, sob uma nova onda de centralização do capital. (DELGADO, 1985). Há uma visão do espaço rural heterogêneo, através da diferenciação das regiões e tipos de produção.

Ainda para Delgado (1985, p. 89), houve uma redução nos "[...] limites do financiamento rural para pequenos, medios e grandes produtores", o que demonstrava uma

diminuição na produção e no uso de defensivos agrícolas, consequentemente. Neste período, se inicia, dentre outros fatores, inclusive o citado, a redução na produção cafeeira no ENP, já que o café era até então o precursor da economia municipal e regional.

A dívida externa, somada ao déficit no balanço de pagamentos, a inflação e a corrupção, fizeram com que o país entrasse em profunda crise a partir do início da década de 1980, levando a população a ter dificuldade de acesso ao emprego e o próprio Estado a realizar acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O início dessa década, somada ao processo de transição política do regime, fez com que diversos projetos fossem mal sucedidos, direcionando as decisões do governo à abertura política voltada ao neoliberalismo.

Esse cenário provocou o fechamento da Embrater e diminuiu a importância da Embrapa, atingindo diretamente o cerne da política modernizante do Estado para o setor rural brasileiro (GONÇALVES NETO, 2000). A busca por um "Estado menor" foi a diretriz tomada na segunda metade da década de 1980 e uma das estrategias foi o processo de privatização que ganhou força no governo Collor.

Os créditos rurais, que na década de 1970 eram de certa forma vastos e a baixo custo, começaram a subir de valor, e os recursos alocados para esta área se tornaram escassos. Nota-se que entre 1976 e 1986, o aumento dos valores do crédito é agravante, e só diminui após a tentativa de projetos oriundos do Plano Cruzado. Este foi um dos motivos da redução da lavoura cafeeira no ENP, que era a principal atividade econômica exercida pelos produtores rurais, juntamente com aspectos ligados ao clima e pragas, conforme a análise de Rosas (2002).

Mesmo com um caráter seletivo, o crédito rural era o principal instrumento de política agrícola até meados da década de 1970, e com sua eliminação, o setor rural se vê desamparado perante o ritmo crescente da modernização de mercado. (GONÇALVES NETO, 2000). A única saida do Estado foi atuar diretamente no controle de preços mínimos, buscando uma solução momentânea à crise inflacionária, havendo um deslocamento da política de créditos rurais para a garantia de preços mínimos, o que caracterizou as diretrizes dos governos na década de 1980.

A aplicação do modelo neoliberal na década de 1990, fez com que o Estado se encolhesse também para as questões relacionadas ao campo. Os problemas do campo se agravaram em relação a uma política agrícola efetiva, e os produtores começaram a buscar alternativas de financiamento da produção no próprio mercado financeiro ou com o autofinanciamento através dos CAIs. Porém, os juros e os requisitos para o crédito acabavam restringindo seu público alvo.

Contraditoriamente ao esperado, em função do papel do Estado no cenário rural brasileiro, a produção rural do país tem aumentado, vinculada diretamente à concorrência de mercado e aos valores impostos por este, e em setores específicos. Porém, esta solução atinge basicamente os produtores mais capitalizados, deixando a maioria dos produtores à mercê da produção agrícola, levando-os a procurar alternativas à agricultura. Foi nesse momento, através de pressões diversas, que o governo criou o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), direcionado à agricultura familiar, retomando o debate sobre desenvolvimento rural.

A discussão sobre o desenvolvimento econômico no Brasil ainda precisa ser muito analisada, para que se possam criar condições para novas aplicabilidades de políticas e projetos, principalmente no meio rural, e para tal execução é necessário compreender e delimitar o rural através de suas características, num contexto de divisão territorial do trabalho, que sugere espaços produzidos de maneiras antagônicas e díspares, pelo exposto neste relato histórico.

3.2 Caracterização dos municípios do Extremo Noroeste Paulista

Como salientado anteriormente, o Extremo Noroeste Paulista (ENP) é composto por 5 municípios: Santa Fé do Sul, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste, Santana da Ponte Pensa e Rubineia (Figura 1), colonizados pela CAIC, localizados na divisa dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, às margens da Estrada de Ferro (antiga Araraquarense), e possuem inúmeras semelhanças entre si, embora o município de Santa Fé do Sul se sobressaia pelo seu tamanho (populacional) e pelos serviços oferecidos.

Com população de quase 30.000 habitantes, em comparação com a media de pouco mais de 2.000 habitantes dos outros 4 municípios do ENP, Santa Fé do Sul pode ser considerado um centro de consumidores e polarizador regional de oferta de bens e serviços, que busca atender às perspectivas e necessidades dos moradores dos outros municípios, quanto à saúde, produtos e serviços, mão-de-obra, bancos, faculdade, escolas, dentre outros. Os moradores do campo e da cidade dos municípios menores se deslocam frequentemente para Santa Fé do Sul para suprir suas necessidades. Neste caso, as ofertas encontradas nos municípios diferenciam claramente este dos demais da região delimitada, podendo ser considerado mais urbanizado que os outros.

O ENP possui diversas rodovias asfaltadas e uma ferrovia que já serviu para escoamento de produção agrícola e de pessoas à capital do estado, que dista aproximadamente

600km da região. Além das rodovias principais, como a Euclides da Cunha (SP 320) que oferece acesso ao Mato Grosso do Sul (20km), através da ponte Rodoferrroviária a oeste a Jales (40km), São José do Rio Preto (180km) e São Paulo (625km), a leste, e a Rodovia dos Barrageiros (SP 595), que dista 65km de Ilha Solteira ao sul, possui diversas outras estradas ligando os municípios, asfaltadas e em terraceamento, através de projetos de desenvolvimento rural entre as prefeituras municipais e o Estado, como o Fehidro (Fundo Estadual de Preservação dos Recursos Hídricos) e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, em programas designados "Melhor Caminho", com adesão ao consórcio Pró-estrada, que atende a todos os municípios do ENP, totalizando mais de 200km de estradas asfaltadas e/ou em processo de manutenção, como tapar buracos e desassorear caixas de contenção de água, desde 1997. Por esse motivo, os produtores rurais de tais municípios não possuem dificuldades em escoar seus produtos, exceto aqueles estabelecidos em áreas de difícil acesso.

A estrada de ferro que já serviu para escoamento da produção agrícola, principalmente o café até meados da década de 1980, atualmente tem sua concessão vendida para a América Latina Logística, servindo apenas de passagem de produtos oriundos do centro-oeste brasileiro, como a soja e grãos em geral, retornando com calcário, óleo combustível, entre outros, não atendendo desse modo, à população local.

Com relação à renda dos habitantes, no contexto geral e em setores específicos da economia (primário, secundário e terciário), observa-se na Tabela 19 que Santa Fé do Sul possui o maior PIB do ENP e praticamente a melhor distribuição de renda, perdendo somente para o município de Rubineia, que também tem no setor terciário o maior valor adicionado no montante municipal.

Tabela 19 - Produto Interno Bruto do ENP - 2004

	PIB (mil reais)	**PIB per capita (reais)**	**Valor adicionado no Serviço (mil reais)**	**Valor adicionado na agropecuária (mil reais)**	**Valor adicionado na indústria (mil reais)**
Santa Fé do Sul	207.618	7.347	114.296	13.471	85.063
Santa Clara d'Oeste	16.424	8.505	6.793	8.985	930
Santa Rita d'Oeste	32.310	14.115	9.798	21.431	1.396
Santana da Ponte Pensa	18.831	11.399	6.486	11.468	1.108
Rubineia	19.621	6.985	9.978	7.693	2.093

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2004.
Org.: ROSAS, 2008.

Pode-se considerar que o município mais pobre é Santa Clara d'Oeste, e possui no setor primário da economia o maior investimento no município, acima do setor

terciário de serviços, assim como ocorre em Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa. Desconsiderando Santa Fé do Sul num primeiro momento, observa-se que Santa Rita d'Oeste, além de ser o mais rico, também é o mais desigual na distribuição dessa renda e o que possui maior valor adicionado na agropecuária, bem mais do que Santa Fé do Sul, considerado centro regional do setor primário.

Praticamente todos os municípios do ENP possuem elevado valor adicionado na agropecuária, ultrapassando os valores da indústria e dos serviços, exceto Santa Fé do Sul e Rubineia, já que o primeiro possui elevado índice de empreendedorismo e ofertas de serviços, além dos produtores rurais possuírem outras fontes de renda (artesanato, confecção de doces caseiros, queijos), oriundos muitas vezes da própria cidade e do setor terciário, e o segundo, pelas áreas alagadas e pelos ranchos, caracterizando-se como terciários.

A relação interpessoal desses municípios também é de grande valia na análise proposta, já que os técnicos das Casas de Agricultura do ENP possuem boa relação com os trabalhadores do meio rural, tendo maior atenção e sendo mais prestativos, facilitando a liberação de verbas de crédito junto ao Banco do Brasil, como o Pronaf, como se observa nas Tabelas 20 e 21.

Tabela 20 – Utilização de crédito rural no ENP

Utiliza crédito rural?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	48	69
Não	22	31
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 21 – Utilização de assistência técnica no ENP

Utiliza assistência técnica?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	62	89
Não	8	11
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Vale ressaltar que, neste caso, a confiança mútua e a reciprocidade entre os responsáveis pelo banco e os produtores rurais, em todos os municípios, embora se apresente menos fortalecido em Santa Fé do Sul devido ao seu tamanho, caracteriza e indica um caminho na criação de um capital social que, embora tímido, possui base sólida construída culturalmente, para se consolidar e ser trabalhado através de projetos de desenvolvimento territorial rural.

Tal confiança, porém, se esvai quando a ganância toma frente das questões ligadas à acumulação de capital, já que o sistema capitalista de produção cria condições de

individualismo que extrapolam as formas de cooperativismo existentes, principalmente quando advém de um inchamento da própria coletividade, como também ocorre em indústrias, necessitando de planos administrativos para se gerir tal conglomerado de pessoas, antes expropriadas de seus meios de produção. Outro aspecto que deve ser analisado nesta questão é o grau de escolaridade das pessoas, como demonstra a Tabela 22, onde a maioria das pessoas não terminou o ensino medio, caracterizando o tempo em que vivem na região, sua origem, e as dificuldades e falta de oportunidades para prosseguirem com o estudo.

Tabela 22 – Escolaridade dos entrevistados no ENP

Escolaridade	Quantidade	Percentual (%)
Analfabeto (ou funcional)	8	11
Ensino fundamental incompleto	12	17
Ensino fundamental completo	18	26
Ensino medio incompleto	16	23
Ensino medio completo	6	8,5
Ensino superior incompleto	4	6
Ensino superior completo	6	8,5
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Isso ocorre pela necessidade da sobrevivência pelas atividades agrícolas, e pela dificuldade de acesso às escolas no meio rural, principalmente em meados do século XX. Muitos deles são bons pagadores, pois conforme observado prestam muito à palavra e ao acordo, via de regra. É claro que não cabe aqui apontar pessoas com má índole e conduta, pois em todo o mundo existem aqueles que se aproveitam da situação e até mesmo da amizade para ganhar com isso, típico do patrimonialismo brasileiro (SORJ, 2000).

3.3 A paisagem do Extremo Noroeste paulista e a relação entre o rural e o urbano

Para se analisar a relação entre o meio rural e urbano no Extremo Noroeste Paulista, com objetivo da criação de novos projetos de desenvolvimento territorial rural para uma região considerada neste trabalho estagnada, deprimida (em relação à industrialização, ao desenvolvimento econômico e às políticas públicas), é necessário compreender o que é visível neste espaço de produção e quais são os mecanismos que mais servem para analisar tal relação. No campo da geografia, o modo de ver e pensar tem suscitado diferentes interpretações ao longo da história. De acordo com Moreira (2007), o modo de ver e pensar clássico, que vai até a década de 1970, pode ser dividido pela ação cujo ponto de partida é a

relação homem-meio, sendo tais elementos dicotomizados (geografia humana e física) e analisados parcial e separadamente através da descrição da paisagem. Este ponto de vista é encontrado em Humboldt, que tem a paisagem como princípio de suas análises.

Já o modo histórico-materialista, que surge a partir da década de 1970, os elementos são concebidos em pares dialéticos, num movimento duplo e relacional, como o rural e o urbano, o homem e a natureza, visível e invisível (GEORGE, 1978). Esta metodologia deve ser lida do visível para o invisível, ou seja, de acordo com Moreira (2007), a paisagem é o ponto de partida para a análise geográfica. Nesse sentido, a paisagem local rural do Extremo Noroeste Paulista é formada por inúmeros elementos, como igrejas, pomares, utensílios, estradas pavimentadas e não-pavimentadas, rios, córregos, pessoas, pequenas e grandes casas, entre outros.

Para Santos (1999, p. 83), a paisagem "[...] é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza." Nesse sentido, a paisagem seria tudo aquilo que é visível e observado através das formas, que caracterizam inicialmente uma área.

As formas da paisagem são criadas em momentos históricos diferentes, mas que muitas vezes coexistem na atualidade, possuindo um caráter palimpsesto, com acumulações e substituições de diferentes formas e funções, sobrepostas ou expressas numa mesma paisagem, ou seja, "memória viva de um passado já morto." (SANTOS, 1999, p. 86). Tal perspectiva oferecerá oportunidades para uma reconstrução de uma paisagem, cuja função é analisada através de uma construção contínua da história de um lugar e de suas relações sociais e econômicas.

A paisagem é, portanto, uma abstração, apesar de material, pois sua construção advém de relações sociais históricas, que são expressas num momento pela sua função e natureza. Porém, é claro que o conceito de paisagem ultrapassa a visão reducionista que a mesma só é percebida através de um olhar sobre o espaço, abrangendo numa segunda análise, um conjunto de valores sociais e culturais de uma sociedade.

No ENP, para se compreender tais valores, é preciso descrever e observar os componentes da paisagem, em sua forma, função estrutura e processo de construção, para que as seguintes propostas de Moreira (2007) tenham êxito. O conceito de paisagem tem sua origem concomitante ao senso comum, ao saber popular, porém, os conceitos populares são altamente benéficos na ação da transformação e análise do conhecimento (BORDA, 1999). É a partir do senso comum que se consegue analisar as relações espaciais, sociais, econômicas,

culturais e geográficas de uma sociedade, e dessas com outras, em uma rede de relações e interesses.

Já para Neves (2003), ao se analisar o conceito de paisagem, é necessário estabelecer uma diferença entre visualidade e visibilidade, sendo que a primeira é uma visão simbólica, histórica e cultural e a segunda é uma visão formal. O conceito de paisagem se encontra vinculado, segundo o autor, à ideia de visualidade, que ultrapassa a ideia da visão formal, formada pelos elementos que modelam e compõe a paisagem.

A paisagem, portanto, transcende a noção da realidade apenas como concreto, transformados através de sua forma ao longo do tempo por necessidades de suas funções e modificadas em sua estrutura. Na essência da paisagem, há o caráter subjetivo, social e cultural que marcam e transformam tais paisagens, e que também são expressas, em certa visão sobre o objeto, na paisagem, no estilo das construções, no modo de vida das pessoas, na origem dos colonizadores e que no ENP traduzem a essência rural dos moradores mais antigos do campo, através de seus símbolos.

De acordo com Sauer (1998), o conceito de paisagem pode ser traduzido nos EUA como "*Landschaft*", que engloba as formas físicas e culturais de um espaço, numa ideia de unidade geográfica, onde sua formação ocorre por uma diversidade de fatores físicos, sociais e culturais que criam e transformam a paisagem, fazendo com que ela se torne reconhecível, orgânica.

Desta forma, para o mesmo autor, toda paisagem possui características gerais e individuais, que se assemelham e se diferenciam de outras paisagens ao seu entorno, já que o caráter cultural de uma determinada paisagem traz à tona as características daqueles que produziram uma determinada paisagem, tanto em sua forma quanto em relação à sua função. Porém, mesmo sendo única, ela se encontra relacionada com outras paisagens, numa construção dinâmica de contradições e necessidades, de acordo com cada período.

Pode-se observar, portanto, que a paisagem natural possui caráter meramente morfológico, construídos sem a interferência do homem, como uma montanha, um rio, uma floresta, um campo. Mas nota-se que este tipo de paisagem é raro na atualidade, já que a atuação humana cria um caráter social e cultural nestes espaços.

Já a paisagem cultural apresenta interferências diretas do homem, que cria e recria suas condições e seu modo de vida nestes espaços, sobrepondo culturas em tempos diferenciados e necessidades simples em diversas, fazendo com que aquela área ganhe significado social, entre as pessoas, seu grupo social e o meio, num caráter dialético.

A transformação do meio rural em função de diversas atividades faz com que a paisagem natural se torne cultural, como a construção de uma cidade, a prática agrícola, o replantio de matas, a atividade pecuária, pesqueira, religiosa. Tais transformações modificam as formas naturais, ou as destroem, reconstruindo-as com outras formas, conforme seus interesses. (SAUER, 1998).

Nesse sentido, estudar as transformações da paisagem é estudar o receptáculo cultural do homem, num mosaico de significados, e sujeito a múltiplas determinações e interpretações através do tempo, seja ele geológico (ações das intemperies naturais e geológicas) ou humano (agentes modeladores).

De acordo com Berque (1998), a paisagem de um lugar se expressa como uma marca do lugar, por representar uma civilização, uma determinada sociedade, e um determinado padrão de vida, mas também se caracteriza por ser a matriz desse lugar, por participar de esquemas de percepção e de ação cultural, que demonstram como ocorre a relação de uma certa sociedade com o espaço e a natureza, num processo de codeterminação contínua.

É necessário, portanto, aprender os significados da paisagem para decifrar os modos de vida, as ações humanas no espaço, expressas em marcas objetivas ou subjetivas construídas historicamente e determinadas no momento. No meio rural, tal perspectiva é muito bem visível e traz à tona as características de seus moradores e sua ligação com o local, numa análise que extrapola meramente o economicista, trazendo uma análise das condições das pessoas mais próximas de sua realidade.

No sentido da leitura da paisagem proposta por Moreira (2007) e apresentados anteriormente, após se observar a paisagem, é necessário se atentar para suas distinções com relação ao seu conteúdo, e que se entrecruzam no interior dos arranjos espaciais, como a análise das relações ideológicas e culturais (áreas de secagem do café, igrejas, escolas que perderam sua função), relações jurídicas e políticas (polícia ambiental, decisões do poder público), e as relações econômicas (crédito agrícola, a subsistência, a pluriatividade, as atividades não-agrícolas e não-rurais no meio rural), descritas nas paisagens do ENP.

Para o mesmo autor, ao se analisar os referidos conteúdos da paisagem, descobre-se que esses são mediações que representam uma estrutura hierárquica dessa relação no arranjo espacial, como as relações de produção e circulação no/do meio rural para as cidades, e das cidades para o meio rural, e a infraestrutura, que serve de base para ações da superestrutura, como o caráter sócio-cultural, jurídico, econômico e das tensões e

contradições existentes nesse espaço, como os problemas ambientais, a falta de crédito e apoio aos produtores rurais.

A partir das tensões e dicotomias do meio rural, mesmo considerando que no ENP, o grande capital ainda não influenciou diretamente a produção e a vida do homem do campo, percebe-se uma divisão clássica da separação dos homens em uma divisão territorial e do trabalho, como se apresentam os proprietários e os não proprietários de terras e dos meios de produção, já que estes últimos lutam pela sua legítima reprodução enquanto elemento fundamental na formação de uma estrutura política, social e cultural expressas na paisagem.

O caráter metodológico apresentado por Moreira (2007) indica ainda um retorno analítico, onde a essência revelada serve como suporte para o retorno à aparência da paisagem. Nesse sentido de retorno, o ponto de partida é a relação de trabalho expresso na sociedade, no qual o capital necessita transformar os valores da natureza em produtos e mercadorias, contidas numa relação homem-meio, para se tornar evidente na relação homem-homem, influenciadas por características superestruturais (relações ideológicas e culturais, jurídicas, políticas), manifestadas na paisagem.

No ENP, a paisagem rural é composta por pequenos estabelecimentos[20], como se observa na Tabela 23, formados em sua maioria no período de ocupação e colonização da região, realizada pela CAIC, a partir do final da década de 1940. Essa paisagem é composta por pessoas provindas de diversas regiões do Brasil, e outros municípios do oeste de São Paulo, desde São José do Rio Preto, outros estados, até os nordestinos, como demonstradas anteriormente. A maioria das pessoas são moradores em seus estabelecimentos rurais (68 famílias moram no campo, das 70 entrevistadas), e vivem principalmente para subsistência familiar, e pouco se utilizam de mão-de-obra assalariada ou contratada sazonalmente, como pode se verificar na Tabela 24.

[20] De acordo com o IBGE (1995-6), existiam no ENP 1704 estabelecimentos rurais, sendo que 1590 possuem área inferior a 100 ha.

Tabela 23 – Área dos estabelecimentos no ENP

Área total do estabelecimento	Quantidade de estabelecimentos	Percentual (%)
até 1ha	1	1
de 1,1 a 5ha	8	11
de 5,1 a 10 ha	25	38
de 10,1 a 20ha	22	31
de 20,1 a 50ha	11	15
de 50,1 a 100ha	2	3
Mais de 100ha	1	1
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Em convívio comunitário, existe grande quantidade de devotos das festas populares, como a Folia de Reis, além da religiosidade, pois os centros de várias vilas rurais possuem igrejas ou capelas católicas. Neste sentido, a maioria dos moradores rurais do ENP é considerada velha, por possuírem idade superior a 50 anos, e nível de escolaridade baixo, pois grande parte não terminou o ensino fundamental, conforme observação de campo.

Tabela 24 – Pessoal ocupado no ENP

Força de trabalho utilizada no ano de 2008 (pessoal ocupado)	Quantidade de trabalhadores
Mão-de-obra familiar	99
Mão-de-obra assalariada temporária	43
Mão-de-obra assalariada permanente	14

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Dentre os estabelecimentos visitados e as pessoas entrevistadas que mostraram um pouco de suas características, a maioria vive em casas simples, com infraestrutura básica, embora com energia elétrica e comodidades como televisão com antena parabólica e automóvel[21], como se observa nas Tabelas 25 e 26.

Tabela 25 – Presença de televisão no estabelecimento rural

Possui televisão?	Uma	Duas	3 ou mais
Sim	55	9	5
Não	1	0	0

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

[21] Em apenas 4 estabelecimentos rurais não havia um veículo motorizado, porém, possuía trator e charrete.

Tabela 26 – Presença de antena parabólica no estabelecimento rural

Possui antena parabólica?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	53	76
Não	17	24
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Essa característica permanece no ENP, pois ainda não existe diretamente a presença de atividades ligadas ao grande capital, como o avanço das usinas sucroalcooleiras, mas já se encontram muitas terras arrendadas para o plantio dessa monocultura pelas usinas. Porém, é inegável que, a partir da leitura superficial da paisagem, vários suportes tecnológicos chegaram ao homem do campo, e a dependência desses com as cidades são evidentes, principalmente no tocante ao crédito rural e ao acesso a bens, serviços e ao consumo, além do avanço iminente dos espaços utilizados pela lavoura canavieira conduzida pelas grandes usinas de álcool, principalmente.

É nesse sentido que a compreensão da paisagem rural no ENP se torna necessária e evidente para a compreensão de que rural está se falando, e mais profundamente, quais as relações expressas nessas paisagens que configuram o rural do ponto de vista cultural, ideológico, político, jurídico e econômico, transfigurados e reformulados ao longo do tempo num determinado espaço. Esse território, consequentemente, pode ser considerado deprimido (ORTEGA, 2008), tanto econômica quanto socialmente, pelas dificuldades encontradas e pela falta de políticas de desenvolvimento territorial rural que atuem eficazmente neste espaço, porém, há uma permanência de características culturais no cerne das famílias que vivem no/do meio rural no ENP. Porém, pelas características apresentadas, não existem na região, na atualidade, movimentos sociais organizados pela posse da terra, o que já existiu no movimento do arranca capim, no final da década de 1950.

3.4 Território e novas territorialidades geográficas: um caminho em direção ao desenvolvimento territorial rural

A abordagem territorial nas políticas voltadas ao desenvolvimento rural ainda é recente nas ciências sociais e na geografia, porém, a necessidade da utilização conceitual desse enfoque numa aplicação prática envolvendo administradores municipais, estaduais e até mesmo federais, necessita de um novo patamar analítico provindo da geografia, que é o território, palco das ações e da materialização humana através de criações

materiais e imateriais, territorializado e reterritorializado em diversos níveis de atuação e de realidades distintas, que é próprio do território brasileiro.

Porém, o enfoque rural das políticas de desenvolvimento sobre o território advém de uma noção que é trazida por Ortega (2008) como território deprimido, já que são nestes espaços que mais se necessitam a criação de ações diretas buscando o desenvolvimento rural, na tentativa da inserção de famílias expropriadas de seus meios de produção. Ressalta-se também, que o caráter desenvolvimentista é base dentro do próprio modo de produção capitalista, uma vez que busca alimentar condições de rearranjos sociais de populações que não possuem condições de subsistência, muito menos de consumo.

Para muitos, o capitalismo possui em sua essência, a desigualdade ampla e vigente, onde pobres e ricos conviverão no cerne desse sistema de produção, e a única maneira dessa dualidade se esvair seria a superação, sob forma de uma revolução socialista. Porém, outros pensadores vislumbram a tendência de convívio mútuo no interior do próprio capitalismo, das desigualdades sociais, e sua distribuição desigual seria amenizada através de projetos de lei e reformas, que garantiriam a continuidade e minimizaria as desigualdades dos excluídos do sistema. Existem também aqueles que acreditam que o Estado se obrigaria a uma intervenção direta no mercado, propondo um fim ao neoliberalismo econômico, já que este não possui capacidade de se autorregular, tão pouco de fazer reerguer uma população de marginalizados como consumidores diretos desse próprio sistema, necessitando de uma intervenção direta em vários setores.

Nota-se que em qualquer direção que se aponta, existem formas diferentes de desenvolvimento, e este carece de uma criação e sustentação para explicar as contradições existentes na atualidade, numa distribuição territorial desigual e excludente, na tentativa da criação de uma diretriz capaz de englobar o rural como forma distinta, cultural, econômica, política e culturalmente, mas não meramente excluída e desigual nas formas de direcionamento de prioridades.

A maior contribuição desse enfoque está, no entanto, em sua praticidade, e não apenas na teorização, pois se aplica às famílias mais necessitadas e carentes do país. Nesse sentido, é necessário que as sociedades que comunguem de um mesmo projeto e ideário, tenham em sua essência, mudanças significativas de caráter cultural e educacional, para que haja na busca dessa integração, a ação do denominado capital social, principal componente dessa junção.

A relação entre o meio rural e urbano tem sido modificada por um conjunto indissociável de diversos aspectos que, embora segmentados, fazem parte de um mesmo par

dialético. Tais aspectos são a evidência de uma lógica do capital que engloba inevitavelmente o Extremo Noroeste Paulista, mesmo considerando a baixa inserção da produção industrial ou do capital nesse espaço.

Esta porção do território apresenta características relativas à necessidade de um desenvolvimento territorial rural, pautado na falta de apoio aos produtores rurais, incentivo, conscientização, aprimoramento, condições de produção e até mesmo, em alguns casos, necessidade da utilização de novas técnicas por parte dos poderes públicos. Esses pontos fazem com que tais pessoas busquem alternativas às dificuldades, se inserindo no contexto do capital ou saindo totalmente de seu meio, procurando em outros espaços, melhores condições de trabalho ou oportunidades não apresentadas neste, ou iniciam atividades não-agrícolas em seu estabelecimento rural, como o turismo rural, o artesanato, a fabricação de doces e compotas, dentre outros.

A discussão a respeito do par dialético cidade e campo trouxe a necessidade de se buscar o tema relativo ao desenvolvimento rural na perspectiva territorial, para uma melhor compreensão dos fenômenos econômicos, culturais e sociais num contexto da dimensão espacial, pelo fato de se entender que, de acordo com Haesbaert (2002), as preposições relativas ao território são capazes de explicar o movimento de pessoas e coisas no espaço, e como elas se interagem ou se repelem, apresentando uma estrutura que, mesmo aparentemente distintas, se completam.

Para uma análise regional relativa à relação campo e cidade (com ênfase no meio rural) é necessário que sejam relevados os atores sociais locais e sua relação com o contexto estadual e nacional, mesmo considerando que o município é sempre mais próximo e mais real às pessoas do que os contextos mais amplos, ou seja, é impossível chegar a um ponto de equilíbrio em uma metodologia analítica empírica, sem levar em consideração os aspectos que envolvem o dinamismo local e suas relações com o global.

A abordagem territorial seria um aspecto determinante capaz de explicar o papel do contexto do espaço e de sua construção na dinâmica local e rural, comandada pelos atores sociais, e suas relações com o global, numa perspectiva econômica, neste aspecto. Desse modo, a geografia vem tecendo novos argumentos para a compreensão desse caráter de territorialidade. “O enfoque territorial considera sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos.” (SABOURIN, 2002, p. 25).

O desenvolvimento territorial é realidade devido à desigualdade existente na relação entre campo e cidade, e/ou principalmente no próprio campo e na própria cidade. Tais

conexões são bases para estruturar o desenvolvimento não apenas pelo viés econômico (função do/no campo), mas englobando a qualidade de vida das pessoas, suas relações, condições de trabalho, de infraestrutura, de igualdade entre os moradores da cidade, enfim, suas características culturais.

O ritmo de crescimento urbano fez com que ocorresse um processo migratório em massa, conhecido como êxodo rural, levando o aumento da necessidade alimentar nas cidades, elevando o excedente extraído do meio rural. Porém, o crescimento das cidades, nessa perspectiva, não leva necessariamente a um aumento do consumo, já que a saturação do mercado urbano para trabalhadores menos qualificados provindos do campo, faz com que estes permaneçam desempregados por muito tempo, ou aceitem um emprego que implique na redução do consumo de alimentos. "Ainda assim terá havido, no entanto, um aumento da demanda (em mercado) de alimentos, dado o desaparecimento (ou substancial redução) dos cultivos familiares dos emigrados." (CASTRO, 1979, p. 104).

A construção desses espaços no ENP se procedeu quando imigrantes de diversas regiões e origens se dirigiram para a referida região, com promessas de terras a baixo custo e com pagamento a longo prazo, criando um arcabouço dialético na relação entre o campo e a cidade no momento em que as atuais cidades do ENP foram criadas.

Naquele momento, a atividade agrícola nas cidades que se formavam possuía a prioridade na economia de fronteira que se abria, deixando a cidade como aspecto secundário na formação territorial do ENP, pois representava apenas aspecto ligado ao domicílio de algumas pessoas, e com pouco dinamismo e funções urbanas expressas em uma cidade.

Para superar ou mitigar tais dificuldades, é necessário conhecer os principais aspectos envolvidos através da construção de um desenvolvimento territorial, principalmente no meio rural, que aparentemente é o mais prejudicado econômica e fisicamente, o que leva o social a se tornar excluído e expropriado de seus meios de produção.

O que se propõe é a análise do rural sob a perspectiva territorial do desenvolvimento proposto pela OCDE[22], considerando os indicativos apresentados no Capítulo I, e vislumbrando a necessidade de mais argumentos e áreas para que se consiga explicar e compreender o rural no Brasil, com base em experiências vividas e conhecidas em outros países. Ressalta-se que este é apenas um indicativo, e que as realidades encontradas no Brasil são diferentes daquelas propostas e analisadas pela OCDE, e mesmo que alguns autores

[22] Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico, que conta atualmente 27 países com elevado desenvolvimento econômico.

como Abramovay (2000b, 2001), Navarro (2002) e Veiga (2001, 2006) salientem a importância do desenvolvimento territorial rural baseando-se nas propostas da OCDE, é evidente que a construção do saber se baseará na verificação da formação do espaço brasileiro, em suas diversas regiões, levando em consideração as formas e características territoriais únicas desse espaço.

Ressalta-se que um dos primeiros autores a analisar a relação cidade – campo no cerne do desenvolvimento econômico, como um par dialético, e não contraditório e antagônico, foi Oliveira (2003), diferentemente das visões separatistas encontradas até a década de 1970.

De acordo com Abramovay (2007), a noção de território serve como base para os estudos do meio rural em, no mínimo, quatro dimensões básicas. A primeira mostra a necessidade de abandono de um horizonte no qual considera a agricultura como o único setor e os agricultores como únicos atores importantes nas regiões rurais, enfatizando que há outros elementos existentes nessa abordagem. A segunda se refere à conceituação entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, no qual a noção de território impediria tal confusão conceitual, pois a abordagem territorial "[...] exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada." (ABRAMOVAY, 2007, p. 20).

A terceira dimensão é direcionada para o estudo empírico dos atores e de suas organizações para se compreender as situações localizadas, já que tais atores são heterogêneos, provindos de instituições, culturas e políticas diferenciadas. Já a quarta demonstra a ênfase colocada no uso dos recursos produtivos por uma determinada sociedade, relacionando os sistemas sociais e ecológicos.

Nota-se, portanto, que a análise rural na perspectiva do território engloba diversas vertentes que, de maneira ampla, vem se solidificando num complexo de múltiplas relações que compõe o real, com fatores provindos da economia, da cultura, do social, do político, do natural, entre outros, na perspectiva proposta neste trabalho, inclusive de ações estabelecidas por políticas que propõe projetos de melhorias para o território.

3.5 Apontamentos iniciais para o desenvolvimento territorial rural

Quando se fala em desenvolvimento, percebe-se que este é muito maior que o crescimento econômico, e que de acordo com Brose (2001, p. 11), é "[...] entendido como melhoria da qualidade de vida", das relações de produção, educacional, ambiental, econômica, buscando a superação da pobreza em regiões menos favorecidas. "Quer dizer,

quando se tem um processo inclusivo, quando todos participam do reparto das riquezas geradas, podemos dizer que o crescimento se transforma em desenvolvimento.” (ORTEGA, 2008, p. 28).

No último quinquênio do século XX, Navarro (2001) aponta dois principais momentos nos quais a noção de desenvolvimento rural se inseriu diretamente no âmbito do interesse de governantes e sociedades em geral. O primeiro período nasce após a Segunda Guerra Mundial e se estende até a década de 1970. Neste momento, o florescer de um padrão urbano-industrial revolucionava o padrão de vida e o comportamento social. Alicerçado na denominada Revolução Verde, o padrão tecnológico inserido no campo “[...] rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social [...]” de uma comunidade. (NAVARRO, 2001, p. 84).

A noção de desenvolvimento rural desse período foi criada com base nas características do momento, de acordo com a tendência modernizante e tecnológica. Apenas na década de 1970, no governo militar, é que programas foram implantados em regiões rurais mais pobres, como o Nordeste, sob a denominação de desenvolvimento rural, pois em outras regiões o que se utilizava era a modernização agrícola, pautada na perspectiva da Revolução Verde.

Já o segundo momento proposto por Navarro (2001), é mais recente, tendo início em meados da década de 1990, e traz à tona conceitos diferentes daqueles implantados na década de 1970, já que vislumbra a impossibilidade de desenvolvimento, ou pelo menos uma dificuldade de implantação e materialização. Tal retomada do tema ocorre, principalmente, pela inquietude social e política gerada pela falta de esperança e projeções em relação ao futuro.

Neste momento, o ressurgimento da temática veio findar-se no contexto do processo de globalização, e os planos de desenvolvimento territorial e rural passam a ocorrer de maneira impositiva nas diversas escalas observadas. Nesse sentido, a gama tecnológica desse novo período encontrado no meio rural e as novas funcionalidades apresentadas apontam para uma nova caracterização, observação e revalorização desse meio, através do modo de vida de seus moradores, de suas características sócio-culturais, de suas organizações e produções, principalmente em decorrência da crescente preocupação mundial com a segurança alimentar.

De acordo com Abramovay (2000), duas importantes correntes intelectuais contribuem para repensar o desenvolvimento rural. A primeira delas enfatiza a noção de

capital social, formada por um conjunto de objetos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e organizações, buscando o aumento da eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. A segunda corrente privilegia a dimensão territorial do desenvolvimento, e comunga a ideia de que a competitividade é um atributo natural do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada empresa.

Mas, além de fatores naturais e locacionais, esta corrente estuda as relações entre redes de diversas instituições, como o acesso público aos bens comuns, como a educação, a saúde, entre outros, como destaca Sorj (2000), enriquecendo o tecido social de uma determinada região. Porém, a convergência de pensamentos destas duas correntes permite a ampliação das reflexões sobre o meio rural, "[...] que não pode ser confundido com a base geográfica de um setor econômico, nem considerado como o resíduo daquilo que não pertence às cidades." (ABRAMOVAY, 2000, p. 1).

Fica claro no meio rural que a atividade agrícola não é mais o único fator de desenvolvimento. Para Navarro (2001), a expressão desenvolvimento agrícola se refere exclusivamente às condições de produção agrícola e/ou agropecuária, referindo-se à base material da produção agropecuária, suas facetas e evolução. Este fato reflete a tendência das ciências sociais de vincular o meio rural aos sinônimos de arcaico, subdesenvolvido, inóspito. Quem mora no meio rural, é visto como "caipira" na sociedade, e que não possui condições de trabalho condignas àquelas comparadas ao meio urbano. É necessário quebrar esse paradigma e criar uma revaloração do meio rural, através de uma unidade de gestão geográfica que permita integrar uma realidade econômica multisetorial vinculada às cidades, e as características específicas e criadas historicamente no meio rural, dialeticamente vinculada à cidade, direcionadas através do capital social, e planejadas territorialmente em busca do desenvolvimento do setor.

> La esencia del desarrollo rural, como territorio, se encuentra ligado a una forma de reivindica el ordenamiento territorial como esencia de la propuesta de visión renovada de la ruralidad. La reflexión geográfica , demográfica, econômica, social, ambiental y política incorporada, constituye um cuerpo integral de ordenamiento territorial. (PERICO; RIBEIRO, 2002, p. 23).

Esse desenvolvimento desigual do meio rural é fator recente de estudos com caráter explicativo ainda incerto, porém, nota-se que em regiões onde há maior dinamismo do rural, existem densas redes de relações entre os serviços oferecidos pelo meio urbano, assim como as organizações públicas e privadas, como empresas voltadas às atividades agrícolas e não-agrícolas. Portanto, uma das explicações para tal desenvolvimento ocorre, de acordo com

Abramovay (2000), com a proximidade social, acrescentado que tal proximidade é, via de regra, estreitada pela relação entre atores provindos dos meios rural e urbano. Nesse sentido, Navarro (2001) expõe o conceito que engloba o anteriormente citado (desenvolvimento agrícola), que passou a ser utilizado em meados da década de 1990, que é o desenvolvimento agrário, que constitui uma abordagem mais ampla, sendo o desenvolvimento agrícola apenas uma faceta, e a vida social rural e sua evolução são prioridades nas análises desse tipo de abordagem.

Portanto, os estudos e projetos de desenvolvimento agrário, para Navarro (2001), possuem como prerrogativas a dinâmica do capitalismo agrário do passado, a interpretação do presente, e indicações e possibilidades para o futuro, englobando determinantes sociais, políticas e econômico-estruturais de um determinado período, sob o enfoque territorial.

Já a definição de desenvolvimento rural, de acordo com Navarro (2001), se diferencia das demais por possuir um caráter de ação preventiva articulada, pretendendo causar mudanças em um determinado ambiente rural. Nesse sentido, o Estado sempre esteve presente na elaboração de propostas de desenvolvimento rural, por ser a representação legítima da sociedade.

Ainda para Navarro (2001), o desenvolvimento rural, embora tenha o significado de destacar melhorias do bem estar para as populações rurais através do desenvolvimento intersetorial, teve modificações de sua definição através do tempo, com a abordagem de diferentes estrategias de aplicação e leitura conjuntural do momento, já que este era visto como sinônimo de agrícola. Cita-se como exemplo o desenvolvimento rural na década de 1970, que incluía a absorção de tecnologia e insumos aos produtores rurais para aumento de renda. Atualmente, há uma ação direta e influência de políticas macroeconômicas direcionadas ao meio rural, porém, com aspectos diferenciados, priorizando a regionalização, através da criação de regiões polarizadas, regiões planos e regiões homogêneas, além do incentivo às parcerias entre o público e o privado. Tais direcionamentos são típicos do caráter neoliberal, e até mesmo retrógradas, principalmente na contextualização de regiões homogêneas, tão criticadas no contexto da geografia.

Navarro (2001) considera, portanto, que o desenvolvimento rural pode ser analisado em ações já realizadas pelo Estado, visando a alteração de facetas no mundo rural, como através da implantação de ações futuras, com estrategias de desenvolvimento para um período vindouro.

No Brasil, as experiências de desenvolvimento territorial rural começaram a ganhar maior expressão na década de 1980, num contexto de crise econômica, onde se tentou buscar alternativas autônomas de desenvolvimento em espaços locais, através da luta da sociedade civil, com base na gestão de políticas públicas (orçamento participativo, conselhos municipais), em confronto ao Regime Militar, buscando, de acordo com Ortega e Mendonça (2007), a construção de um desenvolvimento participativo, negando a imposição de políticas por parte dos governos, sem participação e consentimento popular.

O governo brasileiro adota o enfoque territorial para buscar o desenvolvimento rural, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. Nessa perspectiva, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial dentro do Ministerio do Desenvolvimento Agrário. Tal secretaria vem elaborando diversas políticas com o intuito de retirar as populações marginalizadas de algumas áreas rurais, visando um maior dinamismo econômico das regiões e oportunidades para essas famílias. (WEIGAND JÚNIOR, 2003). Áreas urbanizadas poderiam auxiliar regiões rurais próximas, com perspectivas comuns de desenvolvimento baseado na diversidade cultural.

Foram criados obrigatoriamente nos municípios, conselhos de diversas naturezas, como de saúde, educação, desenvolvimento rural sustentável (CMDRS), entre outros, para que houvesse repasse de recursos pelo governo para os municípios.

Uma tentativa de promoção do desenvolvimento rural é a criação no Brasil, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, para aprovação de projetos municipais, além de diversas novas Secretarias de Agricultura Municipais em pequenos municípios, criadas no âmbito do PRONAF. Porém, de acordo com Rocha, Schefler e Couto (s/d), a propagação dos conselhos cria situações problemáticas para os municípios, como ações justapostas entre os conselhos, e a participação de um membro em vários conselhos, aumentando os custos.

Na década de 1990, o Brasil se inseriu na política neoliberal, no qual previa a redução da ação do Estado na economia, buscando maior enfrentamento de crises fiscais, incentivando a livre concorrência e as privatizações. Dessa maneira, tais ações macropolíticas influem diretamente no controle do gasto público, fazendo com que os municípios incentivassem a busca de um desenvolvimento local autônomo e endógeno, levando o Estado a não intervir diretamente no local.

Nos municípios do Extremo Noroeste Paulista, tais conselhos e secretarias são partes da tentativa de projetos de extensão e desenvolvimento rural, em detrimento de um desenvolvimento aplicado dos recursos dos Fundos Constitucionais. Apenas o município de

Santa Fé do Sul possui secretaria da agricultura e conselho municipal de desenvolvimento rural, fundado pela Lei Municipal 1.752/93, de 22 de março de 1993, mas iniciado suas atividades em 1998, sendo que os demais municípios possuem apenas coordenadoria agrícola.

A partir dos anos 2000, o governo municipal de Santa Fé do Sul criou vários projetos de desenvolvimento rural, sendo alguns em parceria com o Estado, outros com a iniciativa privada, visando melhorias no padrão de vida dos moradores do meio rural no município e em seu entorno (ENP), já que por ser o maior e com melhor infraestrutura, é o centro decisório de projetos locais e regionais no tocante ao meio rural. Tais projetos serão apresentados posteriormente.

Porém, nota-se que a eficiência desses setores são voltados, em alguns casos, à práticas clientelistas, principalmente em regiões como o Nordeste brasileiro, direcionando os projetos com o caráter patrimonialista, por isso, a distância entre o potencial e as iniciativas são quase sempre imensas, além de interesses políticos locais, enfatizando a ação de projetos, estruturas ou informações direcionadas a interesses comuns. Esses são fatores cruciais na análise de Durston (1998), de que é necessário criar capital social onde ele ainda é insipiente ou não exista.

Nesse sentido, para Sabourin (2002), os agentes decisórios locais (prefeitos, vereadores, governadores, dentre outros), possuem uma preocupação imediatista, de caráter emergencial, já que o resultado de suas ações no plano desenvolvimentista é um elo de ações concretizadas que tocariam e sensibilizariam diretamente os eleitores.

De acordo com Sepúlveda, Rodriguez e Echeverri (2003), o desenvolvimento territorial possui um caráter institucional e multidisciplinar, sendo importante nas escolhas para a definição de múltiplas visões nas determinações das políticas públicas. Dessa forma, o enfoque territorial deve apresentar uma visão integradora dos aspectos ambiental, econômico, social, histórico-cultural, político e institucional, capazes de interação no espaço do território. Essas dimensões devem ser consideradas como fundamentos para se repensar o tipo de desenvolvimento rural, apontando fatores positivos à concepção de um modelo geral de desenvolvimento. (PERICO; RIBEIRO, 2002).

O caráter cultural de cada região e sua formação histórica é essencial para a compreensão das características das sociedades locais, e a integração de um projeto de desenvolvimento rural baseado no caráter de capital social, é ligado diretamente às dinâmicas impostas às pessoas que são provedoras da dinâmica (ou não) do meio em que vivem e produzem. Caso não se consiga um desenvolvimento desse setor, poderá sucumbir o meio em que vivem pelo capital exploratório de grandes empresas ou de especulação fundiária.

Há ainda outras duas expressões que merecem destaque na análise de Navarro (2001). A primeira se denomina desenvolvimento rural sustentável, que surgiu em meados da década de 1980, mediada pelo crescente uso do conceito de desenvolvimento sustentável na literatura. Fica claro que esta denominação leva em consideração também a dimensão ambiental na análise do desenvolvimento. Neste caso, "[...] o sustentável aqui refere-se tão somente aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural." (NAVARRO, 2001, p. 89).

Por fim, outra expressão exposta pelo autor é o desenvolvimento local, que é mais recente e deriva de duas outras grandes mudanças da atualidade. Inicialmente, a atuação das ONGs em escalas mais específicas como a região ou município apresentaram um padrão de desenvolvimento local mais específico, construindo estrategias de ação local. Outra característica são os processos de descentralização em curso em diversos continentes, que transfere dos estados a responsabilidade de "crescimento local", para os municípios, no caso brasileiro. A junção desses fatores implica um desenvolvimento de caráter local e mais preciso, tanto no meio urbano quanto no rural, como os que serão apresentados no ENP.

3.6 Projetos de desenvolvimento rural no Extremo Noroeste Paulista

O planejamento para se direcionar uma política de desenvolvimento rural pode ter, historicamente, duas direções. A primeira seria de cima para baixo, ou seja, imposta pelo poder público ou outros órgãos interessados na ação. Porém, tal ação não leva diretamente em consideração os anseios das pessoas que vivem no local, sendo apresentada a elas apenas através da divulgação e ação dos técnicos extensionistas, como os agrônomos das Casas da Agricultura. Esse caráter possui relevância, entretanto, a ação política é muito maior do que sua efetividade. Essa inserção pode ocorrer de duas formas; a primeira, seriam as políticas impostas diretamente pelo governo federal, e a segunda, pelos agentes do poder público local, sendo este último, mais adequado às ações desenvolvimentistas locais.

A segunda forma seriam as ações planejadas de baixo para cima, ou seja, apresentadas através de ações iniciadas na necessidade real dos próprios moradores dos bairros locais, através de ações conjuntas com a iniciativa privada, com o governo local, ou até mesmo através de ações ligadas ao capital social, no sentido cooperativo. Neste contexto, as ações locais devem se caracterizar pela parceria entre a sociedade e o governo, potencializando as ações. De acordo com Ortega (2008, p. 30), nessa concepção há

> [...] uma maior preocupação com aspectos sociais da localidade; [...] maior conhecimento das necessidades das famílias e das características locais, podendo-se aumentar a eficiência na exploração de suas potencialidades; [...] um maior comprometimento da comunidade com o êxito dos programas implementados.

Essa segunda forma de planejamento foi implantada em Santa Fé do Sul, com a criação da secretaria de agricultura no município, que trouxe diversos projetos ligados ao desenvolvimento rural, embora a questão política ainda esteja vinculada à prática de tal segmento, o que cria barreiras e dificuldades na implantação por parte dos diferentes governos municipais subsequentes. Tais ideias servem tanto para suporte infraestrutural, como para o incentivo da prática agrícola dos moradores desse meio, na tentativa de fomento à produção, além da capacitação técnica. É notório que tais iniciativas não conseguem atingir todas as camadas esperadas, excluindo principalmente aquelas que não participam economicamente de atividades ligadas à agricultura comercial, priorizando alguns que já fazem parte dessa realidade exposta em âmbito municipal.

Nesse sentido, se observa também as divergências teóricas da dualidade urbano-rural no município que, para Mormont (1994), expressam tanto possibilidades simbólicas como práticas, salvaguardando suas características culturais, ou inserindo esses espaços no contexto da crise (econômica) urbana, já que muitos proprietários extraem renda dos meios rural e urbano, como será discutido posteriormente.

Ressalta-se também que tais projetos são imediatistas, e não tem validade se sua aplicação não ocorrer com acompanhamento e planejamento a medio e longo prazos, já que ações locais de desenvolvimento, se não forem respaldadas, se caracteriza como assistencialista, não oferecendo condições de crescimento e organização a partir das dificuldades apresentadas pelos próprios moradores do meio rural, sendo entendidas como impositivas e taxadas pelo poder público com forte apelo político.

Os projetos estarão enumerados a seguir, de forma aleatória, considerando que os municípios do ENP, exceto Santa Fé do Sul, não possuem secretarias, mas coordenadorias rurais, havendo menores condições de organização e aquisição de verbas e acordos para a realização de projetos desenvolvimentistas. Vale ressaltar também, que tais projetos, apesar de expressarem a boa vontade de seus colaboradores e executores, possuem caráter político e assistencialista, não incluindo a totalidade das pessoas realmente necessitadas do desenvolvimento rural.

1. Dentre as principais atividades desenvolvidas pela referida secretaria, encontra-se o Programa de Incentivo à Agropecuária de Santa Fé do Sul (PROAGROSSUL),

criado pela Lei Municipal 2164/2002, sendo atendidos alguns pequenos produtores rurais do município (com estabelecimento de até 50ha, que contenha uma renda total proveniente do campo de até 80%, já que muitos produtores possuem rendas de outros serviços, notoriamente da cidade), através da extensão rural, visando a implantação de novas tecnologias, aplicação de calcário, terraceamento, plantio direto na palha, plantio de cana forrageira, plantio de cereais, silagem, preservação de nascentes e inseminação artificial, oferecendo o incentivo no pagamento de 50% dos custos de quase todos os itens supracitados, exceto a preservação de nascentes com o plantio de mudas, cujo incentivo chega a 100%, conforme demonstra a Tabela 27.

Tabela 27 – Beneficiados com o PROAGROSSUL no município de Santa Fé do Sul – SP – (2002 a 2008)

Ano do benefício	Produtores atendidos	Produtores beneficiados	Valor total subsidiado (R$)	Valor total subsidiado (US$)
2002 (a partir de outubro)	33	23	1.405,30	638,77
2003	233	136	8.434,15	3.833,70
2004	129	81	7.275,90	3.307,22
2005	109	59	13.000,00	5.909,09
2006	134	71	15.000,00	6.818,18
2007	132	65	20.000,00	9.090,90
2008 (até junho)	71	45	28.000,00	12.727,27

Fonte: Secretaria da Agricultura de Santa Fé do Sul, julho de 2008.
Org.: ROSAS, 2008.

No ano de 2006, o programa foi ampliado, tendo o produtor o apoio para a aquisição de sementes e fertilizantes, serviços de mecanização para plantio de cereais e formação de silagem. Nota-se que o valor final subsidiado é dividido entre todos os produtores beneficiados, de acordo com sua necessidade. Observa-se uma diferença entre os produtores atendidos e beneficiados, pois alguns foram atendidos com o auxílio mais de uma vez ao ano. Os produtores remetem sua demanda à associação dos produtores rurais do município, que por sua vez repassa a solicitação à secretaria de agricultura, que após análise do caso, e atendendo aos requisitos, procura atender as necessidades.

2. Outro projeto, aproveitando o potencial fluvial do ENP, foi a criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura, em 08/03/2004, conveniada com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com a instalação, por 3 empresas[23], de 860 tanques-redes no município de Santa Fé do Sul. Existem também 30 tanques-rede instalados no córrego do Sapé, que se localiza na

[23] As empresas são Geneseas, com 400 tanques-rede; Assumpção e Amaral, com 400 tanques-rede e projeto para construção de um frigorífico de peixes; e Marcos e Estela Megiani, piscicultores com 30 tanques-rede. Existem também 30 tanques-rede instalados no córrego do Bonito, no mesmo município.

divisa municipal de Santa Clara d'Oeste e Rubineia. Para o trabalho nestes locais, foi realizado treinamento de 300 pessoas nos referidos municípios, participando da cooperativa, 122 cooperados.

Embora a prática cooperativista não seja comum na região, o incentivo e a conscientização dos produtores e trabalhadores do setor, criam novas perspectivas econômicas e sociais, pois começa a haver uma maior integração de interessados nessa área produtiva, já que a prática do cooperativismo, se bem trabalhada, possui retorno econômico, cultural e de conhecimento ao beneficiário, como propõe o capital social.

Porém, nota-se o caráter capitalista de algumas empresas que inseriram os tanques-rede nos municípios, e contratam trabalhadores semiqualificados provindos, na maioria dos casos, do meio rural, para trabalhar em seus negócios. Neste caso, o caráter de desenvolvimento rural não está vinculado ao crescimento econômico do produtor desvinculado ao capital, mas faz com que este busque as condições necessárias para trabalhar de acordo com a exploração do trabalho oriunda dos detentores do capital.

Ainda sob este aspecto, tais empresas estão implantando um silo de ração para peixes e um frigorífico desse produto, que aumentará a relação de dependência dos trabalhadores do campo com o capital, mesmo considerando um investimento baixo se comparado com outras regiões do país, no ENP esse empreendimento resultará na abertura de diversas vagas de trabalho, mas com maioria de mão-de-obra semiqualificada.

3. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Banco da Terra) é vinculado ao Ministerio do Desenvolvimento Agrário, e possui seus créditos fornecidos através do Banco do Brasil, visando o financiamento de recursos destinados à compra de terras para trabalhadores rurais "sem terra", na condição de diarista, assalariado; os pequenos produtores rurais não proprietários (arrendatários, parceiros, meeiros, dentre outros); os filhos de pequenos produtores, com idade entre 18 e 24 anos.

Para se alcançar tais metas, a ação das secretarias e dos conselhos municipais de desenvolvimento rural são imprescindíveis na negociação de terras, na inscrição e verificação dos proponentes, já que estes órgãos são responsáveis diretamente para o alavancamento do desenvolvimento rural local.

Nesse sentido, foram atendidas 48 famílias no ano de 2004 e mais 7 em 2006, todas possuidoras de terras nos municípios do ENP, com juros variáveis, dependendo do financiamento. Para financiamentos de até R$ 15.000,00, o prazo de pagamento é de 14 anos, com 2 anos de carência, e para os superiores a R$ 15.000,00 (com o teto de R$ 40.000,00), o prazo se estende para 17 anos, com os mesmos dois de carência. A taxa de juros

para financiamentos de até R$ 5.000,00, é de 3% ao ano; de R$ 5.000,00 até R$ 15.000,00, 4% ao ano; de R$ 15.000,00 a R$ 25.000,00, de 5,5% ao ano; e acima de R$ 25.000,00 até R$ 40.000,00, os juros são de 6,5% ao ano. (PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, 2004.)

Apesar de requerer inúmeras garantias, este programa está vinculado com o Pronaf, que será demonstrado posteriormente, e permite ao trabalhador do meio rural, que muitas vezes já havia saído de suas origens tentando a vida na cidade, retornar ao seu meio de sustentação econômico e cultural, uma vez que sua vida toda foi dedicada a atividades oriundas do meio rural. Porém, novamente, tais programas necessitam de bens de valores vinculados à entrada das pessoas nos programas, para servir como segurança aos financiamentos.

4. O Galpão do Agronegócio foi construído em 10/09 de 2004, e tinha como objetivo sua utilização por empresas, através de convênio com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, visando a criação de novas agroindústrias de pequeno porte, como a JR Comercio de Frutas, que compra frutas e legumes de produtores da região, e agrega valor com tratamento pós-colheita para distribuição na rede varejista regional.

Em 2006, a Associação dos Produtores Rurais, denominada “Dr. Hélio de Oliveira”, se instalou no local, mantendo várias atividades como o secretariado, o assistencialismo e a administração da Patrulha Agrícola Municipal, que oferece dois tratores e dois funcionários para os associados que necessitem de prestação de serviços gratuitos através de agendamento.

Outra empresa que se instalou no referido galpão foi a Coopersol (Cooperativa Agroindustrial de Santa Fé do Sul), formada por confeiteiras e doceiras originadas do município, que foram treinadas e capacitadas junto aos produtores familiares rurais e cursos oferecidos pelo Fundo Social de Solidariedade, mantido pela prefeitura, criando condições de empreendimentos para essas produtoras, como atividades não-agrícolas.

Além do galpão, outros programas voltados ao incentivo e comercialização foram realizados em 2007, como a construção de uma estufa de 350m^2, ligada ao Programa Hortalimento, da Coordenadoria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Codeagro), com o intuito de difundir e aprimorar o uso de estufas na agricultura, voltado principalmente à produção de hortaliças, legumes e plantas medicinais.

O programa de doação de alimentos com doação simultânea, também de 2007, é uma atividade conveniada do poder público com as Associações (de Pequenos Produtores Rurais e do Alto Bacuri), e com a CONAB (Companhia Nacional de

Abastecimento), que compra alimentos dos produtores rurais familiares e entrega gratuitamente às entidades assistenciais e Santa Casa do município, vislumbrando o atendimento de necessidades de comercialização dos produtores e dos órgãos que necessitam desses produtos.

5. A Feira Livre do Produtor Rural foi criado em 2003, e consiste em um estabelecimento destinado a abrigar e fazer com que os moradores do campo que estejam cadastrados possam vender seus produtos à população local, como forma de incentivo à comercialização. Atualmente, 80 cadastrados expõem seus produtos agrícolas ou não-agrícolas para venda, criando mais incentivo àquela população. Porém, nota-se que outros comerciantes de origem urbana usufruem do mesmo espaço, vendendo pastéis e alimentos feitos na hora, peixes, comidas orientais prontas, doces, pães, verduras, frutas, entre outros.

Pelo volume das relações comerciais apresentadas na feira, a presença destes últimos auxilia a venda e a presença da população urbana, já que este meio é, para muitos, uma fonte de renda extra no auxílio da manutenção de suas famílias.

6. O viveiro municipal de mudas teve seu funcionamento efetivado no início da década de 1990, porém, sua efetivação ocorreu somente em 05/07 de 1997, quando passou a se localizar no espaço destinado a ele atualmente. Sua função é a produção e a distribuição de mudas de diversas especies para plantio, dentre os de interesse comercial (café, eucalipto e frutíferas), as mudas nativas e ornamentais. Para adquiri-las, é preciso somente provar onde irá plantá-las e a quantidade. A Tabela 28 demonstra o total de mudas distribuídas desde 2001, quando se iniciou uma contagem oficial.

Tabela 28 – Mudas distribuídas pelo viveiro municipal de Santa Fé do Sul

Ano	**Quantidade de mudas distribuídas**
2001	157.560
2002	163.445
2003	136.219
2004	171.551
2005	161.287
2006	113.029
2007	81.272
2008 (até julho)	84.736
Total	1.069.099

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul.
Org: ROSAS, 2008.

Essa distribuição contribuiu para o reflorestamento de algumas áreas que estavam desmatadas nos estabelecimentos rurais e para o reflorestamento de matas ciliares, além de pequenas produções para comercialização agrícola, como o café, o eucalipto e

árvores frutíferas, sendo que o produtor rural não tem custos com a compra da mudas, possuindo acompanhamento de agrônomos e técnicos agrícolas.

7. A adequação, manutenção e recuperação de estradas rurais foi realizada por meio de convênio com a FEHIDRO e com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), desde 1992, através do consórcio Pró-estrada, visando a facilitação de locomoção dos moradores do meio rural por mais de 12 estradas (110km), além da limpeza e desassoreamento de 200 caixas de contenção de água, em conjunto com os municípios de Santa Rita d'Oeste, Santa Clara d'Oeste, Rubineia, Santana da Ponte Pensa e Santa Salete, município limítrofe ao ENP.

O PEMH é um programa do governo estadual, financiado parcialmente pelo Banco Mundial, e executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que iniciou programas de parceria no município de Santa Fé do Sul no ano 2000, e atualmente atende as microbacias hidrográficas do córrego da Cabeceira Comprida, do Bonito, do Marruco e do Retiro, visando promover o desenvolvimento rural sustentável para áreas que ultrapassam os limites municipais. A aplicabilidade dos projetos pode ser realizada de duas maneiras, através de práticas individuais, como a realização de terraceamento, implantação de cercas de proteção em áreas de preservação permanente, aquisição de calcário para uso agrícola, instalação de fossa séptica biodigestora e piquetes para pastejo rotacionado; e a segunda forma através de práticas comunitárias, como a criação de abastecedouro comunitário, aquisição de roçadeira costal, roçadeira tratorizada e distribuidor de calcário. A Tabela 29 apresenta os beneficiados pelo PEMH desde 2002.

Tabela 29 – Quantidade de produtores beneficiados pelo PEMH – (2002 a 2008)

ANO	Quantidade de produtores beneficiados/práticas individuais	Quantidade de produtores beneficiados/práticas comunitárias
2002	3	23
2003	14	27
2004	1	-
2005	38	21
2006	15	3
2007	14	13
2008 (até agosto)	9	3
TOTAL	94	90

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul.
Org.: ROSAS, 2008.

Dentre os projetos idealizados, nota-se que o planejamento é vislumbrado como importante atributo ligado aos programas municipais de desenvolvimento. A miseria

não é característica do ENP, porém, o uso da mão-de-obra barata, o ganho sobre o trabalho, a manutenção das características de produção capitalistas, são evidentes na construção do espaço pelos atores hegemônicos, e pela ação do poder público que, direta ou indiretamente influenciam nas decisões e direcionamento daqueles que utilizam o meio rural para sobreviver. O desenvolvimento rural é pensado e proposto na região, mas a falta do cooperativismo, devido a cultura local e a falta de conhecimento, são expressões da busca pela melhorias das condições das famílias que vivem e dependem do meio rural para sobreviver.

3.7 Em busca de uma (re)definição do desenvolvimento territorial rural

Pensar em desenvolvimento territorial rural consiste primeiramente em analisar as consequências de tal desenvolvimento, e para quem ou o que se pretende em realizar tal ação, como a realidade observada no ENP. É necessário também, que a inserção de projetos possa ocorrer em sociedades e comunidades, fazendo com que elas participem efetivamente e se julguem parte integrante na busca pelo desenvolvimento, e não apenas participando de um processo onde as políticas ou ações sejam inseridas “de cima para baixo”, ou seja, direcionadas pelo poder público, privado ou instituições diversas, sem o questionamento, participação e construção dos próprios moradores locais, com relação aos seus anseios.

O ponto de partida seria aprender para construir em conjunto e conforme as necessidades forem surgindo. Para isso, a educação é fundamental nesse processo, cujos atores necessitariam de encaminhamentos e auxílios, até mesmo assistencialistas por parte de diversos contribuintes, como sociólogos, técnicos agrícolas, agrônomos, biólogos, geógrafos, e professores, a fim de ampliação de seus ideais.

Quando se fala em desenvolvimento territorial rural, pensa-se em uma serie de instrumentos criados e planejados, em diversos níveis, para se procurar a integração entre áreas mais desenvolvidas com outras em vias de desenvolvimento, ou até mesmo equalizar espaços antagônicos e diferenciados num mesmo patamar, algo muito utópico de se alcançar. Neste caso, o meio rural persiste em ser aquele cujo potencial sempre está direcionado às cidades, dependendo dessas para progredir e sobreviver.

O fato de se pensar em um desenvolvimento territorial rural, parte do princípio que as cidades, historicamente, de certa forma, de acordo com seu crescimento, acabam atraindo o melhor do capital social, em detrimento dos espaços rurais, que em suas

peculiaridades, aumenta as desigualdades entre esses dois espaços, (re)criando e intensificando até mesmo a dicotomia rural-urbano. Nesse sentido, de acordo com Weigand Júnior et al. (2003), há necessidade em se promover o desenvolvimento territorial rural, devido ao aumento da pobreza. Porém, poucos resultados satisfatórios foram apresentados, mas o envolvimento das populações locais é um ponto de partida positivo para esses projetos.

De acordo com Abramovay (2002), o desenvolvimento territorial teve início na Itália, por volta de meados da década de 1970, como resposta ao desmantelamento dos sistemas de seguro social e no modelo de desenvolvimento fundamentado na coesão.

Ainda para Abramovay (2000), na OCDE, foram criados mecanismos e indicadores para compreender as disparidades entre os territórios, principalmente o rural e o urbano. Sua perspectiva delimita o território como sendo não apenas limites materiais demarcados, mas uma complexa teia de relações sociais, fundamentados em uma configuração histórica, composto por diversas políticas e identidades, capazes de servir como identificadores de desenvolvimento econômico.

Após a década de 1970, houve no Brasil diversas experiências inovadoras no campo do desenvolvimento rural, com ênfase em sua perspectiva local. Para os autores, sete elementos foram de extrema importância nesses projetos, pois;

> 1) nasceram de iniciativas de organizações locais; 2) incentivaram a participação da população local; 3) contaram com a assessoria de organizações especializadas, particularmente de Organizações Não Governamentais (ONGs) e de setores de Universidades; 4) produziram redes de organizações e movimentos sociais fundados em vínculos de parceria; 5) produziram experiências heterogêneas, baseadas em trajetos originais e em estruturas e tramas variadas; 6) reorganizaram os espaços que as geraram e, mesmo, as representações destes espaços, dando origem ao que SOJA (1993) denomina uma nova cultura do espaço; 7) finalmente, provocaram a emergência e/ou o fortalecimento de novos sistemas de governança, com ênfase no local. (FAVERO; GRAMACHO, 2004, p. 4).

De acordo com Furtado e Furtado (s/d), o desenvolvimento territorial deve atuar nos locais, em um espaço rural delimitado por um território, que poderá ser o município, uma comunidade miscigenada, uma microrregião, ou até mesmo um assentamento rural. Desta forma, as comunidades devem explorar suas características próprias na busca por atividades que lhes tragam benefícios, vantagens competitivas de natureza econômica, social, política e tecnológica, almejando equilíbrio com a natureza, e tendo a agricultura familiar como base.

Porém, para Vilela (1999), existem três problemas a serem expostos numa análise baseada no desenvolvimento territorial local. Primeiramente, apenas o território local

visto como base para o desenvolvimento, não ultrapassa as definições de sua base econômica, delimitando o desenvolvimento rural local apenas como base economicista, se desvencilhando de qualquer outra perspectiva analítica.

O segundo problema é o uso do local como delimitação espacial, sem transcender os limites administrativos, e vinculados apenas a um aspecto local da análise, e isso seria um reducionismo para se analisar o contexto do rural e do urbano.

Já o terceiro problema estabelecido por Vilela (1999), estaria na retomada da análise do local com uma perspectiva a-histórica, sem levar em consideração as ocorrências desse local, assim como uma análise pautada nos acontecimentos imediatistas, desconsiderando ou ignorando um avanço na construção de um conceito e do próprio lugar.

Navarro (2001) estabelece alguns limites do desenvolvimento rural no Brasil, sendo que o primeiro deles é a extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais existentes nas diversas regiões que também se diferenciam em diversos aspectos. No Extremo Noroeste Paulista, a divisão fundiária se baseia principalmente em pequenos estabelecimentos rurais, com baixa inserção tecnológica e de capital, mas com boas relações de mercado e diversidade produtiva rural, na atualidade, intercalando produção agropecuária, com atividades não-agrícolas, como o artesanato, a fabricação de doces, e até mesmo o simbolismo da religiosidade e de eventos voltados a práticas culturais, dentre outros.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural deve ser pensado, mesmo que integrado a macro-setores, localmente, já que as necessidades do Nordeste não são as mesmas encontradas no Extremo Noroeste Paulista, por exemplo.

Para Sepúlveda, Rodríguez e Echeverri (2003), a ideia sobre o desenvolvimento rural se distingue em duas vertentes do pensamento. A primeira seria relativa aos aspectos de desenvolvimento conceitual como tal, e a segunda, voltada aos aspectos associados à prática do desenvolvimento rural por parte dos governos e agências de desenvolvimento.

Para Ellis e Biggs (2001, p. 442), vários paradigmas se destacam ao longo do tempo na prática do desenvolvimento rural. Entre os que se destacam estão:

> a) el desarrollo comunitario (hasta principios de los años setenta); b) el crecimiento basado en los pequeños agricultores (desde mediados de los sesenta hasta finales de los setenta); c) la reforma agraria (desde principios de los años sesenta); d) el desarrollo rural integrado (desde principios de los setenta hasta finales de los ochenta); e) la liberalización del mercado (desde principios de los ochenta hasta finales de los noventa; f) la participación (desde finales de los ochenta hasta la actualidad); y g) la elaboración de estrategias para la reducción de la pobreza (desde finales de los noventa hasta la actualidad).

Estes princípios são, segundo os autores, a base para a elaboração do desenvolvimento rural, em suas perspectivas, desde a década de 1970, na América Latina. Fica claro que tais enfoques podem variar conforme as necessidades de cada lugar, porém, a conjuntura como um todo, atende as prerrogativas apontadas pelos autores.

A estrategia de desenvolvimento rural nessa concepção privilegia as estrategias familiares de sobrevivência e as mudanças dos modos de vida rurais, mostrando que muitas vezes, os objetos que transformam os locais, a vida das pessoas e o sistema de produção estão nos próprios locais e territórios onde vivem. Tais mudanças não são apenas de caráter econômico, mas garante que a reprodução social e cultural serão mantidas e fortalecidas.

A definição de desenvolvimento rural para esses autores é a de representação de um conjunto de ações e práticas no intuito de diminuir a pobreza nas áreas rurais, estimulando a participação dos habitantes deste espaço, e levando-os a decidir e definir suas prioridades de mudanças. (ELLIS; BIGGS, 2001).

De acordo com Schneider (2003b, p. 4), existem quatro elementos-chave que indicam o encaminhamento desse processo, que são "[...] a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais através de sua participação social, o enfoque na dimensão territorial e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental." O autor considera ainda a importância em se buscar conceitos, mas lembra que o desenvolvimento rural deve ser estabelecido de maneiras diferenciadas, conforme o enfoque que este for estudado ou aplicado. Como argumentam Schneider e Tartaruga (2005, p. 17), o

> [...] desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta das ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural, determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafo-climáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano Territorial.

Dessa forma, o desenvolvimento rural também está ligado aos processos de mudanças sociais, favorecendo a melhoria da qualidade de vida das populações locais, e buscando uma legitimação e emancipação política e econômica.

Essa conceituação de desenvolvimento rural também se remete a Martins (2002), quando afirma que só é possível haver desenvolvimento quando a maioria da

população seja beneficiada, sem que a base para o referido programa tenha uma variável destinada apenas à satisfação de um grupo de interesses, ou até mesmo beneficie apenas os mais amparados economicamente.

De acordo com Veiga (2001; 2004), o desenvolvimento rural se baseia nos aspectos ambientais e territoriais e tem sua análise consubstanciada na equalização do desenvolvimento rural e urbano, sendo que esses deveriam estar conectados, pois o estímulo do empreendedorismo seria fundamental para a ocorrência de projetos, assim como a presença do Estado, valorizando a agricultura familiar através do estímulo à pluriatividade.

Ainda para Veiga (s/d), existem duas concepções sobre o desenvolvimento territorial no Brasil. A primeira seria a normativa, que orienta o cálculo da taxa de urbanização do país. Nestas condições, o autor salienta que a definição de cidade utilizada atualmente é fruto do Estado Novo, (Decreto Lei 311, de 1938), como visto anteriormente, e considera cidade os povoados com menos de 20 mil habitantes. E por esse motivo, dentre outros, o autor salienta que tal concepção normativa é totalmente anacrônica e obsoleta.

A segunda, a analítica, que orienta diversas abordagens em ciência regional e local, em estudos hierárquicos, sobre redes e sistemas. Neste caso, há uma preocupação na caracterização pontual dos lugares, mas existem críticas a serem feitas nestes pontos. Primeiramente, o espaço rural é identificado somente como setor primário da economia. Uma segunda restrição está direcionada ao uso metodológico da densidade populacional de espaços rurais e urbanos, que é de 80 hab/km^2. Locais com um número inferior a esse seria rural, e superior, urbano, como já analisado. Esse criterio foi aplicado apenas pela quantidade, e não pelo uso do espaço.

Navarro (2001) procurou uma definição para o desenvolvimento rural a partir das inquietações ocorridas pelas sociedades na contemporaneidade, estabelecida por dificuldades de sobrevivência e reprodução, sobretudo numa sociedade capitalista. A noção de desenvolvimento rural se restringe ao seu uso prático e normativo, caracterizando ações e estrategias de projetos definidos pelo Estado, visando a melhoria na condição de vida do habitante do campo em seus diversos níveis.

Já sobre o enfoque de desenvolvimento rural baseado no território, Schejtman e Berdegué (2004) estabelecem que é uma abordagem instrumental, que busca a compreensão de atores, políticas públicas, e instituições a partir do território e de suas especificidades. Seu objetivo é combater a pobreza nas áreas rurais a começar das transformações produtivas; articulando de forma competitiva e sustentável a economia do território a mercados dinâmicos; e institucionais, fazendo com que os atores locais se

interajam entre si e com agentes externos, proporcionando interação entre a população no processo e nos benefícios desse projeto.

Para se alcançar o desenvolvimento territorial rural, é preciso direcionar as operações nos sentidos especificados por Schejtman e Berdegué (2004, p. 53)

> a) a competitividade é, cada vez mais, um fenômeno sistêmico e não mais um atributo de empresas ou unidades de produção individuais ou isoladas. A competitividade depende cada vez mais das características dos respectivos entornos; b) a demanda externa ao território é o motor das transformações produtivas e, portanto, essencial para o incremento da produtividade e da renda; c) a importância dos vínculos urbano-rurais é essencial para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não-agrícolas no interior do território; d) O território não é um espaço físico 'objetivamente existente' mas uma é uma construção social, isto é; um conjunto de relações sociais que dão origem e expressam uma identidade e um sentido de propósito compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados; e) o desenvolvimento institucional tem uma importância decisiva para o desenvolvimento territorial.

Nota-se que o sentido estabelecido para se compreender e tomar considerações sobre o desenvolvimento territorial rural ultrapassa as implicações políticas locais. Ela engloba a articulação entre o município, as empresas e a sociedade, e num âmbito maior, pode ser regulamentada por definições estatais ou federais.

Para Favero e Gramacho (2004, p. 4), o processo de desenvolvimento territorial ocorre devido a três processos distintos que estão interligados, que são "[...] a crise do modelo fordista-keynesiano de crescimento; a reestruturação do Estado, dos seus sistemas de regulação e das relações deste com a economia e a sociedade; e as mudanças operadas nas próprias estruturas e sistemas de relações sociais."

Outro autor, mais voltado aos problemas dos países desenvolvidos, é Ploeg et al. (2000), que baseia sua análise em sua teoria empiricamente fundamentada. Para ele, a conceituação de desenvolvimento rural emergiu nos debates sociais e políticos, e sua conceituação depende de uma análise empírica, num processo de múltiplos níveis que estariam em fase de superação ao modelo anterior, visando à reconstrução de um desenvolvimento econômico, social e ambiental, dentro da lógica familiar.

Dentre esses níveis, são apresentados seis principais. O primeiro seria o aumento de relação entre a agricultura e a sociedade, fazendo com que esta veja que a atividade agrícola é muito mais do que fornecedora de materia-prima às cidades. Em segundo estaria a necessidade de definição de um novo modelo do rural, valorizando as atividades agrícolas e não-agrícolas, os ecossistemas locais e regionais. Um terceiro ponto discutido por

Ploeg et al. (2000), seria um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre os indivíduos e sua relação com os centros urbanos, além de estimular a pluriatividade.

O quarto seria um modelo de redefinição da sociedade e atores locais, sejam eles agricultores ou moradores locais, ou até mesmo novos moradores, como aqueles que compram uma propriedade e saem das cidades para viver no campo, além dos visitantes. Em quinto lugar, estaria a busca por um desenvolvimento rural baseado em ações ligadas a uma nova iniciativa de políticas e do poder público, assim como de instituições, demonstrando que o campo não é mais somente agrícola. E o último ponto, seria a adequação de um desenvolvimento rural sustentável, buscando uma utilização da natureza e dos recursos de forma equilibrada.

A base prática do desenvolvimento rural com ênfase no território é marcada no Brasil por alguns princípios descritos por Weigand Júnior (2003). Essas bases são essenciais para o sucesso na efetivação da aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural. Pode-se destacar o planejamento e gestão participativos; autonomia de organização e tomada de decisões, associada com diversos níveis de governo; competitividade no mercado; promoção da equidade social, econômica e política; sustentabilidade ambiental do território e integração institucional e política do território.

Por tudo que foi exposto, qual o início do pensamento e das ações para efetivação do desenvolvimento rural no Brasil e principalmente no ENP? Primeiramente, para Navarro (2001), o caráter político ideológico norteia as decisões iniciais sobre tal prática, porém, essa ação deve ocorrer conforme as necessidades e anseios dos próprios moradores locais.

Isso significa que o padrão econômico e político da sociedade brasileira estão pautados no capitalismo. Essa característica também remete a interesses diferenciados e impasses políticos, e a necessidade de uma coalizão entre os setores populares, políticos e também o empresariado rural, pois os mesmos redimensionariam a função social da propriedade e as exigências das leis de proteção ambiental estipulada pela legislação vigente.

Tal característica do meio rural brasileiro pode levar a uma impossível realização de projetos coerentes, caso não haja convergência dos interesses e uma sintonia política. No caso dos municípios, principalmente os do ENP, deve se considerar a governança de quatro anos de um prefeito (oito, no caso de reeleição), como dificuldade dessa implantação, já que as imagens e as vaidades pessoais e políticas são, na maioria das vezes, maiores do que um projeto continuado em um mesmo espaço, o que dificulta a sequência dos projetos aplicados nos municípios.

As dificuldades se encaminham ainda pela não intervenção estatal nos projetos destinados ao campo, juntamente com os impactos da privatização em áreas de infraestrutura, além daqueles que possuem terras como reserva de valor, restringe uma efetiva política de desenvolvimento rural.

Outra dificuldade decorre de que "[...] é improvável que a forte destinação de recursos públicos para o mundo rural se sustente em racionalidade decisória, apoio social amplo e legitimidade política [...]" (NAVARRO, 2001, p. 96), principalmente em um país que se urbanizou (inclusive culturalmente) com bastante rapidez, sobretudo na última metade do século XX. É necessário, portanto, conhecer o lugar para se aplicar uma estrategia de desenvolvimento rural amplo, pois

> Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao "rural estritamente falando" – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo -, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação. (NAVARRO, 2001, p. 97)

Por ser variado e distinto, deve-se considerar o desenvolvimento territorial rural como único em cada caso específico, sendo que sua imposição deve fazer parte de um contexto aceito e trabalhado por todos os envolvidos, para que haja legitimidade por parte dos beneficiados.

3.8 Indicativos para o desenvolvimento territorial rural

Diante desse contexto, os setores da sociedade que ficam às margens do sistema, precisam encontrar caminhos alternativos e estratégicos para se reafirmar e se reproduzir enquanto categoria, classe ou segmento. Para o estudo realizado neste trabalho, o setor que se encontra marginalizado no Extremo Noroeste Paulista ainda é o rural, e este precisará de diversos caminhos para se tornar novamente forte, ou simplesmente se reproduzir. Uma das alternativas é a pluriatividade, com trabalhos não agrícolas e até mesmo não rurais no espaço rural, em detrimento da demanda decorrente, como o turismo rural, ecológico, ou a criação de minhocas, produção de húmus, de mel, e trabalhos artesanais, fabris, alimentícios, dentre outros. Outra proposta seria o redirecionamento produtivo através de empresas da área rural, onde se poderia redirecionar tarefas a certa comunidade,

privilegiando os produtos artesanais e a história e cultura local do ENP, porém, essa iniciativa só seria cabível caso tais empresas fosse beneficiadas, o que agravaria a relação de expropriação de trabalho e a própria relação homem-natureza.

A explicação para a ocorrência desses fenômenos é tão diversa quanto sua própria ocorrência, já que não existe uma forma única para o desenvolvimento territorial. O enfoque da problemática pode ser observado em diversos aspectos, desde estudos voltados à assistência social, aos movimentos sociais, às políticas de governança local, que necessitam de uma reestruturação, e até mesmo sobre o controle social dos espaços, demonstrando teorias e realizações de sucesso ou insucesso na prática.

É possível a organização de um conjunto de obras e estudos sobre o desenvolvimento territorial, de acordo com Favero e Gramacho (2004), em duas linhas de análise e interpretação. A primeira condiz com a necessidade do homem do campo buscar sua inserção no modelo produtivo, já que este esteve sempre às margens do sistema, sendo necessária uma busca de diversos programas para se inserir. Neste contexto, o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, e consequentemente social. No tocante aos grupos "periféricos" ou que permaneceram "paralisados" no tempo em uma determinada região, o desenvolvimento precisa ocorrer como recuperação do tempo perdido, no anseio de se entrar no sistema produtivo e econômico local, inicialmente. Este sujeito que permanece fora do tempo, mas dentro de seu tempo cultural, mas com dificuldades até mesmo de se manter através da subsistência, o desenvolvimento é visto como uma meta a ser alcançada, para que possa melhorar sua vida, e conseguir sua reprodução. Este aspecto é visto como um desenvolvimento para a cidadania, como inserção social.

Analisa-se que este, mesmo no sentido assistencialista, possui claramente um caráter proveniente do capital, uma vez que busca inserir marginalizados (para o capital) em seu âmago. Muitas vezes, é necessário se observar se aquelas pessoas querem ou aceitam sua inserção, uma vez que, para elas, a forma como vivem e produzem é suficiente para manter acesa a reprodução social do rural, mesmo considerando tempos diferenciados ao capital.

Já o segundo aspecto nasceu pela frustração ou desconfiança em relação ao primeiro modelo, já que não era cabível aceitar a introdução de modelos prontos e unidirecionais. Neste caso, a proposta de modelo de desenvolvimento era articulada em diferentes áreas e dimensões, com características globais (envolvendo o setor econômico, social, cultural e ambiental), territoriais (aceitando e analisando as diferenças regionais e

locais) e temporárias (com o meio ambiente sendo foco das preocupações) do desenvolvimento (FAVERO; GRAMACHO, 2004).

Neste aspecto, o desenvolvimento não era mais uma meta a ser atingida, mas uma estrategia a ser criada e remodelada conforme as necessidades e anseios das pessoas e características do espaço e das relações sociais externas. Agora, era necessário criar uma cidadania para o desenvolvimento, e fazer com que as pessoas se interagissem nos projetos, considerando as diferencialidades locais, culturais e a relação com a base material das sociedades. (ACSELRAD, 1999).

Já para Sabourin (2002, p. 30), existem pelo menos três temas que podem servir de debate junto à abordagem territorial. O primeiro consiste em "[...] ações e formas de coordenação que permitem apoiar e garantir uma representação mais democrática e diversificada da sociedade civil [...]", para que junto ao poder público ou a órgãos competentes destinados à implantação de ações diretas a essas comunidades, possam ter acesso às tomadas de decisões, interferindo diretamente numa releitura dos projetos.

A segunda linha remete o desenvolver junto às organizações tomadoras de decisões e entidades profissionais, uma capacidade de analisar e representar os territórios e os atores sociais locais, assim como seu papel produtivo, para que estes consigam adquirir uma visão territorial de desenvolvimento.

Já a terceira proposta do referido autor, implica na reconsideração das lógicas de desenvolvimento, como a alocação de recursos, das populações e dos territórios, além das formas de administração ligadas às políticas. Dessa forma, a abordagem territorial do desenvolvimento "[...] remete à ampliação das categorias de análise, além dos enfoques mercantis e setoriais." (SABOURIN, 2002, p. 32).

Diante do exposto, e a título de exemplificação explicativa, três experiências brasileiras merecem destaque. O primeiro tema, de acordo com Abramovay (2002), se refere à ação entre o desenvolvimento e o Estado, pois por mais que as iniciativas de desenvolvimento local ocorram através de grupos ou entidades no local, estas são regulamentadas pelo Estado, que possui o papel de criar parâmetros para as iniciativas, imprimindo estabilidade às experiências. Por mais que o local seja fundamental na construção de um projeto de desenvolvimento, o Estado seria a base para seu funcionamento, sua estruturação e organizador macro, já que as ações locais são específicas e pontuais, e não conseguem observar o caráter de projeto estratégico de desenvolvimento estatal, pois do ponto de vista financeiro, é menos oneroso para o Estado manter as pessoas no campo do que incentivá-las a ir às cidades.

Tal ideia também é corroborada por Deyon (2001), que afirma que somente é pressuposto para o desenvolvimento territorial quando o Estado toma como propósito políticas de regulamentação para homogeneização do território ou para acelerar e regular o desenvolvimento.

Porém, convém ressaltar que a ação do Estado não é mais a mesma do regime keynesiano-fordista, nem tampouco aquele que coordenou o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil. A relação agora, entre o Estado e a sociedade, deve passar pelos denominados Conselhos Municipais de Desenvolvimento, com o intuito de ser um misto de intermediação entre as duas esferas supracitadas. O Estado é, portanto, inquestionavelmente indispensável para o desenvolvimento territorial rural, sendo que das experiências que não obtiveram êxito, os maiores culpados foram os agentes locais, ou as práticas patrimonialistas, ou até mesmo a incapacidade de agentes locais de coordenar os interesses mútuos e políticos do local. (ABRAMOVAY, 2002).

Já o segundo tema com destaque para o desenvolvimento territorial é a educação, como já ressaltado. De acordo com Paula (2000), não se sabe ao certo uma fórmula para o desenvolvimento, pois cada lugar possui uma característica, mas é certo afirmar que em lugares onde a educação possui um nível mais avançado, ocorrem mais sucesso nos projetos pela capacidade de o capital humano de auxiliar nas etapas do desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento exige muito mais do que a dinamicidade das relações econômicas; também exige a capacidade de crescimento do capital humano.

Portanto, um dos principais pontos a serem destacados no Brasil como pauta para o desenvolvimento territorial, é o incremento educacional, e no caso dessa tese, uma educação no campo, com o objetivo de resgatar valores perdidos em decorrência da relação com o meio urbano e com as mazelas do capitalismo. Seria impossível uma comunidade conseguir administrar seus ganhos e seus projetos, sem haver nenhum apoio educacional, empreendedor, capaz de desenvolver habilidades diretas para a noção estratégica que lhe é atribuída, principalmente a medio e longo prazo. Não existe desenvolvimento sem educação, principalmente no Brasil, onde as dificuldades de acesso e até mesmo as oportunidades são desiguais.

É o mínimo que se pode buscar, sem considerar ainda, a qualidade e o que ensinar nesse processo, já que cada caso é particular e específico. E a desigualdade fica ainda maior, quando se relaciona as características do campo com a cidade. No estado de São Paulo, as escolas que se encontravam no meio rural até a década de 1988 sofreram, através do processo de municipalização, uma transferência para as cidades, havendo a necessidade de

deslocamento dos alunos moradores do campo. Em 1989 já não existiam escolas rurais no ENP, intensificando o êxodo rural, e modificando significativamente os padrões culturais daquelas pessoas.

O terceiro tema direciona o desenvolvimento com o denominado capital social. De acordo com Rezende Lopes (1996) e Coleman (1990), o capital social é um conjunto de recursos, como a confiança, a ajuda mútua, normas e sistemas, onde as pessoas seriam capazes de seguirem um mesmo ideal, se respeitando, confiando umas nas outras e cooperando para um interesse comum, através de uma organização rural. Entende-se que a relação entre o capital social humano e a cooperação (até mesmo estatal), são essenciais para um desenvolvimento territorial rural de sucesso. É necessário um processo de planejamento com uma grande relação do capital humano e social para que, através de suas experiências múltiplas, o sucesso comum do desenvolvimento rural ocorra.

Nessa perspectiva, a educação seria a alavanca para o desenvolvimento, onde as mudanças ocorridas seriam fundamentais para uma elaboração de caráter comunitário, com a perspectiva de uma nova visão sobre o rural, e a valorização das características culturais próprias e locais, para se alavancar um desenvolvimento territorial, considerando as diferencialidades de cada espaço e suas relações com o meio externo e com as cidades.

Dessa forma, para promover o desenvolvimento rural territorial com equidade, haveria a necessidade de uma visão de integração do local, microrregional com o todo (políticas estatais e projetos macro), porém, nessa nova estrategia, os agentes modificadores já não são apenas o Estado, as instituições federais ou as grandes empresas. Fazem parte também, através de parcerias, os diversos níveis das administrações públicas, municipais e estaduais, além das organizações microrregionais de desenvolvimento, designadas pelos atores sociais locais, o que também inclui as micro e pequenas empresas dos arranjos produtivos locais, juntamente com os envolvidos na ação prática do desenvolvimento, voltado para a inter-relação de interesses de igualdade nas formas de relação com outros meios rurais ou com o urbano.

Vale ressaltar que a prática do desenvolvimento rural em âmbito local (considerando a história do lugar e das pessoas, assim como as políticas e ações de caráter estadual e federal), não deve possuir o caráter assistencialista, mas deve fazer com que as pessoas tenham opinião e ação mútua, não aceitando projetos impostos pelos governos. É inegável que a pobreza rural é mais evidente na relação entre o campo e a cidade, e esta possui caráter direcionado para a superação dos problemas do rural no próprio rural,

estimulando e apresentando novas potencialidades àqueles que não vêem suas dificuldades como motivos de superação.

Porém, essa construção deve levar em consideração a ação de um capital social, principalmente no tocante à educação no meio rural, já que grande parte dessas pessoas são analfabetas ou semianalfabetas, não que isso seja totalmente sinônimo de inteligência, mas auxilia na compreensão de diversos estudos e prerrogativas, e até mesmo uma apresentação mínima ao conceito de cidadania.

Mesmo se considerando que o meio rural atual ultrapassa a questão da agricultura, é notável que esta, em sua maioria, na quantidade exigida pelo mercado e para a própria existência, deverá ser mantida como base da produção no campo. Porém, essa agricultura passa por dificuldades quando o assunto está direcionado para produtores mais desprovidos de capital. Não se pode esquecer que este é um aspecto primordial em qualquer projeto de desenvolvimento rural, e até mesmo que as famílias possuem, historicamente, uma cultura voltada às práticas agrícolas. Mas vale ressaltar que, diante do exposto, a prática agrícola não é exclusiva desse meio, sendo importante e relevante que as famílias rurais saibam disso e sejam apresentadas a outras formas de produção.

Atualmente, é inegável reconhecer que o governo realizou uma política inteiramente voltada para a agricultura familiar. Criado com o decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf é a maior expressão de política de desenvolvimento rural ainda em vigor no Brasil, que trata além do financiamento de agricultores familiares, do estabelecimento de parceria entre eles, os governos (municipal, estadual e federal), e a iniciativa privada na aplicação dos recursos, e também na melhoria da qualidade de vida, além da qualificação profissional e adoção de tecnologias.

De acordo com Oliveira e Teixeira (2005, p. 2), os beneficiados com o crédito rural são os produtores que

> [...] utilizam o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária assim o exigir; não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenham, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; e residam na propriedade ou aglomerado rural urbano próximo (PRONAF, 2004).

Dessa forma, o Pronaf está conseguindo produzir alguns efeitos positivos na ampliação da base social e política do desenvolvimento rural, mesmo considerando o uso inadequado dos recursos, e a forma de aquisição por parte de muitas pessoas. Mesmo que

muitos produtores já faziam parte de outros sistemas de crédito, houve pela primeira vez uma ligação e abertura entre os produtores rurais, os bancos e a população urbana, ganhando notório impacto na imagem e necessidade desse setor, e dimensionando a ligação e relação entre cidade e campo.

A intermediação dos bancos na relação de destinação do dinheiro público e o auxílio aos produtores familiares, fez aumentar a quantidade de agricultores com acesso ao crédito, possibilitando a primeira linha do Pronaf a se expandir, criando algumas condições de melhorias à população do meio rural. Já a segunda linha de ação do programa pode financiar a infraestrutura municipal, gerando oportunidades de gestão e aplicação desses recursos por parte dos governos locais, desde que esses saibam utilizá-lo e não o desviem para outros fins, como costumeiramente ocorre no cenário brasileiro.

De acordo com Hespanhol (2000, p. 45), para se atingir os objetivos do Pronaf, "[...] o programa foi estruturado com base na noção de gestão social, a qual fundamenta-se em três princípios básicos: a descentralização; a participação e o estabelecimento de parcerias." A estrutura do plano se encontra nos níveis municipal (prefeitura, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), entidades públicas e privadas locais); estadual (governo do Estado, conselho estadual do Pronaf) e federal (Ministerio da política fundiária, Conselho Nacional do Pronaf, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Secretaria nacional e executiva do Pronaf, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco no Nordeste e cooperativas de créditos).

Ainda para Hespanhol (2000), uma das principais críticas realizadas ao Pronaf, é relativa à definição do que seja agricultura familiar, já que o programa abrange não apenas aqueles que possuem utilização de mão-de-obra familiar, mas também incluem beneficiários do programa, unidades produtivas com até dois empregados permanentes, diminuindo e dificultando o acesso de produtores menos capitalizados, por não possuírem subsídios que ofereçam segurança aos bancos e ao governo.

O público alvo também foi fruto de críticas, pois o acesso ao crédito rural revelou que somente aqueles que possuíam base patrimonial que asseguravam os empréstimos bancários e renda suficiente para oferecer como benfeitorias aos bancos, foram os que conseguiram acesso ao crédito, que deveria servir de auxílio aos pequenos produtores descapitalizados.

> Por outro lado, o Pronaf é apenas um programa no interior do SNCR, enfrentando todos os problemas inerentes ao crédito rural no país. Apesar de ter uma baixa inadimplência comparada com os financiamentos destinados aos grandes produtores, os custos bancários ainda são muito elevados. Os custos para equalização das fontes

> de recursos, principalmente quando a taxa básica de juros da economia brasileira (Taxa Selic) está alta, dificultam ainda mais os financiamentos para os agricultores familiares. A falta de assistência técnica aos produtores que acessam o crédito, principalmente para investimento, ainda é um problema a ser superado para garantir projetos sustentáveis economicamente e ambientalmente. (BITTENCOURT, 2003, p. 133).

No ENP, o setor rural, especificamente ligado aos produtores agrícolas, vem sofrendo diversos problemas e dificuldades relacionados a diferentes políticas econômicas, sociais e ambientais, principalmente relacionados à dependência externa de insumos e recursos para produção, sejam eles agroquímicos ou não.

Os Conselhos e Coordenadorias Municipais de Desenvolvimento Rural são fundamentais para que tais produtores se sintam amparados por técnicos agrícolas, e que estes possuam um lugar para realizar suas reivindicações e expor suas dificuldades, o que nem sempre ocorre. Para Jara (1999), tais ações devem servir para modificar uma situação de exclusão social vivida pelas famílias moradoras do meio rural, para que se sintam inseridas novamente na sociedade, e resgatem o controle de suas vidas.

Nesse sentido, de acordo com Carneiro (1997), mesmo que as famílias tenham acesso ao crédito, não é permitido legalmente a elas a exploração de pluriatividades, já que esta seria de extrema relevância aos moradores do meio rural, não ficando somente na atividade agrícola. Seria necessário, nesse caso, que o Pronaf fosse flexível no sentido de atender às necessidades familiares, de acordo com as características e especificidades de cada espaço.

O Pronaf, mesmo sendo considerado de difícil acesso àqueles que realmente necessitam, por não atenderem aos mínimos requisitos de bens materiais solicitados pelos bancos, atendem diversos produtores rurais, pois em Santa Fé do Sul, desde 2000, o total de contratos assinados chegou a 935, num montante de R$ 5.978.692,98. De acordo com as Tabelas 30, 31, 32, 33 e 34, nota-se uma evolução na quantidade de contratos e de recursos até o ano de 2004, sendo retomado novamente em 2005, como ocorreu em todos os municípios do ENP.

Tabela 30 – Beneficiados pelo Pronaf em Santa Fé do Sul

Santa Fé do Sul	Contratos	Montante (R$ 1,00)
2000	94	R$ 390.937,35
2001	101	R$ 408.946,78
2002	98	R$ 404.135,42
2003	93	R$ 436.815,99
2004	125	R$ 1.163.992,12
2005	97	R$ 639.428,78
2006	127	R$ 983.609,27
2007	162	R$ 1.248.550,84
2008 (até junho)	38	R$ 302.276,43
Total	935	R$ 5.978.692,98

Fonte: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES
Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 28/08/2008
Org.: ROSAS, 2008.

Tabela 31 – Beneficiados pelo Pronaf em Santa Clara d'Oeste

Santa Clara d'Oeste	Contratos	Montante (R$ 1,00)
2000	30	R$ 124.081,85
2001	47	R$ 215.865,11
2002	20	R$ 90.709,04
2003	37	R$ 182.430,40
2004	59	R$ 325.699,77
2005	28	R$ 246.230,12
2006	36	R$ 345.793,74
2007	40	R$ 237.973,20
2008 (até junho)	12	R$ 194.337,21
Total	309	R$ 1.963.120,44

Fonte: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES
Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 28/08/2008
Org.: ROSAS, 2008

Tabela 32 – Beneficiados pelo Pronaf em Santana da Ponte Pensa

Santana da Ponte Pensa	Contratos	Montante (R$ 1,00)
2000	32	R$ 136.498,24
2001	42	R$ 176.760,78
2002	59	R$ 257.328,57
2003	84	R$ 434.767,22
2004	124	R$ 690.840,63
2005	107	R$ 809.207,86
2006	133	R$ 1.252.717,12
2007	143	R$ 1.331.984,02
2008 (até junho)	40	R$ 506.074,02
Total	764	R$ 5.596.178,46

Fonte: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES
Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 28/08/2008
Org.: ROSAS, 2008

Tabela 33 – Beneficiados pelo Pronaf em Santa Rita d'Oeste

Santa Rita d'Oeste	Contratos	Montante (R$ 1,00)
2000	52	R$ 206.208,62
2001	55	R$ 208.031,62
2002	55	R$ 220.172,42
2003	64	R$ 327.019,69
2004	80	R$ 416.020,83
2005	66	R$ 440.465,01
2006	94	R$ 733.437,13
2007	124	R$ 979.589,01
2008 (até junho)	39	R$ 348.181,06
Total	629	R$ 3.879.125,39

Fonte: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES
Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 28/08/2008
Org.: ROSAS, 2008

Tabela 34 – Beneficiados pelo Pronaf em Rubineia

Rubineia	Contratos	Montante (R$ 1,00)
2000	15	R$ 66.054,90
2001	15	R$ 61.142,16
2002	20	R$ 90.633,16
2003	22	R$ 92.962,68
2004	36	R$ 250.045,60
2005	24	R$ 129.976,25
2006	38	R$ 290.909,35
2007	48	R$ 346.803,99
2008 (até junho)	7	R$ 112.071,32
Total	225	R$ 1.440.599,41

Fonte: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES
Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 28/08/2008
Org.: ROSAS, 2008

Devido à dimensão territorial e quantidade de moradores, o município de Santa Fé do Sul é o que possui maior quantidade de pessoas atendidas pelo Pronaf, e recebeu maior montante de recursos final. Porém, nota-se que em relação à quantidade de recursos, o município de Santana da Ponte Pensa, com 764 beneficiados desde o ano 2000, possui valor final próximo ao recebido no município de Santa Fé do Sul, como se observa nas Tabelas 30 e 31. Já o município de Rubineia, que possui a menor quantidade de contratos e o menor montante de verbas, tem uma relação mais concentrada na divisão dos recursos, como se observa na Tabela 34, mas não se pode julgar tais números como concentradores de renda ou recursos específicos para um determinado segmento produtivo.

Tal resultado demonstra que a concentração de créditos do Pronaf é maior no município de Santana da Ponte Pensa, com uma media de R$ 7.324,84 por contrato. A

segunda e a terceira maiores medias ocorrem nos municípios de Rubineia, com R$ 6.402,66 e Santa Fé do Sul, com R$ 6.394,32. Os municípios de Santa Clara d'Oeste, com R$ 6.383,14 e Santa Rita d'Oeste com R$ 6.167,13 por contrato, em media, são os menores do ENP. É claro que a variação na quantidade de recursos varia para mais ou para menos, porém, esses números são indicativos da quantidade recebida pelos produtores rurais para a aplicação em suas produções, o que representa baixos valores medios, em geral.

Apesar dos recursos se apresentarem como fundamentais no desenvolvimento e incentivo ao produtor rural, tais montantes não representam somas suficientes para que as famílias consigam realizar plantios com retorno econômico satisfatório, servindo apenas para a manutenção da produção, ou para iniciar uma safra com projeções e expectativas de bons preços no mercado, o que nem sempre acontece.

O Pronaf atinge seus objetivos, em certo aspecto, porém, para se conseguir o recurso na prática, devem-se ter vários bens para servirem como penhora junto aos bancos, que necessitam de uma segurança para poder liberar a verba. Além disso, muito se observa na destinação desigual desses recursos, já que o fim para que é destinado o Pronaf, nem sempre é aplicado, servindo como rotação de crédito aos produtores, e muitas vezes permanecendo nos próprios bancos, onde aumentam suas receitas no contexto de uma economia capitalista, longe da prática cooperativista que deveria estar presente na cultura dos produtores rurais para se alcançar o capital social no ENP.

3.9 Capital Social: direcionando o desenvolvimento territorial rural

A noção do conceito de capital social se contrapõe aos preceitos capitalistas do individualismo, da busca frenética pelo desenvolvimento individual das pessoas, e acima de tudo, do funcionamento da sociedade com indivíduos independentes e individualizados. A noção da sociedade pautada no capital social se estabelece na busca por uma sociedade mais solidária, cujos indivíduos não ajam independentemente, e sua análise não consista na prerrogativa do isolamento pessoal. Portanto, a estrutura social deve ser vista como um conjunto de recursos, e não como um complexo desintegrado da sociedade. Esta é uma realidade fundamentada a partir do crescimento da desigualdade e da pobreza, encontrada com maior incidência em países pobres e industrializados, batizados de "ornitorrinco" por Oliveira (2003), como a América Latina. Porém, para se alcançá-lo, são necessárias ações externas, no sentido de auxílio para o crescimento do capital social.

Apesar de o termo, ligado diretamente com o desenvolvimento social-humano, ser bastante divulgado na década de 1990, de acordo com Stein (2003), foi aplicado pela primeira vez em 1916, e utilizado nas décadas de 1960 e 70, ganhando elaboração e discussão nos anos 1980, com Bourdieu (2000) e Coleman (1990), fornecendo a economia como pano de fundo do conceito.

De acordo com Coleman (1990), o capital social é um conjunto indissociável de singularidades com características próprias de confiança e crédito, capaz de facilitar o acesso a diversos bens entre moradores do meio rural. Pode-se citar como exemplo, a junção de diversos produtores para a utilização de um mesmo trator, ou a compra em conjunto de sementes para baratear o custo, já que individualmente estes seriam incapazes de realizar, sendo considerado um ativo social na geração de renda. Esse é um pensamento cooperativista, visionário ao desenvolvimento territorial rural. Como não há bens físicos para a garantia do crédito, as pessoas empenham suas relações sociais, em conjunto, buscando o fortalecimento da estrutura creditícia.

Teoricamente, o caráter cooperativista é essencial à conquista do capital social, que é ponto chave na busca pelo desenvolvimento territorial rural. Porém, na realidade brasileira, as perspectivas encontradas são totalmente diferentes daquelas consideradas ideais. Várias são as explicações para tais dificuldades, dentre elas cita-se a desigualdade regional, de acordo com o processo migratório, e a consequente atividade desenvolvida no local; uma maior visão do capital para determinadas regiões produtoras em detrimento de outras mais "atrasadas"; a facilidade de acesso a créditos por parte de grandes produtores rurais e o descaso dos mais descapitalizados; a cultura do camponês, em visionar a subsistência, e a pequena comercialização do excedente, além das dificuldades encontradas para produção, encontradas ainda em alguns recantos do Brasil; a quase inexistência de acesso à educação, não aceitando visões externas àquelas conhecidas por décadas pelos moradores do meio rural, ou conhecimento passado de geração em geração; o descrédito com o próximo; dentre outros.

Já para Putnam (2000), o capital social está relacionado às características de uma organização social, como normas, regras, confiança, estrutura, que servem como base para solidificar a eficiência dessa organização no tocante às suas ações coordenadas.

Ações prevendo o capital social são direcionadas por políticas públicas municipais, estaduais ou federais, ou instauradas por militantes, que na maioria das vezes não possuem o aceite necessário daquelas pessoas, já que não se sentem parte da construção dessa prerrogativa.

O capital social é, para Coleman (1990), um conjunto de recursos materiais e simbólicos transformados em ferramentas capazes de direcionar o desenvolvimento territorial de um grupo ou comunidade, e suas conceituações estão focadas na vertente proposta por Bourdieu (2000), onde o capital é conceituado como um conjunto de recursos e poderes a serem utilizados, com uma distribuição desigual perante as parcelas da população e apropriação por diferentes grupos.

Ainda para Bourdieu (2000), capital social é representado por relações que se fazem presentes nos fatos sociais importantes, sendo transmitida em instituições grupais, como a família, escolas, comunidades, igreja, clubes, dentre outros. Além do capital econômico e social, o autor também direciona o capital simbólico, que está vinculado ao prestígio pessoal, reputação, reconhecimento por algum ato. Neste caso, o território é a apropriação simbólica por algum grupo em relação ao seu espaço vivido e trabalhado. Entretanto, para Coleman (1990), o capital social compreende aspectos da estrutura social como capital disposto para o indivíduo, não podendo ser considerado uma entidade particular, mas uma somatória de entidades, todas elas compostas por certas ações dos indivíduos que pertencem a essa estrutura, facilitada pelo capital.

Por se apresentar de forma individual – que incide no grau de integração do indivíduo e sua rede de contatos sociais, - e coletiva – onde ninguém pode se apropriar, mas todos se beneficiam, o capital social se distingue do privado por seu caráter inalienável, por ser parte de uma estrutura social, onde todos podem se beneficiar, mas a ninguém pertence (STEIN, 2003). Esta característica fica clara no ENP quando se examina famílias, principalmente as rurais, na medida que o capital social leva a uma continuidade na produção e na permanência no campo, ou unem as pessoas por um mesmo ideal, seja ele familiar, religioso, histórico, sendo um recurso acumulável ao longo do tempo, mas com capacidade de dispersão pelos próprios membros da família, devido a diversos processos, que generalizando, denomina-se de modernização econômica globalizada, gerando oportunidades para os filhos das famílias rurais. Mesmo assim, a coletividade ainda é incipiente e necessita ser trabalhada com maior ênfase e afinco, uma vez que existem poucos produtores participantes de cooperativas rurais (20%), e muitas dessas não exerce o papel de uma cooperativa que tem no capital social sua meta, como se observa na Tabela 35.

Tabela 35 – Participação em cooperativas no ENP

Faz parte de cooperativa de produtores?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	14	20
Não	56	80
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Como ideia geral, Marques (2003) ressalta que a análise pode ser realizada de duas maneiras. A primeira se remete ao capital social como um recurso formado por indivíduos e suas ações, que advém de laços sociais ou de vantagens desses de se utilizarem de um determinado grupo para levar vantagem em algo. Esta análise pode ser considerada de caráter micro, focada no indivíduo. Já a segunda, se refere a normas mais gerais de uma comunidade ou conjunto de pessoas em uma organização, como forma de reciprocidade e prática comum, facilitando acordos e arranjos sócioprodutivos, como uma associação de produtores de leite, existente no município de Santa Fé do Sul, como se observa na Figura 9, que embora pouco expressiva, pode ser considerada o início da tentativa de se estabelecer um capital social.

Figura 9: Associação dos produtores de Leite do bairro rural do Bacuri, em Santa Fé do Sul (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

É necessário resgatar os valores da coletividade no meio rural, principalmente em comunidades e bairros de um mesmo espaço rural, para que se possa alcançar a busca pelo desenvolvimento rural e a permanência das pessoas nesse espaço, como forma de incentivo à produtividade, como ocorre em alguns casos no sul do Brasil. Aponta-se o capital social como o conjunto de diretrizes pautados na educação, identidade, cultura, sentimento de pertencer ao lugar e o cooperativismo.

Neste sentido, faz-se necessário lançar um questionamento proposto por Ortega (2008). Qual seria a capacidade de um território criar o capital social, tão necessário para o avanço do desenvolvimento, principalmente rural, em um determinado espaço? É claro que a resposta a essa pergunta tão complexa deverá ser respondida com a integração de diversas variáveis, como o próprio estilo e modo de vida de cada grupo, cada lugar, e as relações internas e externas aos próprios segmentos sociais. Como exemplo, as organizações de pequenos produtores rurais do ENP e a participação direta nas decisões e indicativos das políticas públicas territoriais rurais dos municípios.

3.10 Território: uma análise geográfica e contextualização temática

Muito se discute sobre o conceito de território dentro da geografia, e diversas são as abordagens e determinações acerca do conceito, que está imbricado com o crescimento e desenvolvimento da dinâmica social no espaço, caracterizado e caracterizando diversos segmentos e objetos de estudo, que neste caso, são as relações sociais estabelecidas na inter-relação do rural com o urbano. A construção do território parte do espaço geográfico, que é mais amplo e abrangente.

Para Moreira (2007, p. 117), “[...] o recorte de espaço desses objetos na paisagem é seu território.” Para se recortar um conjunto de objetos para análise na geografia, é necessária uma delimitação. “É a mediação do território que dá o salto de qualidade, analisando-se a paisagem agora a partir dos recortes de domínio do espaço. A categoria do território sai como um salto da observação da paisagem. E daí pula para se explicitar como espaço (é um recorte espacial).” (MOREIRA, 2007, p. 117).

Não cabe aqui, uma análise profunda desse conceito, por não se tratar de objetivo principal desse trabalho, mas apontamentos indicando qual caminho mais próximo à realidade que será determinado. O objetivo não é realizar um levantamento histórico de diversas temáticas envolvendo o território, mas alcançar um segmento capaz de contribuir

para a explicação da realidade do Extremo Noroeste Paulista, através dessa perspectiva geográfica.

Dentre diversos autores que analisam o conceito de território na geografia, encontram-se análises contextualizadas em determinados momentos e conjunturas, modificando sua concepção, estabelecendo uma polissemia conceitual.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2004, p. 40) mostra em síntese 4 vertentes básicas da noção de território, que contempla a noção de território subjetivo com base em um território material, em escalas e paradigmas diversos. A primeira consiste na noção de "[...] política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa a todas as relações espaço-poder institucionalizadas)". A segunda está relacionada à vertente "[...] cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural", que é vista como uma posição mais simbólica, onde o território é visto e apropriado com uma relação e valorização simbólica de grupos específicos em relação ao seu espaço vivido.

A terceira vertente é a "[...] econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho". A quarta vertente é de uma interpretação natural(ista), mais antiga e de pouca utilização, que se "[...] utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em relação ao seu ambiente físico" (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Mesmo considerando as vertentes expostas como primordiais, Haesbaert (2004) discute o território em duas perspectivas mais amplas, que é o binômio materialismo-idealismo e o espaço-tempo. Portanto, fica evidente que a análise do conceito vai depender especificamente da visão filosófica do pesquisador e sua perspectiva temporal de análise.

3.11 O território como base de relações sociais

Para se compreender a noção de território, deve-se aceitar o fato de um território existente em sua concretude, ou seja, não apenas no campo de análise teórica. Nesse sentido, o território tem sua conotação vinculada ao espaço físico, à terra, à base material de uma porção de terra determinada e delimitada por uma jurisdição política-administrativa, em visões mais conservadoras, ou pode ser simbólico, imaginário, para as correntes mais culturalistas.

O maior vínculo da utilização do território com a política está em Ratzel (1990). Para Moraes (2000), o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, controlado politicamente por razões e relações de poder de interesses próprios. Na contemporaneidade, se constituem áreas de dominação, o Estado ou até mesmo os Estados-Nação.

A natureza política de Ratzel ao contextualizar a ligação direta entre o uso do solo e suas qualidades ao desenvolvimento ou não de um Estado, traz à concepção do território um atributo da identificação e desenvolvimento político-econômico, o que recebeu inúmeras críticas pelo caráter determinista da análise.

Porém, a dimensão política de território, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é evidenciada por Raffestin (1993) e Sack (1986), sendo de imensa importância na relação entre política e poder, não desconsiderando sua ligação com as dimensões econômicas e culturais da sociedade.

Dessa forma, a concepção de território materialista coloca em um extremo as posições naturalistas, evidenciando o território a um caráter biológico, proveniente da biologia, onde o território dos animais seriam aqueles em que esses se sentem seguros e donos de uma razão por estar presente neste espaço, buscando proteção (DI MÉO, 1998). Nesse sentido, a territorialidade humana pode ser tratada como uma extensão da animal, na busca por proteção e demarcação daquilo que é seu, numa perspectiva neodarwinista.

Ainda nesta perspectiva, muitos marxistas colocam a questão do território como base material na análise das relações de produção, sendo esta o ponto principal para se compreender a organização do território. As relações de produção que ocorrem em um território material, com uma perspectiva social territorializada, seria a base para a compreensão do território onde tudo ocorreria de uma forma mais visível, ou através de prerrogativas visionárias materializadas, ou após uma perspectiva analítica que decorre da necessidade de explicar o lugar sob o prisma do materialismo.

Para o materialismo, mas em uma perspectiva mais naturalista, o território seria uma fonte de recursos para a utilização do homem na fabricação de seus objetos. Nesta vertente, poderiam se confundir a matriz do território com uma concepção política e também econômica, o que poderia levar o território a se constituir como um campo simbólico de análise. Ressalta-se, porém, que tais visões com bases materialistas dialogam entre si, formando uma teia de escalas de análises e de realidades do território.

Na perspectiva de base econômica, Santos e Silveira (2001) utilizam o termo “território usado” para significar o conceito de espaço geográfico, diferenciando o

território como recurso (para os atores hegemônicos) para com o território como abrigo (para os atores hegemonizados – que buscam constantemente sua sobrevivência no local), e aquele vinculado às relações de produção material e imaterial.

Dessa forma, Santos (1994), ao criticar o conceito moderno de território, que o fez tornar um conceito a-histórico, determina que o que faz do território um objeto de estudo, ou a base para diversas determinações sociais, não é o território em si, mas o seu uso, o caráter de utilidade de seu espectro, através dos objetos e ações (SANTOS, 1988) sociais sobre o território. Tal conceituação foi determinada inicialmente por Raffestin (1993, p. 16) como "[...] sistemas de ações e sistemas de objetos". Não se trata apenas do território como uma delimitação jurídica-política, mas de um território-rede, através de suas continuidades ou interligações em redes.

Outro ponto crucial na análise de Santos (1994) está na transformação do território sobre a perspectiva do meio técnico-científico-informacional, onde as informações são elementos de transformação e controle do território. Tais informações podem ocorrer numa perspectiva local (interna ao território), ou global (externo), de caráter político, como as leis e determinações políticas.

No mesmo sentido do espaço banal de Perroux (1961), o território de todos (SANTOS, 1994) é aquele vinculado aos limites do trabalho de todos, onde até mesmo os atores dominantes possuem relações em seu âmbito, ao contrário do território em redes, onde apenas alguns setores da economia seriam capazes de estarem vinculados, através de seus serviços e ações hegemônicas.

Diante do exposto, nota-se que o espaço banal dos territórios é o mesmo dos territórios em rede, sendo que eles se encontram em permanente conflito, através de interesses diversos, fazendo parte dos mesmos pontos e lugares, mas com funções distintas ou opostas.

O território, para os economistas, nada mais é que apenas uma dimensão de desenvolvimento, sendo tratado como um setor de relações sociais. Porém, o desenvolvimento não é unisetorial, tampouco o território, e este é um dos maiores erros ao se tratar e utilizar o conceito de desenvolvimento territorial em projetos, pois, via de regra, não há relação com outras esferas do território e do espaço.

Para a geografia clássica, de acordo com Haesbaert (2004), existem três perspectivas do território numa visão integradora. Uma é mais tradicional (SACK, 1986), que tem o território como fonte de feições ou relações de poder relativamente homogêneas, onde o acesso a uma área seria fundamental para se utilizar seus recursos, controlar suas relações, sejam elas de pessoas ou de bens.

Em segundo lugar, o território é visto como uma rede, como uma inter-relação entre os lugares, estando esses ordenados de forma contínua ou descontínua, capazes de se integrarem, e com escalas diferenciadas, sem necessariamente estarem presentes num mesmo contínuo espacial.

Já a terceira perspectiva, inclui conjuntamente uma visão multiescalar, de territórios híbridos, relacionando diversas esferas, como entre o mundo material e o ideal, entre a sociedade e a natureza, entre o político e o cultural, ou o econômico e o simbólico, não caracterizando algo imutável e estático, já que tais relações são construídas a cada momento por atores e pelo próprio espaço.

3.12 Por uma (in)definição do território: a continuação de um debate

O debate acerca do território deve ser constante e integrado com o sentido de haver um motivo em se utilizar dessa categoria analítica. Neste trabalho, o território é visto como parte essencial de uma relação entre desenvolvimento territorial e principalmente palco onde relações de poder contraditórias são evidenciadas, na "fronteira dialética" entre o rural e o urbano, na constatação da busca interminável por uma identidade, produção e reprodução de suas culturas e sobrevivência.

Pensar o rural e o urbano em relação ao território e a territorialidade significa afirmar que o rural e o urbano extrapolam seus limites tradicionais, onde o campo é o espaço predominante das relações rurais, mas não é exclusivo delas, quando se pensa que o rural é um modo de vida do campo, uma identidade, assim como o ser urbano o é das cidades. Essa forma de vida, cultural, ideológica, transcende seus limites por meio dos territórios e da territorialização de seus modos de vida num espaço geográfico, demonstrando a construção de um conjunto de valores, hábitos, construídos num espaço, mas não estando fadados à permanência destes neste mesmo espaço, característicos de costumes provindos de atores hegemônicos do capital.

Na definição de territórios rurais e a ruralidade dos territórios, duas vertentes se despontam. Como visto, uma prevê análise baseada na densidade populacional, considerando rural toda aquela área com pequena e esparsa densidade, mas ligada ao rural como adjetivo de um espaço, não existindo, portanto, o rural, mas ruralidades, como moradores rurais com trabalho urbano, ou indústrias no meio rural e hortas no espaço urbano. Já a segunda, se encontra baseada na economia de tais áreas, sendo rural aquela em que a atividade primária seria o principal fator de desenvolvimento, ou até mesmo assim o

denominam quando o território rural é palco de atividades econômicas e culturais. (WEIGAND JR., 2003).

O território é um conceito amplo, que pode ser discutido sob diversos prismas. De acordo com Ardrey (1969, p. 10), o território é "[...] uma área do espaço, seja de água, de terra ou de ar, que um animal ou um grupo de animais defende como uma reserva exclusiva. A palavra é também utilizada para descrever a compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço". Tal conceito representa uma visão biológica sobre o espaço, onde a necessidade de reprodução e orientação do domínio animal seja o domínio sobre o território conhecido, de uso de determinada espécie.

A relação do território animal, assim como de determinadas espécies vegetais caracterizam o espaço em seu entorno. Como exemplo, os domínios geoecológicos como o Cerrado, a Caatinga e a Floresta Amazônica, possuem relação com um determinado território, e só vivem nesses, devido a diversas influências externas, como o regime de chuvas, as características climáticas, o solo, a geomorfologia, a hidrografia do lugar, entre outros fatores. Isso significa que os fatores territoriais são formados não apenas por características internas, mas por determinantes externas ao território, mas que por influenciar e transformar tal território, acabam por fazer parte desse espaço, mesmo não expresso no próprio território.

Já considerando a visão econômica, Godelier (1984, p. 112) define território como

> Uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar.

A materia-prima, o direito de uso do espaço, e da reprodução econômica de uma sociedade, são as mais claras representações de um território econômico, além de considerar tipos de atividades específicas de um lugar, o que possivelmente caracterizará tal território conforme o tipo de atividade ou produção seja ela rural ou urbana.

Já para Sack (1986), Gottman (1952) e Souza (1995), o território deve ser interpretado considerando principalmente seu aspecto político, interligado diretamente com o poder exercido pela força política nos lugares, pois tal território depende e necessita de forças políticas que interferem no espaço, ou até mesmo de pessoas ou grupos que vivem em um determinado território rural, que tentam, mesmo que inconscientemente, dominar outros grupos, e mostrar seu poder sobre tal território.

Tais relações possuem, porém, forças antagônicas, que constroem os diversos interesses encontrados em determinado território. Tal declamação de poder, explicita a força de interesses sobre o uso dos territórios, e que tem em sua base, interesses econômicos no que se refere à característica do lugar em termos de recursos e espaço oferecidos.

Para Dallabrida (1999), o conceito de território expressa uma referência à noção de limite, mesmo considerando que estes não estejam materializados, como ocorre em geral, e deixa implícito a relação que um determinado grupo de pessoas tem com um determinado local. Tal noção pode ser expressa principalmente no meio rural, com determinantes que caracterizam seu modo de vida e suas relações locais, construídas historicamente.

Uma análise que se faz de um território em sentido cultural está em (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996), no momento em que argumentam que quando um conjunto de pessoas perdem seu território, perdem sua identidade e desaparecem. Mas apesar disso a questão política e cultural estão extremamente interligadas ao se interpretar a relação de identidade do/com o lugar. A expressão cultural é realizada no território, desde sua forma de viver, construir, produzir, principalmente no meio rural, como observado do ENP. As famílias se expressam mais abertamente em seu próprio território. Quando não se encontram nesse espaço, há uma retração natural, um desconforto, uma vontade em voltar ao seu lugar de origem. Há, por vezes, uma reterritorialização de seus produtos em feiras, comercios, e em alguns casos para outras cidades, estado ou até mesmo países, como é o caso da cachaça artesanal produzida no município de Santa Fé do Sul.

Para a Geografia contemporânea, o território é um conjunto de relações integradoras, e que segundo Chivallon (1995, p. 5), “[...] é uma especie de ‘experiência total’ do espaço que faz conjugar-se num mesmo lugar os diversos componentes da vida social: espaço bem circunscrito pelo limite entre interior e exterior, entre o Outro e o semelhante [...].”

Porém, nem sempre é possível que essa experiência total seja realizada em um mesmo espaço. A descontinuidade das interligações do território extrapola a continuidade do mesmo, desde suas influências, até seu alcance. Para Haesbaert (2002), o território é uma forma controlada e integrada de apropriação do espaço em múltiplas escalas, em caráter móvel, constituindo um território-rede.

O território possui, portanto, diversos conceitos. Ele pode ter uma perspectiva mais materialista, como um espaço material, delimitado, um abrigo, a distância

física entre lugares. Um espaço relacional mais concreto, como a localização econômica ou produtiva, e até mesmo um espaço político, como uma zona de acesso controlado.

O território pode também possuir uma perspectiva mais idealista, sendo um espaço de apropriação simbólica, de identidade de grupos ou de indivíduos, da construção do viver no lugar, como valor. Tal perspectiva se propõe nos referentes à identidade rural, sobretudo de famílias rurais, que sempre viveram em um determinado espaço, e ali construíram suas relações afetivas e sociais.

O território pode ser também visto numa perspectiva integradora ou totalizadora, concebido como uma experiência total do espaço, considerado um território-zona, pois naquele espaço se intercalam diversos modos de vida e perspectivas, seja de caráter político, simbólico, cultural, na própria natureza dos recursos, ou esse caráter integrador se expressa na formação de um território-rede, descontínuo, funcional, onde as expressões e necessidades não precisam estar interligadas em um espaço contínuo, mas são representadas em espaços-rede descontínuos.

Percebe-se, portanto, o território como o espaço geográfico em diversas escalas, como o território de um país, de um estado, de uma região, como o ENP, de um município ou até mesmo de um estabelecimento rural ou urbano. Esse sentido traz à tona um território absoluto em seu sentido mais amplo e concreto material (FERNANDES, 2004), visível através da paisagem. Juntamente com essa interpretação, o território pode significar uma relação de conjuntos sociais em diversas dimensões, como o cultural, o econômico, político e histórico (HAESBAERT, 2004), num emaranhado de imbricações sociais estabelecidas nesse conjunto. Já no sentido abstrato, o território também pode se estabelecer num plano de ideias e interpretações, como na construção de significados, diferentes leituras da realidade, dos conflitos e dos diálogos, enfim, um sentido relacional e abstrato do território. Percebe-se, portanto, que existem territórios, e estes se encontram sempre em movimento, numa dinâmica que relaciona o modo de observação, e a própria dinâmica interna e relação externa, seja ela material ou imaterial, de um território dinâmico em constante transformação.

A dinâmica estabelecida nestes territórios constitui uma relação entre territórios, de escalas diferentes, e para Fernandes (2004), tais dinâmicas são construídas e destruídas, recriadas por meio de relações de poder, como paradigmas que superam outros paradigmas.

> São prédios vazios ocupados por famílias sem-teto, moradores de rua. São ocupações de terra por populações rurais e urbanas. São os despejos realizados pela polícia. São empresas falidas, fechadas e novas empresas sendo instaladas. São áreas desapropriadas para construção de novas vias de acesso. São condomínios de luxo e conjuntos populares sendo construídos no processo de urbanização, ocupando áreas antes destinadas à agricultura. São governos recém eleitos descontinuando projetos de governos anteriores. (FERNANDES, 2004, p. 42)

Nesse sentido é possível que dentro de diversos territórios, sejam recriados outros em escalas diferenciadas, como o território do ENP, de seus municípios ou de um estabelecimento rural e sua família, que estabelecem vontades diversas e paradigmas distintos, criando e produzindo múltiplas territorialidades, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, perseguições, contradições de ideias e ideais, permeando culturas de imigrantes com interesses específicos e restabelecendo atitudes conflituosas de membros de comunidades assentadas em áreas de proteção, ou moradores sem teto ou sem terra em espaços semiocupados no território. A territorialização é, portanto, particular de um grupo, ou pode ser idealizada por diversos grupos, reinventando suas necessidades e vontades, sendo principalmente palco de conflitos e divergências, além de aceitações e cumprimentos de deveres expressos por leis. O território, consequentemente, não deve ser pensado apenas em espaço físico, por não conseguir abranger todas as relações que permeiam sua dinâmica.

O território é fruto de diversas relações sociais, espaciais, políticas, econômicas, culturais, simbólicas, naturais, que ocorrem no espaço. O território é, então, uma forma de leitura sócioespacial, capaz de explicar a relação pontual de fenômenos que ocorrem na superfície terrestre em locais definidos, decorrente de determinadas ações e relações sociais definidas através de relações de poder, delimitados de alguma forma, a palco de conflitos e aceitações sociais, mas que podem representar diversas territorialidades em seu interior.

Para Abramovay (2007, p. 21), territórios são “[...] resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apóia sua reprodução”, o que promove uma interação e cooperação maior entre as ciências sociais e naturais, no intuito de conhecer melhor essa relação dialética.

O território é parte de um espaço geográfico constituído de objetos materiais e imateriais, distinguidos pela delimitação e por ser palco dos entraves sociais e relacionais ocorridos na sociedade. A relação do território está expressa nas dimensões de poder e nas relações sociais que se encontram em seu âmago. Embora seja parte do espaço, o território também é multidimensional, por representar diversas formas de relações sociais, econômicas e políticas, além das imateriais.

Diante dessa forma de pensamento, todo território é um espaço (geográfico, político, cibernético, econômico, cultural, social), já que se estabelece sobre o espaço geográfico, determinando limites, nem sempre contínuos, formando em um espaço, multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004). Existe, dessa forma, uma relação inseparável entre território e as relações sociais, pois estas só acontecem nos territórios, e estes só existem, são criados e recriados devido às relações sociais, materialmente (país, estado, município, bairro) ou imaterialmente (cultura, pensamento, conhecimento). Dessa forma, um país forma um território material, e suas ideologias, políticas e culturas, configuram seus territórios imateriais, contínuos ou descontínuos, demonstrados através de redes.

É desse modo que Raffestin (1993) e Santos (1999) determinam que os sistemas de ações (imateriais em sua elaboração) são o molde para a confecção e/ou mobilidade de um território, baseado no sistema de objetos (material).

Diante desse princípio, percebe-se o conceito de territorialidade na prática das ações pensadas e efetivadas. Pode haver nas cidades, pensamentos e ações estabelecidas pelo modo de vida rural, ou seja, uma territorialidade rural no interior das cidades, mesmo que de forma parcial e pontual, e o mesmo se apresenta no processo inverso (MAIA, 2001). Dessa forma, é possível encontrar espaços rurais no interior das cidades, e espaços urbanos no campo, mesmo considerando que cada um possui suas características e especificidades, conforme o lugar e as relações internas e externas que este possui, além de sua própria construção histórica.

Quando ocorre essa prática de reterritorialização, há uma adaptação do modo de vida e de produção no interior das cidades por meio das características rurais, pois há uma ocupação de áreas antes destinadas a outros modos de vida e práticas sociais, mas que se caracterizam pela apropriação de relações voltadas a um modo de vida específico. Porém, não significa que tais características estejam exclusivamente ligadas a uma tendência à homogeneização das relações, embora ocorra uma adaptação, mas pelo contrário, há permanência das relações estabelecidas em seus determinados espaços, na apropriação de outros territórios, num processo de reterritorialização.

Nesse novo sentido da reterritorialização, baseada numa reordenação do rural, ocorre a capitalização dos espaços rurais em detrimento da valorização do verde, da natureza, sendo que o rural passa a ser mercadoria, resultando numa territorialização do capital no campo, e a consequente desterritorialização das famílias rurais, por um lado, e reterritorialização de outros atores sociais provindos das cidades, de outro, buscando novas perspectivas, como segundas residências, áreas de lazer, e até mesmo atividades não-agrícolas

no meio rural. Essas características ocorrem no Extremo Noroeste Paulista, com a presença de ranchos e chácaras, de propriedade de pessoas que têm seu sustento nas cidades, além da ampliação de áreas destinadas ao lazer e a proteção ao verde (meio ambiente).

3.13 A perspectiva territorial do rural: uma análise crítica

A abordagem territorial do desenvolvimento rural baseada na OCDE tem como prerrogativa a análise pontual de grupos, a partir de suas dinâmicas de produção e reprodução no espaço em que vivem, e suas relações com o entorno, o meio. A abordagem territorial feita por agências multilaterais não leva em consideração as relações de conflitos, interesses sociais e econômicos existentes no território. As tentativas de se trabalhar com tais entidades caem muitas vezes em diversas armadilhas, que no campo da geografia são expressos em dificuldades analíticas e de concepção territorial em suas diferenças pontuais, conceituais e de construção histórica, desconsiderando a multiescalaridade. O que mais expressa tais concepções são, portanto, as relações de poder existentes nos verdadeiros objetivos da utilização de suas normativas.

Tais perspectivas são desenvolvidas e aplicadas nos próprios membros da OCDE, deixando de lado os países mais necessitados econômica e socialmente. O desafio proposto é criar referenciais teóricos capazes de auxiliar na delimitação do rural para auxiliar a geração de ações de desenvolvimento, e ao mesmo tempo, considerar ações normativas, no intuito de delimitar tais regiões rurais em relações às urbanas.

A realização de tal tarefa, mediante conceitos e teorias pouco normativas em seus usos correntes, como o território na Geografia, são pontos que dificultam essa operacionalização para a OCDE, e este fato é extremamente relevante para a realização desse trabalho, já que o sentido da abordagem territorial utilizada pela referida organização, possui o caráter diferente do que será exposto para a Geografia, sendo empregado de maneira instrumental, visando a operacionalização de um recorte a ser utilizado como ferramenta na análise territorial.

No Brasil, a continuidade desses estudos são propostos por Veiga (2001, 2003, 2004, 2006), sendo considerados inovadores no quesito de demarcar novas dimensões na análise do rural e da ruralidade. Outros autores que também contribuem para a acentuação dessa temática são Scheneider e Blume (2004), utilizando-se de uma metodologia denominada “territorial escalar hierarquizada”, baseando-se nas contribuições da OCDE e de Veiga.

Essa iniciativa de proporcionar um novo enfoque ao rural teve início em 1991, para que inicialmente, se entendesse e se estudasse o rural dos 24 países membros[24], proporcionando uma formação de metas e dados analíticos que serviriam como indicadores para planejar o desenvolvimento rural.

Para realizar a elaboração de tais referências, com base empírica, estabeleceram-se três dimensões orientadoras, que são o território, o desenvolvimento rural e a dimensão temporal (OCDE, 1994). Na operacionalização de tais referências, a OCDE se utilizou de indicadores demográficos como variáveis operacionalizantes do território. De acordo com Schneider e Blume (2004, p. 12), interpretando a visão da organização, "[...] o criterio de densidade demográfica é neutro e não remete a uma visão pré-determinada do que são os problemas e as possibilidades do meio rural." Estabelece-se um nível hierárquico baseado no local e no regional. Para se classificar uma comunidade local como urbana ou rural, a nível local, de interesse nesse trabalho, utilizou-se a densidade demográfica, que expressa o número de habitantes por quilômetro quadrado, pois, de acordo com a ODCE (1994), este indicativo reflete os modos de ocupação e povoamento, assim como sua distribuição no espaço, sua comunicação e utilização do solo.

Como esse criterio é de fácil interpretação e aplicação, a OCDE (1994) estipulou um patamar de corte para os países membros de 150 hab/km^2, ou seja, todas as unidades locais com densidade abaixo desse índice são consideradas rurais, e aquelas superiores a esse limite, são denominadas urbanas. A única exceção foi no Japão, cujo corte estipulado foi de 500 hab/km^2, pela elevada densidade apresentada no país.

Já para o nível regional, compreendem-se três categorias de análises no conjunto dos países membros, que são as regiões essencialmente rurais, aquelas onde habitam, nas unidades de base rurais, mais de 50% da população regional; as regiões relativamente rurais, onde habitam, nas unidades de base rurais, entre 15 e 50% da população regional; e as regiões essencialmente urbanas, onde habitam, nas unidades de base rurais, menos de 15% da população regional. Essa tipologia gerou uma nova imagem do povoamento territorial em diversos países.

> Não há holandês que resida em região essencialmente rural. Lá 85% dos habitantes vivem em regiões urbanas e só 15% em regiões relativamente rurais. Já na Noruega, mais da metade dos habitantes estão em regiões essencialmente rurais, 38% em regiões relativamente rurais, e apenas 11% em regiões essencialmente urbanas. No

[24] Os países membros da OCDE neste momento eram a Áustria, Austrália, Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

> Luxemburgo nem há regiões essencialmente urbanas, apesar do país só ter 30% de sua população em comunidades rurais. Toda a sua população vive em regiões da faixa intermediária. (VEIGA, 2000, p. 168)

Esses indicadores permitem a aplicação de ações baseadas no planejamento e desenvolvimento rural através do recorte territorial, facilitando o recorte analítico de aplicação através de indicadores divididos em quatro áreas de interesses, a saber: população e migração; bem estar social e equidade; estrutura e performance econômica; e ambiente e viabilidade. Dessa maneira, regiões relativamente rurais são as que mais geram empregos na Europa, e algumas regiões essencialmente rurais, como a Baixa-Baviera, estão entre as mais dinâmicas.

Verifica-se que tais criterios são expressões criadas para tentar diminuir as desigualdades por meio de políticas de desenvolvimento territorial rural em áreas mais estagnadas e deprimidas. Por ser um país colonizado, e ter sua estrutura fundiária altamente concentrada, além do caráter político que conduz a uma luta social para a posse da terra, tais mecanismos não são aplicáveis totalmente no Brasil, pois as realidades e suas formações são distantes e incluem características peculiares que não podem se tornar impositivas em suas relações, pois os territórios são totalidades interligadas com outros territórios de proporções diversificadas.

3.14O território como base para a definição do rural

Embora a literatura atual sobre o enfoque da diferenciação e (re)organização do rural e do urbano no Brasil seja vasta e amplamente discutida por diversos estudiosos na atualidade, como analisado no Capítulo I, poucos fizeram uma proposta prática sobre um novo recorte que define e impõe limites aos espaços citados, caso eles existam. No sentido de lançar um indicador prático para a definição do rural, Veiga (2003) seria o primogênito e desbravador que contrapôs a visão do IBGE, propondo novas formas de delimitação do rural, merecendo méritos nesse sentido. Porém, encontra-se em sua análise diversos pontos controversos e dúbios, alem de uma má orientação em suas medias apontadas em suas análises, não levando em consideração aspectos como a distribuição populacional no território, o caráter subjetivo do índice apresentado para demarcar e delimitar um território urbano e rural, tentando diferenciá-los quantitativamente.

O desenvolvimento rural precisa de uma definição, e essa definição tem início pela própria delimitação do rural e do urbano, principalmente em decorrência de

evidências equivocadas propostas pelo IBGE, quando registra que em 2000, o grau de urbanização brasileira seria de 81,25%, o que, de acordo com Veiga (2003), não estaria correto.

Semelhante à OCDE, o autor propõe uma classificação baseada em variáveis territoriais através da densidade demográfica e do patamar populacional de um local. Porém, sua análise se difere da OCDE quando se utiliza como análise de corte a marca de 80 hab/km^2, juntamente com o patamar de mais de 100.000 habitantes, ou seja, uma localidade é considerada rural quando possui uma densidade abaixo dos 80 hab/km^2, ou população menor que 100.000 habitantes. No caso do ENP, como já salientado, somente o município de Santa Fé do Sul poderia ser considerado urbano, de acordo com a Tabela 36, conforme a metodologia proposta, e a media do ENP acaba, por sua vez, não representando toda a região.

Tabela 36 – Densidade demográfica do Extremo Noroeste Paulista – 2007

Municípios	**Habitantes**	**Área (km^2)**	**Densidade Demográfica (hab/km^2)**
Santa Fé do Sul	27.693	208	133,13
Santana da Ponte Pensa	1.654	130	12,72
Santa Rita d'Oeste	2.493	210	11,87
Santa Clara d'Oeste	2.081	183	11,37
Rubineia	2.546	234	10,88
ENP	36.467	965	37,78

Fonte: Contagem populacional do IBGE, 2007
Org.: ROSAS, 2008

Essa classificação é utilizada em decorrência da rarefação populacional encontrada em áreas rurais, ou seja, "[...] quanto menor for a pressão antrópica sobre o ambiente, menor será a artificialização dos ecossistemas e maiores serão as chances destes locais serem rurais." (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 17). É inegável a diferença entre os municípios, principalmente Santa Fé do Sul em relação aos demais, que possuem características semelhantes, principalmente no meio urbano, já que os espaços rurais de toda a região se assemelham. A cidade de Santa Fé do Sul oferece mais opções às pessoas, por possuir maior rede de ligações no setor terciário e secundário, mesmo que este último não tenha grande abrangência, já que sua estrutura é composta por pequenas empresas.

Veiga (2003) conclui que a variação entre densidade demográfica e quantidade populacional sofre uma brusca variação justamente nos patamares propostos, e que o patamar mais adequado de densidade para o Brasil para medir o grau de urbanização e de ruralização seria de 80 hab/km^2. Neste caso, o ENP possui apenas 37,78 hab/km^2, sendo

considerado, como um todo, uma região rural, mesmo que o autor não se utilize dos parâmetros regionais para sua classificação.

Diante dessa proposta, o autor apresenta dois métodos de classificação dos municípios brasileiros, sendo os municípios de pequeno porte, que apresentam ao mesmo tempo menos de 50.000 habitantes e menos de 80 hab/km^2, bem como o caso dos municípios de Santana da Ponte Pensa, Rubineia, Santa Clara d´Oeste e Santa Rita d´Oeste; e os municípios de medio porte, intermediários ou rurbanos, que apresentam populações totais entre 50.000 e 100.000 habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab/km^2, mesmo que estes tenham menos de 50.000 habitantes, como é o caso de Santa Fé do Sul, considerado por Veiga (2003) como rurbano.

Dessa forma, a abordagem pode ser aplicada mediante dois cortes diferenciados para se classificar o rural brasileiro, permitindo a contestação da taxa de urbanização brasileira, e do tamanho do rural e de sua população. Considera-se uma proposta interessante no tocante à quantificação e uma nova definição, porém, ressalta-se que esta análise não representa totalmente os significados do rural e do urbano, pois não leva em consideração aspectos qualitativos para diferenciação dos espaços.

A análise da densidade demográfica para definição dos espaços rural, urbano, ou parcialmente rural proposto por Veiga (2003), não leva em consideração o seguinte aspecto: ao invés de se dividir a quantidade total de habitantes do município por sua área total para se encontrar sua densidade demográfica, tal divisão deveria ser realizada inicialmente apenas nas áreas consideradas urbana e seus habitantes, e as rurais e seus habitantes. Neste sentido, seria analisada a real densidade demográfica das áreas urbanas e rurais dos municípios e sua ocupação, e não apenas um apontamento geral medio de todo território municipal em relação à sua população, que vive, na maioria dos casos, em áreas urbanizadas.

Mesmo considerando que a divisão dos espaços urbano e rural seja realizada com margem de erro pelos municípios, tal indicativo toma uma posição mais real em relação à ocupação das áreas, através de uma análise paisagística preliminar e superficial, mas que poderá ser inserida num contexto mais vertical, indicando o crescimento da área urbana do município, assim como a dinâmica do meio urbano, que sem sombra de dúvidas, cresce em direção ao meio rural, com intensidades variadas.

Neste caso, o município de Santa Fé do Sul possui área urbana de 10,82 km^2, com população de 26.472 habitantes, e área rural de 198,08km^2, e 1.221 pessoas vivendo nesse meio. Sendo assim, a densidade demográfica da área urbana seria de 2446,58 hab/km^2,

e da área rural de apenas 6,16 hab/km^2. Esses números representam a verdadeira relação entre moradores de um meio e sua área ocupada, mas demonstram o imenso vazio ocupacional no meio rural, já que esse próprio espaço possui formas de uso diferenciados do urbano, numa tendência típica da humanidade, que é a vivência em grupos.

Diante do exposto, verifica-se que não há conflitos, relações, debates ou discordâncias nesta proposta realizada por Veiga (2003). O que se pode tirar de utilidade são os dados como uma forma de reavaliar os diferentes territórios, considerando além da paisagem, a formação do local, sua cultura, os recursos, as relações de poder, de incompatibilidades de pensamentos, e de vidas diferentes.

Fica claro também que as realidades dos lugares são específicas, mas não unas, no sentido de isolamento, mas interligadas com as relações sociais e econômicas provenientes do processo de globalização em foco, deixando transparecer múltiplas territorialidades, num mundo cada vez mais conflituoso.

4. MUNDO RURAL E GEOGRAFIA CULTURAL NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA: DIFERENTES ABORDAGENS

O território, expressão local da relação dialética entre o rural e o urbano possui diversas visões que precisam ser consideradas além do caráter econômico, político e ambiental, e que compõe a expressão desse mundo, que é a cultura local, a identidade dos moradores que vivem e constroem sua vida em uma determinada comunidade. Nota-se que a expressão da identidade local é muito mais presente e aflorada em comunidades rurais do que em centros urbanos, uma vez que a troca de residências, e o uso da especulação imobiliária é expressão do descaso pelo lugar de origem, para muitas pessoas que vivem no meio urbano.

Nesse sentido, é necessário salientar a expressão cultural daqueles que vivem no campo, para se construir uma tese enfocada na relação entre o rural e o urbano no ENP, verificando um setor que normalmente é deixado de lado por diversos pesquisadores no Brasil e no mundo, mas que deveria compor os estudos de enfoques econômicos, políticos, sociais e ambientais.

A cultura dessas pessoas foi construída de acordo com as características de formação do ENP, composto principalmente de ex-colonos de café, sobretudo italianos e seus filhos, além de imigrantes arrendatários nordestinos, sobretudo negros e mestiços em geral. Porém, é evidente que tal construção se modificou ao longo dos tempos, e a formação cultural regional também se modificou com tais movimentos.

Os imigrantes citados eram pessoas que já haviam sido expropriadas e subjugadas em seus respectivos meios, e procuravam alternativas e novos caminhos para se reproduzirem e sobreviverem. Apesar de que o modo de produção capitalista, expresso na CAIC, tivesse como objetivo a total venda dos lotes do ENP, as pessoas que o comprava eram famílias que viviam de sonhos e vontades, uma vez que a promessa de terras boas na região serviam como combustível para que houvesse o desbravamento dessa frente pioneira, criando um núcleos de negócios agrícola regional.

Embora normalmente o fluxo migratório rural tenha como pressuposto o deslocamento de áreas mais atrasadas para regiões mais prósperas, o ENP não representava ainda tal desenvolvimento e clareza de crescimento. O que se pretendia era formar um núcleo populacional com pessoas que haviam conseguido acumular um pouco de capital para dar entrada à compra de sua terra, representando a colonização uma forma de uso da mão-de-obra sem que a companhia precisasse empregá-la diretamente em alguma atividade.

Porém, para aqueles que compravam sua tão sonhada propriedade, isso era sinal de prosperidade e esperança em alcançar boa situação financeira com a nova região que se formava, juntamente com tantas outras famílias que se dirigiam para o ENP. De acordo com Durham (2004), o fato dos imigrantes serem provenientes de áreas de economia tradicional, e muitas vezes trabalharem como colonos para um fazendeiro, tornam o equipamento cultural do ENP um tanto quanto fechada e característica da subsistência, uma vez que essas famílias haviam pago parte dos lotes à CAIC, e investido outra parte nas atividades agrícolas.

A CAIC buscava os infortunados interessados em adquirir as terras de caminhão, e vendiam o sonho capitalista da propriedade rural a pessoas que ainda não tinham uma identidade com o local, mas com o meio rural e suas atividades.

A mudança de hábitos e de local de vida, de afazeres, de conduta, na construção de uma nova etapa de suas vidas, adequa sua cultura aos padrões necessários para sobreviverem. Mesmo considerando que os indivíduos participam diferentemente da cultura local mais ampla, tais padrões são expressos no modo de vida das pessoas, como padrões de comportamento socialmente transmitidos, que servem para adaptar as comunidades humanas em suas necessidades biológicas. Tais modos de vida, de acordo com Larraia (2005), são expressões de novas técnicas e modo de organização econômica, criação de padrões de se estabelecer e conviver em um local como agrupamento social, além de sua organização política, religiosa, suas crenças, e até mesmo suas casas e hábitos, se constituindo em uma constante dinâmica, mas com uma raiz pautada em seus antepassados e na construção de sua vida.

A formação do ENP era, portanto, pautado no meio rural. A CAIC tinha como objetivo a venda de lotes rurais, pois seu retorno financeiro seria maior. Isso explica a forte presença do rural no dia-a-dia da população do ENP, e desmonta a dicotomia de que o rural seria um elemento secundário às cidades. No meio rural existiam muitas matas virgens, que precisavam ser derrubadas para a prática da agricultura e consequentemente da vida, e o aproveitamento dos recursos oferecidos pela floresta eram aproveitados para a lenha e para a venda de madeira nobre à estrada de ferro araraquarense (EFA) que se dirigia à região, tornando a perspectiva de progresso ainda mais evidente. Ressalta-se que a EFA era subsidiária da CAIC.

O comercio de produtos de subsistência era feito regionalmente, até a chegada da estada de ferro, no início da década de 1950 ao ENP, pois ofereceria a

oportunidade do comercio estadual do café, que passou a ser plantado posteriormente, visando maior rentabilidade das famílias.

A maioria dos grupos se organizava numa sociedade relativamente autônoma, e se fundamentava numa economia familiar. Dessa maneira, de acordo com Durham (2004, p. 145) "[...] a ocorrência das famílias extensas, tão comuns em comunidades campesinas, parece estar associada à necessidade de conservação de propriedades economicamente suficientes, quando o solo é valioso ou escasso." Isso aumenta o trabalho sobre a terra, e evita seu desmembramento entre os herdeiros. A relação era totalmente paternal, onde os pais tomavam as principais decisões, e havia atitudes de respeito dos filhos e da esposa em relação ao pai. Os filhos permanecem subordinados ao pai até a idade adulta, ou mais precisamente até o casamento, quando passa a procurar condições para sua nova família, como observado no ENP.

São os filhos homens, junto com o pai, os responsáveis pela produção do grupo em campo. Às mulheres, cabem as tarefas domésticas, como cuidar da casa, dos elementos não-produtivos da família (velhos, crianças, doentes), preparar os alimentos, as roupas, cuidar do quintal (aves, porcos), da horta etc. Embora pareça uma prática machista, o trabalho no campo necessita de força, e a maioria dos entrevistados do ENP possuem essa característica bem marcante ainda hoje, mas principalmente quando os primeiros pioneiros consolidaram a formação regional, formando o que se pretende analisar: sua cultura em meio a atividades econômicas e políticas.

Várias são as visões e interpretações ao longo da história sobre a cultura, sua dinâmica e principalmente a geografia cultural. A análise de alguns dos principais autores que contribuíram para a formulação da geografia cultural será expressa nas ideias a seguir, baseando-se na construção cultural do ENP. De acordo com Sauer (2003, p. 23), "O desenvolvimento da geografia cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente." Neste aspecto, a proposta de Sauer prevê a análise histórica do local, de acordo com o aproveitamento humano da terra, ou seja, nas marcas explícitas dos registros visíveis do homem sobre o território, considerando suas moradias, suas atividades rurais, seus sistemas de produção e de vida expressos no território.

O método utilizado por Sauer (2003) é evolutivo, histórico, e caracteriza a geografia cultural como a análise documental e visual de uma área, desde sua ocupação até a contemporaneidade, sendo apenas válida até onde as documentações comprobatórias possam

comprovar as diferentes sucessões culturais que ocorreram em uma determinada área, sendo exterior aos indivíduos de um determinado grupo social.

Já para Wagner e Mikesell (2003), que seguem a mesma linha de pensamento de Sauer, a geografia cultural deve estar ligada à Terra, principalmente aqueles produzidos e modificados pelo homem. Consideram a geografia cultural como a junção de cinco temas implícitos: cultura, área cultural, paisagem cultural, história da cultura e ecologia cultural. “A cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos” (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 28), desde as ações de pessoas mais experientes em um grupo, os objetos feitos pelo homem, até a língua e as linguagens.

Seguindo o mesmo sentido exposto pela escola americana de Berkeley de Sauer, que perdurou de 1925 a 1975, Wagner e Mikesell (2003) completam seu pensamento expondo que o geógrafo cultural não tem como preocupação as explicações do funcionamento interno da cultura, como o comportamento humano individual ou em grupo, mas tem como objetivo a explicação das modificações que estes realizam na superfície da terra, verificando a potencialidade e condições técnicas das comunidades em modificar seus *habitats*, inclusive sobre os impactos ambientais oriundos dessas ações.

Inúmeras críticas foram construídas sobre os geógrafos sauerianos. Uma das principais indagações foram apontadas no sentido de haver uma homogeneidade cultural, uma falta de críticas aos assuntos relacionados ao comportamento humano, atitudes, crenças, entre outros. De acordo com Duncan (2003, p. 89), a separação do indivíduo da cultura é um erro ontológico, assim como os adeptos da teoria supraorgânica. Quando a cultura é definida como uma entidade supraorgânica ela não é “[...] apenas inconveniente como uma variável explanatória, mas também se torna um obstáculo para a explicação por ocultar diversas relações sociais, econômicas e políticas problemáticas.”

Também com uma visão crítica à geografia cultural de Sauer, mas com uma proposta materialista dialética, Cosgrove (2003, p. 103) analisa a geografia cultural com o objetivo de “[...] apreender e compreender essa dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço”, baseando-se na apropriação simbólica do mundo a partir da produção de seus estilos de vida, criando paisagens e lugares específicos no espaço.

A geografia atual considera a cultura como uma forma de análise central para compreender o mundo vivido por grupos humanos. Para Cosgrove (2003, p. 104)

> Contudo, mesmo no uso contemporâneo, "cultura" serve para unir os aspectos fundamentais do ser social: (1) *trabalho*, a interação direta dos seres humanos com a natureza na produção (como "agricultura", "viticultura", "silvicultura"); e (2) *consciência*, as idéias, valores, crenças e ordem moral nas quais os seres humanos se tornaram cientes de si mesmos como sujeitos capazes de transcender a grosseira materialidade da natureza (como "cultura primitiva", "cultura de classes", "contracultura"). A cultura é o termo central do humanismo, incapaz de definição clara como um conceito objetivo, mensurável, e compreensível apenas através da prática.

Nesse contexto, diante do materialismo histórico, os homens e mulheres têm o poder de escolher sua própria vida, de criar seu próprio caminho através da construção de seu espaço, exercendo sua territorialidade. A decisão de procurar um lugar novo para almejar melhores e novas condições de vida, ou plantar um determinado produto, e viver em uma certa sociedade, criou no ENP um grupo diversificado etnicamente, mas com objetivos semelhantes de conviver num mesmo espaço buscando seus objetivos.

Já para Claval (2007), todos os fatores geográficos são culturais. A identidade cultural é resultado de processos históricos de formação e construção do espaço, e por esse motivo, pode ser transformada e modificada em algum momento por algum agente transformador do espaço, sendo que as configurações culturais não permanecem imutáveis, e a expressão de novas técnicas, políticas e decisões, podem alterar os padrões culturais conhecidos em um lugar, assim como o estudo, novas concepções e relações de vida com novos horizontes e perspectivas.

De acordo com Claval (2007, p. 183), pode-se identificar três elementos essenciais no componente da cultura

> 1) Na medida em que as culturas não são mais que conjuntos de traços autônomos e independentes uns dos outro, a distância é suficiente para explicar os fatos de distribuição: a **difusão** tende a criar tantas áreas e limites quantos forem os centros de inovação. 2) Como as civilizações não utilizam todas os mesmos **códigos**, seus traços culturais específicos param frequentemente sobre as linhas onde mudam as línguas e os sistemas de signos. 3) Como a construção do eu e o vigor dos sentimentos de identidade tornam impossível a adoção de várias atitudes, crenças e hábitos, as culturas podem coabitar nos mesmos lugares, interpenetrarem-se e cruzarem-se sem perder suas **especificidades**.

A análise de Claval (2007) inter-relaciona estudos sobre a gênese e as interpretações culturais na geografia, analisando posteriormente a cultura, a vida social e o domínio do espaço, o meio e a paisagem, e a geo-histórica das culturas, considerando que a cultura é comum a diversas áreas das ciências, e que a geografia tem o papel de demonstrar que a cultura possui um papel de mediação entre os homens e a natureza, como herança

construída por símbolos, dando condições para que os indivíduos ou grupos protejam sua história, através da memória e das construções de identidade local e grupal.

4.1 Modo de vida rural: buscando uma interpretação na relação com o urbano

O território se apresenta como lugar de representações e relações sociais e culturais em um determinado espaço, seja ele contínuo ou descontínuo. O território contínuo, como expressão da produção neste espaço, é símbolo do ENP, pois há poucos grupos que se (des) ou (re) territorializam em outros lugares. Uma das únicas características dessa reterritorialização no ENP é dos moradores do meio urbano, que transportam suas casas e algumas atividades no meio rural, como forma de desvincular-se do meio urbano, ou de aumentar suas reservas de valor, principalmente com atividades como o reflorestamento comercial, ou culturas permanentes, como a seringueira.

A natureza se transforma sem a intervenção do homem, em seu ciclo natural, com diversas redes de interação biótica entre as especies. Com a intervenção humana, o impacto na natureza é uma consequência, pois o simples fato do homem viver e necessitar dos recursos existentes no planeta para sua permanência, mesmo em tempos remotos, traz impactos consideráveis no meio. Com a natural interferência humana, os espaços foram transformados em seus próprios espaços (transformação da natureza em meio rural), ou foram recriados em outros espaços (a urbanização).

Com os impactos oriundos da natureza humana, de seu padrão cultural, a natureza também se torna cultural, já que é neste espaço que o homem demarca suas ações, modificando objetos, criando símbolos, e utilizando suas formas. Na transformação da natureza em espaço rural (onde muitas vezes estes espaços são os mesmos), no qual o homem domestica animais e plantações para seu viver, o rural se torna o espaço da cultura do homem, e suas relações são determinadas por diversos fatores advindos desse próprio rural, ou na contemporaneidade, provindo de áreas urbanas.

O rural é a natureza modificada, assim como o urbano também o é. O rural simboliza a primeira área de vivência do homem, de sua consolidação histórica enquanto ser social e econômico. O urbano é símbolo de uma cultura integrada, típica de uma necessidade humana em viver em conjunto, de se defender. Atualmente, tais defesas devem se basear no próprio homem, já que o maior símbolo de tais mudanças é o próprio, não pela essência humana, mas pelo caminho de forma de produção que a humanidade escolheu, ou que foram impostas a eles, como o capitalismo. Isso não significa que no socialismo, exista uma relação

mais harmoniosa do homem com o espaço transformado, mas que tais relações são diferenciadas e pensadas de forma mais igualitária, mesmo que isso não ocorra sempre.

A interferência do homem na natureza é muito maior quando a transformação ocorrida se expressa no meio urbano, pois o urbano é símbolo de multiculturalismo, de ideias, de transformações, e em contrapartida, cada vez menos de uma natureza, não que este urbano não seja natureza. Já no meio rural, tais interferências ocorrem baseadas na transformação do lugar, porém, não há conglomerações humanas devido ao espaço mais amplo, às necessidades (culturais) de quem vive nesta área, no uso do solo e dos recursos. O impacto também existe em relação à natureza, mas a valoração deste é menor se for relacionado com o meio urbano.

É inevitável que existam diferenças entre o meio rural e urbano na atualidade, mas na construção da paisagem atual, os dois espaços já foram os mesmos, principalmente em tempos onde as primeiras civilizações começaram a se aglomerar, e se isolar da natureza que não havia sido transformada, ou utilizada de maneira não periódica, como para a caça, pesca, o extrativismo, entre outros.

O rural e o urbano começaram a se diferenciar quando o uso dos espaços foi se tornando específico, dividido pelo trabalho e, consequentemente, pela cultura. O rural passa a se caracterizar pelo espaço de trabalhos ligados à terra, aos alimentos, às criações e explorações, enquanto o urbano começa a se formar pelas atividades ligadas ao comercio, pela proximidade das pessoas, e tais aspectos transpareceram a necessidade do homem em criar infraestrutura para viver, transformando cada vez mais a natureza. A própria aglomeração de pessoas traz maiores danos, sejam eles pelo uso dos espaços, ou pelos dejetos oriundos da atividade social.

Com o avanço das técnicas e tecnologias, o uso dos espaços culturais começou a se modificar mais intensamente nos territórios. A necessidade da exportação de produtos primários, fez com que o meio rural passasse a ser utilizado em larga escala, baseado em produção monocultora. A natureza passou a ser mais degradada no campo do que nas cidades em extensão, pois mais produção significaria mais áreas para se plantar, além da necessidade de materia-prima como o ferro, manganês, bauxita, entre outros utilizados em grande quantidade nas cidades. Já nos centros urbanos, a mudança se relaciona com a intensidade da degradação, pois muitas fábrica e empresas processadoras utilizam os recursos da natureza de forma irracional, e joga seus resíduos na própria natureza. Tais culturas são na atualidade, totalmente distintas, pois há espaços dentro desses espaços onde o que foi descrito não ocorre, como áreas deprimidas e típicas de moradores menos desprovidos de recursos.

Quando ocorre uma análise das características do mundo rural e do mundo urbano, estabelece-se uma leitura de um fato rural ou fato urbano, de maneira fragmentada no território, já que a leitura a partir da paisagem oferece parâmetros culturais intra, inter e extraorgânicos de um espaço construído. O mundo rural apresenta características históricas bem particulares e precisas, que foram perdendo suas especificidades principalmente com o avanço da tecnologia e dos aparatos expressos na modernidade, e que de acordo com Capra (1982), vai se esvaziando e se perdendo do tempo, principalmente com a falta de resgate da memória coletiva do meio rural, em detrimento do tempo rápido encontrado no meio urbano, isto é, na maioria dos meios urbanos, já que em alguns lugares o tempo permanece lento em relação ao tempo das cidades, acompanhando o ritmo de vida e característica do rural local, onde o trabalhador tem como relógio o sol, já que seu trabalho se inicia ao nascer e termina ao se pôr, como na maioria das cidades do ENP, como Santa Clara d'Oeste, Rubineia, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa, além de alguns trabalhadores em Santa Fé do Sul.

O debate acerca da relação entre rural e urbano no contexto cultural, enfatizando a cultura rural e o avanço da modernização, tipicamente urbana, no mundo rural é extremamente complexa e abrangente, sendo praticamente impossível analisar todos os aspectos culturais existentes nessa relação, muitas vezes antagônicas, e outras complementares. Considerando a dualidade existente entre cidade e o meio rural, Lima (2005, p. 56) esclarece que

> Inversamente ao que ocorre na cidade, no espaço rural brasileiro o povoamento é mais rarefeito e disperso em relação ao centro municipal. O "rural" supõe uma nova definição: a dispersão de sua população, não havendo presença do poder público no seu espaço, não há também prestação de bens e serviços que estão concentrados na área urbana. Assim, o "rural" encontra-se atrelado à cidade, como problema espacial dependente política, econômica e socialmente.

Como demonstrado anteriormente, as características básicas da relação entre campo e cidade, estão na transformação realizada entre os moradores de cada espaço, capazes de construí-los através de um conjunto de ações em objetos específicos, engendrados numa lógica do capital que, na maioria das vezes, direciona suas atitudes conforme as dificuldades apresentadas.

De acordo com Queiroz (1992), o rural é sinônimo de natureza, e a atividade agrícola é uma modificadora dessa natureza. Considerando a agricultura como prática cultural, existe uma oposição entre natureza e cultura, embora haja uma cultura rural. O rural é definido como um espaço de ausências, da natureza, de uma população reduzida, da baixa

atividade econômica, se comparado com o urbano, mesmo em regiões onde a prática do agronegócio é mais evidente, que não é o caso do ENP.

Encontra-se em Macfarlane (1989) e Thomas (1988) uma explicação para a possível origem do antiurbanismo. Como exemplo, tomou-se a Inglaterra do século XVIII, considerada a mais urbanizada do mundo no período, e se estendeu aos demais espaços do planeta. O antiurbanismo surgiu a partir das condições insalubres originadas a partir da superpopulação concentrada em cidades, tornando ruim a qualidade de vida de seus moradores, dentre elas a qualidade do ar, o barulho intenso, o stress, dentre outros problemas.

Nesse sentido, os moradores das cidades ansiavam pela vida rural, ou por cidades menores, de fácil deslocamento. O ENP não se caracteriza como um desses pontos, mas possui como característica pessoas que se dirigiram para a região em busca de trabalho e de terra, principalmente em seu processo de colonização, em meados do século XX.

O campo representava uma maior proximidade com a natureza, a tranquilidade, as plantas e os animais, sem deixar de lado os recursos das cidades, principalmente referentes à comodidade. Essa busca traz na construção da identidade local, uma maior aproximação com a religiosidade. Para Thomas (1988, p. 297), “Deus fizera o campo, o homem a cidade.” A vida próxima à natureza era tida como uma aproximação divina, longe das impurezas existentes nas cidades, sobretudo o consumismo, o capitalismo, os desejos, dentre outras peculiaridades.

Tais valores estão no imaginário do homem, no poder simbólico (BOURDIEU, 2000) da economia das cidades e na nostalgia do campo, por ser criado de acordo com sua cultura. O que faz as pessoas se aproximarem do campo, é a representação existente nesse espaço, no contexto de uma busca por um convívio com a natureza, e principalmente o prazer de viver bem, contraposto aos bens materiais, e sem a necessidade de se buscar a sobrevivência, pois se aproveitam do contexto tecnológico existente nas cidades. Essa formação de um novo padrão de pessoas se denomina neorural (GIULIANI, 1990), num padrão corroborado por Thomas (1988) e Macfarlane (1987).

Dessa forma, a análise da dicotomia entre rural e urbano é consignada neste trabalho de duas formas: a primeira, analisada no Capítulo II, é marcada pelo uso e construção do espaço engendrada em necessidades de sobrevivência, e fatores externos ao lugar, como políticas públicas de desenvolvimento rural, expressas na paisagem. Neste contexto, tem-se o rural caracterizado como expressão da paisagem e ao uso específico de atividades agrícolas, não-agrícolas, infraestrutura, presença de recursos naturais, em quantidade muito superior à encontrada, em vários casos, no meio urbano. A segunda forma, analisada neste capítulo, se

refere ao meio rural como modo de vida, como expressão cultural de pessoas que vivem e convivem nesse meio, e até mesmo com relação ao avanço tecnológico, que modifica os padrões culturais dos moradores desse espaço, caracterizados, no contexto do Extremo Noroeste Paulista, por pessoas com idade avançada, como já demonstrado.

Muitos moradores das cidades, principalmente as metrópoles ou grandes centros, procuram se deslocar para o campo em busca de uma maior ligação com a natureza, e principalmente para fugirem dos problemas e dificuldades encontradas nas cidades, como o trânsito, a poluição e a insegurança, morando em condomínios fechados de luxo ou chácaras e fazendas nas proximidades dos centros urbanos, através de uma visão mítica do rural (SILVA, 2000).

Porém, poucos mudam seus costumes e hábitos de vida, usufruindo das ruralidades sem modificar sua maneira de viver. Sua ligação ainda provém da cidade, mas momentos de sua vida e de seu ócio ocorrem no campo, e estes não querem, de forma alguma, que este campo se torne cidade, mas que apenas tenham acesso às comodidades oferecidas pelo meio urbano, como a tecnologia (celular, TV, internet, computador etc), produtos industrializados, equipamentos, entre vários outros, como pode ser observado nas Tabelas 37, 38 e 39.

Tabela 37 – Posse de telefones no estabelecimento rural no ENP

	Fixo		Celular	
Possui telefone?	**Quantidade**	**Percentual (%)**	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Sim	62	89	52	75
Não	8	11	18	25

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 38 – Posse de computador no estabelecimento rural no ENP

Possui computador?	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Sim	27	39
Não	43	61
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 39 – Posse de aparelho de DVD no estabelecimento rural no ENP

Possui aparelho de DVD?	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Sim	41	59
Não	29	41
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

O mesmo ocorre com o morador do campo, que aproveita a cidade para passear, fazer compras e se divertir com a família, além de visitar filhos ou parentes. Estes permanecem com suas características e costumes, mesmo estando nas cidades. Isso reflete que a maioria não se mudaria para a cidade, mesmo sendo esta de pequeno porte, como se observa na Tabela 40, a não ser que surgisse uma boa oportunidade de trabalho, mas os mesmos não a procuram. Em contrapartida, quando questionado a intenção de venda do estabelecimento, muitos foram categóricos em afirmar que não venderiam, mas caso aparecesse uma boa proposta, a avaliariam para vender sua propriedade, como demonstra a Tabela 41.

Tabela 40 – Mudança do rural para o urbano

Sua família se mudaria definitivamente para a cidade?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	13	19
Não	36	51
Só com uma boa oportunidade	21	30
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tabela 41 – Venda do estabelecimento rural

O senhor venderia seu estabelecimento?	Quantidade	Percentual (%)
Dependendo do valor, sim	36	52
Não	31	44
Sim, pois pretendo me mudar para a cidade	3	4
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

O que se expressa é resultado das características do próprio homem em se locomover, em buscar e ansiar novidades, sair de sua pragmática relação com as atividades diárias, e inovar. É claro que tudo isso varia de pessoa para pessoa, e cada qual possui suas vontades e desejos, conforme seu padrão de vida.

Nota-se, portanto, que o rural e o urbano, mesmo diferentes inicialmente na função, forma, estrutura e processo, suas expressões e características são dialeticamente complementares, embora diferentes e específicas, se caracterizando por uma complexidade de relações, anseios e conflitos, expressos por ações locais e globais, mas que transformam as vontades e os valores dos espaços e de seus reprodutores, criando uma relação contínua entre o modo de vida rural e urbano. Diante do exposto, não há como traçar limites claros entre os referidos espaços, já que ambos possuem características ímpares, mas que está entrelaçada por relações e determinantes num contexto de partes componentes de um mesmo todo.

O que fica mais evidente na construção desses dois espaços são as atividades e o modo de vida cultural material e imaterial, criados e recriados conforme as

dificuldades, necessidades e características de cada espaço. Tais características são traçadas através de identidades criadas pelas pessoas nesse meio, pelo vivido, pelo trabalhado, pelo sofrido e amado, sentido no dia-a-dia.

O modo de vida é reflexo das relações estabelecidas no cotidiano durante o decorrer da vida. No rural, tais entrelaçamentos se estabelecem vinculados à terra, com hábitos ligados ao meio natural, com horário e obrigações ligadas ao ciclo natural dos produtos cultivados. Essas características são típicas do meio rural, e expressa em todos os momentos, desde o hábito de horário para se levantar e dormir, quanto para se alimentar e descansar. Essa ligação estabelece e cria o denominado conjunto de características rurais expressas anteriormente, e que no ENP ainda não segue totalmente os padrões do capital que busca sua expansão contínua e estratégica, já que o avanço da cultura canavieira neste momento tende a alterar tal contexto.

Outra característica está vinculada à religiosidade e a família, que marca culturalmente o ENP, pois são nas igrejas construídas nos bairros rurais, que os moradores realizam cultos, casamentos e festas típicas, como a Folia de Reis, mantendo sua tradição. A religiosidade é expressa na condição de busca alternativa às necessidades do cotidiano, levando a fé das pessoas, muitas vezes, ao primeiro patamar de suas vidas, e que tem nas igrejas, sua materialidade, como se observa nas Figuras 10 e 11, e as famílias são expressas nos nomes dos estabelecimentos, como homenagem aos filhos ou sobrenome familiar, como demonstra a Tabela 42.

Figura 10: Igreja localizada no bairro rural da Estiva, no município de Santa Fé do Sul (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Figura 11: Igreja localizada no bairro rural do Bacuri, no município de Santa Fé do Sul (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Tabela 42 – Motivo do nome do estabelecimento

Motivo do nome do estabelecimento	Quantidade	Percentual (%)
Comprou e não modificou o nome	12	17
Nome da família ou filhos	42	60
Objeto que gosta	16	23
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Embora os hábitos do contexto rural sejam típicos, a relação com os espaços urbanos, e o modo de vida ligado ao capital e ao consumismo, transformam aos poucos algumas famílias rurais através do avanço das informações e facilidade de locomoção. Um desses hábitos é o consumo de produtos anteriormente produzidos no campo para subsistência, que ao serem beneficiados, com valor agregado, são vendidos por preços e visuais mais atrativos daqueles produzidos pelas famílias rurais.

Dessa forma, há uma supervaloração da relação entre o preço dos produtos e a relação produção x dia de trabalho para o capital. Esse é um aspecto evidente encontrado no ENP, onde seus moradores se deslocam para os espaços urbanos para adquirirem seus bens de consumo, sejam eles de primeira necessidade ou não, ou comprar materiais para utilização na lavoura, como fertilizantes ou calcário, como se verifica na Tabela 43. O conhecimento desses é levado às pessoas através da televisão, ou de outras pessoas que o apresentam, como os próprios filhos das famílias rurais que se dirigem para as cidades para estudar, e muitas vezes não retornam para sua origem, a não ser a passeio. O motivo da utilização desses recursos é a vontade de aumentar a produtividade de suas lavouras, para obter maior renda.

Tabela 43 – Utilização de insumos no ENP

Utilização de insumos	Quantidade
Fertilizantes	57
Calcário	62
Ração	13
Defensivos vegetais	37
Defensivos animais	57

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Esse hábito está sendo rearranjado na atualidade, devido à prática de atividades não-agrícolas, como a abertura de pesque-pague, ou hotel fazenda, para a prática do turismo rural, e em outro nível, a confecção do artesanato ou a fabricação de doces. Porém, mesmo tendo que se adequar aos hábitos empreendedores e a funções diferentes daquelas tradicionais do meio rural, as características e relações pessoais criadas, permanece, e são também consideradas atrativos para algumas pessoas da cidade.

Nesse sentido, uma consideração que modifica e estabelece uma maior ligação do meio rural com o urbano, ocorre através da tecnologia. É cada vez mais comum, ao se conhecer residências de famílias rurais no ENP observar a utilização da televisão com mensalidade via satélite (13%), internet, aparelhos eletrônicos de última geração, entre vários outros, como se visualiza na Tabela 44.

Tabela 44 – Utilização de TV por assinatura no ENP

Possui TV por assinatura (via satélite?)	Quantidade	Percentual (%)
Sim	9	13
Não	61	87
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Tal aparato traz características da urbanidade no rural, material ou cultural, o que leva alguns especialistas a transcreverem o fim do rural, como Graziano da Silva (1996). Porém, tal direcionamento seria um equívoco total, sendo que as minutas propostas por tais autores supõem que a tecnologia acabaria e transformaria o modo de vida das pessoas. De fato, alguns resquícios do urbano entram no modo de vida rural, mas não transformam totalmente seus hábitos, principalmente nas pessoas mais idosas. Outra oposição ocorre naquela referente ao meio rural como símbolo do atraso e do arcaico, o que também não é verdade, já que a tecnologia pode ser utilizada por todos os setores da sociedade que conseguem adquirir tais bens. O problema, na verdade, possui caráter capitalista, ligado ao trabalho, ao acesso aos bens, e a acumulação de capital e de objetos. O destino da renda dos

moradores do meio rural é distribuído, em sua maioria, para a manutenção da família e a aquisição de bens de consumo. A Tabela 45 indica onde as pessoas mais aplicam sua renda, não significando que seus recursos são aplicados somente nos itens descritos. Tal prática estabelece a ligação e a influência do modo de vida capitalista e urbano de consumo no meio rural, e a ligação com o meio urbano, já que grande parte desses destinos se localizam nas cidades.

Tabela 45 – Destino da renda das famílias no ENP

Destino da Renda	Percentual (%)
Poupança	10
Aquisição de bens de consumo	35
Aquisição de bens de produção	10
Manutenção da família	35
Pagamento de mão-de-obra	10

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Em alguns casos, até mesmo a facilidade de acesso à infraestrutura às populações do campo, são vistos como um processo de urbanização do rural. Porém, todas as pessoas necessitam dessa infraestrutura para a sobrevivência, símbolo do avanço das preocupações sociais e até mesmo cumprimento da Constituição Federal. Tais condições são expressas no mais antigo meio natural que o homem usa para sobreviver, a água. De acordo com a Tabela 46, observa-se que em todos os estabelecimentos averiguados, havia a existência de acesso à água, sendo encanada, de poços ou açudes.

Tabela 46 – Acesso à água nos estabelecimentos do ENP

Possui água encanada?	Quantidade	Percentual (%)
Sim	26	37
Poço artesiano ou semiartesiano	35	50
Açude	9	13
Total	**70**	**100**

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

Mesmo com a presença de água encanada, verifica-se que esta não é prevalente, pois os poços artesianos e semiartesianos, assim como os açudes são maioria na região. Tais poços foram furados a muito tempo, desde que os moradores compraram ou herdaram suas terras, sendo de extrema necessidade para sua sobrevivência.

Nessa prerrogativa, o rural, para se manter como tal, teria que ser fadado ao arcaísmo e ao não acesso às tecnologias e infraestrutura, permanecendo com ligações ao passado, mesmo vivendo das condições existentes no presente, o que seria um equívoco por

parte de grandes pesquisadores da geografia e ciências sociais do Brasil, mas que se mantêm em muitas análises, pautadas no modo de vida. As condições da existência do rural e do urbano ultrapassam, portanto, a aparência e a ligação do presente com o passado, no entanto buscam condições de explicar tais imbricamentos através das relações pessoais no espaço.

Ainda na perspectiva de bens materiais, os produtos das cidades invadem o campo, assim como os bens produzidos no campo ocupam as cidades. Dessa forma, só existe sobrevivência se esta for mútua, numa correlação constante e multisetorial, interligada dialeticamente, com conflitos e contradições, porém, com necessidades e ligações interligadas, de acordo com a divisão territorial do trabalho. Porém, é inegável constatar que o urbano possui um ritmo de vida e de relações mais intensa do que o rural na maioria das regiões, motivado a se condensar num tempo rápido, e se tornando mais evidente no modo de produção capitalista, considerando a concentração populacional e suas atividades, que denota maior consumismo.

Todo esse processo de expansão do urbano acaba incorporando o meio rural, principalmente na dependência econômica e relações bancárias e financeiras, assim como o avanço das tecnologias, mas não o transforma totalmente, não o tornando urbano, apenas modificando. As singularidades de cada espaço impõem condições e modos de vida diferenciados, mesmo relevando o avanço das técnicas no segmento do rural. Para Ianni (1996), o que está acontecendo com o mundo é um processo de urbanização de todos os espaços, de maneira contínua e impossível de ser freada. Diferentemente dessa posição, concorda-se com Carneiro (1998), onde se aplica uma expansão da racionalidade urbana sobre o campo, mas não uma mudança e apropriação total desse espaço, pela expansão do processo de globalização, mas que isso não resultará na dissolução do agrário.

A rápida expansão do urbano acaba atraindo diversas pessoas antes moradoras do meio rural. Essas pessoas, com hábitos singulares do meio rural, buscam adaptação às condições urbanas, desde o trabalho, até mesmo o hábito de vida, e muitas delas fazem questão de se esquecer que um dia já viveram no rural, dadas as dificuldades apresentadas no período em que viveram neste espaço. Não que a vida na cidade é somente feita de facilidades, mas, pelo menos inicialmente, as oportunidades e bens oferecidos no meio urbano são diversamente maiores do que no rural. Esse é o fetichismo da mercadoria e do consumo. Em contrapartida, aqueles que trocaram o rural pelo urbano, fazem questão de, quando conseguem se estabilizar economicamente, adquirir novamente um estabelecimento no meio rural, agora como algo prazeroso ou como complemento de renda aos serviços realizados no meio urbano. “Seria, portanto, mais adequado falarmos em um processo de

reestruturação dos sistemas sociais a partir da incorporação de novos elementos econômicos, culturais e sociais que engendram relações mais ou menos conflituosas e ambíguas." (MOREIRA, 2005, p. 10).

Esse avanço do urbano acaba incorporando áreas rurais, e faz com que os limites do urbano cresçam, e trazem para si o avanço das periferias e de áreas rurais em suas adjacências. Mas isso não significa que as cidades crescerão inconsequentemente, mesmo porque as taxas de crescimento vegetativo se apresentam mais estabilizados, e a função básica do meio rural nunca desaparecerá totalmente, em consequência da segurança alimentar.

A existência de ruralidades no interior das cidades é fruto de seu próprio crescimento, transcrevendo as condições existentes no próprio meio rural, por pessoas provindas desse espaço. Porém, o rural não se encontra apenas na paisagem, mas nas relações cotidianas de produção, funções e hábitos de vida. Mas muitas dessas pessoas continuam a produzir uma agropecuária no meio urbano, pela própria subsistência, e pelas dificuldades de conseguirem outras formas de trabalho.

A valorização dessas áreas, através da especulação imobiliária, e do avanço das urbanidades, são fatores também de expulsão dessas pessoas de algumas áreas com produção rural, através do aumento de impostos (transição do ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – para o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano).

No sentido dessa abordagem, pode-se identificar no ENP as configurações territoriais que se sobrepõe num mesmo espaço, cujas fronteiras móveis se cruzam e se relacionam de acordo com a dinâmica dos diferentes agentes transformadores desse espaço decorrente entre o rural e o urbano. Dessa forma, as pessoas expressam e vivem um determinado território, mesmo estando fora de seu espaço, como é o caso da utilização e demonstrações de padrões culturais de pessoas oriundas e com identidade rural no meio urbano, e vice-versa, como a agricultura urbana ou a complementação de renda nos espaços rurais, típicos do ENP.

4.2. A influência da modernidade na identidade rural no ENP

As novas ruralidades são consideradas expressões de mudanças constantes de identidades sociais no mundo rural, caracterizada por seu meio de vida e suas relações históricas e atuais. As ruralidades possuem identidades múltiplas, mesmo considerando no ENP uma manutenção de características provenientes de uma construção histórica típica desse espaço. Tais mudanças são decorrentes do avanço tecnológico inerente à sociedade, que se

atribui como padrão de vida entre as pessoas, mesmo considerando que tal acesso seja precário e lento.

Há uma redefinição do rural, com seu conteúdo heurístico específico, suas características, ao mesmo tempo em que há uma redefinição do próprio conceito de rural, uma vez que este apresenta novas funções e espaços, relações e diferenciações, definidas e apresentadas no Brasil em áreas distantes dos grandes centros urbanos que, territorialmente falando, são infinitamente menores do que as áreas rurais apresentadas como realidade e tendência, até mesmo em regiões onde há o predomínio da monocultura para exportação ou consumo interno, como a cana-de-açúcar, que ganha novas especificidades.

De acordo com Moreira (2005), esse processo de ligação entre o rural e o urbano através da relação entre globalismos e localismos, expressos pela tecnologia, colocam em tensão as identidades rurais, transformando-as em múltiplas identidades, configuradas em identidades rurais da pós-modernidade.

Desta forma, não se pode mais aceitar em caracterizar uma identidade ou forma urbana sem também considerar possibilidades de construções de identidades e formas rurais simultâneas e dependentes, já que o modo de vida contemporâneo possui, em escalas distintas, ligações entre os dois espaços contínuos. Podem-se observar esses fatos no ENP, considerando diversos moradores do meio rural que possuem renda no meio urbano, e vice-versa.

Nesse sentido, de acordo com Carneiro (2005), os indivíduos são capazes de expressar seus padrões culturais e sua forma de viver mesmo estando fora de seu espaço de vivência, recriando novos territórios tanto no rural quanto no urbano.

Esses fatores trazem modificações expressivas da pós-modernidade nas sociedades atuais, já que o uso e o acesso às técnicas e tecnologias, são mais evidentes na atualidade, mesmo considerando que tais acessos tenham muitas vezes dificuldades de serem adquiridas pelos moradores mais desprovidos do meio rural.

Mesmo considerando o acesso a esse novo padrão que decorre em grande parte do território brasileiro, descrito por Moreira (2005) como a emergência de um novo rural pós-moderno, salienta-se que em vastas áreas do território nacional, como no ENP, a permanência do tempo lento, das tradições culturais passadas e da permanência de padrões herdados desse espaço se mantém em detrimento de sua nova perspectiva de crescimento e ligação com o capital, por aqueles que vivem no campo.

Porém, o local sofre interferência com o global, principalmente considerando os fatores exógenos, como as políticas macroeconômicas e setoriais, impostas a

toda sociedade, além da possibilidade de acesso às novas tecnologias, que em grande parte, possuem um valor no mercado em decadência constante. No ENP, a permanência de padrões culturais e de valores ainda é visível, até o momento em que a memória expressa nessas famílias e sociedade, seja virtuosa o bastante para não serem esquecidas no tempo e espaço.

Para Moreira (2005, p. 18), "[...] cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionadas que se dão em redes materiais e afetivas, de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais e internacionais, em suma, locais e globais." A possibilidade da existência de uma identidade rural permanente, como a existente no ENP, mas que se encaminha gradativamente em um tempo lento ao esquecimento, exceto se houver um resgate permanente de tal identidade, só é possível de ser analisada se for comparada e pensada a partir de outras identidades, sejam elas rurais mais interligadas ao capital, ou àquelas denominadas como não-rurais.

Desse modo, o pensar rural no Brasil significa também refletir um processo histórico de dificuldades e anseios vividos no campo, incorporando processos ainda em construção ou a serem construídos, como a reforma agrária, a construção da cidadania, da democracia, do bem-estar e de demais questões que envolvem o rural brasileiro, que se encontra em grande parte engendrado em padrões oligárquicos e políticos dominantes.

O rural brasileiro, embora tenha traços de modernidade e perspectivas de crescimento econômico, está interligado diretamente com o grande capital, e principalmente com as *plantations*, com o intuito de elevar positivamente a balança comercial brasileira, assim como o PIB do país. Porém, essa realidade não é parte constante do rural brasileiro, já que o processo de modernização do campo ocorreu de maneira incompleta, sem uma reforma agrária digna e coesa, sem políticas efetivas aos seus moradores mais desapropriados e sem distribuição de renda.

Dessa forma, o rural tradicional nunca desaparecerá, mas apenas se transformará em algumas instâncias, como a influência de políticas externas (exógenas) e a consequente mudança de mentalidade e cultural, hábito de consumo e costumes de seus moradores. "Este rural é ao mesmo tempo urbano e global" (MOREIRA, 2005, p. 32), mas no contexto do ENP, não se perderá as raízes rurais e de identidades, pois o capital e o tempo rápido penetraram lentamente no contexto regional, pelo menos até o momento.

De acordo com Santos (2002), as identidades locais ganham nova força e perspectiva, paradoxalmente sobre a perspectiva de um mundo globalizado e tendenciosamente homogêneo. Mas essas identidades rompem em grande parte com o passado, e se formam novas experiências, fazendo surgir novos localismos, em um mesmo

espaço do já foi um lugar de relações arcaicas para a atualidade. Mas tais relações não se rompem drasticamente nesses novos lugares, e o ENP matem traços do passado em um presente repleto de relações internas e externas.

Numa perspectiva de discursos sobre sustentabilidade vivenciada na atualidade no Brasil, há uma tendência de se ver o meio rural não apenas como sinônimo de produtividade e relação com o meio urbano industrial nesse contexto apresentado, mas deixa transparecer um enfoque pautado nas questões ambientais, já que o uso do solo e as áreas degradadas estão na pauta de intrusões dos municípios, criando meios de mitigar tais impactos negativos ocorridos no ambiente desde o processo de colonização. Esse é um ponto chave no ENP e no Brasil, tendo em vista que a utilização dos recursos ocorre de maneira insustentável, principalmente nos poucos grandes estabelecimentos rurais e produção, sem deixar de lado a somatória de ações de desmatamento de regiões ocupadas por pequenos estabelecimentos rurais, como é o caso do ENP.

Com relação aos traços representados pelo modo de vida das pessoas em suas residências, como disposto na Tabela 47, observam-se diversas casas de pequeno porte, demonstrando as parcas condições financeiras, ou até mesmo a desnecessidade em aumentar suas residências, pois os filhos e netos apenas visitam suas casas, e não mais a tratam como residência oficial, em sua maioria.

Tabela 47 – Quantidade de cômodos nos estabelecimentos rurais do ENP

Número de cômodos na casa	Quantidade	Percentual (%)
somente 1	0	0
de 2 a 5	54	77
de 6 a 9	15	22
10 ou mais	1	1

Fonte: ROSAS, 2009. Pesquisa de campo no ENP.

A característica das residências do meio rural são expressões da cultura material recriada por seus moradores. Tais locais garantem a sobrevivência das famílias, mesmo considerando que muitas dessas residências não possuam o conforto encontrado no meio urbano, normalmente. Mas o conforto é muitas vezes sinônimo de consumismo, e o que é considerado confortável para os moradores do meio urbano, muitas vezes é sinônimo de desperdício para as famílias do meio rural. A maioria das residências possuem entre 2 e 5 cômodos, demonstrando as dificuldades econômicas, e a característica em permanecer acomodado de acordo com suas necessidades, pois não vêem em suas vidas tais necessidades de crescimento.

Mas uma relação é correta, analisado ao se conhecer tais residências. A falta de forro pode atrair diversos animais, como morcego e baratas. Já em outras residências, o teto é feito de “telhão”, que esquenta muito, principalmente considerando que o clima tropical continental do ENP aumenta tal sensação térmica. Mas as pessoas se dizem satisfeitas com o que possuem, e tal fator não representa um incômodo ou falta de satisfação com o seu lar, já que durante o dia elas trabalham na roça ou na cidade, e as mulheres permanecem nas áreas das casas, fazendo doces e cuidando dos afazeres domésticos. Tais considerações podem ser demonstradas nas Figuras 12, 13, 14, 15 e 16. Nas duas primeiras, observam-se casas de telhão, e nas três últimas, casas sem forro, propício à entrada de animais. Nota-se que em todas as casas há antena parabólica, demonstrando a necessidade de estar em “conexão com o mundo”.

Figura 12: Residência rural localizada no município de Santa Clara d’Oeste (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Figura 13: Residência rural localizada no município de Santana da Ponte Pensa (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Figura 14: Residência rural localizada no município de Santa Fé do Sul (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Figura 15: Residência rural localizada no município de Santa Rita d'Oeste (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Figura 16: Residência rural localizada no município de Rubineia (SP) - 2008.
Fonte: Rosas (2008).

Verifica-se que na leitura da paisagem, embora represente algumas casas aparentemente pequenas e sem acabamento, mas organizadas, são os lares de diversas famílias que estão satisfeitas com suas moradas, e mesmo com a falta de forro e algumas vezes com condições mais difíceis de viver, se comparadas àquelas representadas no meio urbano, principalmente em bairros periféricos ou favelas, e tais pessoas são mais satisfeitas e realizadas do que muito moradores do meio urbano, pois a tranqüilidade e o costume, aliado às características culturais, expressam o simbolismo do rural no ENP.

4.3. Fatores endógenos e exógenos às transformações no meio rural

Quando se compara dois espaços contínuos, de influência mútua, deve-se levar em consideração que essa relação só pode ser considerada caso se analise fatores endógenos (formação cultural, memória, família etc), juntamente interligados com fatores exógenos (políticas rurais, clima, comercialização, preço do produto, solo, investimentos, entre outros).

Essa perspectiva analítica é apontada e proposta por Marsden (1990). Este autor analisa tais transformações da relação rural-urbano na Inglaterra e realiza críticas em relação às interpretações sobre a pluriatividade e o desenvolvimento rural pontual. Vale ressaltar que a realidade inglesa é diferenciada em relação à brasileira e até mesmo ao restante da Europa, principalmente da porção sul deste continente, conforme visto anteriormente, essencialmente no tocante às condições sociais e econômicas.

Duas principais críticas são realizadas por Marsden, Whatmore e Munton (1987) sobre a incidência das perspectivas de Chayanov e Lênin no contexto da perspectiva do rural e do urbano. A primeira, ao realizar uma análise da pluriatividade no interior da família rural, contextualiza esta como uma categoria de análise separada de uma instância que recebe influências macro econômicas e sociais. Já na abordagem baseada em Lênin, as famílias rurais camponesas são um “obstáculo” no cerne do modo de produção capitalista, e estão fadadas ao desaparecimento, já que não haveria mais espaço para a reprodução e sobrevivência num espaço cercado pelo capital e especulação fundiária. Percebe-se, porém, que tal apontamento, na atualidade, não é regra.

Outra crítica arrolada pelos autores está relacionada ao dualismo na análise sobre a modernização e o subdesenvolvimento rural. De um lado, se encontram os Complexos Agroindustriais fundamentados por uma produção em larga escala, pautadas na monocultura

voltada à exportação, com uma base técnica moderna, integrado ao capital que alicerça a formação desse campo.

Num outro patamar estão os produtores que não estão integrados ao capital, não conseguindo amplitude suficiente de mercado, além daqueles que estão submissos ao direcionamento da empresa capitalista, presos à comercialização e dependência com a indústria. Esta contraposição de ideias é generalizada e não contribui para uma análise dos problemas locais, considerando apenas aspectos de caráter macro.

Com base em discussões sobre as recentes transformações ocorridas no continente europeu, Marsden, Whatmore e Munton (1987) propõem uma abordagem analítica que contemple as determinações internas da reprodução familiar, como resultante de fatores externos à família rural, no contexto do modo de produção capitalista, expressa num desenvolvimento desigual e combinado. Dessa forma, tal processo passa a ser analisado dentro da lógica da família rural, expressa nas decisões e dificuldades enfrentadas para sua reprodução. Para Smith (1988, p. 150), "[...] o desenvolvimento desigual, já se afirmou, é uma lei universal da história humana ou, de uma forma mais abstrata ainda, é a essência da contradição". Nesse sentido,

> A divisão mais profunda do trabalho, entre a agricultura e a indústria, é igualmente um fenômeno espacial. [...] não existe nada na natureza que estimule uma divisão entre agricultura e indústria, mas desde que esta divisão social apareça a diferenciação inerente à natureza determina quais atividades ocorrerão e onde ocorrerão. O mesmo princípio se aplica não tanto para a divisão geral entre agricultura e indústria, mas também para a subdivisão interna desses setores principais. A localização de diferentes setores agrícolas ocorre em relação a diferentes condições naturais e o mesmo é verdadeiro com relação a diferentes setores industriais, que são influenciados mais pela diferenciação localizacional na disponibilidade de matérias-primas e componentes acessórios. (SMITH, 1988, p. 151)

Porém, para se alcançar tal procedimento, com base na tese sobre o desenvolvimento desigual de Smith (1988), é construído por Marsden, Whatmore e Munton (1987) um plano pautado em escalas de análises sobre o rural, tentando unir aspectos de ordem interna e externa à família rural, além de uma interação entre essas ordens. As escalas são apontadas por Marsden, Whatmore e Munton (1987) apud Cardoso (1998):

1) divisão regional do trabalho e capital;

2) desigual divisão setorial do trabalho e capital;

3) desenvolvimento desigual da organização interna das unidades de produção;

4) diferente divisão do trabalho entre capitais agrícolas e outros capitais da cadeia alimentar.

Porém, a escala que mais expressa o processo de penetração desigual do capital é a divisão local e regional do trabalho, representada pela primeira escala, pois a expressão da conjuntura ocorre em um lugar específico, sendo apregoada na dinâmica local e regional, revelando dimensões provenientes de aspectos gerais, e que por sua vez redirecionam decisões a serem tomadas no local e no interior das famílias rurais.

Fica claro que a aproximação e relação entre rural e urbano são mais evidentes em âmbito local e no máximo regional. Brose (2001) indica que, baseados num "enfoque horizontal", uma região possui uma cidade pólo que serve como prestadora de serviços às demais cidades circunvizinhas, concentrando também o fluxo de informações, produtos e recursos, e os municípios que se encontram ao entorno, possuem uma malha econômica mais frágil, e se tratando de pequenos municípios, a produção se encontra centrada no meio rural. No caso do Extremo Noroeste Paulista, a cidade que possui melhor infraestrutura é Santa Fé do Sul, que concentra os aspectos econômicos e técnicos da região, com mais prestadores de serviços e infraestrutura.

Já num "contexto vertical", encontra-se aparentemente o mesmo modelo analisado horizontalmente, ou seja, tem-se um pequeno aglomerado urbano, que serve como prestador de serviços ao meio rural, concentrando a infraestrutura e os fluxos de informações, recursos e produtos em nível municipal.

Baseados nessa argumentação, Ferreira (2005, p. 15) observa alguns pontos de aproximação entre o rural e o urbano

> [...] através do comércio, quando os produtores dirigem-se para a cidade com o objetivo de fazer compras e vender seus produtos; quando os filhos dos produtores rurais dirigem-se para a cidade com o objetivo de trabalhar, estudar, de se divertir; através da busca de assistência e serviços, quando a família agrícola ou pluriativa, como é o caso de muitas delas, vem à cidade em busca de assistência médica e hospitalar, educação, assistência técnica etc. Por outro lado, o citadino [...] busca no campo, principalmente, diversão através da freqüência em chácaras, pesque-pagues, hotéis-fazenda, restaurantes, festas religiosas, etc.

As relações entre os moradores do meio rural para com o meio urbano, e vice-versa, demonstram em nível local e regional, uma sincronia dialética entre os diferentes grupos. Por outro lado, o processo de urbanização transcende a cidade e tende a substituir ou mesclar, em diversos níveis, o campo, compostos num plano de consumo de símbolos, imagens, e o modo de vida da cidade, com padrões urbanos (FERNANDES, 2001).

Acrescentado valores às linhas apresentadas, Marsden, Whatmore e Munton (1987) evidenciam ainda a escala temporal, demonstrando o tempo do capital em lugares diferentes, ratificando que elementos de caráter macro transformam diversas atividades em nível local, principalmente em setores rurais distintos. Embora no Extremo Noroeste Paulista existam relações capitalistas entre o campo e a cidade, o tempo dessas relações são diferenciados, mais lentos em relação aos grandes centros produtores, pois a característica produtiva neste espaço ocorre baseado em pequenos estabelecimentos rurais familiares, desligados do setor produtivo do capital.

Ainda de acordo com Marsden, Whatmore e Munton (1987), o tempo se constitui elemento importante, mas distinto nas escalas. Diferentemente do tempo do capital, o tempo do Estado e o tempo da família são representações decisivas para a análise do desenvolvimento territorial. A intervenção do Estado modifica decisivamente e agrava o desenvolvimento desigual na agricultura, tanto em escala produtiva quanto em escala regional e local, principalmente nos países europeus, já que a interferência do Estado em países como o Brasil se dá por ordem inversa, ou seja, pela falta de apoio e intervenção, ou aquela direcionada para um segmento específico, dada a especificidade da modernização conservadora.

Já o tempo da família, organiza as relações internas à família rural, e são expressos no tempo geral, cujo significado está nas decisões e planejamentos da família, de acordo com as condições impostas pelo capital externo e pelas políticas estatais, levando em consideração também os aspectos ligados à cultura de tais famílias. A organização da produção também depende do contexto externo, e a decisão da produção está intimamente ligada aos fatores oriundos do comercio, preços e condições de produção.

Outro elemento fundamental que organiza o tempo da família é o tempo dos negócios, que faz com que a família esteja permanentemente buscando uma adaptação em relação às condicionantes externas, haja vista a constante tentativa do capital industrial e financeiro de penetração no meio rural, ou até mesmo buscar novas formas de produção. Por fim, o tempo do trabalho é parte do tempo da família, pois expressa a necessidade e as dificuldades em buscar seu sustento na produção agrícola e em sua permanência no campo. (MARSDEN, 1990).

Ao compreender a divisão do trabalho e do capital, sustentada pela integração dos setores temporais mencionados, o autor indica que o ponto de conjunção das intervenções estatal e do capital no meio rural, ocorre a partir da unidade familiar, ou seja, é a partir da família rural, ao buscar sua reprodução, que pode se analisar o contexto mais amplo

das forças externas à ela, pois a expressão do todo ocorre numa escala local. É necessário estabelecer uma complexa relação entre a lógica de funcionamento e organização da família rural, imbricada às relações provenientes de forças externas, da organização do espaço.

Numa leitura realizada por Cardoso (1998, p. 56) sobre as concepções de Marsden, considera que

> As relações com o capital externo – crescente dependência tecnológica, financeira e da relação com o mercado – impactam diretamente sobre a produção e a organização interna do negócio rural. As relações internas de produção – relações com o capital, o direito sobre a terra, o controle operacional do negócio e de trabalho – expressariam a própria racionalidade da unidade de produção familiar. (grifo do autor)

É nesse sentido que Marsden (1990) avança sua análise para uma proposta de sobreposição às abordagens dualistas de desenvolvimento capitalista no campo, enfatizando as relações internas das famílias rurais e sua inter-relação com os mercados, dando ênfase aos elementos expressos numa abordagem integrada no sentido cultural e materialista, considerando que muitas famílias analisadas em sua interpretação, integram o mercado através de produtos não-agrícolas, demonstrando a adaptação às condições impostas pelo meio.

Esta insistência é retomada novamente em Marsden (1990), numa perspectiva semelhante à de Lefebvre (1999b) e Figueroa (1997), no qual as transformações que ocorrem nas áreas rurais possuem como ponto de partida a análise da família rural, considerando as correlações existentes entre esta e o mercado, e que vem se tornando cada vez mais impessoal, devido a escala de interações e interesses de ambos os lados, característicos de um modo de produção capitalista. Essas transformações estabelecidas modificam e são modificadas, primeiramente, pelas famílias rurais, que são a expressão das mudanças existentes no rural, produto e produção de tais mudanças.

As políticas agrícolas e os mercados que envolvem as famílias rurais, trouxeram desestabilização e dificuldades na produção e comercialização de seus produtos. A reorganização e adaptação ao meio, transformando a realidade dos indivíduos componentes das famílias, acabaram por redefinir seus valores e suas atividades para a continuação e a sobrevivência do homem no meio rural, aparecendo a pluriatividade.

Com base nas relações estabelecidas entre as famílias rurais e o mercado, Marsden (1992) lança a proposta de que o eixo de suas discussões, tomando como fundamento o processo de reprodução das famílias rurais, interna e externamente, toma

sentido apenas no processo de "commoditização", cuja lógica está expressa no modelo denominado "treadmill"[25].

Esta análise toma corpo no contexto de uma reorganização do modo de produção capitalista no campo, pois traz novas funções baseadas nas *commodities*, abrindo um mercado até então pouco conhecido e praticado nesta área. Mesmo considerando que este processo é extremamente contraditório e segrega grande parte dos trabalhadores que buscam a sobrevivência no campo, é inegável tal aspecto, levando em consideração a crescente importância do capital intelectual no processo de globalização vigente, que transforma técnicas produtivas, na maioria das vezes, em favor do capital.

Na Europa, campo de análise de Marsden (1992), a "commoditização" acelera o movimento de capitais no campo, transformando novos valores, e oferecendo novas oportunidades a diversos segmentos produtivos antes excluídos do mercado, pois gera novas possibilidades de comercio. Porém, as famílias que se inserem neste contexto, se tornam dependentes do capital, interligadas diretamente aos interesses do mesmo. Esta é, muitas vezes, a única forma de permanência no campo, já que o não cumprimento dessa premissa leva o produtor a se expropriar de seu meio.

Dessa forma, expressos ainda na leitura de Lefebvre (1999b) e Figueroa (1997), o processo de "commoditização" transforma e reformula as características das famílias rurais, tanto em seus aspectos internos de gestão de finanças, estrutura, responsabilidades, habilidades, como nas relações externas, como níveis de endividamento, gestão de negócios, relações interpessoais, comerciais, entre outros.

A reestruturação familiar (interna) passa no entendimento de Marsden (1992), pelos condicionantes externos, que acabam direcionando as decisões familiares de todos os níveis apresentados, até mesmo de sua permanência na atividade e no meio rural. As condições externas às famílias rurais podem servir como um estímulo ou desestímulo à continuidade da produção, pois as dificuldades na produção, comercialização e no preço de venda acabam muitas vezes, num imediatismo, por não querer mais dar continuidade à produção agrícola e até mesmo as não-agrícolas.

A leitura deste autor está engendrada no contexto da crise do modelo fordista de produção na Europa, levando a uma fase onde houve um retrocesso nas políticas produtivistas da agricultura, oferecendo espaço para a emergência de novas formas de

[25] Modelo que possui como tendência a concentração de capitais nos negócios agrícolas e em todas as fases da cadeia alimentar. Isto leva a uma maior inserção do capital nas atividades agrícolas, fazendo com que os produtores individuais tenham a necessidade da acumulação de capitais para assegurar sua reprodução.

exploração. Para que a família rural consiga sua permanência e sua sobrevivência, é necessário que haja uma flexibilização no trabalho, juntamente com uma vocação empresarial. Mesmo quando não há tal vocação, existem possibilidades de auxílio de diversos órgãos que oferecem base para a formação e a abertura de uma empresa, ou pelo menos, a perspicácia de uma administração dos negócios familiares. Além desse aspecto, é necessário o acesso ao crédito, pois a dificuldade na produção de atividades no espaço rural, somente será ultrapassada através da junção desse caráter empreendedor e do acesso ao crédito.

De acordo com Marsden (1992), a pluriatividade é um produto final da interação entre as relações externas, tanto em âmbito local e regional, como as influências mais abrangentes e o universo familiar, que depende das variações impostas pelo contexto para tomar suas decisões coerentemente.

Ainda para Marsden (1990) um dos aspectos relevantes a ser considerado na influência externa às famílias, é a reestruturação do sistema agroalimentar e os impactos causados no meio rural. Esta é considerada e inserida num contexto capitalista, de produtos vinculados à exportação, na maioria dos casos.

De acordo com Rainelli (1996), a reestruturação do sistema agroalimentar possui como diretriz a diversificação de ofertas produtivas e/ou agregação de valores a produtos existentes, destinados a um mercado cada vez mais variado e amplo, angariando inovações organizacionais e de capitais no sistema agroindustrial, buscando vantagens competitivas através das inovações tecnológicas. Toda essa reestruturação traz diversos impactos sobre o rural, com a possibilidade de oferecer empregos em CAIs, fortalecer o mercado de um determinado produto, ou por outro lado, expropriar e dificultar a comercialização de produtores marginais, podendo levá-los, consequentemente, à expropriação e ao êxodo rural.

É nesse sentido que ocorrem inovações organizacionais empresariais para alcançar vantagens competitivas e busca de novos mercados, mesmo considerando que o viés desse direcionamento, ocorre com o setor produtivo ligado diretamente às famílias rurais, desprovidas de suficientes recursos financeiros para ampliar seus conhecimentos e, posteriormente, realizar investimentos econômicos na tentativa de consolidar um empreendimento no meio rural.

O contexto atual tem marcado a criação de novos valores de uso, que agregando valores, surgem como novos valores de troca (MARSDEN, 1990). Porém, cabe ressaltar que o autor apenas indica a ocorrência de tais transformações, já que o valor mais importante atualmente são as ideias, o pensamento, pautado em equipamentos capazes de

colocar esse conhecimento em prática, o que Santos (1999) denominou de meio técnico-científico-informacional, e que gerenciados da maneira como se encontra atualmente, é um grande vetor de desenvolvimento econômico e em contrapartida de desigualdade social, acentuando o acesso e o conhecimento a esses novos produtos e ao próprio conhecimento.

Portanto, de acordo com Marsden (1990), essa necessidade de busca por novos produtos rurais, está ligada diretamente a uma reestruturação do sistema agroalimentar. A pluriatividade nasce da relação direta entre o que é imposto pelo meio e suas implicações com o interior das famílias rurais, pois aquelas que não conseguem se inserir num contexto envolvido pelo capital busca fontes alternativas de recursos para novas relações com o mercado e até mesmo de sobrevivência, integrando o produto a ser comercializado, com a aceitação deste pelos clientes, buscando sempre condições mais propícias de produção (GEORGE, 1971). Toda essa relação está inserida num contexto no qual o capital se aglomera cada vez mais no campo, nas mãos de poucos produtores.

A análise da pluriatividade da família rural está baseada, portanto, numa interpretação e correlação com contexto externo, considerando os aspectos econômicos gerais e aqueles relacionados ao local e região, influenciando e interagindo com as decisões das famílias rurais. Apesar de considerar as mudanças em nível macro e micro econômico, a economia local e regional é aquela que melhor expressa as transformações que ocorrem nas famílias rurais, pela realidade estar próxima dos agentes sociais.

O principal ponto de observação desse contexto são os impactos causados por essas mudanças no interior das famílias rurais, que na maioria das vezes, são frágeis economicamente e com parcos recursos financeiros e educacionais, dificultando na tentativa de se aventurar em novas atividades econômicas.

Há uma tendência do capital de se inserir no campo e buscar, através das agroindústrias, novas fontes de valorização de produtos com o mercado, agregando valor aos produtos de grande demanda e transformando-os, através de pesquisas, em produtos ricos em determinadas substâncias, sem colesterol e gordura, como também os produzidos de forma orgânica, para atender o mercado consumidor que se encontra cada vez mais exigente.

Porém, essa tendência à agroindustrialização e inserção de novas tecnologias no processo de produção, expropria diversos segmentos produtivos. No Extremo Noroeste Paulista, esta tendência ainda não é observada, porém, em decorrência do avanço da produção de cana-de-açúcar, a região poderá estar fadada a simplesmente grandes lavouras, produção tecnificada e trabalho temporário.

A facilidade do arrendamento de terras para o capital, em detrimento à produção e utilização dessas pela própria família, é uma prática cada vez mais comum no Brasil, principalmente em decorrência da cultura canavieira. Mas vale resgatar que, com a emergência de um novo padrão de consumo, há uma abertura de espaço para produtos orgânicos, e diversos outros provindos da produção familiar, refletindo um novo nicho de mercado que se expande em plena consolidação do capital no campo.

Isso fica mais claro quando se toma como exemplo o caso brasileiro, onde a alimentação básica das pessoas em geral é proveniente das famílias rurais, e que os CAIs são responsáveis para acentuar a balança comercial de produtos exportáveis, e não para a segurança alimentar interna. É necessário, portanto, incentivar esse tipo de produção em detrimento à atividade sucroalcooleira, que é a atividade que mais avança em direção ao Extremo Noroeste Paulista, já com algumas áreas tomadas pela monocultura.

A inserção das famílias rurais nesses novos padrões de consumo baseado em atividades empreendedoras familiares, não é tão simples. Para conseguir tal feito, a família rural deve ter uma perspectiva empreendedora aguçada e a percepção dessa oportunidade, organizando e flexibilizando seu trabalho, além de uma localização geográfica privilegiada, interagindo com boas condições de comercialização e mercado, bem como apoio externo condigno, que é o acesso ao crédito e a profissionais capacitados para auxílio na implantação dos novos negócios.

Diante de tais pressupostos, nota-se a dificuldade de inserção das famílias rurais nesse novo contexto emergente, principalmente em países da América Latina (PEREZ CORREA, 2004). “El proceso de urbanización y concentración de la población, en grandes ciudades, en América Latina ha sido rápido, con poca planificación, y ha gerado muchas consecuencias negativas tanto para el mundo rural como para el urbano.” (PEREZ CORREA, 2004, p. 51).

O mercado local e regional possui grande importância neste contexto de inserção das famílias rurais nas novas atividades relacionadas ao meio rural, pois a economia gerada e oferecida nesta área acaba traçando diretrizes que condicionam a produção dessas famílias. De acordo com Smith (1988), essa relação é expressão tênue de um desenvolvimento desigual apregoado pelo modo de produção capitalista, no qual a proximidade com maiores centros urbanos pode fortalecer a comercialização dos produtos, das famílias expropriadas pelo capital especulativo e depredador que se estende no âmago das sociedades pós-modernas.

Na verdade, essas transformações são ocasionadas pela mudança de gostos e valores da sociedade de consumo urbano, que podem ter sido ocorridas por diversos motivos,

que acaba ditando as diretrizes produtivas nas áreas de produção rural. Nesta perspectiva, surge um novo papel para o meio rural, que não fica preso somente à agricultura, mas para atividades que muitas vezes estão relacionadas à agricultura, como fabricação de doces, a preservação da natureza (muito difundido atualmente), inseridas num contexto onde o turismo ganha evidência para as necessidades do citadino, oriundas do atual cenário proveniente de um meio técnico-científico-informacional identificado por Santos (1999) e citado por George (1971).

A pluriatividade como foco de análise de transformação e adaptação das famílias rurais às condições impostas pelo meio é, para Carneiro (2003), um foco equivocado para se aproximar da realidade, pois é necessário considerar as condições de reprodução das famílias rurais e dos grupos sociais que recorrem à pluriatividade, já que para Marsden (1990), essa análise não é realizada. A pluriatividade, para o autor, é um resultado das transformações, e não um fenômeno que leva às transformações. Mesmo assim, destaca-se a relevância de tal perspectiva quando se consideram em diversas escalas e em lugares diferenciados, as condições das famílias rurais, agregando argumentos à análise proposta por Marsden (1992).

Dessa forma, a escala das mudanças só pode ocorrer quando se tem uma interação entre o estado das mudanças e o motivo de seus acontecimentos, pois depende do enfoque e do lugar a ser analisado. O fato do ENP ser uma região onde a prosperidade econômica nunca ter sido aparente no meio rural devido às características específicas do processo de colonização, e a não inserção do capital no campo, caracterizou as influências internas e externas às famílias rurais, tornando um território de tempo lento, mas em constante transformações, cujos atores sociais são dimensionados no cenário como construtores do território, mas são vistos, atualmente, como excluídos do processo produtivo, necessitando de apoio externo, e buscando por alternativas à sua atividade produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de finalização desse trabalho não representa o fim das inquietações, necessidades, dúvidas e incertezas que objetivaram sua realização. É evidente que demais propostas e análises permaneceram obscuras no emaranhado de ideias inseridas no contexto do rural e do urbano no Extremo Noroeste Paulista, e que poderão ainda ser analisadas e rediscutidas em momentos posteriores. Porém, constituiu-se como um aprendizado sobre a temática proposta, principalmente da relação entre o rural e o urbano no Brasil, que se vê extremamente próspero à luz do dinamismo e das relações entre os dois espaços analisados e suas relações.

Neste momento, será apresentada uma síntese dos principais resultados que se pretendeu alcançar nesse trabalho. Porém, ressalta-se que não é pretensão a finalização do tema, onde a incorporação de diferentes empreendimentos transforma cotidianamente a relação entre o rural e o urbano e, sobretudo, no interior desses espaços no ENP.

Durante o processo de amadurecimento, o enfoque teórico sempre teve preocupação, por ser parte integrante da análise entre a teoria e a prática, desde a escolha da análise de dados secundários, até a realização de verificação de campo com base em dados primários, com a realização das 70 entrevistas, assim como as fotos retiradas da paisagem do ENP, permitindo uma análise fundamentada da relação entre o urbano e o rural no contexto das diferenciações ocorridas no processo de construção da região.

As principais argumentações que auxiliaram na análise da problemática proposta, surgiram após a revisão de vasta literatura sobre as considerações da relação entre o rural e o urbano, principalmente no contexto do ENP, onde a pluriatividade, o trabalho não-agrícola, o trabalho *part-time*, a necessidade de alternativas à atividade agrícola, a dependência do rural e do urbano entre si, fizeram transparecer que a dicotomia entre o rural e o urbano é expressa na paisagem e no uso dos espaços, pois a dependência entre eles fizeram com que tal relação dicotômica transparecesse noções de imbricamento, sobretudo na atualidade dos pequenos municípios do ENP.

A análise que baseou e direcionou este trabalho foi a verificação não apenas da relação e discussão teórica entre o rural e o urbano, mas nas correlações existentes nestes espaços, como o território, o desenvolvimento territorial, o capital social, além dos aspectos internos que condicionam e são condicionados pelos aspectos externos culturais das famílias rurais, como os aspectos culturais, o modo de vida, a relação com o território, as influências

de políticas públicas que interferem em decisões familiares, nos diferentes tempos de vida entre os moradores do meio rural e urbano, caracterizando aspectos analíticos norteadores do trabalho. Verificou-se que o uso de conceitos e estruturas no contexto europeu não pode ser aplicado demasiadamente em larga escala no Brasil, pois as diferencialidades e especificidades são expressivas e pontuais.

Diante desse contexto, retomou-se a hipótese de que a relação entre o rural e o urbano no Extremo Noroeste Paulista era mais evidente de acordo com a característica da ocupação dos espaços, e formas de produção, onde o grande capital ainda não se inseriu até o momento, especificando a forma de vida rural, mas que se encontra em decadência devido a idade avançada dos moradores do meio rural, assim como o desrespeito dos fatores externos a esse meio, como as decisões políticas e, consequentemente, econômicas.

Em face a essa conceituação teórica-metodológica, buscou-se compreender a relação entre os espaços rural e urbano no ENP em diversos aspectos, enfocando o espaço rural como base de análise, já que este é o que mais necessita de auxílio: paisagem; famílias; uso dos espaços; construção dos espaços; formas de reprodução familiar; uso dos territórios; relação com as políticas territoriais neste referido espaço; necessidade de auxílio para a produção nesses espaços estagnados; a característica cultural das famílias e de seus objetos; a influência de diversos setores na construção e na modificação cultural das famílias rurais no ENP.

No primeiro capítulo dessa tese, analisa-se que o rural e o urbano sempre foram caracterizados como espaços antagônicos, distintos e totalmente heterogêneos no que se refere a produção, ocupação e uso dos espaços. Buscou-se desmistificar tal pensamento, considerando como espaços dialéticos, no qual necessitam constantemente de estar correlacionado. O rural e o urbano são os mesmos espaços, com utilizações diferentes pelo homem. Enquanto um foi sinônimo de produção agrícola para a cidade, outro passou a ter conotação de desenvolvimento, de perspectivas de melhorias constantes.

A partir dessa ideia, notou-se que no ENP tal relação era ainda mais estreita, pois os moradores do meio rural e do urbano estão em constante troca, desde o uso de materiais das cidades no meio urbano, até a utilização de recursos advindos do poder público para desenvolvimento das cidades. A transformação dos espaços durante o processo de ocupação fez do meio rural um subsídio ao meio urbano, isso porque o ENP foi criado sob a lógica do capital, tendo em vista a venda de lotes rurais para ex-colonos de café. O urbano, neste caso, dependia mais do rural do que o seu inverso.

Porém, a falta de recursos e apoio para se alcançar maiores produções agrícolas, fez com que o produtor rural procurasse alternativas para sua sobrevivência. Tal procura instigou uma nova ruralidade, no contexto das dificuldades enfrentadas pelo produtor rural. Essa ruralidade é expressa pela pluriatividade, pelo trabalho *part-time*, e por atividades não-agrícolas, juntamente com o avanço da agricultura comercial tipo *plantation*, formado por Complexos Agroindustriais, além do constante avanço do urbano sobre o meio rural, em alguns lugares. No ENP, é evidente que tal *continnum* estabeleça relações de urbanização do rural, mas tal crescimento é lento, e nunca tomará totalmente todos os espaços do meio rural, pela própria característica do lugar.

Verificou-se que o papel do Estado e do poder público municipal ao longo dos anos foi fundamental para que surgisse um novo rural, pois a necessidade de incentivos econômicos é de essencial valia para a continuação da produção, tanto para a comercialização em escala local e regional, quanto para a própria subsistência, em alguns casos.

Outro ator social que surgiu nesse contexto foi aquele que possuía residência no meio urbano, e adquiriu uma residência no meio rural. Tais pessoas nunca produziram ou pensam em exercer uma atividade no meio rural, mas estão se dirigindo para este meio devido ao constante agito das cidades, e a vida pacata e até mesmo nostálgica do meio rural, mas sem perder de vista as regalias oferecidas pelo processo de globalização, como as televisões digitais, antenas parabólicas, internet, telefone celular, automóveis, entre outros. Muitos dos moradores do meio rural oriundos das cidades ainda trabalham nestas, criando uma migração pendular diária entre estes dois espaços, e estreitando suas relações.

O rural e o urbano devem ser vistos em escalas diversas. No ENP, o avanço da atividade canavieira chegou somente agora, final da década de 2000, e tem como objetivo desapropriar (arrendar) os estabelecimentos para efetivar sua plantação. Nesse sentido, tal região não é expressão de desenvolvimento rural, nem tampouco urbano, já que as atividades industriais são parcas, de caráter familiar, e se concentram no município de Santa Fé do Sul.

A relação entre o meio rural e urbano tem sido modificada por um conjunto indissociável de diversos aspectos que, embora segmentados, fazem parte de um mesmo par dialético. Tais aspectos são a evidência de uma lógica do capital que engloba inevitavelmente o Extremo Noroeste Paulista, mesmo considerando a baixa inserção da produção industrial ou do capital nesse espaço.

Já no segundo capítulo, as considerações entre o rural e o urbano são expressas na necessidade da formação de projetos de desenvolvimento territorial, uma vez que

é no território onde a expressão do lugar se manifesta como funcional, através das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

O território é expressão das relações sociais, desconsiderando muitas vezes os limites administrativos, denotando o lugar de demonstração de poder, seja ele municipal, como parte de uma comunidade rural. É no território onde os conflitos ocorrem, e onde a espreita por diferencialidades e novidades floresce. Nesse sentido, o território no ENP é expresso por formações agrupadas de famílias em um mesmo bairro rural, que praticam o capital social entre eles, mas que cultuam, mesmo que inconscientemente, diversos conflitos diários, e que as políticas públicas, principalmente as impostas por grupos e organizações não levam em consideração, deixando refletir as relações de poder existentes nos diferentes territórios.

Mesmo assim, a prática do capital social está muito longe de ser disseminada e aceita entre os moradores da região, pois a influência dos meios de comunicação, do individualismo e do consumismo, transformou as características das famílias que vivem no rural, recriando um território com a inserção de novos objetos e funções em seu meio, mas com o território imaterial cultural mais expressivo em suas formas de vida.

Para se consolidar em seus territórios, a necessidade de pagamento de suas dívidas junto à CAIC, transformou o território familiar em território do café, até meados da década de 1980, quando fatores como geadas, doenças e preços baixos disseminaram a produção regional. Tais produtores procuraram alternativas, e se dedicaram à pluriatividade, mas a necessidade de recursos para aumentar sua produção, diminuiu tais atividades.

Quando se fala em desenvolvimento territorial rural, pensa-se em uma serie de instrumentos criados e planejados, em diversos níveis, para se procurar a integração entre áreas mais desenvolvidas com outras em vias de desenvolvimento, ou até mesmo equalizar espaços antagônicos e diferenciados num mesmo patamar, algo muito utópico de se alcançar. Neste caso, o meio rural persiste em ser aquele cujo potencial sempre está direcionado às cidades, dependendo dessas para progredir e sobreviver.

O desenvolvimento territorial rural é, portanto, expressão de necessidade no ENP, onde muitas famílias ficaram à mercê de práticas clientelistas e a falta de apoio governamental durante muitos anos, jogadas ao descaso contínuo. A partir da década de 2000, verificou-se um maior dinamismo e apoio do poder público municipal junto às políticas de desenvolvimento territorial rural, com diversos projetos ligados à prática de atividades rurais, não essencialmente agrícolas, mas é inegável que tais projetos devem ser elaborados e

construídos em conjunto com aqueles que se beneficiarão desses, e não tomados de maneira impositiva.

Ressalta-se também que tais projetos são imediatistas, e não tem validade se sua aplicação não ocorrer com acompanhamento e planejamento a medio e longo prazos, já que ações locais de desenvolvimento, se não forem respaldadas, se caracteriza como assistencialista, não oferecendo condições de crescimento e organização a partir das dificuldades apresentadas pelos próprios moradores do meio rural, sendo entendidas como impositivas e taxadas pelo poder público com forte apelo político, o que deve ser desmistificado por este, priorizando ações de reconstrução do meio rural.

No terceiro capítulo, a relação entre o rural e o urbano é expressa pelo caráter cultural, onde a expressão da relação entre a produção, o modo de vida, a identidade caracterizam as famílias rurais, além das influências constantes que as novas tecnologias e o próprio modo de vida urbano exercem sobre as pessoas.

Vale ressaltar que a expressão do rural é caracterizada pelos valores oriundos de uma construção histórica, já que a maioria de seus moradores possui idade superior a 50 anos, e que se não houver um resgate de sua memória, esta se perderá no tempo.

As novas ruralidades são consideradas expressões de mudanças constantes de identidades sociais no mundo rural, caracterizada por seu meio de vida e suas relações históricas e atuais. As ruralidades possuem identidades múltiplas, mesmo considerando no ENP uma manutenção de características provenientes de uma construção histórica típica desse espaço. Tais mudanças são decorrentes do avanço tecnológico inerente à sociedade, que se atribui como padrão de vida entre as pessoas, mesmo considerando que tal acesso seja precário e lento.

A cultura dessas pessoas foi construída de acordo com as características de formação do ENP, composto principalmente de ex-colonos de café, sobretudo italianos e seus filhos, além de imigrantes arrendatários nordestinos, sobretudo negros e mestiços em geral. Porém, é evidente que tal construção se modificou ao longo dos tempos, e a formação cultural regional também se modificou com tais movimentos.

Nota-se que as transformações decorrentes das dificuldades encontradas no meio rural reformularam a vida das pessoas que vivem nesse espaço. Nesse sentido, os moradores das cidades ansiavam pela vida rural, ou por cidades menores, de fácil deslocamento. O ENP não se caracteriza como um desses pontos, mas possui como característica pessoas que se dirigiram para a região em busca de trabalho e de terra, principalmente em seu processo de colonização, desde meados do século XX.

O modo de vida é reflexo das relações estabelecidas no cotidiano durante a formação da vida. No rural, tais entrelaçamentos se estabelecem vinculados à terra, com hábitos ligados ao meio natural, com horário e obrigações relacionandas ao ciclo natural dos produtos cultivados. Essas características são típicas do meio rural no ENP, e se expressa em todos os momentos, desde o hábito de horário para se levantar e dormir, de sol a sol, quanto para se alimentar e descansar. Essa ligação estabelece e cria o denominado conjunto de características rurais, e que no ENP ainda não segue totalmente os padrões do capital que busca sua expansão contínua e estratégica.

O local sofre interferência do global, principalmente considerando os fatores exógenos, como as políticas macroeconômicas e setoriais, impostas a toda sociedade, além da possibilidade de acesso às novas tecnologias, que em grande parte, possuem um valor no mercado em decadência constante. No ENP, a permanência de padrões culturais e de valores ainda é visível, até o momento em que a memória expressa nessas famílias e sociedade, seja virtuosa o bastante para não serem esquecidas no tempo e espaço.

Embora no Extremo Noroeste Paulista existam relações capitalistas entre o campo e a cidade, o tempo dessas relações são diferenciados, mais lentos em relação aos grandes centros produtores, pois a característica produtiva neste espaço ocorre baseada em pequenos estabelecimentos rurais familiares, desligados do setor produtivo do capital, explicitando ainda mais o caráter cultural familiar, diminuindo as distâncias inseridas entre o rural e o urbano. Na verdade, a análise da dicotomia entre o rural e o urbano do ENP não foi empreendida aqui de maneira conclusiva. Ao contrário, acredita-se que se iniciou uma discussão para que se abram novas argumentações e contraposições, lançando novos desafios interpretativos. A contextualização do rural e do urbano são expressões com diversas formas de interpretações, e tais relações no ENP são palco de muitas questões e assuntos, que poderão ser posteriormente exploradas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada.** V. 4, nº 2, abril/junho, 2000.

_____. **Conselhos além do limite.** Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 15, nº 43, p. 121-140, 2001.

_____. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In. SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Orgs.). **Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA. P. 113-128, 2002.

_____. **Dilemas da União Européia na reforma da política agrícola comum.** São Paulo: FEA/USP, 1999. Tese de Livre Docência.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Texto para discussão n. 702. IPEA, jan. 2000b.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.** Campinas: Editora Alínea, 2007. P. 19-37.

_____. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social.** Texto para discussão IPEA. São Paulo/Rio de Janeiro: 2000b. Nº 702.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e realizações. In. **FASE: Cadernos de Debate Brasil sustentável e democrático**. n. 5, Rio de Janeiro, 1999.

ALAUSTUET, E. B. La teoria del vacio rural. In: **El desarrollo rural Andaluz e lãs puertas del siglo XXI.** 1993.

ALVES, T. Plurifuncionalidade e desenvolvimento nas áreas rurais em Portugal. COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDIO RURALES, 4., Santiago de Compostela: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <http://www.isega.es>. Acesso em 29/05/2005.

ANJOS, Flávio Sacco. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaios FEE.** Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

ARAÚJO JÚNIOR, V. G. **Política agrícola comum e o desenvolvimento rural**. Catalão-GO: Revista CEPPG, v. 7, p. 196-206, 2002.

ARDREY, R. **The territorial imperative:** a personal inquiry into the animal origins of property and nations. Londres: Collins, 1969.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema:** dos mitos pretéritos às recentes transformações. Presidente Prudente: UNESP, 2006. (Dissertação de Mestrado)

BAPTISTA, F. de O. Agricultura e capitalismo na Europa do Sul. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A. C. (orgs). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro.** Uberlândia: UFU; Campinas: UNICAMP, 1997.

BARTHEZ, A. Familia, Actividad y Pluriatividad em la Agricultura. In: ARKLETON RESEARCH BONANO, A. **Cambio rural en Europa.** Colóquio de Montpellier: Arkleton Research, 1987.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografía cultural. In: CORRÊA, R. L. & ROZENDAL, Z. (orgs) **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BÍSCARO NETO, Natal. **Memória e cultura na história da frente pioneira (Extremo Noroeste Paulista – décadas de 40 e 50).** São Paulo: PUC, 1993. (Dissertação de Mestrado em História).

BITTENCOURT, Gilson A. **Abrindo a caixa preta:** o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2003. (Dissertação de Mestrado em Economia).

BLUME, R. **Território e ruralidade:** a desmistificação do fim do rural. Porto Alegre – R.S. Dissertação (Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2004.

BONNEMAISON, J. e CAMBREZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et cultures** (Le territoire). N. 20 (inverno). Paris: L'Harmattan-CNRS, 1996.

BORDA, Orlando F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BORGES, Barsanufo Gomides. A economia goiana na divisão regional de trabalho (1930-1960). In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte (org.) **Relações campo-cidade:** fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000. P. 247-372.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOXBERGER, Gerald; KLIMENTA, Harald. **As dez mentiras da globalização:** alternativas para combater o mercado todo poderoso. São Paulo: Aquariana, 1999.

BUTTEL, F. **The political economy of part-time farming.** GeoJournal. V. 6, nº 4, 1982.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região do cerrado. In: DUARTE, Laura M. G.; BRAGA, M. L. de S. (Orgs). **Tristes cerrados:** sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998. P. 93-125.

BROSE, Markus. Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão. In: ETGES, Virgínia E. (Org). **Desenvolvimento rural:** potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul-SC: EDUNISC, 2001. p. 11-17.

BRUNET, R., FERRAS, R., THERY, H. **Les motes de la Géographie:** dictionnaire cretique. Paris: Reclus. La documentation Française, 1992.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente:** conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova concepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAPEL, H. La definición de lo urbano. **Estudios Geográficos**. n.138-9, febrero-mayo 1975, p. 265-301. Scripta Vetera. Edición electrónica de trabajos publicados sobre geografía y ciencias sociales. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sv-33.html>. Acesso em: 12 abr. 2004.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, Alessandra. Dicotomia rural-urbano, economia local e pluriatividade (em busca de um espaço para o rural). In: **Revista Economia Ensaios.** Uberlândia: EDUFU, Volume 12/13, nº 2/1, Jul/dez de 1998.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo – RJ). In: CARNEIRO, M. J. e MALUF, Renato. **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____. **Camponeses, agricultura e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (Orgs.). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998a.

_____. Política Pública e Agricultura Familiar: **uma Leitura do Pronaf. Projeto Rurbano, 1999a. 8p. Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurban14.html. Acesso em 23/05/2005.**

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 23, **Anais...** Natal: Sober, 1997, p.147-185.

_____. **Transformações Recentes no meio Rural: A Emergência de Novas Atividades**. Projeto RURBANO, 1999b. 7 p.(www.eco.unicamp.br)

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1975.

CASTRO, Antonio Barros de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: _____. **7 ensaios sobre a economia brasileira.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979. V. 1, p. 81-146.

CHIVALLON, C. Fin des territoires ou necessite d'une conceptualisacion autre? **Géographies et cultures.** Paris: L'Harmattan, nº 31, 1995.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** 3. Ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CLEPS JÚNIOR, João. **Dinâmica e estratégia do setor agroindustrial no Cerrado:** o caso do Triângulo Mineiro. Rio Claro – SP: UNESP, 1998. Tese de Doutorado.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory.** Cambridge, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto L. & ROZENDAL, Z. (Orgs.) **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P. 103-134.

CORRÊA, R. L. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 7-18, 2º semestre de 2003.

COSTA, R. H. M. R. **Safras-pico e transferência de capital e iniciativas entre campo e cidade:** análise em cinco municípios paulistas. Rio Claro – SP. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: UNESP, IGCE, 2002, 198 f.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

DALLABRIDA, V. R. **Novos paradigmas para o desenvolvimento regional.** 1999. Disponível em <http://www.dge.uem.br//geonovas/vol3-1/dala.html>. Acesso em: 02 nov. 2005.

DELFIM NETTO, A.; PASTORE, A. C.; CARVALHO, E. **Agricultura e desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Associação Nacional de Programação Econômica e Social, 1966.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Ícone, 1985.

_____. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: **Questão agrária no Brasil:** perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

DEYON, Pierre. **Desenvolvimento territorial:** contexto histórico. France: Análises e reflexões, 2001.

DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoires.** Paris: Nathan, 1988.

DUNCAN, James S. O supra-orgânico na geografia cultural americana. In: CORRÊA, Roberto L. & ROZENDAL, Z. (Orgs.) **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P. 63-102.

DURHAM, Eunice R. **A dinâmica da cultura:** ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DURSTON, John. Building Social Capital in Rural Communities (where it doesn't exist) - Theoretical and Policy Implications of Peasant Empowerment in Chiquimula, Guatemala. **Latin American Studies Association (LASA).** Chicago: The Palmer House Hilton, IL, September 24-26, 1998.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. **Evolving Themes in Rural Development 1950-2000s.** Development Policy Review, 19 (4), 437-448, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ESPAÑA, E. D. **La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya.** Valencia: Universidad de Valencia, 1991.

FAO. Comitê de Agricultura. **La agricultura urbana y periurbana.** In: Documento do Tema 9 del Programa Pro-Visional. Roma, 25-29 de Janeiro. 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coagl5/x0076s.htm>. Acesso em 29/07/2005.

FAVERO, Celso A.; GRAMACHO, Zoraide da Silva. O desenvolvimento territorial rural e a universidade. In: **Revista Informe Gepec.** Toledo – PR, Vol. 08, Nº 2, jul/dez. 2004.

FERNANDES, Beatriz L. O sentido da cidade no final do século XX. In: SPÓSITO, Maria Encarnação B. (Org). **Urbanidade e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente-SP: UNESP/GASPERR, 2001. p. 501-14.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Lincoln Institute of Land Policy; Harvard University: Seminários, 2004.

FERRÃO, João. **Relações entre mundo rural e mundo urbano:** evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. EURE (Santiago-Chile),Vol 26, n 78, Set. 2000. p 123-130.

_____. Mudança econômica em áreas rurais: uma visão evolucionista. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia.** 1 Série, Vol. XIX, Porto, 2003. p. 245-253.

FERREIRA, Darlene A. de. Do campo à cidade, da cidade ao campo – ruralidade e urbanidade em territórios contíguos: o caso de Araraquara – SP. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, I, **Anais.** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. CD-ROM.

FERREIRA, L. C.; FERREIRA, L. C. **Águas revoltas:** um balanço provisório da sociologia ambiental no Brasil. BIB, RJ, nº 54, 2002. P. 83-100.

FIALHO, Marco A. V. **Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre:** um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação em Economia Rural. 206 pg.

FIGUEROA, A. Hacia un nuevo enfoque sobre el desarrollo rural em Amércia Latina. In: **Seminário internacional interrlación rural-urbana y desarrollo descentralizado.** Taxto – México: FAO/ONU, 1997.

FRIEDMAN, Susan S. O "falar da fronteira", o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. Centro de Estudos Sociais. Coimbra – Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** nº 61, 2001.

FULLER, A. M. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. **Reseach in rural sociology and development.** Connecticut: Jai Press, 1984.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. **Capital humano e capital social nos territórios rurais**: imposições para uma nova formação dos profissionais do campo. Fortaleza – CE: UFCE, s/d.

GALVÃO, Maria do Carmo C. **Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária.** 17p. (texto inédito apresentado no 8° Encontro Nacional de Geografia Agrária). Barra dos Coqueiros – SE, 1987.

_____. As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil. In: (?). **A Geografia e as transformações globais:** conceitos e temas para o ensino. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 101-116.

GEORGE, P. **Geografia do consumo.** São Paulo: Saber Atual, 1971.

_____. **Os métodos da geografia.** São Paulo: Difel, 1978.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista brasileira de ciências sociais.** N. 14, p. 59-67, out. 1990.

GODELIER, M. **L'idéel et le materiel.** Paris: Fayard, 1984.

GOTTMAN, J. **La politique des États et sa géographie.** Paris: Armand Colin, 1952.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil.** Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mudanças no Estado e na política agrícola brasileira (1970-1990). In: SILVA, Luiz S. Duarte (org). **Relações cidade-campo:** fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000. p. 219-245.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: ARBIX, G. et al. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China:** diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

GUIVANT, J. S. **Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola:** uma revisão bibliográfica. BIB, RJ, nº 38, 1994. P. 51-78.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HARVEY, David. **Spaces of hope.** Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2000.

HEATHERINGTON, S. Potencial effects of part-time farming on the household and the rural economy. In: **Sociologia rurallis.** Netherlands, XXIII (1), 1983.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JÚNIOR, Messias.(org) **FCT 40 anos, perfil científico-educacional.** Presidente Prudente: UNESP, 1999. p. 21-41.

_____. Perspectivas regionais da análise cidade-campo. In: **II Encontro de grupos de pesquisa** – Agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais. Uberlândia: UFU, 20 a 22 de jun, 2006. CD ROM.

HESPANHOL, Rosângela A. de M. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: uma avaliação preliminar. In: **Caderno Prudentino de Geografia 22.** Presidente Prudente-SP: AGB, 2000.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento no Brasil (1930/1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. O mundo agrário. In: **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IAQUINTA, D. L.; DRESCHER, A. W. Defining the peri-urban: rural-urban linkages and istitutional connections. **Land Reform :** land settlement and cooperatives. N 2, 2002. p. 8-24. Acesso em 27/04/2005.
<Disponível em: ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/003/X8050t/X8050T03.pdf>

JARA, C. J. Globalização e desenvolvimento local sustentável. In: **Solidaridad em el desarrollo local:** construyendo sustentabilidade. Quito: IICA, 1999. 17 p. Mimeogr.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos**.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, SOBER, 36, 1998. Disponível em:
<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober4.html>. Acesso em: 23/01/ 2004.

KAYSER, Bernard; BRUN, A. **La place de l'espace rural dans une politique d'aménagement du territoire.** 6 juillet, 1993. (mimeo).

LARRAIA, Roque. de B. **Cultura:** um conceito antropológico. 18.ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2005.

LEADER MAGAZINE. Chaussés Saint Pierre 260, B-1040, nº1 e 2. Bruxelas: AEIDL, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **La production de l'espace.** Paris: Maspéro, 1986.

_____. **A revolução urbana.** 34 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, R. J. (org.) **Identidades sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. P. 41-64.

MACFARLANE, Alan. **A cultura do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) **O espaço no fim do século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton (Org.) **Novos rumos da geografia brasileira.** 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MANNION, James. **O livro completo da filosofia.** São Paulo: Madras, 2005.

MARINI, M. & PIERONI, O. Relación entre la familia y el entorno social. Tipologia de lãs famílias agrícolas em uma zona margina (Calábria). In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural em Europa.** Colóqueio de Montpellier: Arkleton Research, 1987.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.19, jul./dez. 2002, p.95-112. Disponível em: <www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/6_O_conceito_de_espa_o_rural_em_questao.pdf>. Acesso em: 08/06/2005.

MARQUES, R. Os trilhos da nova sociologia econômica. In: PEIXOTO, j.; MARQUES, R. (Orgs.). **A nova sociologia económica.** Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003.

MARSDEN, Terry. Exploring a rural sociology for the fordist transition. **Sociology rurallis.** V. XXXII, Nº 2/3, 1992.

_____. Towards the political economy of pluriactivity. **Journal of rural studies.** V. 6, Nº 4, p. 375-82, 1990.

MARSDEN, T.; WHATMORE, S. J. & MUNTON, R, J, C. Enevem development and the restructuring process in British agriculture: a preliminary exploration. **Journal of rural studies.** V. 3, Nº 4, p. 297-308, 1987.

MARTINS, José de S. **O cativeiro da terra.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da economia política. 21. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol I.

_____. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Eric. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MATTEI, Lauro. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. In: **Seminário Estadual "Um novo serviço público para a agricultura familiar".** Florianópolis – SC, 20 e 21 de novembro de 1997.

MEDINA, José Somoza. Implicaciones territoriales del desarrollo rural. In: **Espacios y desarrollos rurales**: una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica. Trea: Gijón, 2004.

MELO, Fernando B. Homem; ZOCKUN, Maria Helena. Exportações agrícolas, balanços de pagamentos e abastecimento do mercado interno. In: **Estudos Econômicos.** 7 (2): 9-50, 1977.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria Isaura P. de (Org). **Sociologia rural.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-40.

MINGIONE, Enzo & PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do "urbano" e do "rural": alguns exemplos e implicações teóricas. In: **Revista crítica de ciências sociais.** Cidade (?) Nº 22, p. 83-98, 1982.

MONTEIRO, A. V. M. Agricultura urbana e periurbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas.** São Paulo, v. 32, n. 6, Jun. 2002. p. 39-44. Acesso em 03/03/2006. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=52

MORAES, A. C. **Bases da formação territorial do Brasil:** O território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos, sociedade e agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, nº 20, 2003. pp 113-143.

_____. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, Ruy. Campo e cidade no Brasil contemporâneo. In: **Simpósio interfaces das representações urbanas em tempos de globalização.** São Paulo: SESC, 2005.

_____. **O círculo e a espiral:** a crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Coautor (Cooperativa do Autor), 1993.

_____. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com conciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORMONT, M. La agricultura en el espacio rural europeo. In: **Agricultura y sociedad.** 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra natureza.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1975.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989.

NARDOQUE, Sedeval. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP.** Rio Claro - SP: UNESP, 2007. Tese de Doutorado em Geografia.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, São Paulo: USP, Vol. 15, Nº 43, 2001.

NEVES, Leonardo. Um novo tempo para novas urbanidades: o papel da paisagem nos estudos do mundo rural. In: MARAFON, Gláucio J.; RIBEIRO, Miguel A. (Org.) **Revisitando o território fluminense.** Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. P. 11-30.

OCDE. Créerdes indicateurs ruraux pour étayer la politique territorial. Paris: OCDE, 1994.

OECD. **Agricultural Policy Reform and the Rural Economy in OECD Countries**. Paris, France: OECD Publications, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Maria A. Silva; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Política de estabilização de renda para a agricultura familiar: uma análise de risco. In: **Revista de economia e sociologia rural.** V. 43, n° 1, Brasília, jan/mar. 2005.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos:** desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

ORTEGA, A. C.; MENDONÇA, N. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.** Campinas: Editora Alínea, 2007. P. 93-121.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização agrícola e processo de desenvolvimento econômico: problemas dos países em desenvolvimento. In: SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. **Ensaios sobre política agrícola brasileira.** SP, Secretaria da Agricultura, 1979. P. 37-86.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. **Apresentação de trabalhos científicos:** monografia, TCC, teses e dissertações. 3. Ed. São Paulo: Futura, 2000.

_____. **Metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Futura, 2002.

PAULA, Juarez de. Introdução. Uma agenda para o Brasil. In. **PNUD.** Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI. Programa regional de estratégias de desenvolvimento local. Projeto PNUD – BRA/98/017. Relatório final – Brasília: Athalaia Gráfica e Editora LTDA, 2000. P. 283-294.

PAULINO, Stefano M. **As cidades e as serras:** um olhar sobre a ambigüidade da relação rural e urbano. Rio de Janeiro: CPDA, (Textos CPDA, nº 17), 2000.

PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. In: **Qualidade de vida.** São Paulo: USP, n 11, Abr. 2000.

PEREZ CORREA, Edelmira. Lo rural y el desarrollo em América Latina. In: RODRIGUES GONZÁLEZ, Román; PEREZ CORREA, Edelmira (Coord.). **Espacios y desarrollos rurales:** uma visión múltiple desde Europa y Latinoamérica. Oviedo: Ediciones Trea, 2004. p. 49-67.

PERICO, Rafael E.; RIBEIRO, Maria Pilar. Lo rural como territorio. In:_____. **Nueva ruralidad:** visión del territorio em América Latina y el Caribe. San José: IICA, 2002. P. 23-43.

PERROUX, François. **L'économie du XX siécle.** Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo A.; BRUNA, Gilda Collet. Uma introdução à questão ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo A.; BRUNA, Gilda Collet (Editores). **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2004.

PLOEG, J. D. van der et alii. **Rural Development**: from practices and policies towards theory. Netherlands: Sociologia Ruralis, 40 (4): 391-407, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO. Instruções. São Paulo, outubro de 2004. 18 p.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. **Perguntas e Resposta**. [7 nov. 2004]. Disponível em: (http:\\www.pronaf.gov.br).

PUGLIESE, E. Agriculture and the new division of the labor. In: FRIENDLAND, W. et al. **Towards a new political economy of agriculture.** Boulder : Westview Press, 1991.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia. A experiência italiana moderna.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social:** leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional, 1979, p.160-175.

_____. **Carnaval brasileiro:** o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. (Org). **Sociologia rural.** Rio de Janeiro : Zahar, 1969.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAINELLI, M. La firme multinationale dans las nouvelle économie industrielle internationale. In: **Economie rurale.** Janvier-Février: DFER, nº 231, 1996.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. (Org). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, J. el all. How rural is agricultural pluriactivity? **Journal of rural studies.** V. 6, Nº 4, p. 395-9, 1990.

REZENDE LOPES, Mauro de. **Agricultura política**. História dos grupos de interesse na agricultura. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Serviço de Informação – Brasília: EMBRAPA-SPI, 1996.

ROCHA, Alyson dos S.; SCHEFLER, M. de L. N.; COUTO, V de A. **Organização Social e desenvolvimento territorial:** reflexões sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê – Bahia. Salvador – BA: UFBA, s/d. p. 95-108.

ROSAS, Celbo A. F. **A cafeicultura no contexto da agropecuária no extremo noroeste paulista.** Presidente Prudente: UNESP, 2002. Dissertação. (Mestrado em Geografia). 220 p.

_____. Elementos para uma análise da modernização da agricultura no Estado de São Paulo. In: **Caderno Prudentino de Geografia**: Agricultura, cidade e análise regional. Nº 22, Presidente Prudente: AGB, 2000. p. 61-73.

RUA, João. Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis – Nova Friburgo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, I, **Anais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1 CD-ROM, 2005.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, Eric.; TEIXEIRA, O. A. (Ed). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. P. 21-37.

SACK, R. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACHS, I. À la recherche dês nouvelles stratégies de développement. Enjeux du sommet social. MOST. **Document dês politiques sociales.** Paris: UNESCO, nº 1, 1995.

SANTOS, B. S. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2000.

_____. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **A construção do espaço em Nova Palma – RS.** Nova Palma – RS: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1996.

SARACENO, Elena. Alternative readings of spatial differentiation: The rural versus the local approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics.** Nº 21. P. 451-474, 1994a.

_____. **Recent trends in rural development and their conceptualisation.** Journal of Rural Studies, V. 10, nº 4, p 321-30, 1994.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto L. & ROZENDAL, Z. (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L. & ROZENDAL, Z. (Orgs.) **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P. 19-26.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. In: ECHEVERRÍA, R. **Desarrollo territorial rural en América Latina y Caribe**: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales. Chile: RIMISP, 2004.

SCHENEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** I Fórum internacional território, desenvolvimento rural e democracia. Fortaleza, 2003.

_____. **Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais.** I Fórum internacional território, desenvolvimento rural e democracia. Fortaleza, 2003b.

_____. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para análise da pluralidade em situações de agricultura familiar. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2001. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>. Acesso em: 22/12/2003.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais.** Porto Alegre, Vol. 18, nº 51, 2003c. P. 99-121.

SCHENEIDER, S; BLUME, Roni. **Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade:** em busca de uma metodologia. II Seminário internacional sobre desenvolvimento regional. UNISC: Santa Cruz do Sul – RS, 28/08 a 01/09 de 2004.

SCHENEIDER, S; TARTARUGA, Iván G. P. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. **In: Jornadas de Intercambio y discusión: El desarrollo rural em su perspectiva institucional e territorial.** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2001. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>. Acesso em: 22/12/2003.

SEPÚLVEDA, Sérgio; RODRIGUEZ, Adrián; ECHEVERRI, Rafael. Territorios rurales, estratégias y políticas em Amárica Latina. In: **Seminário Internacional Território, desenvolvimento rural e democracia.** Fortaleza – CE: IICA, 2003.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano**: o sonho mítico da casa no campo. São Paulo: PUC, 2000. Tese de doutorado em Ciências Sociais/Antropologia.

SILVA, Sérgio. **Valor e renda da terra:** o movimento do capital no campo. São Paulo: Pólis, 1981.

SINGER, Paul. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: **Revista brasileira de estudos políticos.** Nº 12, p. 64-84, out. 1961.

SIQUEIRA, D. OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACCA, N. (Coord.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001, p.67-79. Disponível em: <http://www.clacso.edu.ar/~libros/rural/osorio.pdf>. Acesso em 10/12/2005.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas.** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. **A nova sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Bertrand Brasil, 1995.

STEIN, Rosa Helena. Capital social, desenvolvimento e políticas públicas. In: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, 2003. Nº 73. P. 157-193.

SZMRECSANYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TAVARES, L. A. As fronteiras do espaço rural: uma concepção normativo-demográfica. **RA'EGA.** Curitiba: Ed. UFPR, n.7, 2003, p.33-46. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/raega/include/getdoc.php?id=38&article=17&mode=pdf>. Acesso em 10/12/2005.

TEIXEIRA, Márcio A.; LAGES, Vinícius N. Transformações no espaço rural e a geografia Rural: idéias para discussão. **Revista Geografia**. São Paulo, Nº 14, p. 9-33, 1997.

TOLOSANA, A. O., PERSIVA, E. M. Estratégia de adaptacion de pequeñas explotaciones em el marco de la PAC. La agricultura a tiempo parcial em um área de montaña. **Revista de Estudios Agro-Sociales.** n. 16, jul/sep. p. 99-122, 1992.

VALE, Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano no município de Araraquara – SP.** Rio Claro: UNESP, 2005. Tese de Doutorado.

VALVERDE, Orlando. Reflexões sobre uma reforma agrária no Brasil (limites máximo e mínimo da propriedade da terra). In: MARIGUELLA, Carlos et al. **A questão agrária no Brasil:** textos dos anos sessenta. São Paulo: Brasil Debates, 1980. P. 58-64.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos avançados. São Paulo: USP, v. 15, nº 43, p. 101-120, 2001.

_____. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Desenvolvimento territorial do Brasil:** do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. São Paulo: USP, s/d. Disponível em www.fea.usp.br/professores/zeeli/, Acesso em 20/11/2006.

_____. A dimensão rural no Brasil. **Estudos, sociedade e agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, nº 12, 2004. P. 71-94.

_____. Território. In: _____. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000. P. 141-197.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VILELA, Sérgio L. de O. **Globalização e emergência de múltiplas territorialidades:** reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado. 205p.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L. & ROZENDAL, Z. (Orgs.) **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P. 27-61.

WANDERLEY, M. N. B. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.** 35, 1997, Natal. Anais, Brasília: SOBER, p. 90-113, 1997.

_____. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires, 2001, p. 31-44.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, n. 2, p.29-37, jul./dez. 2000.

WEIGAND JR, Ronaldo et al. Experiências brasileiras de desenvolvimento territorial rural sustentável. In: **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento rural e democracia**. Fortaleza – CE: CONDRAF, 2003.

ZABOTTO M. C.; OLIVEIRA, B. A. C. C. Rural e urbano: verso e reverso da mesma moeda. **Território & Cidadania**, n. 2, jul.-dez./2004. Disponível em: <http://ns.rc.unesp.br/igce/planejamento/territorioecidadania/Artigos/Zabotto1.htm>. Acesso em 11/12/2005.

ZIMERMAN, C.; SOROKIN, Pitirim A.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (org.) **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAIS

1. DADOS REFERENTES AO INFORMANTE E AO ESTABELECIMENTO:

1.1. Nome do informante:_____

1.1.1. Idade:_____anos.

1.1.2. Escolaridade: ( ) Analfabeto - 1.1.3. ( ) 1º grau incompl. - 1.1.4.( ) 1º grau compl. - 1.1.5.( ) 2º grau incompl. - 1.1.6.( ) 2º grau compl. - 1.1.7. ( ) Superior incompl. - 1.1.8.( ) Superior compl.

1.2. Município de origem:_____1.2.1.Estado:_____

1.3. Perfil migratório:_____

1.4. Condição anterior (de produção e propriedade):_____

_____

1.5. Sempre exerceu atividade no meio rural? Se não, qual outra? A quanto tempo? _____

_____

1.6. É residente na propriedade?:_____

1.7. Nome da propriedade/estabelecimento:_____

1.8. Motivo do nome do estabelecimento:_____

1.9. Como sua propriedade foi adquirida? ( ) compra ( ) herança ( ) posse outros:_____

1.10. A quanto tempo possui a propriedade?_____

	Alqueires / ou	Hectares
1.11. Área total da unidade de produção:		
1.12. Própria:		

1.13. Arrendamento:		
1.14. Parceria:		
1.15. Outros:		

2. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS:

	Alqueires / ou	Hectares
2.1. Reserva (florestal):		
2.2. Lavouras permanentes:		
2.3. Lavouras temporárias:		
2.4. Pastagens naturais:		
2.5. Pastagens plantadas:		
2.6. Benfeitorias:		
2.7. Terras em descanso:		
2.8. Outros:		

3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

3.1. Culturas:	3.2. Área (Ha):	3.3. Produção (t – sacas):	3.5. Destino da prod.:
3.1.1. Café:	3.2.1.	3.3.1.	3.5.1.
3.1.2. Algodão:	3.2.2.	3.3.2.	3.5.2.
3.1.3. Amendoim:	3.2.3.	3.3.3.	3.5.3.
3.1.4. Arroz:	3.2.4.	3.3.4.	3.5.4.
3.1.5. Feijão:	3.2.5.	3.3.5.	3.5.5.
3.1.6. Milho:	3.2.6.	3.3.6.	3.5.6.
3.1.7. Laranja:	3.2.7.	3.3.7.	3.5.7.
3.1.8. Manga:	3.2.8.	3.3.8.	3.5.8.
3.1.9. Cana-de-açúcar:	3.2.9.	3.3.9.	3.5.9.
3.1.10. Outras culturas:	3.2.10.	3.3.10.	3.5.10.
3.1.11. Observações:	3.2.11.	3.3.11.	3.5.11.

4. ATIVIDADE CRIATÓRIA:

4.1.Tipo:	4.2. N.º de cabeças:	4.3. Destino:
4.1.1. Bovinos de corte:	4.2.1.	4.3.1.
4.1.2. Bovinos de leite:	4.2.2.	4.3.2.
4.1.3. Suínos:	4.2.3.	4.3.3.
4.1.4. Caprinos:	4.2.4.	4.3.4.
4.1.5. Eqüinos:	4.2.5.	4.3.5.
4.1.6. Frangos e galinhas:	4.2.6.	4.3.6.
4.1.7. Ovos:	4.2.7.	4.3.7.
4.1.8. Outros:	4.2.8.	4.3.8.

5. TIPOS DE PASTAGENS:

	Área (Ha)
5.1. Braquearia:	
5.2. Colonhão:	
5.3. Capim gordura:	
5.4. Jaraguá:	
5.5.Elefante (Napier):	
5.6. Natural:	
5.7. Outros:	

6. FORÇA DE TRABALHO:

6.1. Trabalho familiar:	6.1.1. Nº de pess.:	6.1.2. Homem:	6.1.3. Mulher:	6.1.4. Menor de 14 anos:	6.1.5. Maior de 14 anos:
6.2. Trabalho assalariado:	6.2.1.	6.2.2.	6.2.3.	6.2.4.	6.2.5.

6.3. Utiliza trabalhadores temporários?_____

Em quais culturas?_____

7. RENDIMENTO ANUAL:

	R$	Em %
7.1. Lavouras temporárias:		
7.2. Lavouras permanentes:		
7.3. Da cultura de café:		
7.4. Pecuária de corte:		
7.5. Pecuária de leite:		
7.6. Hortifruticultura:		
7.7. Granjas:		
7.8. Atividades não-agrícolas:		
7.9. Atividades urbanas:		

8. DESTINO DA RENDA:

	%
8.1. ( ) Poupança	
8.2. ( ) Aquisição de bens de consumo	
8.3. ( ) Aquisição de bens de produção - Trator, insumos etc.	
8.5. ( ) Manutenção da família	
8.6. ( ) Pagamento de mão-de-obra	
8.4. ( ) Aquisição de terras	
8.7. ( ) Outros. Quais ?	
8.8. Renda total: Bruta:_____Líquida:_____	

9. MEIOS DE PRODUÇÃO:

	N.º	Potência
9.1. Tratores:		
9.2. Colheitadeiras:		
9.3. Arados de tração mecânica:		
9.4. Arados de tração animal:		
9.5. Aparelho de irrigação:		

9.6. Outros:		

10. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS:

	Sim	Não
10.1. Fertilizantes:		
10.2. Calcário:		
10.3. Ração:		
10.4. Defensivos vegetais:		
10.5. Defensivos animais:		
10.6. Outros, Quais ?		

11. ASSISTÊNCIAS:

11.1 Utiliza crédito rural?_____

11.2. Utiliza assistência técnica Oficial (Governamental)?_____

11.3. Utiliza assistência técnica Particular (Privada)?_____

11.4. Utiliza assistência técnica oficial e privada:_____

11.5. Assistência própria_____

11.6. ( ) Outro, Qual ?_____

11.7. Faz parte de cooperativa de produtores? (qual)_____

11.8. Faz parte de associação de produtores?_____

11.9. Faz parte de sindicato de produtores?_____

11.10. Utiliza escrituração agrícola?:_____

12. FINANCIAMENTO DE CUSTEIO (Produção):

12.1. Produto Agrícola:	12.2. Bancos:	12.3. Intermediário:	12.4. Próprio:
12.1.1. Café:	12.2.1.	12.3.1.	12.4.1.
12.1.2. Algodão:	12.2.2.	12.3.2.	12.4.2.
12.1.3. Amendoim:	12.2.3.	12.3.3.	12.4.3.
12.1.4. Arroz:	12.2.4.	12.3.4.	12.4.4.
12.1.5. Feijão:	12.2.5.	12.3.5.	12.4.5.
12.1.6. Milho:	12.2.6.	12.3.6.	12.4.6.
12.1.7. Laranja:	12.2.7.	12.3.7.	12.4.7.

12.1.8. Manga:	12.2.8.	12.3.8.	12.4.8.
12.1.9. Cana:	12.2.9.	12.3.9.	12.4.9.
12.1.10. Outros Quais ?	12.2.10.	12.3.10.	12.4.10.

13. FINANCIAMENTO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS:

13.1. Tipo:	13.2. Bancos:	13.3. Intermediários:	13.4. Próprio:
13.1.1. Trator:	13.2.1.	13.3.1.	13.4.1.
13.1.2. Colheitadeira:	13.2.2.	13.3.2.	13.4.2.
13.1.3. Arados de tração mecânica:	13.2.3.	13.3.3.	13.4.3.
13.1.4. Arados de tração animal:	13.2.4.	13.3.4.	13.4.4.
13.1.5. Aparelho de irrigação:	13.2.5.	13.3.5.	13.4.5.
13.1.6. Outros. Quais ?	13.2.6.	13.3.6.	13.4.6.

14. INFRAESTRUTURA DA UNIDADE:

14.1. Energia elétrica para uso residencial: _____- para uso na atividade agrícola:_____

14.2. Telefone 14.2.1. ( ) Sim 14.2.2. ( ) Não – Tipo do telefone (fixo, celular)_____

14.3. Possui computador? 14.3.1. ( ) Sim 14.3.2. ( ) Não

14.4. Utiliza computador nas atividades agropecuárias? 14.4.1. ( ) Sim 14.4.2. ( ) Não

14.4. Faz análise de solo?_____ 14.4.1. Faz calagem, quando necessário?_____

14.5. Faz adubação orgânica/verde, quando necessário?_____

14.6. Utiliza práticas de conservação de solos, quando necessário?_____

14.7. Utiliza irrigação?_____

14.8. Existem arrendatários na unidade produtiva?_____

14.9. Possui televisão? 14.12.2. ( ) Sim, quantas ( ) 14.12.3. ( )Não 14.12.4. Qual tamanho? ( )

14.10. Possui antena parabólica? 14.10.1 ( ) Sim 14.10.2. ( ) Não

14.11. Possui televisão por assinatura (cabo ou via satélite)? 14.11.1. ( ) Sim 14.11.2. ( ) Não

14.12. Número de cômodos da casa: 14.12.1. ( ) 1 - 14.12.2. ( ) de 2 até 4 - 4.12.3. ( ) de 5 até 8 - 4.12.4. ( ) 9 e mais

14.13. Geladeira 14.13.1. ( ) Sim, quantas ( ) 14.13.2. ( ) Não

14.14. Freezer 14.14.1. ( ) Sim, quantos ( ) 14.14.2. ( ) Não

14.15. Vídeo Cassete 14.15.1. ( ) Sim, quantos ( ) 14.15.2. ( ) Não

14.16. Possui DVD? 14.16.1. ( ) Sim, quantos ( ) 14.16.2. ( ) Não

14.17. Sua família se alimenta de seus produtos? (%)_____

14.18. Quanto é o gasto mensal em supermercado? R$_____

14.19. Veículos de transporte (quantos e quais?): 14.17.1. Caminhão_____ 14.17.2. Utilitários_____ 14.17.3. Automóvel_____14.19.4. Carroça_____14.18.5. Bicicleta_____ 14.18.6.

14.20. Distância da cidade mais próxima: _____Km.

Cidade:_____

14.21. Distância da escola mais próxima: _____Km.

14.22. Qual seu grau de dependência com a cidade?_____

14.23. Qual seu grau de dependência com os produtos tecnológicos?_____

14.24. Como o senhor diferencia o campo da cidade?_____

14.25. Sua família participa de eventos religiosos? 14.25.1. ( ) Sim, quais_____

14.25.2. ( ) Não

14.26. Sua família participa de eventos culturais? 14.26.1. ( ) Sim, quais_____

14.26.2. ( ) Não

14.27. O senhor e sua família se mudariam definitivamente para a cidade?_____

14.28. Caso seja proprietário, o senhor venderia seu estabelecimento?

14.28.1. ( ) Sim, motivo:_____ 14.28.2. ( ) Não

14.29. Caso seja proprietário, o senhor arrendaria suas terras para a lavoura canavieira?

14.29.1. ( ) Sim, motivo:_____ 14.29.2. ( ) Não

14.30 Possui água potável?

( )encanada ( )poço artesiano ( )açude ( )barragens ( )não possui

15. ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS:

15.1. Pesque-pague? 15.1.1. ( ) Sim 15.1.2. ( ) Não

15.2. Turismo rural?_____

15.3. Fabricação de artesanato?_____

15.4. Fabricação de doces? Quais?_____

15.5. Fabricação de ferramentas.

Quais?_____

15.6. Venda de sementes e mudas._____

15.7. Beneficiamento de produtos.

Quais?_____

15.8.

Outros._____

16. PROJETOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

16.1. O senhor tem conhecimento de algum programa municipal para auxílio à atividade agropecuária ou não-agrícola?_____

16.2. A prefeitura municipal tem realizado projetos efetivos que afetam sua vida?_____

16.3. O senhor gostaria que fosse desenvolvida alguma atividade para os moradores do meio rural pela prefeitura municipal? Por que?_____

16.4. Tem conhecimento da existência de alguma mobilização e/ou informação por parte do poder público municipal sobre a necessidade de reflorestamento legal dos estabelecimentos rurais?

_____

_____